



COLEÇÃO CULT

Formação em organização da cultura no Brasil: experiências e reflexões

Leonardo Figueiredo Costa
& Ugo Barbosa de Mello (Org.)



Formação em organização
da cultura no Brasil:
experiências e reflexões



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITOR

João Carlos Salles Pires da Silva

VICE-REITOR

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

ASSESSOR DO REITOR

Paulo Costa Lima



E D U F B A

EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA

DIRETORA

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo



CULT — CENTRO DE ESTUDOS
MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

COORDENAÇÃO

José Roberto Severino

VICE-COORDENAÇÃO

Renata Rocha

COMISSÃO EDITORIAL
DA COLEÇÃO CULT

Alexandre Barbalho (Universidade
Estadual do Ceará)

Antonio Albino Canelas Rubim (UFBA)

Gisele Nussbaumer (UFBA)

José Roberto Severino (UFBA)

Laura Bezerra (UFRB)

Lia Calabre (Fundação Casa de Rui
Barbosa – RJ)

Linda Rubim (UFBA)

Liv Sovik (Universidade Federal do Rio
de Janeiro)

Mariella Pitombo Vieira (UFRB)

Marta Elena Bravo (Universidade
Nacional da Colômbia – Medellín)

Paulo Miguez (UFBA)

Renata Rocha (UFBA)

Renato Ortiz (UNICAMP)

Rubens Bayardo (Universidade de
Buenos Aires – Universidade San Martin)

COORDENADOR DA
COMISSÃO EDITORIAL

Antonio Albino Canelas Rubim

COLEÇÃO CULT

Formação em organização
da cultura no Brasil:
experiências e reflexões

Leonardo Figueiredo Costa
Ugo Barbosa de Mello
(Organizadores)

EDUFBA
SALVADOR, 2016

2016, Autores.

Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.

Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

COORDENAÇÃO EDITORIAL Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

REVISÃO Paulo Bruno Ferreira da Silva

NORMALIZAÇÃO Francimar Dias Pereira de Carvalho

DIAGRAMAÇÃO Alécia Corujas

FOTO DA CAPA Danilo Scaldaferrri

Ficha Catalográfica: Fábio Andrade Gomes - CRB-5/1513

F723 Formação em organização da cultura no Brasil : experiências e reflexões /
Leonardo Figueiredo Costa, Ugo Babrosa de Mello, organização;
Antonio Albino Canelas Rubim, apresentação.
Salvador: EDUFBA, 2016.
256 p. (Coleção Cult)

ISBN: 978-85-232-1537-8

1. Cultura - Brasil. 2. Produção cultural - Brasil. I. Costa, Leonardo Figueiredo, org. II. Mello, Ugo Babrosa de, org. III. Rubim, Antonio Albino Canelas, apres. IV. Título: Experiências e reflexões. V. Série

CDD 306.0981

EDITORA FILIADA À:



EDUFBA Rua Barão de Jeremoabo, s/n – *Campus* de Ondina,
Salvador – Bahia CEP 40170 115 tel/fax (71) 3283-6164
www.edufba.ufba.br edufba@ufba.br

SUMÁRIO

9

Prefácio

Antonio Albino Canelas Rubim

13

Experiências formativas em organização da cultura no Brasil:
um panorama a partir de entrevistas

Ugo Barbosa de Mello

49

Produção em Comunicação e Cultura: um breve histórico
da habilitação da Faculdade de Comunicação da
Universidade Federal da Bahia

Ugo Barbosa de Mello

79

Formação em Produção Cultural na Universidade Federal da Bahia:
uma análise dos alunos egressos

Fernanda Souza

Gabriela Gomes Santos

Jonas Nogueira

Leonardo Figueiredo Costa

Ugo Barbosa de Mello

105

Formação em Produção Cultural na Universidade Federal da Bahia:
uma análise dos alunos ingressos

Larissa Novais

Leonardo Figueiredo Costa

133

Produção Cultural na Universidade Federal Fluminense: trajetória e atualidade de um bacharelado (e outras reflexões)

Luiz Augusto F. Rodrigues

151

Trajetória de formação em Produção Cultural: reflexões a partir da experiência do Instituto Federal do Rio de Janeiro

Fernanda Delvalhas Piccolo

181

Bacharelado em Mídias Sociais e Produção Cultural: a proposta do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco na cidade de Caruaru

Amilcar Almeida Bezerra

201

Formação acadêmica em Produção Cultural: a experiência do Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Andréa V. F. Costa

Nara da Cunha Pessoa

223

Inovação curricular na formação interdisciplinar em cultura: o bacharelado interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Daniele Canedo

Cláudio Orlando Costa do Nascimento

Rita de Cássia Dias Pereira Alves

Armando Castro

Danillo Barata

243

Relações Públicas com ênfase em Produção Cultural: a trajetória do
curso da Universidade Federal do Pampa

Elisa Lübeck Terra

Juliana Lima Moreira Rhoden

Valmor Rhoden

265

Outros títulos da Coleção Cult

Prefácio

*Antonio Albino Canelas Rubim**

A formação em cultura tem tradição recente no Brasil. Enquanto artes, ela se iniciou no século XIX com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, fugindo das tropas de Napoleão. Paradoxalmente, são artistas franceses, próximos a Napoleão, que anos depois estão à frente do ensino das belas artes. Da chamada “Missão Francesa”, nasceu a Academia Real de Belas Artes, no Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1816. Na área de patrimônio, só existem iniciativas de formação no século XX, com as primeiras leis de patrimônio nos anos 1920 e, em especial, com

* Pesquisador 1A do CNPq e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Professor do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia.

o advento do Serviço, depois Instituto, do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na década de 1930.

A universidade, instituição milenar, foi inaugurada tardiamente no Brasil. Ela surgiu em meados dos anos 1930. Ou seja, ainda não tem 100 anos de história no país. Essa universidade acolheu com atraso a formação voltada para a área específica da cultura. Com exceção dos cursos de Letras, criados em 1933 e 1934, os outros campos culturais demoraram a ser oferecidos pelas universidades. A então Universidade da Bahia assumiu uma atitude pioneira ao criar escolas superiores de Dança, Música e Teatro nos anos 1950. Já o Cinema somente teve seus primeiros cursos no país nos anos 1960.

Se setores culturais potentes como artes e patrimônio – hoje mais presentes nos cursos das faculdades e universidades brasileiras – sofreram tal demora, a situação do ensino em outros registros da cultura aparece como dramática, quando não inexistente. A formação na área da organização da cultura enquadra-se nesta circunstância. Somente em meados dos anos 1990, aparecem em cena os primeiros cursos nesse horizonte: as graduações em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal da Bahia.

A cultura em sua dinâmica envolve diferentes momentos e movimentos. A vida cultural compreende: criação, invenção e inovação; difusão, divulgação e transmissão; circulação e distribuição; cooperação, intercâmbios e trocas; análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão; formação; fruição, consumo e públicos; conservação e preservação, além de organização da cultura. Cabe uma rápida explicação acerca do momento/movimento intitulado organização da cultura, cuja nomeação tem nítida inspiração em Antonio Gramsci.

A cultura necessita de organização, inclusive para estimular e facilitar sua criatividade e dinâmica. Espetáculos de dança e música; manifestações das culturas populares e culturas urbanas; feiras literárias; lançamentos de livros; mostras de audiovisual, cinema e fotografia; exposições de artes visuais e culturas digitais; congressos e seminários;

curso e oficinas; ateliês; festas e festivais; produção de bens culturais; enfim os mais diversos acontecimentos, bens e eventos culturais requerem organização.

Para além das iniciativas singulares, o próprio campo cultural demanda organização institucional, seja ela pública ou privada, macro ou microssocial. É possível sugerir uma distinção – nem sempre efetivada – na esfera da organização da cultura. Podem ser imaginados, pelo menos, três patamares diferentes da organização. Primeiro: a mais afeita aos registros continuados, sistemáticos e macrossociais das políticas culturais, envolvendo dirigentes, formuladores e legislações culturais; segundo: a gestão cultural, voltada para instituições, programas ou projetos de maior envergadura, permanentes e processuais; terceiro: aquela vinculada à curadoria, programação ou produção de apresentações e bens culturais, adstrita a uma amplitude microssocial.

A organização emerge como uma dos registros mais recentemente traduzidos em instituições e profissões dentro do campo cultural. Seu florescimento no mundo e no Brasil é quase contemporâneo, agravado em nosso país pelo tradicional descaso com as políticas e a gestão da cultura. Aqui, apenas no final do século XX, apareceram os primeiros cursos e estudos.

Nesse cenário, um livro que analisa, problematiza e registra essa trajetória da formação em organização da cultura no Brasil apresenta-se como muito bem vindo. Acompanhar e avaliar essas experiências pioneiras, como faz o livro, configura um passo fundamental para aprimorar a cultura e a organização da cultura no Brasil.

Experiências formativas em organização da cultura no Brasil: um panorama a partir de entrevistas

*Ugo Barbosa de Mello**

Apresentamos neste artigo um panorama de experiências formativas em organização da cultura a partir de cursos e instituições visitadas por este pesquisador no período do segundo semestre do ano de 2012. As visitas às instituições tinham como finalidade conhecer mais das propostas formativas a partir de entrevistas realizadas com os coordenadores de curso. A iniciativa foi uma das ações realizadas no âmbito do grupo de pesquisa coordenado pelo professor Leonardo Costa, com projeto intitulado “A experiência da formação no curso de Comunicação com habilitação em Produção em Comuni-

*Produtor cultural egresso do curso de Comunicação – Produção em Comunicação e Cultura da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (FACOM/UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA).

cação e Cultura: reformulação do seu projeto pedagógico”, na Faculdade de Comunicação (Facom) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A partir do levantamento de cursos de graduação, feito com base no banco de dados do Mapeamento da Formação em Organização Cultural no Brasil,¹ foram elencados bacharelados, cursos superiores tecnológicos, graduações sequenciais e tecnológicas de quatro estados brasileiros, a saber: Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Apesar das quatro viagens inicialmente previstas, só foi possível realizar as visitas aos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde foram entrevistados, no total, 10 coordenadores de cursos que se propõem a formar profissionais que atuam – diretamente ou paralelamente – no campo organizativo da cultura.

Os cursos cujos coordenadores foram contatados e se disponibilizaram a participar da pesquisa através de entrevista foram: o bacharelado em Produção Cultural do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), situado em Nilópolis (RJ); o bacharelado em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense (UFF), ofertado na cidade de Niterói (RJ); o bacharelado em Artes com ênfase em Produção e Política Cultural da Universidade Cândido Mendes (UCAM), na cidade do Rio de Janeiro (RJ); o bacharelado em Ciências Sociais com ênfase em Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), também na cidade do Rio de Janeiro (RJ); o bacharelado em Engenharia de Produção com ênfase em Produção em Cultura da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio); o bacharelado em Administração com ênfase em Marketing e Entretenimento da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), no Rio de Janeiro (RJ); o Curso Superior Tecnológico (CST) em Produção Fonográfica – Produção Musical da Universidade Anhembi Morumbi (UAM) e o CST em Produção Fonográfica – Produção de Música Eletrônica também da UAM, ambas em São Paulo (SP); o curso de graduação sequencial em Produção Cultural da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), também em São Paulo (SP). Por fim, o curso de bacharelado em Produção e Política Cultural

da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), ofertado na cidade de Jaguarão (RS), com entrevista concedida na cidade do Rio de Janeiro.²

As entrevistas foram realizadas com base em uma estrutura de perguntas preestabelecidas, que buscavam conduzir o diálogo entre os interlocutores de forma que fosse possível abordar sobre o contexto de surgimento e a trajetória do curso, como também aspectos mais amplos quanto à questão da oferta de formações nessa área no Brasil. As perguntas utilizadas foram:

1. Qual foi a conjuntura social/mercadológica para a criação do curso? Quais os objetivos do curso?
2. Qual é a nomenclatura escolhida (para o curso) na área da organização da cultura e por quê?
3. O curso se aproxima mais da produção cultural ou da gestão cultural? Para você, qual a diferença entre gestão e produção cultural?
4. Para você, qual é a importância da formação acadêmica na área (justificativa)?
5. Quais são as potencialidades (pontos fracos/pontos fortes) do curso?
6. Existem disciplinas práticas (no curso)? Atividades extracurriculares programadas?
7. Quais são as ações levadas para um maior reconhecimento e/ou regulamentação da profissão e/ou do curso?
8. Como está o mercado de trabalho na área? Quais são as possíveis áreas de atuação e como se dá essa inserção dos egressos?
9. Existe um acompanhamento dos egressos do curso? Onde atuam? São absorvidos pelo mercado? Atuam de forma independente e/ou autônoma?
10. Qual o perfil dos alunos? São jovens em busca da primeira formação ou profissionais de outras áreas buscando uma segunda formação?

É importante salientar, no entanto, que os 10 tópicos apresentados serviram como fio condutor para as entrevistas realizadas, sem, contudo, impedirem que outras perguntas fossem inseridas no diálogo ou mesmo que uma outra forma de abordagem das temáticas e assuntos fosse feita. Sendo assim, cada uma das entrevistas realizadas aconteceu e funcionou de uma forma diferente, com o intuito de deixar o processo mais orgânico e, conseqüentemente, mais profícuo.

Bacharelado em Produção Cultural do IFRJ

A entrevista sobre o curso de bacharelado em Produção Cultural do IFRJ foi concedida pela professora Fernanda Delvalhas Piccolo,³ então coordenadora do curso, e teve como objetivo a aproximação sobre o contexto de criação do curso, suas especificidades e suas características principais. O curso é ofertado na cidade e *campus* de Nilópolis, Baixada Fluminense – região periférica do estado do Rio de Janeiro – desde 2003, com regularidade de ingresso anual através do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), com entrada de 80 alunos, sendo 40 a cada semestre. O curso foi criado como um Curso Superior em Tecnologia (CST) e foi transformado em um bacharelado no ano de 2012.

Segundo a entrevistada, o curso foi criado por um conjunto de professores da instituição, das áreas de Educação Física e de Letras, que almejavam a implantação de algum curso na área de cultura, que inserisse as ciências humanas no Instituto, uma vez que os institutos federais – antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) – tinham, em geral, apenas tradição no ensino das ciências exatas e afins. A proposta de abertura do curso, portanto, tinha como objetivo abarcar outros conhecimentos, assim como outros públicos da Baixada para o Instituto. É mencionada, ainda, a Lei Darcy Ribeiro,⁴ que, dentre outras questões, apresentou ao contexto educacional a figura do animador cultural, dado este que contribuiu para a ideia de concepção do curso.

Inicialmente o curso teve a duração de dois anos e meio, logo sendo aumentado para três anos e, posteriormente, com a transformação

do curso em bacharelado, a duração passou a ser de quatro anos. A entrada de duas professoras que atuavam como produtoras culturais contribuiu para que o curso se aproximasse mais do campo prático, propriamente dito, uma vez que a princípio estavam contempladas disciplinas mais ligadas ao esporte, às letras e às ciências exatas. O curso passou, então, a contemplar diversas áreas artísticas, tais como as artes cênicas, cinematográficas, dança, música e a produção. A ideia, portanto, era formar produtores que pudessem atuar em diversas áreas, e não apenas em eventos, sempre com foco em apresentar fundamentos e trazer a prática da produção.

Nesse sentido, esse curso é voltado para a formação de produtores culturais. Contudo, com a transformação do curso em bacharelado, percebeu-se a necessidade de acrescentar conhecimentos e disciplinas referentes às políticas culturais, que por sua vez sugerem conhecimentos pertinentes para a gestão pública de cultura. De acordo com a coordenadora, os alunos vão estagiar e trabalhar com gestão, nas prefeituras, por exemplo, por conta da demanda que existe nesses espaços. Os conhecimentos em políticas culturais contribuem para a atuação dos mesmos nesse contexto.

O perfil de alunos que ingressam no curso de Produção Cultural do IFRJ é, segundo a professora, majoritariamente de jovens em busca da primeira formação. No entanto, é possível identificar também um perfil de alunos mais adultos, também em busca da primeira formação, pertencentes às localidades da Baixada. Outra característica ressaltada do perfil do alunado é o fato de muitos serem ligados às áreas artísticas e estarem no curso em busca de conhecimento para se autoproduzirem enquanto artistas.

A inserção dos alunos egressos, de acordo com a entrevistada, ocorre na contratação dos produtores culturais pelas prefeituras da região da Baixada Fluminense, onde muitos alunos acabam estagiando e, posteriormente, sendo contratados. Contudo, é possível identificar também alunos que abrem suas próprias empresas de produção.

Quando perguntada sobre o reconhecimento do curso e da regulamentação da área, a professora menciona que, para o curso do IFRJ, a própria transformação do curso, que antes era CST, em um bacharelado demonstra que há um reconhecimento de que essa formação merece um aprofundamento maior e, conseqüentemente, a profissão demanda cada vez mais a formação específica. Para a professora, a importância da formação se dá exatamente por formar um *corpus* teórico para o campo aliado a um *corpus* prático, que já existe na atuação dos profissionais de mercado, mas que também merece a organização do conhecimento através de uma formação.

Bacharelado em Produção Cultural da UFF

Para o curso de Produção Cultural da UFF, em Niterói, tivemos como entrevistados dois professores da graduação: o professor Luiz Augusto Rodrigues,⁵ na ocasião, o coordenador do curso, e o professor João Domingues, então vice-coordenador do curso. A entrevista ocorreu no Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS) da UFF, onde funciona a graduação em Produção Cultural. Salientamos ainda que a Universidade também oferta o curso de Produção Cultural no interior do estado do Rio de Janeiro, no Polo Universitário de Rio das Ostras (PURO/UFF). Apesar de diferenças contextuais e até de currículos com especificidades, entendemos que a entrevista com o curso mais antigo cumpriria o propósito de aproximação com a proposta de formação na área dessa instituição.

O curso de bacharelado em Produção Cultural da UFF é um dos primeiros cursos de graduação ofertados no Brasil, junto com o curso de Comunicação – Produção em Comunicação e Cultura da Facom/UFBA, ambos iniciados em 1996. (MELLO, 2009) O curso da UFF, no entanto, foi criado em 1995 e ainda no mesmo ano teve vestibular para entrada em 1996, como confirma o professor Luiz Augusto na entrevista concedida.⁶ O curso é uma graduação com duração de quatro anos,

ofertado anualmente, com entradas semestrais, que já tiveram turmas de 20, 25, 30 e atualmente entram 35 alunos por turma.

De acordo com o coordenador, o curso surgiu como uma construção crítica ao fazer cultural que se fortaleceu na década de 1990 com a política voltada à renúncia fiscal para o campo da cultura, através das leis de incentivo. Houve nesse período uma substituição quase que total das políticas públicas de cultura pelo mecanismo de renúncia, fortalecendo apenas os produtos e processos culturais ligados ao mercado. Portanto, a ideia de uma formação como essa dentro de uma universidade pública tinha como propósito a reflexão sobre aquele contexto profissional apresentado.

O contexto interno à universidade também contribuiu para a proposta de criação do curso da UFF. O IACS tinha um departamento de artes, contudo não havia vinculado a este nenhum curso de graduação. Por considerar que já havia oferta razoável de cursos de artes nas universidades do Rio de Janeiro, foi proposta uma formação em Produção Cultural. No mesmo período, foi criada uma pós-graduação em Ciência das Artes, hoje Programa de Pós-Graduação em Estudos Contemporâneos das Artes. No ano de 2012, o IACS fez o percurso inverso ao criar uma graduação em Artes e um Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades, com o curso de mestrado, este mais alinhado com os professores da graduação em Produção Cultural da instituição.

Quando perguntados sobre a escolha da nomenclatura do curso, surgiu uma discussão interessante sobre os temas das políticas, gestão e produção culturais. De acordo com o então coordenador do curso, a nomenclatura veio da figura que era reconhecida no contexto mercadológico da época, considerando também a política que vinha sendo desenvolvida no período, que se referia aos produtores culturais e à produção cultural. Sendo assim, a nomenclatura na constituição do curso foi baseada na existência dessa figura.

Contudo, durante o diálogo, foi observado que, atualmente, o termo “produtor cultural” tem sido associado aos profissionais que atuam

apenas no aspecto de execução do fazer cultural, sendo que as formações que se propõem a formar produtores culturais a partir de uma formação universitária tratam de ofertar aos alunos conhecimentos que abarcam as políticas, a gestão, o planejamento na área cultural etc., portanto, uma compreensão mais abrangente e também mais aprofundada sobre o campo. De acordo com os professores do curso da UFF, não há distanciamento entre a produção e a gestão cultural, por exemplo, uma vez que a atividade de produção só faz sentido com a perspectiva da gestão, e vice-versa. Nesse sentido, o curso de Produção Cultural compreende aspectos das políticas, da gestão, do planejamento, além de também ter fundamentos no campo das artes.

Ainda sobre a questão da nomenclatura, e como o termo “gestão” vem ganhando mais espaço e uso – principalmente quando se discute o profissional do campo da cultura que deve pensar e atuar de forma mais sistêmica –, os professores questionam, por exemplo, se o termo “gestão” daria conta de abarcar todos os conhecimentos e possibilidades de atuação desse profissional que vem sendo formado pelos cursos. Assim como a produção pode se remeter a um aspecto específico da atuação, a gestão também tem sua definição ligada ao campo da administração e, portanto, não conseguiria abarcar todas as possibilidades de atuação.

Quando perguntados sobre as experiências práticas que o curso proporciona, os professores informaram que, quanto às disciplinas, não tinham muitas essencialmente práticas. Foi dito, por exemplo, que as disciplinas de fundamentos das artes trazem um conteúdo teórico sobre cada linguagem, mas que a depender do professor ou da turma, pode haver algum desdobramento prático. Além dos fundamentos e os possíveis desdobramentos, são mencionadas as disciplinas de Projeto Cultural que vão do I ao IV, entre o terceiro e o sexto semestre do curso, de acordo com o fluxograma aplicado a partir de 2012.⁷

Quando perguntados sobre ações de reconhecimento do profissional e da profissão, como também de visibilidade do curso, os profes-

res mencionaram uma atividade de pré-mapeamento de espaços onde os alunos estagiavam, realizado por duas estudantes. A ideia seria identificar os possíveis locais de atuação dos alunos em suas experiências de estágio e elaborar uma publicação sobre o curso para ser distribuída nesses espaços mapeados, como também em potenciais locais de atuação. Os professores salientam a importância de iniciativas e pesquisas que contribuam para que os cursos se conheçam mais, para assim se aperfeiçoarem.

Bacharelado em Artes com ênfase em Produção e Política Cultural da UCAM

De início, na entrevista de aproximação com o curso oferecido pela UCAM, instituição de ensino privada, com sede no centro da cidade do Rio de Janeiro, a professora Ana Ferguson, então coordenadora do curso, explica que antes a formação ofertada era em Ciências Sociais com ênfase em Produção e Política Cultural. A partir de uma pesquisa realizada no primeiro semestre do ano de 2012, foi proposta uma mudança e o curso passou, em agosto daquele ano, a ser ofertado como bacharelado em Artes com ênfase em Produção e Política Cultural.⁸ O curso faz parte da UCAM, contudo o responsável pela oferta dentro da universidade é o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

De acordo com a professora entrevistada, a mudança na proposta de curso ocorreu uma vez que ela, enquanto coordenadora há um ano e meio, percebeu a necessidade de incluir disciplinas mais contemporâneas, com uma reflexão mais atual e atenta às mudanças do mercado. Para tanto, foi feito um levantamento dos cursos da área oferecidos no Brasil para saber quais disciplinas, conteúdos e propostas estavam sendo desenvolvidas nas realidades estaduais e locais. A iniciativa visava pensar uma reformulação do curso para que os alunos egressos

tivessem a capacidade de se inserir em qualquer contexto mercadológico pelo país.

A mudança de grande área das Ciências Sociais para as Artes, segundo a coordenadora, foi motivada também por aferições internas, junto aos alunos. Conforme informado, os alunos não conseguiam identificar sua atuação profissional dentro de um curso de Ciências Sociais, como, por exemplo, um pesquisador ou um cientista social. Contudo, identificavam-se e viam-se como um profissional ligado às manifestações culturais, como um gestor cultural e produtor cultural. A mudança, contudo, não interferiu no caráter humanístico que existia anteriormente, pois se entende que esse é um aspecto importante para a formação. Nesse sentido, os conteúdos tratam de garantir a perspectiva humanística do curso com disciplinas de antropologia, sociologia, filosofia, dentre outras.

Conforme explica a professora, o curso foi criado com base na identificação da necessidade de profissionalização da figura do produtor cultural que existia no mercado, mas que não tinha uma formação acadêmica, com a base humanística mencionada. Percebeu-se, portanto, que o mercado começou a demandar esse profissional nos centros culturais, nos museus, nas empresas patrocinadoras etc. A princípio, havia a necessidade de instrumentalização desse profissional, e por isso a formação teria sido iniciada na perspectiva tecnológica. Seria, portanto, um profissional que teria uma formação acadêmica, humanística, com disciplinas que dariam a base técnica em produção executiva, em legislação de incentivos, captação de recursos, por exemplo.

A reformulação do curso e das disciplinas feita no ano de 2012 é evidenciada como aspecto positivo do curso, uma vez que as alterações tiveram como propósito uma ligação mais estreita com o mercado de trabalho. A coordenadora menciona, por exemplo, que o curso se preparou para oferecer ao aluno disciplinas e conteúdos necessários para os contextos de realização de grandes eventos que aconteceram e viriam a acontecer na cidade do Rio de Janeiro, a saber: Rio+20,

Rock in Rio, jogos militares, Copa do Mundo, Olimpíadas etc. O conhecimento para atuar na produção de grandes eventos, por exemplo, é mencionado como um aspecto que o curso buscou garantir para os alunos através das mudanças curriculares.

No curso existem disciplinas que visam oferecer o conhecimento prático ao estudante. Algumas delas são: Laboratório para Elaboração de Projetos Culturais, onde o aluno elabora o projeto em sala de aula; Planejamento Orçamentário, onde o aluno constrói a planilha orçamentária a partir de um projeto elaborado; Gestão Cultural e Prestação de Contas. Além das disciplinas práticas, existem as de caráter mais teórico, mas que tem atividades extracurriculares a ela atreladas.

Por fim, quando perguntada sobre os egressos, sobre as possibilidades de atuação e a importância da formação, a professora informa que os alunos egressos do curso atuam tanto em órgãos públicos, centros culturais, museus, como também em produtoras próprias ou de terceiros, associações sem fins lucrativos e empresas patrocinadoras. De acordo com a professora, esse retorno é feito pelos próprios alunos através de redes sociais ou mesmo em encontros esporádicos no mercado de trabalho. Dessa forma, é de opinião da entrevistada que a formação para esses profissionais é fundamental, uma vez que proporciona conhecimento científico, humanístico e técnico para atuação nas diversas possibilidades do campo cultural.

Bacharelado em Ciências Sociais com ênfase em Bens Culturais da FGV

A FGV oferece ênfases dentro do curso de graduação em Ciências Sociais, sendo uma delas a ênfase em Bens Culturais, como nos explicou o professor Celso Castro, na entrevista concedida como coordenador do curso. Além dessa ênfase, existe outra em Relações Internacionais. A ideia das ênfases é trazer um diferencial para o curso de Ciências

Sociais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV.

O CPDOC foi criado em 1973 como um centro de pesquisa e documentação e se manteve com esse propósito único por 30 anos. Apenas em 2003 é que o CPDOC inicia suas atividades no campo do ensino, tornando-se a Escola de Ciências Sociais da FGV. Apesar do novo campo de atuação, manteve-se o mesmo nome como preservação do histórico do setor. Um dado interessante evidenciado é que a atuação em ensino do CPDOC começou pela pós-graduação e não pela graduação, como é mais comum. O primeiro curso ofertado foi o mestrado profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais, segundo o entrevistado, um dos primeiros mestrados profissionais em ciências humanas do Brasil. A escolha da FGV e do CPDOC por ofertar um mestrado profissional – e não um mestrado acadêmico – foi por acreditar que esse curso formaria um tipo de profissional diferenciado.

As experiências institucionais e de projetos na área da cultura do CPDOC confluíram, portanto, para a entrada do Centro no campo do ensino, inicialmente através do mestrado profissional em 2003. No ano de 2006, o CPDOC se propõe, então, a oferecer a graduação em Ciências Sociais, com alinhamento ao viés aplicado ao curso de mestrado, com vistas a proporcionar ao alunado essa expertise no campo da cultura. De acordo com o entrevistado, não existiam cursos de Ciências Sociais nas universidades públicas que viessem a dar uma perspectiva mais prática à formação como a proposta do CPDOC/FGV, uma vez que os cursos tradicionais nas instituições públicas estavam mais voltados para a reprodução dos saberes acadêmicos, enquanto que na FGV a perspectiva era de também oferecer uma base teórica consistente, contudo, aliada a uma prática na área cultural que o CPDOC tinha adquirido durante os anos de existência.

O curso de Ciências Sociais tem duração de quatro anos, com uma entrada anual de turma contendo até 30 alunos. Conforme esclareceu o coordenador, na prática, o aluno não precisa escolher uma ênfa-

se, uma vez que pode fazer as escolhas dos conhecimentos a partir das disciplinas, de acordo com seus interesses. O curso é, portanto, de bacharelado em Ciências Sociais e a ênfase, com base na trajetória do aluno, é identificada na parte de trás do diploma do curso.

O CPDOC oferece, além do curso de graduação em Ciências Sociais, também a licenciatura em História, desde 2009. A partir de então, os cursos são oferecidos de forma integralizada, com as turmas de ambos os cursos sendo mistas durante os dois primeiros anos e, portanto, estudando disciplinas de base comum em Sociologia e História. Nos dois últimos anos, os alunos de Ciências Sociais têm à disposição as disciplinas específicas do curso como também àquelas relativas às ênfases em Bens Culturais ou em Relações Internacionais.

Algumas das disciplinas da ênfase em Bens Culturais tratam, por exemplo, de gestão e produção de projetos, concepção de projetos para leis de incentivo etc. Outras disciplinas com finalidade mais acadêmica podem trazer desdobramentos e contribuições mais diretas para a área cultural, tais como Patrimônio Histórico Cultural, Arte e Sociedade, Memória e Sociedade, História Oral – esta última, por exemplo, traz o conhecimento de um método com vistas à geração de produtos para projetos culturais de produção de memória. Nesse sentido, o aluno tem a base teórica da graduação em Ciências Sociais e os demais conhecimentos da ênfase acessados através das eletivas e optativas.

As atividades práticas podem ser acessadas através da estrutura da própria FGV e do CPDOC, que oferecem, por exemplo, um Núcleo de Pesquisa Social Aplicada, onde os alunos podem estagiar. Os alunos são incentivados a estagiar em outros projetos da própria instituição, através de iniciação científica ou como bolsistas de projetos, ou ainda no Centro Cultural da Fundação, por exemplo. Há o estímulo para que estagiem em outras instituições, em organização de acervos, em exposições etc. O professor salienta, entretanto, que a experiência prática do CPDOC, através dos projetos institucionais e das consultorias reali-

zadas, é totalmente integralizada com as formações e que ela proporciona aos estudantes um diferencial de atuação.

Bacharelado de Engenharia de Produção com ênfase em Produção em Cultura da Unirio

O curso de bacharelado em Engenharia de Produção com ênfase em Produção em Cultura da Unirio foi uma das mais recentes experiências formativas com as quais pudemos ter contato através das entrevistas de aproximação. Além de ser um dos cursos mais recentes, destaca-se também por ser um curso que se propõe a fazer o diálogo entre as ciências exatas, através da engenharia, e as ciências humanas e sociais aplicadas, através da cultura. A entrevista foi realizada no *campus* da Urca, no Rio de Janeiro, sendo a professora Cládice Diniz entrevistada enquanto coordenadora do curso.

Conforme explica a professora, o curso foi criado dentro da proposta do Governo Federal de ampliação das universidades públicas pelo programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), com o intuito de democratizar o acesso à universidade e atender tanto parcelas da população até então excluídas desse espaço quanto também oferecer áreas e cursos que ainda não eram ofertados nas instituições de ensino. A graduação em Engenharia de Produção foi proposta na Unirio uma vez que não havia, até então, curso de engenharia na instituição. A oferta do curso foi proposta para ser no turno noturno, com vistas a atender um público de alunos que já estava inserido no mercado de trabalho e que, portanto, não teria disponibilidade de estudar nos turnos diurnos.

O curso de Engenharia de Produção com ênfase em Produção em Cultura teve início no semestre letivo de 2010.1 com uma turma de 25 alunos. A entrada é semestral, o que totaliza 50 alunos por ano. Assim como a média dos demais cursos de engenharia, a graduação tem duração mínima de cinco anos, com 10 semestres, ou o máximo de sete

anos. Apesar do curso ter sido criado com vistas a receber um público de alunos que tivesse necessidade econômica de trabalhar enquanto estuda, segundo a coordenadora do curso, esse não era o perfil dos alunos encontrado naquela ocasião. Segundo dados apresentados na entrevista pela professora, o perfil do aluno do curso era de homens, de 18-21 anos, cuja família tinha renda mínima de R\$ 3.500,00. O perfil dos pais estava numa média de 75% que tinham o segundo grau completo e cerca de 25% com o nível universitário completo.

Além do diferencial de o curso ser disponibilizado no turno noturno, como também a novidade da própria oferta de um curso de engenharia nessa instituição, o curso de Engenharia de Produção também teve o diferencial de apresentar uma ênfase em Produção em Cultura. Segundo a coordenadora do curso, a ideia da ênfase foi influenciada por conta da tradição da Unirio nas formações em artes, mais especialmente em Teatro e Música, além de cursos como Museologia, Letras, História, Biblioteconomia, Filosofia e Turismo.

De acordo com a professora entrevistada, havia um interesse dos professores da área de teatro de ofertar na Unirio um curso de engenharia com aproximações com o campo da cultura, para que fosse possível pensar aspectos mais técnicos e de gestão para o campo da cultura, aspectos estes não previstos nos cursos de artes da instituição. Contudo, de acordo com a coordenadora, a Comissão Interdepartamental para Elaboração de Proposta de Implantação do Curso de Engenharia de Produção era formada por sete professores do Departamento de Informática Aplicada e dois do Departamento de Matemática e Estatística,⁹ que não conheciam as especificidades da área de engenharia nem consideraram uma série de aspectos inerentes ao campo das engenharias quando da proposta do curso com ênfase. O diálogo entre os conhecimentos em engenharia e os conhecimentos em cultura foram postos como um desafio para a graduação que estava em curso.

A professora esclarece que o curso de Engenharia de Produção tem todas as disciplinas e conhecimentos básicos como qualquer curso

de Engenharia de Produção das demais instituições de ensino superior. Contudo, como a Engenharia de Produção é uma área pensada para ter uma aplicabilidade, as formações podem ter fins da área eletricista, mecânica, metalúrgica, automobilística, siderúrgica, têxtil, entre tantas outras. Nessa perspectiva, a proposta do curso da Unirio é de que a aplicação seja na área da cultura, na produção em cultura. Portanto, o aluno desse curso deve sair com conhecimentos em engenharia de produção para serem aplicados ao fazer cultural, com o propósito de – segundo palavras da entrevistada – tornar real e viabilizar as produções em cultura. Não produzir cultura, mas melhorar a qualidade, a gestão, das produções em cultura.

No documento do projeto do curso, constam 72 disciplinas ao longo dos anos de formação, sendo possível identificar cerca de 20 do total que são voltadas para conhecimentos na área de cultura e/ou dialogam entre engenharia aplicada à cultura. Quando foi suscitada a questão dos estágios e da inserção dos alunos no mercado de trabalho, a professora explicou que o alunado tem estagiado na área de engenharia de produção, sem a especificidade do campo da cultura. Segundo informado, os estágios ocorrem, por exemplo, em empresas seguradoras, empresas financeiras de carro, em bancos etc. Foi mencionado, como contraponto, o fato da empresa produtora de cinema Conspiração Filmes estar interessada nos alunos do curso, contudo até o momento não tinha havido a concretização dessa relação entre o curso e o setor de cinema, através dessa produtora. Sendo assim, esteve posto mais esse desafio para a formação que ainda estava em curso.

Bacharelado em Administração com ênfase em Marketing e Entretenimento da ESPM

O curso de Administração da ESPM, ofertado no Rio de Janeiro, tem como diferencial a ênfase em Marketing e Entretenimento. De acordo com o professor Marcelo Guedes, coordenador do curso, apesar da gra-

duação em Administração ser oferecida nas três unidades da instituição – São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro –, é apenas na unidade carioca que a ênfase existe, segundo ele, pela própria vocação que a cidade tem para o entretenimento.

A primeira turma teve início em 2007, tendo o curso a duração de quatro anos, com turmas de até 50 alunos que se iniciam a cada semestre. O grande motivador para a criação do curso com essa perspectiva foi o cenário encontrado na cidade do Rio de Janeiro, que desponta como uma das maiores cidades do país e do mundo quanto à economia criativa e ao entretenimento. A realização de grandes eventos na cidade, tais como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, por exemplo, evidenciam esse caráter. Além do eventual, o Rio de Janeiro é também uma cidade onde grandes empresas do setor criativo se encontram. Em contraponto, sentia-se a falta de um curso que viesse preparar um gestor, um administrador, para esse mercado de entretenimento.

O curso de graduação é composto por disciplinas próprias de um curso de Administração, porém apresenta como diferencial uma série de matérias no campo do *marketing* e do entretenimento. De acordo com o coordenador, são aproximadamente 15 disciplinas de entretenimento e 15 disciplinas de *marketing*. Sendo assim, conforme explicou o professor, o aluno egresso do curso torna-se preparado para ser gestor de um clube de futebol, por exemplo, ou atuar numa grande empresa de telecomunicação, numa escola de samba, ser gestor de uma grife de moda, ou até mesmo gestor de uma área que não seja do entretenimento, uma vez que a formação é em administração. No entanto, a expertise em entretenimento é um diferencial que o curso proporciona ao estudante diante de um mercado que busca por esse profissional.

O coordenador do curso explicou que, diante da experiência que o curso alcançou – na ocasião com cinco anos de existência, com turmas formadas –, foi possível identificar algumas deficiências, assim como as potencialidades. Nesse sentido, existe uma preocupação institucional em estar atenta aos conhecimentos e temáticas que

estão sendo discutidos no país e no mundo, pertinentes ao contexto do curso, para que este possa ser aperfeiçoado. Ao compreender o mercado de entretenimento como algo muito novo, entende-se também a necessidade de aprimoramento contínuo de uma formação com o propósito de formar profissionais para essa atuação.

As disciplinas do curso voltadas para o entretenimento, conforme explicou o professor, têm um teor prático aliado a uma base teórica. As disciplinas mais ligadas à administração e/ou mais introdutórias, geralmente, compreendem apenas a dimensão mais teórica. Algumas das disciplinas da ênfase são: Universo do Entretenimento, Arena do Entretenimento, Audiovisual (TV, Rádio e Cinema), Entretenimento Digital, Indústrias Culturais, Negócio do Turismo, Negócio da Moda, Mercado de Cultura e Leis de Incentivo, Narrativas e Marcas, Produção Cultural, Negócios do Esporte, Empreendedorismo e Inovação em Economia Criativa, entre outras. Muitas das disciplinas, de acordo com o coordenador, têm uma visão prática, onde o aluno vai estudar um negócio, criar projetos a partir delas, ou ainda gerar um produto final.

Quando perguntado sobre o mercado de trabalho e a inserção dos egressos, o coordenador reforçou as possibilidades que a cidade do Rio de Janeiro proporciona para o mercado de entretenimento. Salienta, por exemplo, as cenas teatral e musical fortes; os grandes eventos culturais, tais como o Carnaval; as empresas de comunicação; a indústria do cinema; além do crescimento do turismo e do mercado hoteleiro. Nesse sentido, o coordenador informou que muitos egressos atuam na área televisiva, em cinema, em organizações esportivas, no próprio mercado hoteleiro e turístico, ou ainda no mercado editorial – muitas vezes com empreendimentos próprios.

O perfil de aluno do curso, portanto, é de jovens que buscam uma formação prática e aplicada ao entretenimento. O perfil de empreendedor conectado com a música, com esportes, *games*, e que gostaria de ter o conhecimento e a capacidade técnica de gerir nesses segmentos. Nesse sentido, muitos alunos do curso são também estudantes que migram

de cursos de Administração de outras instituições, pois acreditam que o diferencial em *marketing* e entretenimento pode contribuir para a realização de seus projetos profissionais.

CST em Produção Fonográfica – Produção Musical da UAM

A UAM, instituição privada de ensino superior de São Paulo, oferece o CST em Produção Fonográfica – Produção Musical, que tem dois anos de duração, com turmas no turno vespertino ou noturno. O curso existe desde 2007, com estrutura e aulas que funcionam no *campus* Morumbi da instituição. A aproximação com essa formação foi realizada através da entrevista concedida pela professora Marli Batista Ávila, coordenadora do curso.

Conforme nos explicou a professora, o curso surgiu ao se perceber a necessidade de orientar e qualificar o trabalho do produtor musical. Acredita-se que o nível musical que é consumido está atrelado à produção dessa música. Nesse sentido, uma formação que se propõe a trazer conhecimentos teóricos e práticos contribui para direcionar o profissional, apresentar uma visão mais adequada em relação à qualidade da produção musical e, conseqüentemente, ajuda a melhorar o conhecimento e nível musical dos alunos.

O perfil de alunos do curso, portanto, são de jovens que começaram seus estudos em casa, de forma autônoma, e já tinham facilidade de lidar com os equipamentos necessários para a atuação profissional, mas que, no entanto, não tinham uma formação musical consistente ou uma cultura musical fundamentada. A formação se propõe, desse modo, a oferecer a base teórica e prática para que esse profissional egresso tenha capacidade de pensar a sua própria produção musical.

A nomenclatura escolhida para o curso foi um consenso entre os membros da sua equipe de formação. Já existia no Ministério da Educação (MEC) o cadastro da formação de tecnólogo em Produção Fono-

gráfica, sendo este o viés mais próximo encontrado à ideia de curso que estava sendo formulada. Entendia-se, contudo, que “Produção Musical” compreendia melhor a atuação desse profissional, sendo o termo “Produção Fonográfica” uma nomenclatura mais restrita e que, portanto, estaria defasada. Para manter um alinhamento com o que já existia formalmente no MEC, sem deixar de abranger o entendimento da concepção do curso, foi escolhido o nome Produção Fonográfica – Produção Musical para o CST criado.

De acordo com a professora, o curso tem como propósito a formação do produtor musical e, nesse sentido, situa-se no contexto da produção cultural. Apesar do viés na produção artística, o curso também busca oferecer ao aluno alguns conhecimentos em gestão, através de disciplinas, uma vez que o egresso poderá ter seu próprio estúdio de gravação ou produtora e deverá lidar com aspectos de gerenciamento desses empreendimentos. A formação, no entanto, tem o enfoque na produção musical, própria ou de terceiros, que capacita para que ele tenha a habilidade de fazer a escolha adequada do artista, do repertório, do arranjo, dentre outros aspectos pertinentes à produção musical.¹⁰

Durante os dois anos de graduação, o aluno cursa tanto disciplinas teóricas quanto práticas, que perpassam pelos conhecimentos musicais, técnicos e de ampliação do repertório acadêmico. Tanto as disciplinas quanto as atividades extracurriculares da instituição propiciam aos estudantes atividades práticas, tais como visitas técnicas em diversos locais de atuação do produtor musical, palestras, oficinas, seminários, como também as atividades com equipamentos em laboratórios da instituição. Para atender a essas necessidades, o curso passou por uma reforma curricular em 2010, com a retirada de disciplinas mais ligadas às graduações não tecnológicas e um melhor aproveitamento do tempo de curso, sem perder o teor teórico necessário à formação.

Quanto ao mercado de trabalho e a atuação dos egressos do curso, a entrevistada explicou que, geralmente, os profissionais se encaminham para trabalhar em estúdios ou na técnica de salas de teatro e

cinemas, por exemplo. Segundo informou, os alunos do curso têm um perfil diversificado, o que contribui para a inserção deles no mercado de trabalho, por exemplo, como arranjadores, compositores de trilhas sonoras para musicais, teatro e filmes. Podem também aperfeiçoar seu próprio trabalho artístico, quando já têm uma carreira, ou ainda atuar como técnicos em emissoras de rádio e TV.

CST em Produção Fonográfica – Produção de Música Eletrônica da UAM

A UAM também oferece em sua lista de formações o CST em Produção Fonográfica – Produção de Música Eletrônica no *campus* da Mooca, no Centro da cidade de São Paulo, com duração de dois anos e entradas semestrais. A entrevista foi concedida pelo professor Leonardo Vergueiro, coordenador do curso, que informou que a primeira turma teve início em 2007. O curso tem o propósito de formar o produtor de música eletrônica que, de acordo com o professor, é um artista de música eletrônica que vai lançar músicas, vendê-las na internet, lançar música em compilação, em selos, e ainda vai se apresentar como artista em eventos, por exemplo.

A instituição percebeu que existiam fora do país alguns cursos nessa área, em universidades ou em parceria com estas, dentre as quais a experiência de uma escola em Londres, no Reino Unido, com uma graduação para produtores de música eletrônica, serviu de inspiração para a criação do curso da UAM. De acordo com o coordenador, o mercado brasileiro era carente de oferta de formações em produção fonográfica com viés na música eletrônica. A escolha por ofertar um CST foi em consonância com o catálogo do MEC, onde já existia a graduação tecnológica em produção fonográfica, no entanto, essa formação viria com o diferencial do enfoque na música eletrônica que, até então, não havia oferta por outras instituições.

Conforme explicou o coordenador, o curso tem algumas disciplinas que circundam a área de tecnologia que vão possibilitar que o profissional egresso atue, por exemplo, como sonoplasta; como produtor de trilha para publicidade, espetáculos cênicos, cinema; além de ter a formação específica para produzir música eletrônica de pista, aquela dedicada a fazer o público dançar em eventos. Nesse sentido, mesmo que o desejo do aluno seja o de se tornar um artista de música eletrônica e alcançar sucesso, ele terá também a opção de atuar nos segmentos mencionados, que envolvem estúdio de gravação, mixagem, produção de artistas etc. Dentre os egressos do curso, no entanto, existem aqueles que conseguiram alcançar um sucesso profissional e vivem apenas do trabalho como DJ,¹¹ como artista de música eletrônica.

A formação oferecida busca, portanto, apresentar aos alunos conhecimento capaz de garantir uma atuação técnica na área através de disciplinas como Trilha Sonora, Sonorização de Imagens, Música e Mixagem, que possibilitem ao egresso trabalhar tanto como autor (artista) quanto em um estúdio, em uma produtora de áudio etc. O curso tem também uma disciplina chamada Legislação e Projeto Cultural, oferecida no último semestre, por dois professores – um advogado e uma produtora cultural –, que tem como finalidade contribuir para a elaboração de um projeto final de curso – um projeto de música eletrônica. No projeto final, o aluno tem que produzir uma música, uma composição estendida (de aproximadamente 15 minutos) própria, executá-la ao vivo, e produzir um trabalho escrito que seja um projeto para adequação em leis de incentivo à cultura. Essa atividade, desenvolvida em grupo, tem como propósito introduzir o aluno no mercado de trabalho.

De acordo com o coordenador do curso, uma formação universitária para a área é importante por que a produção fonográfica, hoje em dia, tornou-se de acesso muito mais fácil por conta do advento das tecnologias, dando a possibilidade de qualquer indivíduo adquirir programas de edição, por exemplo, e executar músicas do seu computador. No entanto, a facilidade de acesso não oferece a qualificação de atuação para os

indivíduos interessados. Um curso voltado para formar esse profissional, portanto, vai dar o embasamento técnico e conhecimento necessários para uma atuação mais qualificada. Nesse sentido, como informou o professor, o curso da UAM visa formar um profissional qualificado, que terá conhecimento necessário para executar uma função dentro da área de música eletrônica, diferente do indivíduo amador que irá testar para realizar alguma função.

Quando perguntado sobre atividades extracurriculares, o coordenador enumerou algumas delas, tais como a rádio interna da universidade onde os alunos se apresentam, como também o encontro da Escola de Artes da UAM, realizado anualmente, no qual os alunos participam se apresentando e mostrando os projetos desenvolvidos. Existem também projetos intercursos com as graduações em comunicação da instituição, para a produção de trilha para reportagens e demais conteúdos, e com o curso de dança, para a produção das trilhas sonoras dos espetáculos, por exemplo. Dessa forma, proporciona-se ao aluno o intercâmbio com profissionais de outras áreas que podem vir a ser futuros clientes ou parceiros profissionais.

A universidade não faz um acompanhamento sistemático dos egressos, no entanto, é de conhecimento dos professores do curso que muitos atuam em emissoras de rádio, em produtoras de áudio, egressos que se apresentam como artistas, que atuam como professores em cursos livres, atuam como sonoplastas em emissoras de TV etc. Apesar dessas atuações dos egressos identificadas pelos professores, o coordenador afirma que o perfil principal de alunos que procuram o curso é de pessoas interessadas em atuar como artistas de música eletrônica (DJs).

Quando perguntado sobre as disciplinas, o coordenador informou que a maioria são divididas entre disciplinas ligadas às técnicas e tecnologias da produção de música, com ênfase em música eletrônica; as disciplinas teóricas sobre música e áreas correlatas; e disciplinas que

aproximam-se dos projetos e práticas profissionais. Já os professores são um total de 13 e vêm de diversas áreas de atuação, tais como música, comunicação, administração, artes e psicologia.

Curso de graduação sequencial em Produção Cultural da FAAP

A FAAP oferece, na cidade de São Paulo, o curso sequencial em Produção Cultural desde 2009. A duração curta do curso, de dois anos, é um atrativo para os alunos, segundo explicou o coordenador do Curso, professor Marcos José Moraes. Contudo, após estarem dentro da formação ou mesmo depois de finalizado o curso, os estudantes questionam quanto à possibilidade de a formação ser ampliada ou de se tornar um bacharelado, por exemplo. Em princípio, portanto, há uma demanda por informação e a formação de profissionais para a área e esse público, geralmente, pretende adquirir esse conhecimento de forma rápida e ágil. Porém, após a experiência, percebem a necessidade da formação.

Conforme informou o professor, são oferecidas 30 vagas por semestre, contudo, geralmente se matriculam no curso metade desse número. Acredita-se que os recursos necessários para o investimento financeiro no curso seja um fator que contribui para o número final de adesão dos alunos.

O curso de Produção Cultural da FAAP tem como diferencial ser na modalidade sequencial,¹² ligado ao curso de Artes Plásticas da instituição. Conforme informou o entrevistado, o curso surgiu como uma demanda de alunos que iam estudar Artes Plásticas na FAAP e que não queriam, necessariamente, ter uma atuação como artistas plásticos. Então, inicialmente, a ideia era de formar profissionais que viriam a trabalhar em galerias, em exposições etc. A própria atuação de egressos dos cursos de artes que atuam como gestores, produtores e administradores no campo da cultura contribuiu para compreender a demanda que existia para essa formação em Produção Cultural. Há, portanto, uma

sinalização, não apenas do mercado, da necessidade de profissionalização na área da cultura que demanda uma segmentação ou diferentes áreas de atuação profissional, e é nesse sentido que há a área de produção cultural.

Os conhecimentos e temáticas foram organizadas dentro do curso em alguns núcleos de disciplinas, conforme palavras do coordenador. Um que compreende um aspecto mais reflexivo e outro que proporciona uma visão mais ampla das possíveis áreas de atuação. As disciplinas de teor mais reflexivo têm como objetivo oferecer uma base teórica em antropologia, sociologia, filosofia, psicologia etc., que proporcione a reflexão para compreender a atualidade, a contemporaneidade da cultura brasileira. As disciplinas do outro núcleo têm como enfoque apresentar conhecimentos ligados às linguagens artísticas e às manifestações culturais, do folclore à música, da literatura às artes cênicas, de história da arte ao cinema e vídeo, entre outros. Nesse sentido, busca-se ofertar ao aluno um conhecimento mínimo de um repertório e referencial histórico dessas produções. As disciplinas mais teórico-reflexivas se encontram, em geral, concentradas nos dois primeiros semestres, sendo as disciplinas de conhecimentos específicos distribuídas durante todo o curso.

Existe ainda o núcleo de disciplinas que tratam sobre projeto, de forma ampla. Nesse sentido, são disponibilizadas tanto disciplinas que versem sobre a concepção de projetos, até a elaboração de projetos culturais, concluindo na fundamentação para o projeto de final de curso. Há ainda um núcleo de disciplinas de teor um pouco mais prático e instrumental, nas quais os alunos trabalham diretamente com as possíveis áreas de atuação em cultura. Sobre o trabalho final de conclusão de curso, na FAAP, eles têm por obrigação que desenvolver um projeto em dupla ou em trio. Segundo explicou o professor, a proposta do trabalho final conjunto é de proporcionar ao aluno a experiência do trabalho em equipe, uma vez que a capacidade de articulação,

de coordenação, de organização e distribuição de atividades, dentre outras, são competências inerentes para a atuação profissional.

De acordo com o coordenador, o curso foi pensado, portanto, para a formação de um profissional que viesse a ser mais do que um simples executor – no sentido de um produtor executivo –, mas de um produtor que pudesse pensar o projeto, pudesse articular, argumentar; um profissional que tivesse a capacidade de liderar, gerenciar projetos, portanto. Nesse sentido, segundo colocação feita pelo professor, compreende-se que não necessariamente deve-se confundir a produção com a gestão, pois há diferenças entre o produtor e o gestor. Contudo, compreende-se que o produtor deve ter noções de gestão para poder trabalhar.

Além disso, a formação oferecida pelo curso não pretende ser generalista, mas oportunizar ao aluno uma compreensão ampla do campo da produção cultural, mais articulada e complexa. A partir dessa concepção é que existem, por exemplo, disciplinas de Política Cultural, Artes Cênicas, Patrimônio, Literatura, Fotografia, Artes Plásticas, Folclore Brasileiro, Crítica da Arte, Marketing Cultural, Gestão de Projetos, Público, Rádio e TV, Culturas Híbridas, Modas, dentre outros.

A FAAP oferece ainda ao estudante do curso uma diversidade de atuações extracurriculares dentro da própria instituição, uma vez que mantém uma sala de teatro, de cinema (não convencional), um museu e uma rede de TV – a TV FAAP. Além das possibilidades da estrutura da instituição, o coordenador ressaltou como outro diferencial o fato dos professores do curso terem, além da formação acadêmica e titulação, atuação fora do quadro da docência. Dessa forma, o conhecimento prático do curso é apresentado por professores que atuam diretamente com o que ensinam. Outro aspecto interessante ressaltado pelo entrevistado são alguns trabalhos elaborados conjuntamente entre professores e disciplinas, que podem ser desde visitas técnicas ou ao desenvolvimento de projetos.

Por fim, durante a entrevista foi perguntado ao professor se havia o interesse da FAAP em transformar o seu curso sequencial, que tem

uma carga horária total de 1888 horas, em um bacharelado, por exemplo. Conforme respondeu o entrevistado, há interesse da instituição em propor um curso com maior duração de tempo e ampliação de disciplinas e conhecimentos, uma vez que os próprios alunos egressos questionam tal possibilidade. Contudo, segundo informou, a instituição não tem a autonomia que as universidades públicas têm o que acarretaria em um período de tempo longo para o processo de mudança.

Bacharelado em Produção e Política Cultural da UNIPAMPA

O curso de bacharelado em Produção e Política Cultural da Unipampa, em Jaguarão, no Rio Grande do Sul, é um dos cursos mais recentes na área da organização da cultura, em uma instituição de ensino superior pública, voltada para a formação de produtores culturais. O curso foi criado em 2012 e tem a seleção de alunos realizada integralmente pelo Enem, com 50 vagas anuais e duração de quatro anos, oito semestres. O curso é integral, majoritariamente diurno, com disciplinas obrigatórias concentradas no turno vespertino e as optativas no turno matutino, ou ainda noturno.

O professor entrevistado, então coordenador do curso, Alan Melo, explica que a Unipampa é uma universidade multicampi, oriunda do programa Reuni do MEC, que se encontra em 10 cidades do interior do Rio Grande do Sul, tendo como característica comum a todas o fato de serem cidades fronteiriças do Brasil com países da América do Sul. A cidade de Jaguarão faz fronteira com o Uruguai, tendo a cidade de Rio Branco como vizinha. Por ser fronteiriça, a cidade se encontra a 380 km de distância da capital Porto Alegre, e tem como centro intermediário a cidade de Pelotas a 150 km. Jaguarão é uma cidade interiorana, com cerca de 28 mil habitantes.

A criação do curso de Produção e Política Cultural da Unipampa no *campus* de Jaguarão se justifica também, segundo o professor, pelo

patrimônio histórico e cultural existente na cidade. De acordo com o coordenador do curso, que é professor e pesquisador na área de memória social e patrimônio cultural, o fato da cidade de Jaguarão ter o seu conjunto histórico e paisagístico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 2011, demonstra a importância cultural da localidade para a cultura do estado e do país. Alguns dos patrimônios da cidade são: a Ponte Internacional Barão de Mauá, tombada em 2011, que liga as cidades de Jaguarão e Rio Branco (Uruguai), e é considerada também Patrimônio Cultural do Mercosul; o Museu Carlos Barbosa; e o Teatro Politeama Esperança.

Outro aspecto ressaltado como interessante para o contexto de criação do curso é a relação entre as culturas dos países que fazem fronteira, como também as dinâmicas de cultura que surgem em zonas de fronteira. Esses também são aspectos interessantes nos quais esse curso ofertado pela Unipampa poderá se debruçar através da formação ofertada. Além disso, o professor mencionou também uma parceria entre a universidade e a prefeitura de Jaguarão no projeto de restauração das ruínas existentes na cidade para transformá-la em um museu, o Centro de Interpretação do Pampa.

O curso de bacharelado em Produção e Política Cultural tem como propósito formar produtores culturais, compreendendo-se as políticas culturais como conhecimento estruturante para essa formação e atuação profissional. O cenário nacional das políticas públicas de cultura, que tem ganhado cada vez mais visibilidade, assim como o próprio aumento de recursos para investimento em cultura, parecia ser bastante favorável para que a Unipampa pudesse oferecer um curso contemporâneo de bacharelado, que também conseguisse dialogar com os cursos existentes no *campus* – as licenciaturas e as humanidades, assim como o curso tecnológico em Turismo.

Quanto ao perfil do egresso, a inserção deste no mercado de trabalho, o coordenador do curso não pode responder, uma vez que no ano da entrevista a primeira turma estava em curso no segundo semestre.¹³

Contudo, quanto ao perfil do alunado ingresso do curso, foi possível afirmar que eram majoritariamente de jovens em busca de sua primeira formação e que vinham de diversos estados brasileiros, tais como Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, dentre outros, como também de alunos do próprio estado e cidade. Observa-se que a utilização do Enem como forma de avaliação e a seleção através do Sistema de Seleção Unificada do MEC possibilitou que candidatos de várias partes do país se candidatassem às vagas oferecidas pela Unipampa.

Algumas considerações

A partir das aproximações com os 10 cursos anteriormente apresentados, foi possível estabelecer um panorama das formações no Brasil que buscam fortalecer a área da organização da cultura através dos seus egressos. As experiências apresentadas são de cursos que pretendem formar, principalmente, produtores culturais, mas também, como foi possível conhecer, formações de cunho mais específico dentro da área da produção – como os cursos de produção fonográfica – e também aqueles cursos de outras áreas do conhecimento que transversalizam com o campo da cultura e se propõe a formar profissionais que atuem e contribuam para a área da organização da cultura – como as experiências dos cursos de artes, ciências sociais, engenharia e administração apresentados.

Os cursos que trazem em sua nomenclatura a produção cultural e, portanto, a figura do produtor cultural são os do IFRJ, da UFF, da FAAP e da Unipampa. Apesar das especificidades de cada uma das experiências, é possível verificar que nos quatro cursos vemos formações preocupadas em oferecer uma visão sistêmica e analítica aos futuros produtores culturais baseados em conhecimentos de gestão e políticas culturais, assim como abordagens teóricas e práticas sobre planejamento, projetos, produção e execução na área da cultura. Nesse sentido,

apesar de não existir um currículo unificado para essas recentes formações, que estabeleça, por exemplo, disciplinas obrigatórias e demais normativas, verifica-se que existe um alinhamento de propostas quanto aos conhecimentos que devem ser abordados para a oferta de uma formação adequada para esse profissional da produção cultural.

As aproximações realizadas com essas experiências formativas podem, de certo modo, elucidar sobre quais são os conhecimentos básicos para a formação desse profissional de organização da cultura – o produtor cultural – sem, contudo, coibir que conhecimentos e experiências específicas sejam ofertadas em cada uma dessas formações. Dessa forma, podemos evidenciar também o caráter multidisciplinar inerente a esse campo, essa atuação profissional e, portanto, a essas formações.

As propostas formativas dos dois cursos ofertados pela UAM visam formar produtores fonográficos, um mais generalista e outro mais específico em música eletrônica. Ambas as formações se debruçam, portanto, no contexto da produção artística em música. Os produtores musicais e fonográficos se diferem dos produtores culturais que atuam no segmento da música, na execução de projetos e *shows*, por exemplo. Enquanto o primeiro tem como função a participação, acompanhamento e crítica quanto ao processo de criação artística da banda ou artista, o segundo, geralmente, tem como função principal o gerenciamento dos *shows* da banda ou do artista. No entanto, é importante observar que, a depender do contexto no qual o profissional se encontra dentro da cadeia produtiva da música, os limites entre as atuações podem ser bastante tênues. (MELLO, 2013) Ambas formações, apesar de serem mais específicas, compõem também o grupo de cursos que se dedicam a formar profissionais de organização da cultura.

Dentre as formações apresentadas que surgiram a partir de outras áreas do conhecimento, temos os cursos da UCAM (Artes), FGV (Ciências Sociais), Unirio (Engenharia de Produção) e ESPM (Administração). Três dos cursos são de áreas que se relacionam com o campo da cultura, como as artes, as ciências sociais e a administração. Já o

curso da Unirio, em Engenharia de Produção, portanto, da área de exatas, relaciona-se com o campo da cultura através de uma ênfase em Produção em Cultura. Conforme foi possível conhecer através da entrevista realizada, essa seria uma formação pensada para formar engenheiros de produção que tivessem uma atuação no campo da cultura, através de conhecimentos administrativos, de gestão e planejamento em engenharia para, por exemplo, se pensar estruturas de grandes eventos ou mesmo processos inerentes a projetos de cunho cultural.

Apesar de ser um curso de Artes com ênfase em Produção e Políticas Culturais, o profissional egresso dessa formação da UCAM é identificado como produtor cultural. O curso oferece os conhecimentos de produção, gestão e políticas culturais, necessários para atuação do produtor cultural, como também disciplinas e conhecimentos em artes. Nesse aspecto, essa formação tem similaridade com o curso de Comunicação – Produção em Comunicação e Cultura da UFBA, que é ofertado como uma habilitação da comunicação e forma produtores culturais com conhecimentos em produção, gestão e políticas culturais, mas que garantem também os conhecimentos inerentes aos profissionais de comunicação.¹⁴

Os cursos da FGV e da ESPM formam, respectivamente, antropólogos, sociólogos ou cientistas sociais com ênfase em bens culturais; e administradores com ênfase em *marketing* e entretenimento. São, portanto, cursos de áreas específicas que transversalizam com o campo da cultura, mais especificamente com a área da organização da cultura. De acordo com os relatos apresentados, o profissional egresso da FGV pode vir a atuar com produção e gestão culturais em instituições da área ou mesmo de forma autônoma, por exemplo. Já os administradores com ênfase em *marketing* e entretenimento egressos da ESPM podem vir a atuar no mercado de cultura e entretenimento existente no país, desde projetos e empreendimentos da cadeia produtiva do cinema, da música ou artes cênicas, como também na área de esportes e dos grandes eventos nessa área, por exemplo. Essas formações, em áreas correlatas

à cultura, assemelha-se à proposta de curso de Relações Públicas com ênfase em Produção Cultural da Unipampa (São Borja), uma vez que todas essas formam profissionais de áreas específicas – ciências sociais, administração e relações públicas – que atuam no campo organizativo da cultura.¹⁵

O panorama elaborado a partir das investigações e entrevistas junto aos cursos apresentados evidencia que o campo da organização da cultura no Brasil tem ganhado formações que se propõem a formar profissionais capazes de atuar nas áreas de produção, gestão e políticas culturais, sejam como produtores culturais ou como profissionais de outras áreas, correlatas ou não, que se debruçam sobre aspectos da cultura. A figura do produtor cultural como profissional capaz de atuar nos campos da produção, gestão e políticas culturais é ressignificada a partir dessas formações. Por outro lado, as outras figuras profissionais aqui verificadas, que se debruçam sobre os diversos aspectos e contextos do campo cultural, evidenciam também o caráter multidisciplinar deste.

As formações destinadas a formar produtores culturais e demais profissionais que atuam no campo organizativo da cultura – da produção, gestão e políticas culturais – se mostram essenciais para a complexificação, consolidação e fortalecimento do campo da cultura, uma vez que fazem o esforço de compreender as dinâmicas e conhecimentos necessários para essa atuação. Compreender e fomentar essas formações, portanto, são iniciativas essenciais para fortalecer a área da organização da cultura.

Referências

ÁVILA, M. B. *Entrevista sobre o CST em Produção Fonográfica – Produção Musical da UAM*: entrevista [ago. 2012]. Entrevistador: Ugo Barbosa de Mello: UFBA, 2012. Arquivo sonoro digital. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa A experiência da formação no curso de Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura: reformulação do seu projeto pedagógico.

CASTRO, C. *Entrevista sobre o curso de Bacharelado em Ciências Sociais com ênfase em Bens Culturais da FGV*: entrevista [out. 2012]. Entrevistador: Ugo Barbosa de Mello: UFBA, 2012. Arquivo sonoro digital. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa A experiência da formação no curso de Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura: reformulação do seu projeto pedagógico.

DINIZ, C. *Entrevista sobre o curso de Bacharelado em Engenharia de Produção com ênfase em Produção em Cultura da UNIRIO*: entrevista [out. 2012]. Entrevistador: Ugo Barbosa de Mello: UFBA, 2012. Arquivo sonoro digital. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa A experiência da formação no curso de Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura: reformulação do seu projeto pedagógico.

FERGUNSON, A. *Entrevista sobre o curso de Bacharelado em Artes com ênfase em Produção e Política Cultural da UCAM*: entrevista [out. 2012]. Entrevistador: Ugo Barbosa de Mello: UFBA, 2012. Arquivo sonoro digital. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa A experiência da formação no curso de Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura: reformulação do seu projeto pedagógico.

GUEDES, M. *Entrevista sobre o curso de Bacharelado em Administração com ênfase em Marketing e Entretenimento da ESPM*: entrevista [out. 2012]. Entrevistador: Ugo Barbosa de Mello: UFBA, 2012. Arquivo sonoro digital. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa A experiência da formação no curso de Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura: reformulação do seu projeto pedagógico.

MELLO, U. B. de. *Formação em produção cultural – UFBA: uma análise dos alunos egressos entre 1999-2008*. 2009 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, 2009.

MELLO, U. B. de. *Produtores no backstage da música – do estúdio ao show*. 2013. Disponível em: <<http://www.guiadeproducaodorock.com.br/produtores-no-backstage-da-musica/>. 2013>. Acesso em: 20 nov. 2015.

MELO, A. *Entrevista sobre o Bacharelado em Produção e Política Cultural da UNIPAMPA*: entrevista [out. 2012]. Entrevistador: Ugo Barbosa de Mello: UFBA, 2012. Arquivo sonoro digital. Entrevista concedida

ao Projeto de Pesquisa A experiência da formação no curso de Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura: reformulação do seu projeto pedagógico.

MORAES, M. J. *Entrevista sobre o Curso Sequencial em Produção Cultural da FAAP*: entrevista [ago. 2012]. Entrevistador: Ugo Barbosa de Mello: UFBA, 2012. Arquivo sonoro digital. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa A experiência da formação no curso de Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura: reformulação do seu projeto pedagógico.

PICCOLO, F. D. *Entrevista sobre o curso de Bacharelado em Produção Cultural do IFRJ*: entrevista [out. 2012]. Entrevistador: Ugo Barbosa de Mello: UFBA, 2012. Arquivo sonoro digital. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa A experiência da formação no curso de Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura: reformulação do seu projeto pedagógico.

RODRIGUES, L. A.; DOMINGUES, J. *Entrevista sobre o curso de Bacharelado em Produção Cultural da UFF*: entrevista [out. 2012]. Entrevistador: Ugo Barbosa de Mello: UFBA, 2012. Arquivo sonoro digital. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa A experiência da formação no curso de Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura: reformulação do seu projeto pedagógico.

VERGUEIRO, L. *Entrevista sobre o CST em Produção Fonográfica – Produção de Música Eletrônica da UAM*: entrevista [ago. 2012]. Entrevistador: Ugo Barbosa de Mello: UFBA, 2012. Arquivo sonoro digital. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa A experiência da formação no curso de Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura: reformulação do seu projeto pedagógico.

Notas

- 1 Para conhecer mais sobre o Mapeamento de Formações em Organização da Cultura no Brasil, realizado pelo Ministério da Cultura em parceria com a UFBA, acesse: <http://www.organizacaocultural.ufba.br>.
- 2 A entrevista concedida pelo representante do curso da Unipampa foi realizada na ocasião do 2º Encontro Nacional de Produção Cultural (Enprocult), organizado no ano de 2012 pelos alunos do IFRJ, no Rio de Janeiro.

- 3 Fernanda Delvalhas Piccolo é autora do artigo “Trajetória de formação em produção cultural: reflexões a partir da experiência do IFRJ”, sexto capítulo deste livro.
- 4 A Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei Darcy Ribeiro, teve como propósito a implantação de novas diretrizes e bases para a Educação.
- 5 Luiz Augusto Rodrigues é autor do artigo “Produção Cultural na Universidade Federal Fluminense – trajetória e atualidade de um bacharelado (e outras reflexões)”, quinto capítulo deste livro.
- 6 Ambos os cursos, tanto da UFF quanto da UFBA, foram criados em 1995 e tiveram suas primeiras turmas no primeiro semestre de 1996. A diferença entre eles é que o curso da UFF teve vestibular específico ainda em 1995 para entrada em 1996, enquanto que o curso da UFBA não teve vestibular específico, sendo sua primeira turma formada por alunos aprovados no vestibular do curso de Jornalismo e que, por interesse, escolheram iniciar a formação em Produção em Comunicação e Cultura.
- 7 Para acessar o fluxograma do curso de Produção Cultural da UFF, aplicado desde 2012, acessar: < http://www.uff.br/iacs/site/pdfs/Prod_Cultural_Grade2012.pdf>.
- 8 Em acesso à página da UCAM, no dia 28 de dezembro de 2015, foi verificado, no entanto, que, na relação de graduações, o curso ofertado ainda é um bacharelado em Ciências Sociais com ênfase em Produção e Política Cultural: < <http://www.ucam.edu.br/index.php/ciencias-sociais-producao-e-politica-cultural>>.
- 9 Para acessar o documento completo do Projeto Político Pedagógico do Curso de Engenharia de Produção (Ênfase em Produção em Cultura) da Unirio: < <http://www2.uniriotec.br/eep/oiioio/projeto-politico-pedagogico-do-curso-de-engenharia-de-producao/view>>.
- 10 Para compreender mais sobre as funções do produtor musical, do produtor fonográfico e do produtor cultural que atua na execução de *shows*, acessar o artigo “Produtores no *backstage* da música – do estúdio ao *show*”. (MELLO, 2013)
- 11 DJ é a abreviação do termo em inglês “Disc Jockey” e se refere aos profissionais e/ou artistas responsáveis por produzir e transmitir música, geralmente, no segmento da música eletrônica.
- 12 Os cursos sequenciais são considerados uma modalidade de curso superior onde os alunos podem, após concluírem o ensino médio, obter uma qualificação superior, ampliando seus conhecimentos em um dado campo do saber, sem a necessidade de ingressar em um curso de graduação. < <http://www.inf.ufrgs.br/mec/ceeinf.sequencial.html>>
- 13 A primeira turma do curso de bacharelado em Produção e Política Cultura da Unipampa se formou no semestre 2015.2.
- 14 Para conhecer mais sobre a proposta formativa do curso de Comunicação – Produção em Comunicação e Cultura da FACOM/UFBA, ler o próximo capítulo desse livro.
- 15 Para conhecer mais sobre a proposta formativa do curso de Relações Públicas com ênfase em Produção Cultural UNIPAMPA (São Borja), ler o 10º capítulo desse livro.

Produção em Comunicação e Cultura: um breve histórico da habilitação da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia

*Ugo Barbosa de Mello**

A criação de um dos primeiros cursos de graduação voltados para a formação do profissional de cultura ocorreu no ano de 1995, na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). No entanto, a formação do contexto para o surgimento desse curso foi precedida por vários fatores históricos dessa instituição e da área da comunicação na Bahia.

* Produtor cultural egresso do curso de Comunicação – Produção em Comunicação e Cultura da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (FACOM/UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA)

A Faculdade de Comunicação

Na UFBA, o primeiro curso de Jornalismo foi criado em 1950, no Departamento de Filosofia da instituição, sediado no bairro de Nazaré, em Salvador. O curso fez parte da Faculdade de Filosofia durante 18 anos. Em 1969, as instituições de ensino superior brasileiras passam por uma reforma universitária outorgada pela injunção do Ato Institucional n.º 5, que transforma o curso de Jornalismo em Comunicação. Na UFBA – como também em várias outras universidades do país – comunicação é agregado de forma despótica à biblioteconomia, onde é então formada a Escola de Biblioteconomia e Comunicação (EBC).

Na EBC, o curso de Comunicação tinha o seu próprio departamento, no entanto, as forças políticas estavam todas concentradas nas mãos dos docentes do Departamento de Biblioteconomia. Um acordo feito entre as duas áreas no início da criação da escola nunca foi seguido – a direção da escola deveria passar por mandatos alternados entre professores dos dois departamentos, o que não ocorreu de fato durante os 17 anos da unidade.

Durante esse período, o Departamento de Comunicação buscou se desenvolver, mas foi cooptado pelo outro departamento. Os docentes e alunos dos dois cursos, em geral, divergiam de pensamento, de atitude e de identidade. Junto a esse contexto, é em 1984, quando da mudança da Biblioteca Central da UFBA para um prédio localizado no *campus* de Ondina, que os professores e alunos de Comunicação veem uma oportunidade de se tornarem independentes – foi organizada uma manifestação seguida da ocupação do prédio vazio, como forma de conseguir um espaço físico destinado exclusivamente à área da comunicação.

O prédio,¹ que fora disputado por várias unidades da UFBA, inclusive pelos docentes de Biblioteconomia, foi conquistado por alunos e professores de Comunicação. No entanto, o departamento ainda se mantinha vinculado à EBC, inclusive no repasse de verbas. Em 1985, Aílton Caires e Antônio Dias ganham eleições provisórias – diretor e vice; além disso, a reforma curricular ocorrida no mesmo ano e ou-

tras manifestações e reivindicações ocorridas em 1986 findam no total rompimento com Biblioteconomia. Em 1987, é então criada a Faculdade de Comunicação (Facom).

Com sede e autonomia, já em 1987, é criado na Facom o primeiro curso de pós-graduação da instituição: a especialização em Comunicação Comunitária. A faculdade é dirigida pelos professores Albino Rubim (diretor) e Marcos Palácios (vice) – o primeiro, professor da instituição desde a década de 1970; e o segundo, recém-chegado do Pará, para formar o quadro de docentes.² Antes disso, em 1984, é criado o Núcleo Interdisciplinar de Cultura e Comunicação (Nicom),³ passo importante para o fortalecimento da instituição, que na época buscava se desvincular definitivamente da EBC, através da organização e desenvolvimento de atividades acadêmicas dentro do Núcleo.

Em 1988, é criado o mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas, o primeiro da Facom. Nesse momento, os docentes percebem a importância do estímulo à pesquisa e como a pós-graduação dinamizava os estudos e agregava mais docentes à faculdade. Nesse ano, também foi criado o Programa de Educação Tutorial (PET), cujo primeiro tutor foi o professor Marcos Palácios.

Contudo, ainda em 1988, a UFBA passa por uma grande crise que agita as várias unidades, incluindo a recente Facom. A nomeação de Rogério Vargens como reitor causa insatisfação na comunidade acadêmica e ocasiona numa greve de quatro meses. O posicionamento contra a administração do reitor nomeado faz com que os professores Rubim e Palácios sejam exonerados de seus cargos em junho daquele ano, substituídos por Aílton Sampaio e Nívea Gouveia. O acontecimento ocasionou em diversos protestos contra a nova diretoria; esse e outros fatos fizeram com que um grupo de professores da UFBA se organizasse e entrasse com uma ação judicial contra o reitor, com a acusação deste não ter respeitado a lista sêxtupla. O então reitor Rogério Vargens é derrotado judicialmente e indica Ruy Espinheira e Sônia Serra para os cargos de reitor e vice. A vitória é comemorada por toda a universidade –

na Facom, a celebração é feita com a queima de um boneco representando o antigo reitor, no que foi chamada de Primeira Lavagem da Facom.

Em 1993, os professores Rubim e Palácios retornam aos cargos de direção da faculdade através do voto. As ações iniciadas no final da década de 1980, que começavam a conformar nacionalmente a Facom como uma forte instituição na área da comunicação, foram retomadas. Dentro desse contexto, em 1994, foi criado o doutorado do então Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (Póscom).⁴ Em 1995, é apresentada uma grande proposta de mudança curricular na Facom: a reformulação do currículo do curso de Jornalismo e a formulação de uma nova habilitação – Produção em Comunicação e Cultura.

A Facom ainda passará por algumas transformações. Uma delas é a mudança de espaço físico em 1999, do prédio do *campus* do Canela para a estrutura destinada ao Restaurante Universitário (RU) da UFBA, um prédio no *campus* de Ondina. O início das reivindicações por melhores condições de espaço físico começaram em 1998, por conta das precárias condições nas quais o prédio do Canela já se encontrava, como também pela necessidade de mais espaço físico, uma vez que o número de alunos, docentes e funcionários havia aumentado, além das próprias atividades da faculdade. Os alunos da Facom fizeram manifestações para que a faculdade mudasse para o prédio do RU, enquanto os demais alunos da UFBA, organizados pelo Diretório Central dos Estudantes, eram contra a iniciativa. No entanto, a discussão levada ao Conselho Universitário foi votada e decidiu-se que todo o prédio deveria ser destinado para o funcionamento do Facom. Ainda em 1999, as aulas começaram a ser dadas no prédio recém-ocupado. Apenas em 2001 todas as instâncias da unidade funcionaram integralmente no *campus* de Ondina, endereço da atual Facom.

Criação da habilitação em Produção em Comunicação e Cultura

Como pudemos ver, em 1995, dentro de um contexto conformatado por diversas mudanças e iniciativas, é proposta uma mudança curricular que reformularia o curso de Jornalismo e criaria uma nova habilitação da comunicação, até então inexistente: a Produção em Comunicação e Cultura.

Em 26 de junho de 1995, é realizada na Facom uma Reunião Extraordinária do colegiado do curso de Comunicação com os seguintes pontos de pauta a serem discutidos: reforma do currículo do curso de Jornalismo; criação de novas habilitações; e processos. Nessa reunião, estavam presentes os professores Washington Filho, Albino Rubim, Sérgio Mattos, Aloísio Rocha Filho, Maurício Tavares, Monclar Valverde, Renato da Silveira, Guido Araújo, Américo Lúcio César (docente do Instituto de Letras que participou como observador do processo), Itania Gomes, Elias Gonçalves, Wilson Gomes, Jonicael Cedraz, Marcos Palácios, Nadja Miranda, Antônio Dias e Vera Martins. Além dos professores, alguns estudantes de graduação acompanharam a reunião.

Nessa reunião, foram apresentadas propostas advindas tanto do Departamento de Comunicação como do de Jornalismo. O Departamento de Jornalismo apresentou a proposta de criação da habilitação em radialismo (rádio e TV). O Departamento de Comunicação baseou suas propostas no argumento da utilização do “currículo experimental”, dispositivo previsto em lei, que resolveria a questão da obrigação de se seguir um currículo mínimo – regra estipulada pela Resolução 002/84 –, e que, conseqüentemente, daria uma maior autonomia para a Facom sugerir seus próprios currículos acadêmicos. Foram apresentadas então as propostas para as habilitações em Jornalismo (reformulação), Publicidade e Propaganda e Produção em Comunicação e Cultura. Após diversas discussões a cerca de: recursos técnicos e infraestrutura da faculdade para oferecer os novos cursos; responsabilidade

departamental para oferta de novas disciplinas; e da defesa dos docentes por uma ou outra habilitação, por fim, foi decidido (e aprovado) pela reforma curricular da instituição e pela criação da habilitação em Produção em Comunicação e Cultura.

Documento de proposta de renovação curricular (1995)

Os trabalhos para a proposta da mudança curricular foram desenvolvidos por uma comissão formada por seis professores, sendo três do Departamento de Comunicação e os outros três do Departamento de Jornalismo (na época existente), além de uma representante estudantil. A elaboração do documento de proposta precedeu um amplo debate entre alunos e professores dentro da faculdade.

Em 10 de julho de 1995, o documento contendo as propostas do Colegiado de Comunicação, intitulado “Proposta de Reforma Curricular e de Implantação de Nova Habilitação” foi enviado à Câmara de Ensino de Graduação (CEG) da UFBA, acompanhado de um ofício dirigido à sua presidenta. O documento apresentava justificativas para as decisões tomadas pelo colegiado além de apontar as diretrizes gerais que orientariam a renovação da graduação e os aspectos relevantes pela escolha da implantação da nova habilitação em Produção em Comunicação e Cultura.

Para sustentar as duas grandes propostas apresentadas, o documento discute sobre as transformações que o campo da comunicação influenciou na sociedade contemporânea. Argumenta-se, por exemplo, sobre o grande desenvolvimento que a produção, circulação e consumo de bens simbólicos estava tendo no período, e como esse campo do simbólico estava cada vez mais conectado às várias faces da sociedade contemporânea. Assim sendo, o texto aponta a relevância que o campo das mídias (do inglês, *media*) tem na então “sociedade da informação” – ou ainda, como é propriamente citado, “cultura do espetáculo” ou “idade mídia”.

A cultura não está fora dos campos nos quais os mídias se conectam na sociedade contemporânea. O texto argumenta:

Ao produzir incessantemente bens simbólicos e ao constituir circuitos de transmissão destes bens, hoje hegemônicos, o campo dos mídias retém forte dimensão cultural, apresentando-se como quase idêntico à cultura, na sua conformação de indústrias culturais. (UFBA, 1995b)

A configuração dos bens simbólicos, através das indústrias culturais, em mercadorias e consumo – e, portanto, em publicização mercantil, concorrência de marcas etc. – são resultados da conexão dos mídias com a economia. O ato da própria publicização em todos os campos sociais é outra configuração trazida a sociedade contemporânea pelos mídias. Destaca-se ainda um fator que desponta no período do contexto descrito e que hoje é sem dúvida um assunto de grande importância: as novas formas de sociabilidade e os novos lugares societários forjados pelas redes de informática e pelo ciberespaço, tendo o campo dos mídias papel essencial para a conformação dessa questão (e realidade) contemporânea.

Apresentadas essas questões, o texto aborda como as áreas da comunicação se adéquam e se criam a partir dessa contemporaneidade midiática. São apresentados, por excelência, o jornalismo e a publicidade e propaganda; e como novas faces “a narrativa (ficcional) e o ‘show’, o qual traz imanente a possibilidade da variedade de elementos como seu princípio organizativo”. É através da compreensão da multiplicidade de “faces” da comunicação que o projeto acadêmico se sustenta, tanto na renovação do currículo do Jornalismo como na criação pioneira do novo currículo de Produção em Comunicação em Cultura:

Os currículos (novo e renovado) alimentam-se da afirmação da comunicação como processo unitário e integrado, mesmo expresso socialmente em sua diversidade de modalidades, e como fenômeno, conjunto de práticas e teorias, sempre pluridisciplinar e umbilicalmente remetido à atualidade. (UFBA, 1995b)

Portanto, a opção da Facom em seguir essa perspectiva está justamente em acompanhar a pluridisciplinaridade pela qual é compreendida a comunicação nesse momento, e registrá-la através dos cursos de graduação oferecidos pela instituição. Com base em um tronco comum bem definido, e dando a possibilidade de formação multifacetada através das habilitações, a comunicação poderá ser estudada, pesquisada e apreendida de forma satisfatória.

Apresentada essa perspectiva global da comunicação – já uma realidade da sociedade contemporânea brasileira –, o documento reafirma também a importância que seria a implantação futura de outras duas habilitações, porém, inviáveis no momento por conta de algumas condições, como falta de infraestrutura, por exemplo. Seriam “uma em Publicidade e Propaganda” e outra em “Narrativas Midiáticas – em suportes como cinema, vídeo/televisão, rádio, multimídia e revista em quadrinhos”, que juntas com o Jornalismo e a Produção em Comunicação e Cultura conformariam a Facom como uma faculdade de comunicação plena.

Ao finalizar as justificativas pela escolha desse novo projeto acadêmico, o documento se utiliza das trajetórias brasileira, baiana e da própria faculdade como legitimadoras de tal ação. Sobre o Brasil, é apontado que, mesmo sendo um país em desenvolvimento e, portanto, ainda excludente em diversas áreas sociais, o campo midiático se disseminou e habita o debate e o “espaço público”, que demanda por profissionais e pesquisadores na área. No âmbito estadual, destaca-se a Bahia como um lugar de reconhecida expansão das temáticas culturais e comunicacionais no país – enfatiza-se a sua forte tradição cultural de formação diversa como também a grande valorização e afirmação recentes de identidade. Por fim, a UFBA, instituição reconhecida nacionalmente por sua intensa atuação acadêmico-cultural, e sua Facom, com o Póscom (doutorado, mestrado e especialização) sintonizam-se com as demandas apresentadas pela atual “sociedade de comunicação”.

O documento ampara-se ainda em um dispositivo legal que permite a proposta de renovação da graduação e da criação de uma nova habilitação: opta-se por trabalhar a concepção de “currículos experimentais”, citada anteriormente. O curso de Comunicação Social é regulamentado pela Resolução n.º 2, de 2 de janeiro de 1984,⁵ que traz no seu artigo primeiro que as atividades de Comunicação Social serão feitas através de graduação com as seguintes habilitações: a) jornalismo; b) relações públicas; c) publicidade e propaganda; d) produção editorial; e) radialismo (rádio e TV); f) cinema. A habilitação em Produção em Comunicação e Cultura não está prevista pela Resolução n.º 2/84, que também estabelece um currículo mínimo do curso de Comunicação, o que inviabilizaria, portanto, a reforma autônoma da faculdade sobre o curso já existente, Jornalismo.

A possibilidade dos “currículos experimentais” é permitida através do artigo 104 da antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4.024/61), então vigente. Através dessa possibilidade, os currículos plenos podem ser formulados pelas especificidades regionais, por exemplo, e permite-se que um projeto acadêmico-pedagógico seja pensado pelo colegiado, admitindo-se a autonomia que a Universidade tem, prevista na Constituição Federal. O artifício foi usado por outras escolas de comunicação do país, como por exemplo, a Escola de Comunicação e Arte (Universidade de São Paulo), e soluciona os entraves ocasionados pela inflexibilidade da Resolução n.º 2/84, que se mostrara bastante desatualizada.

Proposta da nova habilitação

No documento, a proposta de implantação da nova habilitação tratou dos enlaces entre a comunicação e a cultura para mostrar a conformação dessa nova área. A questão do campo dos mídias e a produção de bens simbólicos – já abordados pelo próprio documento – são retomados com enfoque na atividade cultural atribuída aos mídias.

Segundo concepções do texto, as atividades culturais não estão restritas à cultura produzida e/ou veiculada por eles, visto que esse campo permeia também a cultura não midiática. Portanto, tanto as relações dos mídias e da cultura (cultura midiática) quanto dos mídias com a cultura dita não midiática revela que constituiu-se nesse entorno uma teia cultural.

Dessa teia cultural, segundo o texto, emergem inúmeras zonas e atividades de articulação e permeação, tais como: as próprias indústrias culturais, o *marketing* cultural, as políticas e iniciativas públicas e privadas em cultura e comunicação, o turismo cultural etc. que por sua vez demandam por estudos e pesquisas como também por trabalhos especializados. Essa afirmação entra em sintonia com o contexto de complexificação do campo da cultura apresentado no capítulo anterior deste livro, uma vez que se afirma aqui o desenvolvimento de um novo mercado de trabalho e a demanda por profissionais especializados.

Vale destacar a apresentação do perfil do profissional de Produção em Comunicação e Cultura que o documento da proposta traz. Apresenta-se assim:

O profissional de Produção em Comunicação e Cultura, possuidor de um conhecimento teórico-analítico-informativo rico e abrangente da situação da cultura e da comunicação na contemporaneidade, com destaque para o panorama atual vivenciado no Brasil e na Bahia, realiza estudos e pesquisas na área de comunicação e cultura, além de planejar, produzir e realizar atividades culturais e comunicacionais, sob variadas formatações, sendo tais programas realizados diretamente pelos mídias, como 'shows' inscritos em sua programação midiática ou não, ou programas realizados por terceiros, mas perpassados pela necessidade de efetiva interação com os mídias. (UFBA, 1995b)

O objetivo do curso, portanto, é oportunizar a formação desse profissional descrito acima, dentro do contexto, e de forma a atender as demandas, de que tratou o documento.

Por fim, seguem anexas ao documento as disciplinas que serão criadas e atenderão às duas habilitações: Produção em Comunicação e Cultura e Jornalismo. Dentre as disciplinas criadas estão: Comunicação e Sociedade; Oficina de Comunicação Escrita; Oficina de Comunicação Audiovisual; Elaboração de Projetos em Comunicação; Comunicação, Ética e Legislação; Estética da Comunicação; Teorias da Comunicação; Comunicação e Tecnologia; Comunicação e Cultura Contemporâneas; e as específicas da nova habilitação: Oficina de Planejamento e Gestão em Comunicação e Cultura; Oficina de Marketing e Divulgação Culturais; Oficina de Produção em Cultura; Oficina de Produção em Comunicação; e Políticas de Cultura e de Comunicação.

Vale ressaltar que o projeto de renovação da grade curricular do curso de Comunicação proposto pelo colegiado previa uma melhor interação com as disciplinas práticas. Para isso, foram criadas disciplinas chamadas de oficinas, que teriam como resultado final um produto elaborado pelos alunos, através das ementas e conteúdos específicos. As chamadas oficinas seriam oferecidas desde os semestres iniciais, rompendo uma tradição de segregação entre os conteúdos teóricos e práticos dos cursos de graduação – normalmente nos semestres iniciais se concentram as disciplinas teóricas, enquanto que a parte prática se reserva aos semestres finais. O mesmo foi proposto para as disciplinas específicas de cada habilitação: elas estavam distribuídas entre os semestres junto com as disciplinas de tronco comum.

A partir dessa proposta o fluxograma da nova habilitação ficou da seguinte maneira, no primeiro semestre seriam oferecidas: Oficina de Comunicação Escrita, Teorias da Comunicação, Comunicação e Cultura Contemporâneas, e uma optativa; no segundo semestre: Oficina de Comunicação Audiovisual, Semiótica, Políticas de Cultura e de Comunicação, e uma optativa; terceiro semestre: Estética da Comunicação, Marketing e Divulgação Culturais, e duas optativas; quarto semestre: Comunicação e Sociedade, e três optativas; quinto semestre: Elaboração de Projetos em Comunicação, Oficina de Planejamento

e Gestão em Comunicação, e duas optativas; sexto semestre: Comunicação e Tecnologia, Oficina de Produção em Cultura, e duas optativas; sétimo semestre: Comunicação, Ética e Legislação, Oficina de Produção em Comunicação, e duas optativas; oitavo e último semestre: Projeto Experimental em Comunicação ou Projeto Experimental em Comunicação e Cultura.

Dessas, eram disciplinas obrigatórias da nova habilitação: Comunicação e Cultura Contemporânea, Oficina de Produção em Cultura, Política de Cultura e de Comunicação, Oficina de Planejamento e Gestão em Comunicação e Cultura, Oficina de Produção em Comunicação, Marketing e Divulgação Culturais e Projetos Experimentais em Comunicação e Cultura. Eram disciplinas de tronco comum: Comunicação e Sociedade, Teorias da Comunicação, Semiótica, Estética da Comunicação, Comunicação, Ética e Legislação, Oficina de Comunicação Escrita, Oficina de Comunicação Audiovisual, Elaboração de Projeto em Comunicação e Projetos Experimentais em Comunicação. Todas essas disciplinas, específicas da nova habilitação quanto também as de tronco comum, além de uma lista diversa de optativas, eram oferecidas pelo Departamento de Comunicação.

A reformulação do currículo dos cursos de comunicação excluiu as disciplinas: Introdução à Filosofia e Introdução à Sociologia. Argumentou-se que os conteúdos poderiam ser abordados e contemplados pelas disciplinas do novo currículo como: Comunicação e Sociedade, Comunicação, Ética e Legislação e Estética da Comunicação.

O documento da proposta seguiu os processos internos da UFBA, passando pelos órgãos responsáveis, como a Superintendência Acadêmica, e, em 21 de novembro de 1995, a CEG aprovou a proposta.

Primeiro ano e proposta de ajuste (1997)

No início do ano letivo de 1996, foram oferecidas 10 vagas da nova habilitação para os alunos que haviam sido aprovados no último ves-

tibular para o curso de Jornalismo. Cinco estudantes aceitaram a proposta e iniciaram o curso pioneiro e de formação experimental. Foram eles: Carlos Paiva, Daniela Matos, Roberto Duarte, Rosane Vieira e Jean Calhau.

Após o primeiro ano de existência do curso, os alunos junto com os professores propuseram um aperfeiçoamento a partir das experiências daqueles dois semestres. Foram realizados seminários internos de avaliação como também, em dezembro daquele ano, a Facom teve a iniciativa de convidar professores de outras universidades para formar uma comissão qualificada com o propósito de avaliar o novo currículo recém-implantado e corrigir possíveis falhas e equívocos. A comissão foi composta por Cremilda Medina (Universidade de São Paulo), José Luiz Braga (Universidade de Brasília) e Nilson Lage (Universidade Federal de Santa Catarina).

Com base nos relatórios produzidos pela comissão externa de avaliação, e com mais algumas ações de reavaliações internas ocorridas em 1997, posteriormente, foi organizado um documento com a proposta de ajuste – em reunião de colegiado do dia 9 de dezembro de 1996, a concessão para o encaminhamento de um novo ajuste já havia sido aprovado. A proposta, que só seria enviada para apreciação da CEG em 22 de maio de 1997, visava corrigir alguns equívocos da proposta de criação e melhor adaptar a grade curricular às necessidades apontadas e discutidas pelos discentes e docentes.

Os ajustes propostos seguiam cinco aspectos básicos da estrutura curricular: 1) a carga horária das disciplinas; 2) criação de novas disciplinas e/ou transformação do caráter das mesmas em optativo/obrigatório (vice-versa); 3) modificação de nomenclatura de algumas disciplinas; 4) (re)alocação de disciplinas na estrutura (fluxograma) do curso; 5) mudança/estabelecimento de pré-requisitos.

Quanto à questão das cargas horária, foi aprovado pelo colegiado o número de 60 horas que seria comum a todas as disciplinas. A exceção ficou por conta daquelas com caráter de oficina, mais a disciplina

Desenvolvimento Orientado de Projetos, que teriam um total de 90 horas. Com essa mudança, a disciplina Marketing e Divulgação Culturais, antes com 90h, passou a ter 60h. Os Projetos Experimentais, em quaisquer modalidades, permaneceram com 300h.

O colegiado de graduação aprovou também a criação de novas disciplinas e a transformação de algumas já existentes em obrigatórias e em optativas. A disciplina Comunicação e Política, antes optativa, foi transformada em obrigatória e passou a ser oferecida aos alunos do quinto semestre. Foi criada a disciplina Desenvolvimento Orientado de Projetos (citada no parágrafo acima) de caráter obrigatório para os alunos do sétimo semestre.

A alteração de nomenclatura de disciplinas foi aplicada à Comunicação, Ética e Legislação, que passou a ser chamada de Comunicação e Ética; a Oficina de Planejamento e Gestão em Comunicação passou a ser nomeada como Oficina de Planejamento em Comunicação e Cultura.

Com a reformulação da grade curricular da habilitação em Produção em Comunicação e Cultura, os primeiro, segundo, terceiro e oitavo semestres permanecem com as mesmas disciplinas. No quarto, semestre é acrescentada a disciplina Comunicação e Tecnologia, anteriormente localizada no sexto semestre, e ficam duas optativas ao invés das três oferecidas; no quinto semestre, é alocada a disciplina Comunicação e Política – agora obrigatória –, é oferecida Comunicação e Ética (antes do sétimo semestre) e continuam a Oficina de Planejamento de Comunicação e Cultura e uma optativa; no sexto, entram a disciplina Oficina de Produção em Eventos e a disciplina Elaboração de Projetos em Comunicação, esta antes pertencente ao quinto semestre; por fim, no sétimo semestre, é ofertada a recém-criada Desenvolvimento Orientado de Projeto junto com as demais.

Com as alterações acima, aprovadas pelo colegiado, os alunos de Produção em Comunicação e Cultura passam a ter de cumprir o total de 510 horas de atividades de extensão e/ou pesquisa para complementar a carga total prevista para as graduações em comunicação de 2700

horas. Nessa condição, foi aprovado também que o aluno terá a opção de cumprir parte dessa carga horária em disciplinas optativas, sendo possível o máximo de três optativas como escolha para cada aluno. Vale ressaltar que as disciplinas de tronco comum, como Comunicação e Política e Desenvolvimento Orientado de Projeto, foram, portanto, acrescidas, alteradas suas nomenclaturas e/ou modificadas de lugar também para a habilitação em Jornalismo. Algumas disciplinas específicas também foram criadas, assim como outras tiveram o caráter modificado para esta habilitação.

A proposta de ajuste apresentada acima entraria em vigor para os alunos matriculados a partir do ano de 1998. Para os alunos matriculados a partir de 1999, o currículo ainda sofreu algumas pequenas alterações.

Alteração curricular do curso de comunicação (1999)

As rápidas mudanças ocorridas no campo da comunicação desde o período de implantação da grande mudança curricular, que fizeram com que houvesse incessantes discussões e debates para o aprimoramento dos currículos da Facom, fazem com que em 1999 seja proposta outra grande mudança. No decorrer desse ano, foram realizados cinco encontros internos específicos sobre currículo, nos meses de maio, julho, agosto, outubro e novembro, e com participação quase total de alunos e professores.

Os debates ocorridos resultaram na solicitação pela Facom de uma nova alteração curricular, aprovada pela unidade em 9 de novembro de 1999, e que seguiu para apreciação da CEG do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da UFBA, para que este novo projeto entrasse em vigor no primeiro semestre do ano 2000.

O documento com o novo projeto acadêmico-pedagógico foi escrito com base nos argumentos utilizados na grande mudança de 1995/1996. O documento é organizado em cinco diretrizes gerais que: reafirmam

o caráter amplo compreendido pela experiência de ensino, que não deve se limitar às salas de aula, e que incentiva um conhecimento através do ensino, da pesquisa e da extensão. Com isso, é incorporado ao curso um conjunto de atividades complementares obrigatórias, que passam a ser creditadas na carga horária total dos cursos, e que compreendem: grupos de pesquisa, atividades de extensão, estágios acadêmicos, programas especiais de treinamento etc.

É reafirmada a importância dada pela quebra da tradição nas graduações quanto à disposição de disciplinas práticas e teóricas nas grades curriculares. Desde a mudança curricular de 1995/1996, o fluxograma dos cursos foi pensado de forma que tanto a prática quanto a teoria pudessem ser ensinadas concomitantemente desde os semestres iniciais. As disciplinas práticas foram chamadas de oficinas e têm como objetivo final (e avaliativo) um produto laboratorial.

Ressalta-se ainda a atenção que é dada aos trabalhos desenvolvidos ao final do curso. Os alunos poderão desenvolver tanto um trabalho monográfico quanto um projeto de natureza técnico-artística. O processo de finalização do curso se iniciará a partir do sexto semestre com a disciplina Elaboração de Projeto em Comunicação, seguida por Desenvolvimento Orientado de Projeto (sétimo semestre), finalizado pela disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (antigo Projeto Experimental), que deve ser cursada de forma exclusiva no oitavo (e último) semestre.

Por fim, o projeto reafirma a importância que é atribuída à autonomia que os alunos terão com sua própria formação através das disciplinas optativas oferecidas. Com pelo menos uma disciplina optativa por semestre, será possível aprofundar o curso em áreas de interesse da comunicação disponibilizadas pela lista de optativas da faculdade.

As mudanças ocorridas nas disciplinas são das suas ementas, revistas e atualizadas; alteração de nomenclaturas; sua localização dentro da grade curricular; reformulação de pré-requisitos; além da criação

de novas disciplinas que abarquem as demandas apontadas dentro das discussões curriculares.

As disciplinas da habilitação em Produção em Comunicação e Cultura que sofreram ajustes são as seguintes: Políticas de Cultura e Comunicação, que tem sua ementa revista e passa a ser uma disciplina de primeiro semestre; Marketing e Divulgação Culturais passa a ser nomeada como Marketing Cultural, tem ementa revista e é realocada no segundo semestre; Oficina de Produção em Cultura passa a ser nomeada como Oficina de Produção Cultural, com ementa atualizada, nova carga horária (de 120h) e localizada no terceiro semestre.

São criadas e incluídas novas disciplinas, são elas: Oficina de Análise de Públicos e Mercados Culturais, com 120h e localizada no quarto semestre; Oficina de Assessoria de Comunicação (120h), localizada no quinto semestre – essa disciplina também passa a ser oferecida para a habilitação em jornalismo, mas localizada no sétimo semestre; Oficina de Planejamento e Elaboração de Projetos Culturais, localizada no sexto semestre; e Oficina de Gestão Cultural, localizada no sétimo semestre.

Com isso, é excluída da lista de disciplinas oferecidas a Oficina de Planejamento e Gestão em Comunicação e Cultura; e a Oficina de Produção em Comunicação passa a ser optativa com carga horária de 60h. Além disso, a disciplina de final de curso Projetos Experimentais tem sua ementa revista e passa a ser identificada como Trabalho de Conclusão de Curso (como citado anteriormente). As atividades complementares obrigatórias⁶ são também reformuladas, podendo ser realizadas do primeiro ao sétimo semestre e passam totalizar 300 horas.

Outras disciplinas, pertencentes ao tronco comum, como Comunicação e Atualidade I e Comunicação e Atualidade II, são criadas e alocadas no terceiro e quarto semestre do curso de comunicação, respectivamente. A habilitação de Jornalismo também tem criação, revisão e realocação de disciplinas específicas.

O currículo proposto foi aprovado pela CEG e entrou em vigor no semestre 2000.1. Junto com a aprovação do novo currículo, foi apresentado um plano de equivalência de disciplinas para o processo de transição entre os alunos que ainda cursariam o currículo anterior e o novo.

Ainda em 1999, a habilitação de Produção em Comunicação e Cultura passa por avaliação do Ministério da Educação (MEC) onde, após apresentação sobre projeto acadêmico-pedagógico, currículo dos docentes envolvidos etc., é prontamente aprovado.⁷ Em 2004, por conta da Resolução 05/03 do Cepe, as cargas horárias das disciplinas são alteradas de 60h e 120h para 68h e 136h, respectivamente. O currículo proposto e aprovado em 1999, com as alterações de carga horária de 2004, está sendo aplicado até os dias de hoje, em 2016.

A busca pela prática em Produção em Comunicação e Cultura

Apesar de a prática ser um aspecto pensado pelas propostas de criação e posteriores reformulações do curso de comunicação e da habilitação em Produção em Comunicação e Cultura, essa questão, para grande parte dos alunos, foi sempre deficitária na Facom.⁸ Dentro desse contexto de busca por conhecimento profissional através da prática, é que surge em 2001 a Produtora Júnior – UFBA, empresa júnior de comunicação e produção cultural.

Alunos de vários semestres de Produção Cultural⁹ não satisfeitos com o que a faculdade oferecia em termos de disciplinas, professores especializados e laboratórios, começaram a se unir em torno de um objetivo comum: montar um núcleo de produção, onde fosse possível realizar atividades, ações e projetos na área de comunicação e cultura.

Durante o ano de 2001, esse grupo se reunia para pensar a melhor forma de viabilizar o projeto desse núcleo de caráter prático. Foi então que se decidiu pela opção de se formar uma empresa júnior, iniciativa que tem como propósito intermediar o contato do estudante

universitário com o mercado de trabalho. Para isso, os fundadores da Produtora Júnior (PJR) tiveram como apoio principal a empresa júnior de administração, a ADM UFBA, no período, com cerca de 10 anos de experiência.

As primeiras reuniões do grupo aconteciam nas salas de aula da Facom ou na sala do PET Comunicação. O grupo passou a se reunir semanalmente para estruturar e viabilizar uma empresa. Nesse período, o grupo de estudantes já realizava projetos e serviços. Um deles foi a assessoria de comunicação para a Oficina de Roteiro ministrada por Roberto Duarte (aluno da primeira turma desta habilitação). Apesar do movimento para criação da PJR ter se iniciado no fim do ano 2000 e durante todo o ano de 2001, a instância comemora sua fundação em outubro de 2001, quando, depois de muitos percalços e de passar pela difícil aceitação da maior parte dos docentes, a Facom cedeu uma sala para seu uso.

O grupo de estudantes que mobilizaram a ideia e fundaram a empresa compuseram a primeira diretoria e equipe de membros. Alguns deles: Pablo Dantas, que se tornou o diretor presidente; Tenaflae Lordelo e Felipe Leal, diretores de comunicação; Jennifer Serra, diretora de cultura; e Ronaldo Barreto, diretor administrativo financeiro. Entre alguns dos primeiros membros estão: Alan Lobo, Cinthia Almeida, Darlan Muniz, Ivana Vivas, Leonardo Costa, Lívia Nery, Luciana Câmara e Paula Cruz.

A PJR, que havia surgido pelas demandas que os alunos de Produção Cultural sentiam, acabou por abarcar também os alunos de Jornalismo. Hoje, completados 15 anos de fundação em outubro de 2016, a Produtora Júnior – UFBA já realizou mais de 70 projetos e serviços na área de comunicação e cultura. Dentre os projetos e serviços mais antigos temos: a produção e agendamento de shows para bandas como Barravento (atualmente conhecida como Barlavento), Cacimba, Mezdut e Navio Negro; a participação na produção de peças teatrais como *A revolta dos brinquedos* e *A lenda do vale da lua*, e do projeto de exposi-

ção de artes plásticas *Exposição itinerante*; dentre produções de várias oficinas, seminários e encontros. Podemos citar ainda o FacomSom, projeto musical (2005/2006); O Palco É Aqui, palestra sobre a cena teatral baiana (2006/2007); e o Veja Cultura: Cinema (2008), além de vários serviços prestados a pequenas empresas, pessoas físicas, e a participação em projetos e ações na própria universidade.

Durante esses anos, muitas conquistas fizeram parte da história da PJR. A própria evolução de sua estrutura funcional, por exemplo, que já comportou, além das diretorias (presidência, administrativo-financeira, relações comerciais, recursos humanos e comunicação), a existência de núcleos produtivos responsáveis pela realização dos projetos e serviços da empresa nas suas áreas de atuação: Produção Cultural, Assessoria de Comunicação e Criação Gráfica. A realização semestral de processos seletivos, a existência de um Programa *Trainee*, renovam sua equipe de trabalho e motivam novos alunos a fazerem parte dessa iniciativa.

A PJR, assim como as demais empresas juniores da UFBA¹⁰ buscam se integrar às suas unidades através dos professores. No entanto, por muitos períodos, a PJR já esteve sem a tutoria de um professor. Esse fato pode ser justificado de forma direta à falta de professores específicos contratados para a habilitação em Produção em Comunicação e Cultura naquele período.¹¹

Dentre os docentes que já fizeram parte da empresa como tutores, estão Gisele Nussbaumer (metade de 2006) e Cláudio Cardoso, que após ter se desvinculado no período de seu pós-doutoramento (final de 2007), aceitou o convite para acompanhar a empresa durante os anos de 2008/2009. Além dos professores tutores da empresa, vale ressaltar a contribuição de professores que acompanharam a realização de projetos específicos, como foi o caso do FacomSom, acompanhado em sua primeira edição pelo professor Jéder Janotti Júnior. Professores substitutos e alunos das pós-graduações da Facom já acompanharam algumas atividades específicas dessa instância, no entanto, seu caráter

de vínculo provisório com a faculdade faz com que essa relação não possa ser mais efetiva.

Apesar de todas as dificuldades encontradas, a PJR se mostra como uma instância de papel relevante para a área prática em comunicação e produção cultural da Facom. Hoje, são mais de 300 alunos que tiveram a oportunidade de experimentar as práticas de sua graduação através dessa instância.¹²

A consolidação dos estudos sobre cultura

No ano de 2002, uma rede de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e de diferentes instituições se reúne sob a tutela do professor Albino Rubim, na Facom, para estudar os diversos aspectos da cultura e do turismo, com enfoque na Bahia contemporânea. Surge então o projeto de criação do Centro de Estudos Avançados em Cultura – CULT.

O projeto de criação do CULT viria a dar maior sustentação aos esforços dos pesquisadores em cultura, que trabalham ainda de modo disperso e sem condições de infraestrutura adequada para o desenvolvimento articulado e cooperativo de estudos e pesquisas. Para tanto, junto à proposta do centro, está implícita a criação de meios que permitam a utilização compartilhada de informações, bibliografias, acervos, equipamentos, instalações etc. que o torne um lugar de interlocução acadêmica.

A criação de um espaço físico para o CULT, mesmo que localizado na Facom, servirá de intermediação e troca para as instituições que, no momento, mantêm uma grande contribuição para as pesquisas em cultura, tais como: os Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, História, Letras, todos da UFBA; o Mestrado Interestadual de Cultura e Turismo da UFBA e da Universidade Estadual de Santa Cruz; e o mais recente, o Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação (doutorado

e mestrado) em Cultura e Sociedade da Facom/UFBA, no período, em fase de implantação.

Dentre os objetivos propostos pelo CULT, além da criação de desenvolvimento da rede de pesquisadores, estão: realização de pesquisas sobre cultura e turismo envolvendo pesquisadores e instituições baianas, brasileiras e internacionais; produção de acervos comuns, tanto presenciais quanto virtuais; organização de intercâmbio entre os pesquisadores e lugares envolvidos; desenvolvimento de política editorial; organização de eventos acadêmicos etc.

A equipe de pesquisadores apresentada nesse primeiro momento de proposta de criação do CULT tem nomes de diversas unidades da UFBA, assim como de instituições soteropolitanas e baianas que se debruçam sobre as temáticas da cultura. Na UFBA, temos professores, doutorandos, mestrandos e graduandos em comunicação; pesquisadores em História, em Arquitetura, em Letras, em Sociologia, Geociências etc. Como o documento de apresentação do CULT informa, a rede de pesquisadores é composta pelas mais distintas áreas do conhecimento que tocam os estudos da cultura, tornando o centro de caráter multidisciplinar.

O projeto de implantação do então CULT é apresentado na reunião de Congregação da Facom no dia 12 de maio de 2003 e é aprovado. O CULT tem um regimento interno que apresenta seu vínculo institucional com a Facom, seus objetivos, sua estrutura organizativa e seus membros.

Só em 2005, o CULT, com o nome modificado para Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – forma pela qual é identificado até hoje – conseguiu um espaço físico para se tornar sua sede. A casa de máquinas localizada no terraço do prédio da Facom, que estava em desuso, é cedida para que fosse reformada e equipada e se tornasse a sede de CULT. Apenas em 2006, a nova sede é inaugurada e entra em pleno funcionamento, com os equipamentos necessários para o desenvolvimento de pesquisas, aporte para os pesquisadores associados rea-

lizarem atividades correlatas, organização de acervo bibliográfico sobre cultura, pequeno laboratório de edição e filmagem etc.

É no ano de 2005 também que o mestrado do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Póscultura)¹³ começa a funcionar. O doutorado do mesmo programa só viria iniciar sua primeira turma em 2007. Além da importância acadêmica e intelectual que o Póscultura representou, desde sua criação até os dias de hoje, a sua existência tem contribuição específica para a graduação em Produção em Comunicação e Cultura em alguns aspectos que valem ser ressaltados.

Um desses pontos importantes é a contribuição indireta que a formação de mestrandos e doutorandos desse programa acarreta à graduação. Como foi apontado anteriormente, o número e a qualificação de professores voltados para o curso de Produção Cultural é reduzido na Facom – visto que até 2016 só tiveram cinco concursos de docentes para disciplinas específicas dessa habilitação. Muitos dos professores que ensinavam nesse curso eram contratados em caráter temporário, como professores substitutos. Anteriormente, eram poucos candidatos às vagas que tinham qualificação e conhecimentos necessários às demandas específicas do curso. Com o Póscultura, constituiu-se, de forma natural, uma retroalimentação a essas vagas e demandas, sendo que muitos dos mestrandos e doutorandos desse programa foram contratados, após qualificação exigida, e puderam exercer os cargos de professores substitutos nessa instituição, para essa habilitação.

Sabemos que o ideal – e mais que necessário – é que vagas de caráter efetivo sejam abertas para professores qualificados nas áreas da cultura as quais o curso apresenta demanda. No entanto, a atuação de professores qualificados, advindos do Póscultura, mesmo em vagas de caráter temporário, contribuiu para certa melhoria do ensino nessa graduação. A partir de 2010 (e até 2016), foram realizados cinco concursos.

A atuação do CULT e do Póscultura no campo das pesquisas em cultura oportuniza também que os graduandos da Facom tenham

a oportunidade de exercer um dos tripés de sustentação das universidades públicas – já tratados anteriormente, dos quais a Facom faz uso nos seus projetos acadêmico-pedagógicos –, a pesquisa. A faculdade, que já tem um bom histórico de grupos de pesquisa em comunicação e cultura, ganha mais grupos de abordagens diferenciadas sobre a cultura. Atualmente, o CULT reúne grupos de pesquisa dos quais os alunos de graduação, coordenado por professores, com participação de pós-graduandos, podem participar: em Políticas Culturais; Cultura e Sexualidade; Identidade, Cultura e Mulher; dentre outros.

Por fim, um projeto do CULT e do Pósultura, junto a outras instituições de dentro e fora da UFBA, que congrega todas essas outras contribuições apresentadas, é a realização, desde o ano de 2005, do Encontro Nacional de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult) que se torna cada vez mais uma referência nos estudos e pesquisas em cultura no Brasil e no mundo.

A proposta de atualização curricular (2007)

Por fim, um último acontecimento também engendra pela trajetória apresentada neste capítulo da Facom e da habilitação em Produção em Comunicação e Cultura. A mudança curricular proposta para o ano de 2007.

Em 2006, o curso de Comunicação – Produção em Comunicação e Cultura completou 10 anos, junto com ele, a mudança proposta pelo projeto acadêmico-pedagógico adotado pela Facom. Coincidentemente, nesse mesmo ano, os alunos de graduação, principalmente os de Produção Cultural, mobilizados para que haja uma melhoria na oferta de disciplinas optativas, reúnem-se para discutir sobre revisão de ementas, criação de novas disciplinas e realocação de outras na grade curricular.

As reuniões organizadas pelo Centro Acadêmico Vladimir Herzog não têm a participação da maioria dos estudantes. No entanto, a cola-

boração dos presentes, junto a outras ações – como, por exemplo, a aplicação de um questionário com os alunos sobre as disciplinas – servem de conteúdo para a elaboração de um documento que é apresentado à Facom (diretoria, departamento e colegiado). Professores e alunos discutem as novas mudanças que findam na aprovação por uma nova proposta de ajuste em reunião de colegiado, no dia 12 de junho de 2006. As disciplinas novas, propostas pelo novo ajuste, serão oferecidas pelo Departamento de Comunicação, que tem a aprovação de oferta votada no dia 18 de setembro de 2006.

O documento aprovado, similar às propostas de 1997 e 1999, baseia-se em cinco diretrizes básicas: 1) criação de disciplinas; 2) modificação na nomenclatura de algumas disciplinas; 3) modificação na localização de disciplinas na grade do curso; 4) transformação de obrigatória em optativa; 5) transformação de optativa em obrigatória.

Para a habilitação em Produção em Comunicação e Cultura, são criadas as seguintes disciplinas obrigatórias: Fundamentos da Produção Cultural, Oficina das Modalidades da Produção Cultural, Oficina de Assessoria de Comunicação e Divulgação de Projetos Culturais. As disciplinas Oficina de Produção Cultural e Oficina de Planejamento e Elaboração de Projetos Culturais passam a se chamar Oficina de Produção e Projetos Culturais, uma única disciplina.

A disciplina Semiótica, obrigatória para as duas habilitações, passa a ser chamada de Teorias da Interpretação e tem sua ementa revista. A disciplina Comunicação e Atualidade II, também obrigatória para os dois cursos, passa a ser uma disciplina optativa. A habilitação em Jornalismo também tem disciplinas específicas criadas, assim como algumas passam de caráter optativo para obrigatório.

As mudanças de localização das disciplinas na grade curricular ficam por conta de Políticas da Cultura e da Comunicação, que é oferecida no primeiro semestre, e passa a ser cursada no quarto; em seu lugar, fica a nova disciplina Fundamentos da Produção Cultural; no quarto semestre, exclui-se Comunicação e Atualidade II, acrescenta-se a nova

Oficina de Produção e Projetos Culturais; Oficina de Análise de Públicos e Mercados Culturais, antes pertencente ao quarto semestre, passa a ser oferecida no quinto; no sexto, será oferecida a nova disciplina Oficina das Modalidades da Produção Cultural, substituindo a disciplina que se transformou na nova oficina oferecida no quarto semestre.

A proposta de ajuste foi encaminhada para apreciação da CEG no dia 16 de março de 2007, mas voltou devido à necessidade de ajustes para seguir as normas de reformulação de projetos pedagógicos da universidade. No retorno, o corpo docente do curso realizou novas alterações, que não foram consolidadas em um novo projeto pedagógico. O referido documento com a nova proposta não obteve deliberação, mantendo-se em vigor o currículo proposto e aprovado em 1999/2000.

Existem hoje grupos de trabalho de professores, dentro do colegiado da Facom, que estudam possibilidades de atualização dos currículos, tanto em comunicação quanto nas habilitações em Produção em Comunicação e Cultura e em Jornalismo. Contudo, como esse processo ainda se encontra em andamento, não há ainda uma previsão para a apresentação final de novas propostas curriculares para os cursos. Salienta-se, no entanto, a importância de renovação do currículo da habilitação em Produção em Comunicação e Cultura, visto que em 2016 o mesmo completou 20 anos de criação.

Referências

CÂMARA, L. da S. *Conhecimento + Prática: e a Produtora Júnior com isto?* 2005. 25f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, mar. 2005.

MELLO, U. B. de. *Formação em Produção Cultural – UFBA: uma análise dos alunos egressos entre 1999 - 2008*. 2009. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, 2009.

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Comunicação. Centro de Estudos Avançados em Cultura e Turismo (CULT). *Rede de pesquisadores de cultura e turismo da Bahia*. Salvador, BA, 10 set. 2002. Não publicado.

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Comunicação. *Projeto de implantação do Centro de Estudos avançados em cultura (CULT)*. Salvador, 2003. Não publicado.

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Comunicação. Colegiado do Curso de Comunicação. *Ajuste curricular do curso de comunicação com habilitação em jornalismo e produção em comunicação e cultura*. Salvador, BA, 16 mar. 2007. Não paginado.

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de comunicação. Colegiado do Curso DE Comunicação. *Ajuste de carga horária das disciplinas do curso de comunicação*. Salvador, BA, 2004. (não paginado).

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Comunicação. Colegiado do Curso de Comunicação. *Alteração curricular curso de comunicação habilitações de jornalismo e produção em comunicação e cultura*. Salvador, BA, 1999a. Não paginado.

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Comunicação. Colegiado do Curso de Comunicação. *Ata da reunião extraordinária*. Salvador, 26 jun. 1995a. Não paginado.

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Comunicação. Colegiado do Curso de Comunicação. *Avaliação do MEC sobre o curso de produção em comunicação e cultura*. Salvador, BA, 1999b. Não paginado.

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Comunicação. Colegiado do Curso de Comunicação. *Parecer nº 440 de 22 de maio de 1997*. Proposta de ajuste curricular do curso de comunicação com habilitação em produção em comunicação e cultura. Salvador, 1997. Não paginado.

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Comunicação. Colegiado do Curso de Comunicação. *Parecer nº 580 de 10 de julho de 1995*. Proposta de implantação da habilitação em produção em comunicação e cultura. Salvador, BA, 1995b. Não paginado.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Comunicação. Colegiado do Curso de Comunicação. *Resolução n.º 001/09*. Regulamenta a realização de atividades complementares obrigatórias previstas no currículo do curso de graduação em comunicação da UFBA. Salvador, BA, 1999. Não paginado.

Notas

- 1 Atualmente, neste prédio, funciona o Instituto de Saúde Coletiva (ISC).
- 2 Em 2009, o professor Albino Rubim passou a ser diretor do recém-criado Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) da UFBA; o prof. Marcos Palácios continuou como docente da Facom. Atualmente, ambos os professores já se aposentaram e dedicam-se apenas aos programas de pós-graduação.
- 3 O Nicom, criado pelo professor Albino Rubim, funciona até hoje como instância responsável pela organização da documentação dos eventos acadêmicos da Facom.
- 4 O Póscom é um dos seis Programas no Brasil que tem nível 5 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), junto com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade de São Paulo. Para mais informações, acessar: <http://www.poscom.ufba.br>.
- 5 Resolução n.º 2/84, Diário Oficial, Brasília, 30 jan. 1984. Seção I, pág. 1458 – Documento, Brasília (278): 209, fev. 1984.
- 6 Baseada na resolução 01/99 da Facom, compreende-se como atividades complementares obrigatórias: programas especiais; pesquisa; produtos técnico-artísticos; eventos acadêmicos; prestação de serviços; e estágio acadêmico; todos vinculados à área de comunicação e cultura.
- 7 Para mais informações sobre reconhecimento pelo MEC, acessar: <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br>
- 8 Uma análise crítica sobre essa e outras questões sobre a habilitação em Produção em Comunicação e Cultura será feita a partir da análise de questionários aplicados com os alunos egressos deste curso, no próximo capítulo.
- 9 A habilitação em Produção em Comunicação e Cultura da Facom/UFBA é também chamada pelos alunos e docentes por Produção Cultural.
- 10 A UFBA tem empresas juniores nas diversas áreas de graduação; as empresas se auto-organizam e se reúnem através do Núcleo de Empresas Juniores da UFBA.

- 11 Existem atualmente cinco docentes efetivos da habilitação em Produção em Comunicação e Cultura.
- 12 Para conhecer mais sobre a PJR, acessar: < <http://www.pjr.ufba.br> e <http://www.produtora-junior.blogspot.com>>.
- 13 Hoje, o Pósultura, com 11 anos de criação, tem o nível 4 da Capes e faz parte do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC/UFBA). Para mais informações, acessar: <<http://www.poscultura.ufba.br>>.

Formação em Produção Cultural na Universidade Federal da Bahia: uma análise dos alunos egressos¹

*Fernanda Souza**

*Gabriela Gomes Santos***

*Jonas Nogueira****

*Leonardo Figueiredo Costa*****

*Ugo Barbosa de Mello******

A organização da cultura

Num contexto internacional, cada vez mais as funções na área da organização da cultura ficam evidentes e explícitas, como um agente dentro do campo e da dinâmica das profissões, e, nesse sentido, os diversos programas acadêmicos têm contribuído para a profissionalização da prática dessa área, ao aban-

* Graduada em Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal da Bahia.

** Graduada no curso de Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura da Universidade Federal da Bahia.

*** Graduado em Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal da Bahia.

**** Doutor em Cultura e Desenvolvimento pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (UFBA). Pós-Doutor pela University of Miami (PDE/CNPq). Professor adjunto III da Faculdade de Comunicação da UFBA.

***** Produtor cultural egresso do curso de Comunicação – Produção em Comunicação e Cultura da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (FACOM/UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA)

donar aos poucos o campo do empirismo e requerer uma maior sistematização de reflexões. Independente de problemas de conceituação, a organização da cultura é um campo ainda em processo de constituição que vem exigindo desses profissionais conhecimentos aprofundados sobre cultura e o domínio das práticas e técnicas inerentes ao seu universo de atuação.

Esse processo de profissionalização tem sido gradual e diferenciado em diversos países, e a formação aparece como um fator que contribui para a construção dessa identidade profissional. Uma primeira etapa do processo é a emergência de um campo de ação, quando temos, por exemplo, a criação dos primeiros cursos universitários nos Estados Unidos, na década de 1960. Temos ainda, no mesmo período, um marco fundador internacional no campo das políticas culturais, com a criação do Ministério de Assuntos Culturais da França, no comando de André Malraux, no ano de 1959, processo que continuou com o descobrimento da necessidade de uma maior formalização desse campo de atuação, na busca de um maior reconhecimento social desse novo perfil de agente profissional.

As atividades da organização da cultura passaram a demandar a existência de agentes determinados e profissões especializadas. E, nesse contexto de necessidades, surge a figura do profissional que inicialmente foi descobrindo a ocupação pela experiência cotidiana das práticas culturais, levado pelas circunstâncias e oportunidades criadas pelo novo ofício. Cria-se então um terreno mais propício para inserção de novos agentes que atualmente, mediante formação sistemática e reconhecimento de pares, apresentam-se à sociedade de forma mais direcionada e profissional. Com o surgimento de inúmeros estabelecimentos de arte e cultura, bem como através da dinamização dos setores editoriais, cinematográficos, fonográficos e de patrimônio histórico, desenvolve-se um importante mercado para esse profissional.

A base dessa constituição profissional se configura primeiramente através da sua prática, mas, tendo em vista a sua profissionalização,

faz-se necessário trilhar um caminho em direção ao desenvolvimento dos aspectos da sua formação. A estruturação de práticas de formação precisa, por sua vez, da sistematização técnica/acadêmica do modo próprio de operação da área, já que, para podermos definir uma identidade profissional nesse meio, é necessário identificar quais são os saberes/habilidades para essa atuação. Desse modo, podemos avançar rumo a um maior reconhecimento desse campo. (COSTA, 2011)

A formação

Desde o ano de 1996, de forma pioneira no Brasil, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) passou a oferecer o curso de Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura. Que curso seria esse? Que habilidades são desenvolvidas a partir dessa formação? Até hoje os recém-ingressos no curso de produção cultural, como é comumente chamado, têm em mente essas dúvidas, pois são poucas opções de graduação plena nessa área no Brasil. Mas, felizmente, há um leque de oportunidades por detrás dessa nomenclatura, que de alguma forma participa de um movimento que busca profissionalizar o campo da organização da cultura – campo esse que congrega os profissionais atuantes na política, gestão ou produção culturais.

Atualmente, uma das maiores carências detectadas em pesquisas das políticas culturais brasileiras têm sido a ausência de políticas de formação de pessoal em cultura. (RUBIM, 2007a, p. 32) Tal constatação aparece como problemática em uma circunstância contemporânea em que cada vez mais a cultura adquire centralidade, inclusive porque adquire uma dimensão transversal que a faz interagir e ter interfaces com os mais diversos campos sociais. (RUBIM, 2007b)

Não é por acaso que a necessidade de políticas para a formação de pessoal de cultura tem sido uma reivindicação persistente em todas as conferências de cultura realizadas recentemente no país, sejam elas em âmbitos municipal, estadual² e nacional.³ Em tais conferências e em outros

debates, o tema da formação em cultura não só está sempre presente, como também ocupa permanentemente um lugar de destaque entre as demandas da sociedade.

A predominância das leis de incentivo à cultura no Brasil, em detrimento de uma intervenção mais atuante dos poderes públicos como atores ativos das políticas culturais nacionais e estaduais, inibiu ainda mais a preocupação com a formação de pessoal em cultura. A Lei Rouanet, em 1995, reconheceu legalmente a existência do trabalho de intermediação de projetos culturais, inclusive com o ganho financeiro. Oficializou, de certo modo, a produção cultural no Brasil como uma função de organização da cultura através da elaboração de projetos, captação de recursos, administração de eventos etc. Mas, enquanto plataforma política, não buscou dar uma base para esse possível campo em constituição. Logo em seguida, temos a criação de dois cursos de graduação em produção cultural no Brasil (um no Rio de Janeiro e outro na Bahia), relacionados com uma demanda clara, no entanto pontuais nas suas atuações. O curso da UFBA apresenta a descrição que segue abaixo:

O profissional em Produção em Comunicação e Cultura, possuidor de um conhecimento teórico-analítico-informativo rico e abrangente da situação da cultura e da comunicação na contemporaneidade, com destaque para o panorama atual vivenciado no Brasil e na Bahia, realiza estudos e pesquisas na área de comunicação e cultura, além de planejar, produzir e realizar atividades culturais e comunicacionais, sob variadas formatações, sendo tais programas realizados diretamente pelos mídia, como 'shows' inscritos em sua programação midiática ou não, ou programas realizados por terceiros, mas perpassados pela necessidade de efetiva interação com mídias. (HABILITAÇÃO..., c 2000)⁴

Podemos observar nesse trecho que a graduação busca contribuir não somente para a atividade prática dos futuros profissionais, como também para a sua visão acerca de temas como cultura, contemporanei-

dade, meios de comunicação, entre outros; possibilitando a formação de profissionais capazes de refletir sobre os contextos da área na qual posteriormente irão trabalhar.

Atualmente, temos cerca de 20 cursos de graduação plena e de graduação tecnológica na área de organização da cultura no Brasil, sendo que duas dessas experiências estão inseridas na UFBA: o curso de Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura, e a área de concentração em Políticas e Gestão da Cultura. Depois de 16 anos de experiência dessa graduação pioneira ligada à Faculdade de Comunicação (Facom), tivemos a criação de uma área de concentração na UFBA, dessa vez no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC).

Análise dos egressos: dados quantitativos

As instituições que trabalham com formação na área precisam reconhecer que a sua iniciativa é crucial para a profissionalização da organização da cultura. E, para empreender esforços nesse sentido, uma das alternativas metodológicas que se colocam é a análise dos alunos egressos dessas instituições. Traremos neste capítulo uma atualização das informações organizadas primeiramente no trabalho de conclusão de curso de autoria de Ugo Barbosa de Mello (2009), com os dados das últimas turmas formadas entre 2009 e 2012. Nessa investigação, daremos continuidade ao questionário utilizado na primeira etapa, e pros seguiremos na análise de inserção desses alunos no mercado trabalho.

Pesquisas que tratem sobre a avaliação do ensino são escassas no Brasil, especialmente quando colocam o estudante como protagonista desse processo. Embora a temática seja debatida no âmbito da comunidade acadêmica, verifica-se um nível raso de interesse na pesquisa sobre o assunto, se considerarmos o número de investigações disponíveis em base de dados de publicações científicas. (CARNEIRO; SAMPAIO, 2013, p. 133)

O questionário aplicado aos egressos do curso de Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura, entre os semestres de 2009.1 e 2012.1, divide-se em sete partes, além dos dados de informações pessoais. Vale ressaltar, enquanto procedimento metodológico, a dificuldade de localizar as informações de contato atualizadas dos alunos egressos⁵ e a não aceitação, por parte de alguns, em participar da pesquisa oferecendo suas visões e informações pessoais. No total, tivemos 77 respondentes dentro de um universo de 151 egressos localizados nesse período.

No primeiro momento, onde o tema central é a graduação, os egressos responderam sobre o curso e as disciplinas em específico e qual contribuição tiveram para a sua formação, levando em consideração as formações teórica e conceitual, analítica e informativa, técnica e política da Facom.

Anterior às disciplinas, os alunos formados deveriam responder se aquele curso seria sua primeira graduação ou se já haviam cursado alguma outra faculdade e nos informar sua cidade e estado de naturalidade. Uma maioria de 61% disse ter cursado sua primeira graduação, enquanto que os 39% restantes vieram das mais variadas áreas, mas em sua maioria são oriundos de cursos na área de comunicação ou humanas. Em relação à naturalidade, 11,2% responderam que são de outro estado, demonstrando então, um número considerável de pessoas que saem de sua origem em busca dessa formação e demonstrando também uma tendência da Bahia de se tornar um dos principais polos de formação em Produção Cultural do Brasil.

Levando em consideração a formação teórica e conceitual, 46% consideram-na boa, 41% avaliaram-na como ótima, totalizando um percentual de 87% de alunos que sentem-se contentes com a formação teórica e conceitual oferecida. Apenas 13% julgam-na como regular e nenhum dos que responderam acreditam que essa formação seja ruim ou péssima.

Partindo para a formação analítica e informativa, a avaliação ainda é positiva, já que 49% acreditam ser uma boa formação, 27% avaliam como ótima e apenas um percentual de 24% avaliam como regular. O que totaliza um percentual de 76% de alunos satisfeitos com a formação analítica e informativa proporcionada pelo curso.

A formação técnica do curso não é vista de maneira satisfatória pelos egressos. Um percentual de 38% avaliam como ruim, 35% acreditam ser regular, 11%, péssima. Dos satisfeitos, restam 16% que acreditam ser boa a formação, mas nenhum dos pesquisados avaliam essa formação como ótima, totalizando um percentual de 84% de alunos descontentes. Podemos apontar nesse momento uma discussão que persiste no interior do bacharelado, que seria a formação referente às técnicas futuras que serão empregadas por esses profissionais no mercado de trabalho. Aqui colocamos como questão se seria importante repensar o currículo do bacharelado focando mais nos aspectos técnicos ou se isso caberia a algum outro tipo de formação, em outro nível, como um curso tecnológico ou técnico na área.

Por último, a formação política volta para um balanço positivo, totalizando 59% de egressos contentes com sua formação política, sendo que 44% acreditam ser boa e 15%, ótima, restando um percentual de 32% de alunos que acreditam ser regular e apenas 9% avaliam como ruim.

A terceira parte da pesquisa faz um questionamento mais específico e pede uma avaliação das disciplinas cursadas ao longo da graduação e o quanto ela contribuiu para a formação do egresso. A primeira delas é Políticas da Cultura e da Comunicação, com um percentual de 25% que acreditam que sua contribuição foi pouca, 22% acreditam ter sido regular e 14%, muito pouca. Satisfeitos com a contribuição da matéria, restaram 38% dos alunos, dos quais 22% julgam como muito boa e 17% como boa. A matéria Marketing Cultural tem um balanço positivo, totalizando uma percentagem de 51% que acreditam na contribuição da matéria, sendo que 25% acreditam que foi boa e 26%, muito boa. Um percentual de 20% acredita ter sido regular; 23%, pouca; e 6%, muito pouca.

A Oficina de Produção Cultural apresenta um dos melhores resultados dentre as matérias, onde 64% dos pesquisados estão satisfeitos com a contribuição, dentre eles os que julgam boa (33%) e muito boa (31%). O percentual insatisfeito soma um total de 36%, dentre os que acreditam ser regular (24%), pouca (7%) e muito pouca (5%). A Oficina de Análise de Públicos e Mercados Culturais foi avaliada de forma muito boa (31%) e boa (29%) pela maioria, 20% acreditam ter sido regular a contribuição, 15% como pouca e 5% muito pouca. A Oficina de Assessoria de Comunicação mantém-se no mesmo padrão das anteriores. Satisfeitos com a matéria somam 58% dos egressos, dentre eles, os que acreditam ter sido muito boa (26%) e boa (32%) a contribuição. Regular são 27%; pouca, 9%; e muito pouca, 6%. A Oficina de Planejamento e Elaboração de Projetos Culturais, apesar de ser importante para tentar suprir a deficiência de formação técnica apresentada pelos alunos, não foi tida como grande contribuição dentre as matérias, com uma percentagem de 64% de insatisfeitos, dentre eles, os que acreditam numa contribuição regular (26%), pouca (22%) e muito pouca (16%). Remanescentes somam 37%, com uma contribuição boa (17%) e muito boa (19%). A Oficina de Gestão Cultural divide opiniões, 20% acreditam ter sido muito boa a colaboração; 27%, boa; 25%, regular; 17%, pouca; e finalmente 11%, muito pouca. Nessa análise, como as perguntas tinham caráter fechado, não podemos avaliar especificamente quais foram os problemas enfrentados pelos alunos no decorrer do respectivo curso.

Podemos levantar aqui a hipótese de docentes não qualificados para ministrar determinados conteúdos, tendo em vista o histórico dessa formação na UFBA, pois, apenas a partir de 2010 (a pesquisa conta com egressos de 2009 a 2012), o curso de Produção Cultural passa a contar com um corpo mais efetivo de docentes, tendo sido realizado quatro contratações entre 2010 e 2011 (até então, só tinham sido feitas duas contratações entre 1996 e 2009). A maior parte das disciplinas específicas do curso, até então, eram ministradas por professores substitutos.

Após avaliação das matérias, segue-se uma abordagem a respeito de atividades extraclasse que os alunos pudessem ter realizado ao longo de sua graduação. Na Facom, eram muitas as possibilidades, dentre elas: centro acadêmico, Produtora Júnior (PJR), Programa de Educação Tutorial, Rádio Facom, LabFoto, Agência Experimental, LabMedia, LabVídeo, CULT, Observatório de Publicidade em Tecnologias Digitais, Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania, Jornalismo do Futuro e Agenda de Arte e Cultura da UFBA. O CULT e a PJR lideram a percentagem com 76% da participação de alunos, 44% na Produtora e 32% no CULT. Desses egressos, 48% participaram de grupo de pesquisa, dentre esses, 30,7% como bolsistas e 69,2%, aproximadamente, como voluntários, sendo que um dos pesquisados não respondeu a essa opção de função no grupo de pesquisa.

Ainda nas atividades extraclasse, temos uma avaliação das áreas de estágio que normalmente são ocupadas pelos estudantes de Produção Cultural da Facom. Eles poderiam escolher mais de uma opção, portanto a somatória pode ultrapassar 100%. As áreas oferecidas na pesquisa como opção são: Elaboração e Planejamento de Projetos Culturais, com 26% de ocupação, Produção Executiva em Projetos Culturais, com liderança de 37% do percentual total, Produção de Eventos (24%), Marketing Cultural (13%), Gestão Cultural (19%) e Assessoria de Comunicação também na liderança de ocupação com 37%.

No tópico cinco, referente ao trabalho de conclusão de curso, foi perguntado qual o formato escolhido para a sua confecção, 55% responderam que fizeram monografia e 45% fizeram produto. Algumas das áreas citadas dos trabalhos foram publicidade, comunicação organizacional, tradição oral, patrocínio cultural, produção cultural e música, política cultural, dentre outros.

Na parte seis do questionário, o foco é dado para as experiências de trabalho profissional do egresso. Foi perguntado se o entrevistado trabalha na área de Comunicação – Produção Cultural. Na resposta, 63% disseram que sim e 37% responderam que não. Como complemento

dessa questão, era perguntado sobre a empresa ou instituição de trabalho, a área de atuação do entrevistado e o cargo/função que ele executa. Muitos egressos estão atuando em instituições como órgãos e espaços culturais ligados ao governo, empresas de comunicação e empreendimentos próprios, como produtoras.

Ainda no tópico experiências de trabalho profissional, os egressos foram questionados sobre as especialidades na área de produção em comunicação e cultura que atuam. Como reflexo da questão anterior, a grande maioria dos entrevistados atuam na gestão cultural ou na produção de eventos (33%), sendo seguidos por música (28%), cinema (21%), artes visuais (21%), teatro (19%), TV e vídeo (18%) e dança (10%) respectivamente (sendo possível marcar mais de uma opção de área). No entanto, uma parcela considerável dos entrevistados não atuam na área, o que acaba por impactar diretamente na resposta da próxima questão: “O curso contribuiu para o trabalho na área cultural?”, 86% disseram que sim e 14% disseram que não havia contribuído.

O tópico sete é destinado ao ensino da pós-graduação. Os egressos foram perguntados se haviam feito ou se estavam cursando alguma pós-graduação. A maioria dos entrevistados respondeu que não (56%), enquanto 41% responderam que sim, sendo consecutivamente questionados sobre qual o nível da pós-graduação. Uma percentagem de 85% fez especialização, 15% fizeram mestrado e nenhum dos entrevistados havia feito doutorado ou pós-doutorado (possivelmente, devido ao curto tempo passado desde a formação desses egressos – a partir de 2009).

Ao serem perguntados sobre a empresa ou instituição em que trabalham, confirmando os dados relativos à área de atuação, algumas instituições públicas foram citadas nas respostas dos egressos como a Fundação Cultural do Estado da Bahia, a Secretaria de Cultura do Estado, o Ministério da Cultura, aparelhos culturais e programas do estado como o Museu de Arte Moderna, Cidade do Saber e o Programa de Inclusão Digital do Governo Federal. Outras instituições também foram citadas

como o Instituto Aliança Francesa, Tão Interativa, SESI Rio Vermelho e empresas como a Chá das Quatro Produções, Propeg, P55, Checklist Soluções, Groove Bar e artistas como as bandas Retrofoguetes e Canto dos Malditos.

Análise dos egressos: dados qualitativos

No questionário de pesquisa apresentado ao público de alunos egressos do curso de Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura, havia ainda seis espaços para resposta do tipo aberta, subjetiva, sendo cinco delas questões e um espaço para informações adicionais. Abaixo, apresentamos de forma descritiva a compilação dessas informações nas categorias que surgiram a partir das respostas dos entrevistados.

No primeiro item de pergunta subjetiva do questionário (2.4.1),⁶ a questão se referia a qual (ou quais) característica ou fator do curso tinha atraído o estudante no momento de sua escolha. O número de 59 alunos, de um total de 81 entrevistados, respondeu essa questão. Ao observar os textos, verificamos que a maioria se referia nas respostas às possibilidades de campos de atuação que o curso poderia proporcionar. Outro aspecto destacado foi a instituição/unidade onde o curso é ofertado.

Como é possível verificar a partir do total de menções feitas (65), os quatro primeiros itens mencionados pelos entrevistados destacam como um atrativo para o curso a possibilidade de inserção nas áreas de comunicação e cultura (15), de forma relacionada, na produção cultural (13) propriamente dita, ou nos campos da comunicação (11) e da cultura (6), isoladamente. Portanto, 69% das menções de aspectos atrativos destacados para a escolha do curso se referiram à possibilidade de entrada no campo de trabalho para o qual o curso se propõe.

Nessa perspectiva, destacamos três respostas de entrevistados sobre a questão:

Queria fazer um curso de comunicação e a mescla desta com cultura me interessava muito na época. Quando fui prestar o vestibular, pesquisei no site da Faculdade de Comunicação da UFBA sobre o curso de Produção Cultural.

A ideia de fazer Comunicação sempre me atraiu. Também gostava de administração e sempre tive um espírito empreendedor. Quando descobri que tinha um curso dentro da Comunicação que se relacionava com a Produção Cultural, pesquisei mais (li matérias de jornal, internet, guias de estudante etc.) e decidi que essa seria uma boa forma de unir empreendedorismo, comunicação e cultura.

Me atraiu o fato de ser um curso de Comunicação que tinha foco em produções culturais. Sabia que queria Comunicação, mas não queria Jornalismo. Então era um curso com perfil de planejamento e execução, oportunidade de trabalhar com cultura e expressões artísticas.

As falas destacadas evidenciam as informações verificadas pelas porcentagens discutidas acima, além de relacionar o campo de atuação proporcionado pelo curso com, por exemplo, o empreendedorismo, a administração, o planejamento e a execução. Os entrevistados entendem, portanto, que essas são características importantes para o profissional que atua no campo organizativo da cultura e da comunicação.

Na ocasião da segunda pergunta subjetiva (2.4.2),⁷ os entrevistados foram abordados sobre o conhecimento deles sobre a área de atuação no momento da escolha do curso. Aqui tivemos a participação de 40 alunos que preencheram essa lacuna, um recorte de aproximadamente 50% do universo total da pesquisa. A maioria das respostas se restringiu a “sim” ou “não”. Alguns disseram conhecer as possibilidades de atuação de forma parcial, por acreditar na diversidade de atuações possíveis.

É importante ressaltar que os entrevistados mencionaram que a experiência formativa proporcionada pelo curso fez com que o entendimento e conhecimento das possibilidades de atuação fossem ampliados

e melhor compreendidos. Outras respostas mencionaram também que a área de atuação é dinâmica e que as possibilidades de atuação podem se modificar, surgir e se transformar ao longo da carreira. É o que sugere a colocação destacada abaixo:

Acho que seria muita pretensão da minha parte dizer que já conheço a área de Produção Cultural (como um todo), pois mesmo com base fornecida pela academia, o contexto de atuação do profissional de cultura muda constantemente. A área de atuação do produtor cultural, diferente do que se imaginava ao ingressar na faculdade, não é pré-determinada, mas exige criatividade e empreendedorismo para ser descoberta.

A terceira pergunta aberta do questionário (2.7) dizia o seguinte: “Se você pudesse indicar uma disciplina que falta para o curso de Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura qual seria? Ou que área abarcaria?”.

Os três itens com maior porcentagem se referiam a disciplinas e áreas que abarcassem práticas com linguagens artísticas (17), administração (14) e contabilidade/gestão financeira (12). Quanto ao primeiro item, foram mencionadas as diversas linguagens artísticas, tais como, teatro, dança, música, artes visuais, literatura, dentre outras, ressaltando a importância do curso oferecer mais disciplinas de teor prático e técnico. Conhecimentos de cunho administrativo, empresarial, contábil e financeiro também foram destacados como conhecimentos importantes de serem ofertados na proposta curricular do curso. Essa pergunta se reflete, de algum modo, na questão já apresentada anteriormente, na qual os egressos criticavam a falta de uma formação técnica no curso.

Foram mencionados também como sugestão de disciplinas a Economia da Cultura, Financiamento Cultural, História da Arte, Teorias da Cultura e Teorias da Arte. Conhecimentos na área de Direito também foram elencados, sugerindo o aprendizado de direito autoral, propriedade intelectual e/ou direito cultural.

Algumas outras disciplinas sugeridas através de nomenclaturas ou áreas foram: Oficina de Produção em Rádio e TV; Produção Musical; Produção Teatral; Produção em Cinema; Produção de Dança; Produção Editorial; Comunidades Tradicionais e Patrimônio; Edição de Imagem e Programação Visual; Novas Formas de Produção; Produção Colaborativa; Empreendedorismo e Sustentabilidade em Cultura; Gestão de Equipamentos Culturais; Comunicação Corporativa; Lazer e Esportes; Cultura Digital; Produção Promocional e Produção Publicitária; Crítica Cultural; Patrimônio Cultural e Memória Social; Estatística; e Educação.

Uma das demandas observadas nas respostas dos entrevistados é sobre a interlocução do curso com as áreas e conhecimentos de outras unidades da universidade, onde notadamente as de artes aparecem com mais recorrência. De um modo geral, há um entendimento sobre a necessidade da formação em Produção Cultural encarar aspectos multidisciplinares. Sobre essa questão destacamos as seguintes respostas:

Não irei propor disciplinas, mas acho que poderia se pensar em facilidades para que mais alunos possam pegar matérias em outras unidades da UFBA onde se possa ter maior contato com o lado prático da produção e dar certo direcionamento específico à sua formação, já que isto não é algo ao qual o nosso curso se propõe fazer.

Penso que o currículo do curso de Produção Cultural necessita ampliar o conhecimento acerca das diversas linguagens artísticas. Além de abordar o audiovisual (com disciplinas de vídeo e fotografia), seria muito importante para o curso disciplinas como História da Arte e noções sobre o funcionamento de espetáculos de música, dança, teatro. Esse conhecimento poderia, inclusive, favorecer a integração da Faculdade de Comunicação com outras unidades de ensino da UFBA como: Belas Artes, Dança, Teatro etc. Uma outra disciplina que ajudaria (e muito) os estudantes seria Leis de Financiamento à Cultura, pois muitos produtores acabam aprendendo a lei na prática e sem um exercício de reflexão.

No item de número 2.8 do questionário de pesquisa, o entrevistado poderia discorrer ao fazer uma avaliação de forma geral ou ressaltando aspectos específicos do curso. Foram identificados tanto aspectos positivos quanto aspectos negativos nas opiniões dos sujeitos que optaram por atender essa pergunta.

Os aspectos positivos evidenciados pelas respostas dos que fizeram uma avaliação do curso se ativeram à formação teórica e conceitual ofertada e possibilitada pelo curso (13), a proposta do curso e o fato de ser dentro da área de comunicação e cultura (9), além da valorização das diversas instâncias de atividades extracurriculares existentes na faculdade.

Sobre a formação teórica e conceitual oportunizada pelo curso, destacamos as seguintes respostas, que também apontam mais uma vez a falta de conhecimentos práticos e técnicos como um aspecto a ser readequado:

A formação teórica da Facom só faz sentido quando a gente cai no mercado, não somos apenas meros produtores conhecedores da técnica, entretanto, acredito que deveria ter mais incentivo a pegar disciplinas eletivas que pudesse complementar a formação técnica.

O curso de produção cultural tem muito que melhorar, mas eu ainda assim o acho um curso muito bom. Principalmente na formação em comunicação e política, ajudou a me formar enquanto pensador da cultura e não só produtor. A parte prática, realmente ainda deixa a desejar.

O embasamento teórico e as reflexões foram fundamentais para que eu conseguisse me estabelecer de forma diferenciada nesse mercado, embora ache que a universidade precisa oferecer, mesmo que como matérias eletivas ou optativas, a oportunidade do aluno ter uma relação prática e real com a profissão.

Quanto à valorização feita sobre a proposta do curso e a oferta dentro da área de comunicação e cultura, destacamos a seguinte resposta:

O curso de produção cultural da Universidade Federal da Bahia tem a sorte de estar dentro da Faculdade de Comunicação, que, na minha avaliação contribui para uma formação mais completa sobre o mundo contemporâneo e para interface entre a cultura e a comunicação, relação tão essencial no campo cultural. Entretanto, é importante ressaltar que, talvez por isso, a graduação seja incompleta e ainda tenha uma grade curricular imatura.

É possível observar nas falas destacadas acima que, além dos aspectos positivos, também são mencionados aspectos negativos que criticam a formação prática e técnica ofertada pelo curso. Essa questão foi a segunda mais mencionada, com um total de 27%. Outros três itens se referem às disciplinas e, portanto, à proposta curricular do curso e/ou à sua aplicação: disciplinas com ementas genéricas/vagas (7), ordem das disciplinas do curso (3) e falta de disciplinas básicas (1), que somam 22% das menções.

A falta de articulação com cursos/unidades da UFBA – questão já mencionada e discutida em outras perguntas abertas do questionário – aparece com sete menções, um total de 14%. Além disso, é evidenciada também a pouca articulação do curso com o mercado de trabalho (5) e como aspecto negativo mais destacado aparece a falta de professores com conhecimentos e experiências específicas no campo de atuação do profissional a ser formado, com 27% das menções. Apresentamos abaixo duas colocações que evidenciam e relacionam essa questão:

Quanto aos professores, apenas senti falta de ter mais contato com professores adjuntos, formados na área e que trabalham na área. Talvez por uma questão de ainda não ter havido tempo hábil de formação, mas acredito que professores com uma ‘vivência’ mais completa poderão contribuir (e muito) para a formação dos futuros produtores culturais.

Acredito que nos últimos anos o quadro de professores e o programa do curso se aperfeiçoaram e as atividades extracurriculares fortaleceram a formação dos estudantes.

Na questão de número 8.1 do questionário de pesquisa, foi perguntado ao entrevistado como ele avaliava o profissional que sai egresso do referido curso. Aqui também foram identificados tanto aspectos positivos quanto aspectos negativos nas opiniões.

Os aspectos positivos destacados pelos entrevistados se referiam à capacidade de atuação do profissional egresso tanto em cultura quanto em comunicação (14), ou apenas na comunicação (6) ou na cultura (1), o que totaliza 68% das menções. Um outro aspecto mencionado e que emergiu com destaque foi o fato de a formação proporcionada pelo curso possibilitar a entrada dos egressos na pesquisa científica e, posteriormente, desenvolverem uma carreira acadêmica.

A leitura dos aspectos negativos evidenciam dados apresentados e discutidos ao longo deste texto, como por exemplo, o item mais citado sobre a pouca experiência prática e técnica adquirida pelo profissional durante o curso, com 58% das menções. Além disso, foi também citada a deficiência da formação específica em produção cultural (4), ou então indicada que a formação do curso é superficial e generalista (3), e ainda que os profissionais saem despreparados (3) para a atuação no mercado de trabalho, que somam 42% das menções.

Observa-se que os aspectos positivos e negativos analisados são diametralmente opostos, e que atestam itens discutidos pelas demais perguntas abertas do questionário aplicado.

*Análise comparativa: egressos de 1996 a 2008 e egressos de 2009 a 2012*⁸

Este tópico é composto de uma análise comparativa das respostas e dados fornecidos por alunos egressos do curso de Comunicação –

Produção em Comunicação e Cultura da UFBA em dois diferentes momentos. Trata-se de duas pesquisas feitas em períodos distintos, compostas por dois grandes grupos: um grupo de alunos egressos do curso entre os anos de 1996 e 2008 (77 respondentes, num universo de 112 egressos), e outro grupo de alunos egressos entre os anos de 2009 e 2012 (também 77 respondentes, num universo de 151 egressos). Apesar de as duas pesquisas possuírem algumas questões distintas, a maior parte destas são comuns a ambas. A partir da comparação entre elas, será possível identificar melhoras ou piores, avanços ou retrocessos no curso indicado por alunos, além do levantamento de possíveis hipóteses para esses resultados.

O espaço das relações sociais e econômicas é dinâmico e se constitui num lócus de constantes transformações, apontando para desafios no processo educacional e de formação. São necessárias políticas públicas que deem conta de tais desafios com estratégias de acompanhamento, na perspectiva de uma avaliação contínua em relação à sua efetividade e especialmente no efeito e no impacto que causam em seus beneficiários. (SILVEIRA; CARVALHO, 2012, p. 45)

A ordem das análises será baseada na ordem em que os dados são apresentados na primeira pesquisa. Inicialmente, é feita uma avaliação dos alunos egressos sobre a formação, em que esta subdivide-se em: teórica e conceitual, analítica e informativa, técnica e política. A formação teórica e conceitual foi analisada positivamente por maior parte dos egressos entre os anos de 1996 e 2008: um total de 78% considerou essa formação como boa ou ótima. Entre os egressos dos anos de 2009 e 2012, a avaliação também foi positiva: o total de 87% dos egressos avaliou a formação teórica como boa ou ótima. É necessário mencionar que, entre os anos de 1996 e 2008, 8% dos egressos consideraram essa formação como ruim ou péssima; já entre os anos de 2009 e 2012, nenhum egresso atribuiu valor negativo a essa formação.

Quanto à formação analítica e informativa, pode-se observar um panorama semelhante ao da formação teórica e conceitual: 73% dos alunos egressos de 1996 a 2008 avaliaram essa formação como boa ou ótima, e 76% dos egressos dos anos de 2009 a 2012 também fizeram avaliação positiva. Dos alunos egressos dos anos de 1996 a 2008, 9% consideraram a formação como ruim ou péssima. Já entre os alunos de 2009 a 2012, não houve menção negativa a respeito da formação analítica e informativa. Já a formação técnica apresenta avaliação oposta dos alunos egressos quando comparada às anteriores. Um número de 60% dos egressos dos anos de 1996 a 2008 a considerou ruim ou péssima, e 49% dos egressos dos anos de 2009 a 2012 também a avaliaram do mesmo modo. Apesar de o percentual ter diminuído, nenhum egresso considerou a formação técnica ótima. Dos alunos egressos dos anos de 1996 a 2008, apenas 6% a consideraram boa. Já entre os egressos de 2009 a 2012, esse percentual aumentou em 10%, representando uma leve melhora.

Em relação à formação política, 42% dos alunos egressos de 1996 a 2008 a consideraram positiva, enquanto 5% a consideraram como “péssima”. Já entre os alunos egressos entre os anos de 2009 e 2012, 59% consideraram a formação política como “boa” ou “ótima”, e nenhum aluno a valorou como “péssima”. Sendo assim, comparando a avaliação dos grupos de egressos, houve melhora de mais de 15% na avaliação positiva da formação política dos egressos do curso de Produção em Comunicação e Cultura.

Após a análise das “formações”, os alunos foram questionados sobre o grau de contribuição de determinadas matérias obrigatórias do curso de Produção Cultural da Facom. A primeira disciplina avaliada, Políticas de Comunicação e de Cultura, que possui caráter teórico, foi avaliada negativamente por quase metade dos alunos egressos (49%) entre os anos de 1996 e 2008. Já entre os alunos egressos entre os anos de 2009 e 2012, houve diminuição no percentual de alunos que avaliaram a disciplina negativamente: 39% consideraram que a contribuição da

disciplina foi “pouca” ou “muito pouca”. A avaliação positiva aumentou de 24% para 39%, demonstrando assim, uma melhora.

A contribuição da disciplina Marketing Cultural foi avaliada positivamente por 47% dos alunos egressos da primeira pesquisa. Os alunos egressos da segunda pesquisa também a avaliaram positivamente, totalizando 51% de avaliações como “boa” ou “muito boa” a respeito da contribuição da disciplina. A avaliação positiva foi mantida, havendo um leve aumento nesta. Também, 51% dos alunos egressos da primeira pesquisa afirmaram que a contribuição da disciplina Oficina de Produção Cultural, de caráter prático, foi “grande” ou “muito grande” para a sua formação no curso. Mais da metade dos alunos egressos entre 2009 e 2012, totalizando 64%, avaliou positivamente a contribuição da Oficina de Produção Cultural. A disciplina manteve sua avaliação positiva e apresentou ainda um aumento de 13% nessa avaliação.

Quando questionados sobre a contribuição da disciplina Oficina de Análise de Públicos e Mercados Culturais, 59% dos alunos entrevistados na primeira pesquisa afirmaram que a contribuição foi “grande” ou “muito grande” para a sua formação no curso. O percentual desse mesmo juízo de valor, aumentou em 1% em relação aos alunos egressos dos anos de 2009 a 2012, mantendo assim, estabilidade na avaliação positiva em relação à contribuição da disciplina. Houve diminuição no percentual que considerou a contribuição regular (de 23% para 20%), porém houve um aumento entre os que consideraram que a contribuição da disciplina foi pouca (de 11% para 15%).

O percentual correspondente a 41% dos alunos egressos da primeira pesquisa considerou que a contribuição da disciplina Oficina de Assessoria de Comunicação foi de “pouca” ou “muito pouca”. Dos alunos egressos da segunda pesquisa, apenas 15% avaliou a disciplina da mesma maneira, e 58% a avaliou positivamente. Sendo assim, ao comparar os dois grupos de alunos egressos, a avaliação negativa diminuiu consideravelmente, porém é necessário mencionar que o percentual de alunos

que avaliou a contribuição da disciplina como “muito boa” diminuiu de 33% (primeira pesquisa) para 26% (segunda pesquisa).

A contribuição da disciplina Oficina de Planejamento e Elaboração de Projetos Culturais foi avaliada negativamente por 34% dos alunos que responderam à primeira pesquisa, e 36% avaliaram positivamente. Esse percentual correspondente à avaliação positiva manteve-se na segunda pesquisa, porém houve aumento em 4% dos que avaliaram a contribuição da disciplina negativamente – 38% consideraram a contribuição da disciplina como “pouca” ou “muito pouca” para a sua formação na graduação. Sendo assim, as respostas positivas mantiveram certa estabilidade, porém houve aumento de respostas negativas. É notável também que os percentuais correspondentes a avaliações positivas e negativas se assemelham nas duas pesquisas.

A última disciplina avaliada foi Oficina de Gestão Cultural, a última matéria obrigatória específica da graduação em Produção Cultural que compõe a grade do curso. Esta foi avaliada positivamente pela maior parte dos alunos egressos de 1996 a 2008, na qual 48% consideraram que a contribuição dela foi “grande” ou “muito grande” para a sua formação. Essa avaliação permaneceu praticamente igual na segunda pesquisa, havendo apenas 1% de diferença – 47% dos egressos dos anos de 2009 a 2011 avaliaram positivamente a disciplina. O número correspondente a avaliações negativas manteve-se nas duas pesquisas: 28% consideraram “pouca” ou “muito pouca” a contribuição da disciplina.

Após a avaliação do grau de contribuição das disciplinas do curso, os alunos egressos avaliaram a contribuição do curso em sua totalidade para o exercício profissional. A grande maioria dos entrevistados da primeira pesquisa (85%) afirmou que o curso contribuiu para o seu exercício profissional. Entre os egressos de 2009 a 2011, esse percentual aumentou em 1%, mantendo uma estabilidade na avaliação a respeito da contribuição da graduação em Produção Cultural.

As atividades extraclasse desenvolvidas pelos alunos no período que cursaram a graduação também foram abordadas em uma das questões.

Entre os alunos egressos dos anos de 1996 a 2008, quase metade (48%) participou da PJR e da Rádio Facom como atividades extraclasse, sendo que, desse percentual, maior parte (30%) participou da PJR. Entre os alunos egressos dos anos de 2009 a 2011, a PJR também é responsável por maior parte da participação dos alunos (44%) junto ao CULT (32%). Na pesquisa anterior, o CULT possuía apenas 6% de participação dos egressos, havendo assim, maior participação de alunos em grupos de pesquisa: entre os egressos de 1996 a 2008, 26% afirmaram ter participado de algum grupo. Já entre os alunos egressos dos anos de 2009 a 2011, 48% responderam que havia participado de grupo(s) de pesquisa em algum momento da sua graduação, apontando assim um aumento considerável da adesão a essa atividade extraclasse.

Quanto à área de atuação dos egressos em estágios, em ambas as pesquisas, a produção executiva ocupa a liderança. Na primeira pesquisa, 23% desenvolveu essa atividade, seguida por produção de eventos (17%). Na segunda pesquisa, o percentual que afirmou ter atuado com produção executiva no estágio correspondeu a 37%, assim como assessoria de comunicação, que possuiu expressão menor na primeira pesquisa (15%). Cabe ressaltar que a função de assessor de comunicação geralmente é destinada a profissionais de jornalismo, outra habilitação no curso de Comunicação da UFBA. Sendo assim, é possível concluir que houve maior abertura desse campo para os graduandos da habilitação de Produção em Comunicação e Cultura e/ou também uma busca por parte destes em atuar na área de comunicação.

Sobre o formato do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado pelos alunos egressos, a monografia é predominante em ambas as pesquisas. Porém, houve considerável aumento do formato “produto”: na primeira pesquisa, 35% dos alunos apresentaram o TCC nesse formato; já na segunda pesquisa, 45% dos alunos apresentaram um “produto” como TCC, quase se equiparando ao formato “monografia”.

Quando perguntados sobre a atuação profissional, se os egressos atuam na área da Comunicação – Produção Cultural, 76% dos alunos

de 1996 a 2008 afirmaram atuar na área. Já entre os egressos da segunda pesquisa, 63% afirmaram que atuam nesse mercado, mostrando assim, um percentual menor quando comparado ao segundo grupo. Após essa pergunta, os entrevistados foram questionados sobre sua especialidade em produção em comunicação e cultura. Entre os egressos entrevistados na primeira pesquisa, a especialidade que apresentou maior percentual foi “eventos”, com 21% das respostas dos entrevistados. Entre os alunos egressos da segunda pesquisa, essa mesma especialidade foi responsável por 33% das respostas, assim como gestão cultural. Sendo assim, a especialidade em “eventos” continuou possuindo grande expressão nas pesquisas, havendo também um crescimento considerável na especialidade em “gestão cultural”: na primeira pesquisa, apenas 10% apontaram “gestão e política cultural” como especialidade, número que aumentou para 33% entre os entrevistados da segunda pesquisa.

Em relação à pós-graduação, 38% dos egressos dos anos de 1996 a 2008 responderam que fizeram ou estavam fazendo pós-graduação, enquanto 41% dos egressos dos anos seguintes deram essa mesma resposta. Aumento que pode parecer pequeno (4%), porém considerável dado o tempo de conclusão de curso do segundo grupo. A especialização aparece com maior expressão em ambas as pesquisas (48% na primeira e 85% na segunda), aumento que mostra também a busca por formação além da graduação. A primeira pesquisa apresenta percentual maior de alunos que ingressaram no mestrado (38%) e doutorado (14%), o que pode ser justificado devido ao maior tempo de formação no curso de graduação por parte do primeiro grupo de egressos. Em última questão comum em ambas as pesquisas, os ex-alunos foram questionados se cursaram outra graduação ou se aquele se tratava do primeiro curso superior. Entre os egressos da primeira pesquisa, 52% afirmaram já ter ingressado antes ou concomitante a graduação em Produção em Comunicação e Cultura, percentual que foi superior aos alunos da segunda pesquisa: 39% afirmaram ter cursado outra graduação anteriormente.

Referências

- CARNEIRO, V.; SAMPAIO, S. Avaliação do ensino: a voz dos egressos de um curso de psicologia. In: SANTOS, G. G.; SAMPAIO, S. M. R. (Org.). *Observatório da vida estudantil: estudos sobre a vida e a cultura universitária*. Salvador: Edufba, 2013.
- COSTA, L. F. *Profissionalização da organização da cultura no Brasil: uma análise da formação em produção, gestão e políticas culturais*. 2011. 120 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- HABILITAÇÃO em Gestão em Produção e Cultura. *Faculdade de Comunicação (UFBA)* Salvador: c 2000. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/acad_ens_produ.html>. Acesso em: 18 fev. 2008.
- MELLO, U. B. de. *Formação em Produção Cultural – UFBA: uma análise dos alunos egressos entre 1999 - 2008*. 2009. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador 2009.
- RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007a.
- RUBIM, A. A. C. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, G. M. (Org.). *Teorias & políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: Edufba, 2007b.
- SILVEIRA, O. M. C.; CARVALHO, L. T. de. Estratégias metodológicas para pesquisas com egressos. In: LORDELO, J. A. C.; DAZZANI, M. V. M. *Estudos com estudantes egressos: concepções e possibilidades na avaliação de programas*. Salvador: Edufba, 2012.

Notas

- 1 Pesquisa coordenada pelo professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, Leonardo Figueiredo Costa, com financiamento da Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação (PROPCI) através do edital do Programa PENSE, PESQUISE e INOVE A UFBA (PROUFBA).

- 2 Propostas resultantes da plenária da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia: “criação e incentivo de cursos presenciais ou à distancia, de formação nas expressões artístico-culturais de nível técnico, graduação e especialização [...]. Criar, junto à Secretaria Estadual de Educação, uma proposta de lei para educação formal, visando a formação cultural [...], além da elaboração técnica, captação de recursos e gestão cultural”. < <http://www.cultura.ba.gov.br/conferencia/conferencia-estadual/resultados>>. Acesso em: 27 fev. 2008.
- 3 Excertos dos eixos temáticos da Primeira Conferência Nacional de Cultura: “no caso brasileiro, encontramos em todos os níveis de governo órgãos responsáveis pela gestão cultural. É necessária uma maior interação, por exemplo, das empresas no sistema ‘S’, no planejamento de ações públicas no campo da cultura, tanto na produção, circulação e consumo de produtos culturais, quanto na formação e aprimoramento de produtores e agentes culturais [...]. Como gerar as informações necessárias para um real conhecimento da cadeia produtiva da cultura? Como garantir um processo permanente de capacitação de gestores e produtores culturais? Como gerar um processo de profissionalização da gestão cultural também nos níveis superiores, com formação de especialistas para atuarem nas áreas de docência e de assessoramento? Como criar instrumentos de acompanhamento e avaliação das políticas estabelecidas?” <http://www.cultura.gov.br/upload/Eixos_Tematicos_da_1_CNC_1132854375.pdf> . Acesso em: 27 fev. 2008.
- 4 Ver página < http://www.facom.ufba.br/acad_ens_produ.html>.
- 5 As redes sociais, tais como o Facebook, tornaram-se uma importante ferramenta na busca dos alunos, que por diversas vezes tinham seu endereço de *e-mail* antigo cadastrado na base de dados da universidade.
- 6 A pergunta contida no questionário foi apresentada da seguinte forma: “2.4.1 O que lhe atraiu nele?”, referindo-se ao curso.
- 7 A pergunta contida no questionário foi apresentada da seguinte forma: “2.4.2 Você acha que já conhece a área de atuação?”.
- 8 Tópico feito durante o período de iniciação científica da bolsista Gabriela Gomes Santos.

Formação em Produção Cultural na Universidade Federal da Bahia: uma análise dos alunos ingressos ¹

*Larissa Novais**

*Leonardo Figueiredo Costa***

Gestão e produção culturais no Brasil

No Brasil, temos uma certa profusão/confusão de nomes na área da organização da cultura, e, muitas vezes, termos que poderiam exprimir situações diferentes no campo de trabalho são utilizados como sinônimos. “Uma das características dessa emergência recente e, por conseguinte, da ausência de tradição na conformação específica desse momento é a falta de sedimentação inclusive na sua nomeação.” (RUBIM, 2008, p. 52) Essa falta de

* Graduada do curso de Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura da Universidade Federal da Bahia.

** Doutor em Cultura e Desenvolvimento pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (UFBA). Pós-Doutor pela University of Miami (PDE/CNPq). Professor adjunto III da Faculdade de Comunicação da UFBA.

diferenciação é um dos pontos que afeta a profissionalização, já que é necessário primeiramente reconhecer o que de novo traz a complexificação do setor cultural. Precisamos ir além das (in)definições que apresentam os termos “gestão” e “produção” como sinônimos de uma mesma atividade no campo da organização da cultura.

“Gestão cultural” é um termo relativamente recente no cenário cultural brasileiro. Pressupõe procedimentos administrativos e operacionais, mas não se resume a eles. Pressupõe também a gerência de processos no campo da cultura e da arte, mas vai além dele. Para melhor conceituarmos o campo da gestão cultural, podemos articulá-lo à ideia de mediação de processos de produções material e imaterial de bens culturais e de mediação de agentes sociais os mais diversos. (RODRIGUES, 2009, p. 77)

O sexto número da *Revista Observatório do Itaú Cultural* (2008) apresenta um especial sobre os profissionais da cultura e a formação para o setor. A primeira matéria, cujo título é “Os fazeres e os saberes dos gestores de cultura no Brasil”, busca traçar um perfil do gestor cultural: “um dos profissionais-chave do setor [...]. Cabe a ele, entre muitas outras atribuições, promover a produção de bens culturais e facilitar a sua circulação, cuidando para que o acesso público a esses bens seja garantido”. (OS FAZERES..., 2008, p. 06) Através de entrevistas com pesquisadores e responsáveis por organizações culturais no Brasil, foi constatado que a formação desse profissional é uma necessidade que urge para o setor.

Não existe cultura sem seu momento organizativo. Mesmo determinadas manifestações culturais ditas espontâneas não podem se realizar sem organização. Mas esse caráter inerente e “natural” talvez tenha obscurecido a imediata atenção com esse movimento, que só recentemente emergiu como espaço de práticas e formulações. (RUBIM, 2008, p. 52)

São citadas algumas posições sobre as diferentes terminologias utilizadas no setor, como a de Albino Rubim, que “vê o gestor não como

aquele que formula ou implementa diretrizes culturais, mas como o profissional que está à frente de projetos permanentes de cultura”. (OS FAZERES..., 2008, p. 10) Já “o produtor cultural [...] organizaria projetos específicos e descontinuados no tempo, dentro ou fora da esfera governamental”. (OS FAZERES..., 2008, p. 10) Pensamos que essa diferença talvez traga alguns problemas, quando refletimos a ação de produtores culturais em projetos que são continuados (com edições anuais, por exemplo), mas ainda não são considerados programas que atuam dentro de alguma diretriz maior. Talvez a diferenciação fique mais clara a partir dessa questão, do trabalho em programas (feito por gestores) e em projetos (feitos por produtores).

“Pensar e planejar o campo da produção, circulação e consumo da cultura dentro de uma racionalidade administrativa é uma prática que pertence aos tempos contemporâneos.” (CALABRE, 2008, p. 66) Uma das dificuldades que temos para definir as profissões e as atividades culturais, e propor programas de formação e capacitação que respeitem as especificidades dessas atividades é a atuação num “campo novo, com fronteiras fluidas”. (CALABRE, 2008, p. 66)

Temos alguns livros no Brasil que trazem informações sobre as atividades e a figura do produtor e/ou do gestor cultural, mas é o gestor cultural Rômulo Avelar, em seu livro *O avesso da cena: notas sobre produção e gestão cultural*, um dos autores que melhor exemplifica a relação de diferenças e semelhanças de atuação entre os profissionais da produção e os que estariam ligados à gestão. Segundo Avelar, produtor cultural é o profissional que “[...]cria e administra diretamente eventos e projetos culturais, intermediando as relações dos artistas e demais profissionais da área com o Poder Público, as empresas patrocinadoras, os espaços culturais e o público consumidor de cultura” (AVELAR, 2008, p. 52); enquanto o gestor cultural é o profissional que:

[...] administra grupos e instituições culturais, intermediando as relações dos artistas e dos demais profissionais da área com o Poder Público, as empresas patrocina-

doras, os espaços culturais e o público consumidor de cultura; ou que desenvolve e administra atividades voltadas para a cultura em empresas privadas, órgãos públicos, ONGs e espaços culturais. (AVELAR, 2008, p. 52)

Segundo Avelar (2008), o produtor age enquanto posição central do processo cultural, atuando como o grande mediador entre os profissionais da cultura e os demais segmentos. “Nessa perspectiva precisa atuar como ‘tradutor’ das diferentes linguagens, contribuindo para que o sistema funcione harmoniosamente.” (AVELAR, 2008, p. 50) Ao gestor também caberia o papel de interface entre diferentes profissionais, no entanto, de acordo com os diagramas apresentados, o gestor pode ainda estar presente no interior de outras instituições, contexto no qual ele é o responsável por alguma área privada de patrocínio a cultura ou por algum espaço cultural. Ainda de acordo com Avelar (2008), produção e gestão culturais são atividades essencialmente administrativas, verbo presente em ambas as definições que foram abordadas pelo autor.

Análise do perfil dos alunos ingressos

Buscando conhecer o perfil dos alunos ingressos do curso de Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura da UFBA, foi realizada a pesquisa seguinte. Qual o perfil do alunado que busca essa formação superior no campo (novo, com fronteiras fluidas) da organização da cultura? Para isso, foi aplicado questionário aos alunos ingressos do curso entre os semestres de 2012.1 a 2013.2, sendo o questionário subdividido em dois momentos. A primeira parte tem como objetivo conhecer o perfil social e econômico dos entrevistados; já o segundo momento do questionário busca compreender os processos de escolha e de qualificação dos futuros agentes atuantes no campo cultural.

A pesquisa foi aplicada em dois semestres distintos. No total, 72 estudantes responderam a pesquisa, sendo que 31% (22 alunos) eram,

no momento da segunda aplicação, estudantes do quarto semestre. Dentre os alunos para os quais o questionário foi aplicado, 32% (23 alunos) são estudantes do terceiro semestre, 19% (14 alunos) são estudantes do segundo semestre e 18% (13 alunos) estão no primeiro semestre do curso.

Dentre os entrevistados, a maioria é do sexo feminino, correspondendo a 64% ou 46 alunas; o restante (35% ou 25 alunos) é do sexo masculino. Uma pessoa marcou a opção outro, porém não informou qual seria o seu sexo. Já a respeito da idade dos estudantes do curso, 25,4% (18 alunos) têm 19 anos; 21,2% (15 alunos) têm 20 anos; 14,1% (10 alunos) têm 18 anos; 9,8% (sete alunos) têm 22 anos; 8,5% (seis alunos) têm 21 anos; 5,6% (quatro alunos) têm 23 anos; 2,8% (dois alunos) têm 25 anos e 2,8% (dois alunos) têm 26 anos; apenas 1,4% (um aluno) tem 30 anos, 35 anos e 42 anos, cada. Do universo total, 5,6% (quatro alunos) não responderam a questão. Maior parte dos alunos ingressos entrevistados ocupa a faixa etária entre 18 e 20 anos, correspondendo a 60,7% dos alunos.

Quando questionados sobre sua etnia, as respostas foram as seguintes: 31% (22 alunos) se consideram brancos, 41% (29 alunos) se consideram pardos, 24% (17 alunos) se consideram negros, 4% (três alunos) se consideram mestiços; sendo assim, nem um terço dos alunos se identifica como negros ou mestiços. Dentre os entrevistados, ninguém se considera amarelo/asiático ou indígena.

Sobre o estado civil dos alunos, 94% (67 alunos) estão solteiros, 4% (três alunos) são casados/vivem com alguém. Apenas um aluno marcou outra opção, porém não informou qual seria o seu estado civil. Dos alunos que responderam sobre filhos, 100% (71 alunos) informou não tê-los, sendo este o mesmo total das respostas quando questionados sobre possuir alguma deficiência.

Do número total de aplicação da pesquisa, 70 pessoas responderam qual a sua orientação sexual. Dentro desse universo, 86% (60 alunos) afirmam ser heterossexual, correspondendo à maioria. Os alunos que

afirmam ser gay/homossexual correspondem a 9% (seis alunos), 4% afirmam ser bissexual e uma aluna afirmou ser lésbica.

No aspecto religioso, 29% (20 alunos) seguem a religião católica, 9% (seis alunos) se dizem protestantes, 4% (três alunos) são evangélicos, 13% (nove alunos) são espíritas kardecistas e 34% (23 alunos) afirmam não ter religião/ser ateu. Além desses dados, 10% (sete alunos) afirmam ter outra religião, sendo que três desses alunos se afirmaram como agnósticos.

Sobre a naturalidade dos estudantes, 67% (48 alunos) são oriundos de Salvador, 1% (um aluno) é da região metropolitana, 14% (10 alunos) são oriundos do interior da Bahia, 15% (11 alunos) vieram de outro estado e 3% (dois alunos) vieram de outro país. Dentre os alunos que são do interior da Bahia, três vieram da cidade de Feira de Santana e um de Vitória da Conquista. Dos alunos que vieram de outro estado, os estados citados foram: Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Goiás. Já os estudantes estrangeiros são todos oriundos da Itália.

Em relação à escolaridade dos pais desses estudantes, os dados obtidos foram que 1% (um pai) é analfabeto, 4% (três pais) têm o ensino fundamental incompleto, 1% (um pai) tem o ensino fundamental completo, 8% (seis pais) têm o ensino médio incompleto, 36% (26 pais) concluíram o ensino médio. Do total, 10% (sete pais) têm curso técnico, 8% (seis pais) têm ensino superior incompleto, 14% (10 pais) concluíram o ensino superior, 10% (sete pais) têm pós-graduação/especialização, 1% (um pai) tem mestrado, 3% (dois pais) têm doutorado e 1% (um pai) tem pós-doutorado. Apenas um estudante não soube informar a escolaridade do pai.

Já em relação à escolaridade das mães, 4% (três mães) não concluíram o ensino fundamental, 3% (duas mães) concluíram o ensino fundamental, 10% (sete mães) tem o ensino médio incompleto e 30% (21 mães) concluíram o ensino médio. Em relação ao curso técnico, 10% (sete mães) fizeram. Sobre o ensino superior, 11% (oito mães) não completaram a graduação e 15% (11 mães) concluíram o ensino superior, 10%

(sete mães) tem pós-graduação/especialização, 4% (três mães) têm mestrado e 3% (duas mães) têm o pós-doutorado. Não há caso de analfabetismo e nem de doutorado. Traçando um comparativo entre a escolaridade das mães e dos pais dos alunos ingressos, as mães possuem maior grau de escolaridade, correspondendo a 32% as mães que completaram a graduação e/ou fizeram pós-graduação, mestrado, e doutorado; já o total de pais na mesma situação é inferior, totalizando 29%.

Em relação ao ensino médio dos estudantes de Produção Cultural, 38% (27 alunos) estudaram integralmente em escola pública, 57% (41 alunos) estudaram integralmente em escola particular, 3% (dois alunos) estudaram em maior parte em escola pública e 3% (dois alunos) estudaram em maior parte em escola particular. A conclusão do ensino médio foi regular para 99% (70 alunos) e supletivo para 1% (um aluno). A maioria deles, 93% (65 alunos), cursou o ensino comum ou de educação geral, 6% (quatro alunos) concluíram o ensino médio do tipo técnico-profissionalizante e 1% (um aluno) concluiu em outro tipo curso.

Sobre os cursos preparatórios para o vestibular/Enem e o seu tempo de duração, 18% (13 alunos) fizeram curso por um semestre, 23% (16 alunos) fizeram curso preparatório por um ano, 11% (oito alunos) fizeram curso por mais de um ano e 48% (34 alunos) não fizeram curso preparatório. Sendo assim, mais da metade dos alunos passou por cursos preparatórios. Do universo de 37 estudantes que fizeram curso preparatório para o vestibular, 11% (quatro alunos) fizeram em um curso comunitário, enquanto 89% (33 alunos) cursaram pré-vestibular particular.

Em relação à quantidade de vestibulares prestados/inscrição no Enem, 49% (34 alunos) fizeram a prova apenas uma vez, 39% (27 alunos) fizeram o exame duas vezes e 12% (oito alunos) prestaram vestibular três vezes. Nenhum estudante fez quatro ou mais provas.

O número de estudantes ingressos no curso a partir de cotas se divide em 25% (18 alunos) através da escola pública, preto ou pardo; 4% (três alunos) ingressaram por ser estudante de escola pública de qualquer

etnia e 3% (dois alunos) pela renda *per capita*. No total, 68% (48 alunos) não ingressaram pelas cotas, correspondendo à maioria dos alunos.

Sobre a escolha da UFBA para ser a universidade da formação dos estudantes, poderiam ser escolhidas mais de uma resposta. A principal resposta sobre a escolha da universidade é pelo fato dela ser pública e gratuita, sendo esse o motivo citado por 31% dos entrevistados ou 40 alunos. Em seguida, 27% (36 alunos) escolheram a universidade por oferecer curso/ensino de qualidade, 24% (32 alunos) alegaram escolher por oferecer o curso de interesse e 9% (12 alunos) por ser a única a fornecer a habilitação de Produção Cultural na Bahia.

Em relação à forma com que os estudantes descobriram o curso, 51% (35 alunos) afirmam ter conhecido na internet, 20% (14 alunos) através de amigos, 13% (nove alunos) tiveram conhecimento na escola, 9% (seis alunos) conheceram o curso através de parentes, 4% (três alunos) através de jornais e 3% (dois alunos) através de revistas. Nenhum estudante conheceu o curso através do Enem e rádio.

Além desses principais motivos, 4% (cinco alunos) escolheram a UFBA por oferecer curso no horário adequado às necessidades, 2% (dois alunos) por estar próxima às suas residências, 2% (três alunos) por ser a única instituição que obtiveram aprovação e 1% (um aluno) optou por outro motivo não especificado.

A escolha do curso pelos estudantes foi feita por 65% (51 alunos) devido à identificação com a profissão, 8% (seis alunos) optaram pelo curso para obter diploma de graduação, 8% (seis alunos) escolheram o curso por incentivo de amigos ou familiares e outros 8% (seis alunos) optaram pelo curso por já ter tido um contato prévio com a área. Do total, 4% (três alunos) escolheram o curso pela perspectiva de ganhos financeiros e 1% (um aluno) por ser a única instituição que obteve vaga. Nenhum estudante optou pelo curso por ser uma profissão em ascensão no mercado de trabalho e 8% (seis alunos) escolheram o curso por outros motivos.

Em relação aos meios de transporte, 83% (59 alunos) utilizam o ônibus para chegar à universidade, 8% (seis alunos) têm carro próprio, 4% (três alunos) chegam à universidade através de carro (carona) e 4% (três alunos) vão a pé.

Sobre os estudantes que trabalham, sem considerar estágio, 75% (53 alunos) não trabalham no momento e 25% (18 alunos) estão trabalhando. Na questão seguinte, na qual buscamos saber dos alunos que trabalham qual a sua área de atuação, 39% (sete alunos) trabalham em área de atuação relacionada à Produção Cultural e 61% (11 alunos) trabalham com outra área de atuação.

Dentre os alunos que trabalham em áreas relacionadas ao curso, os trabalhos citados por eles foram de produção executiva, música, eventos, moda e produção audiovisual. Já os alunos que trabalham com outras áreas atuam em áreas como administração, *call center*, comércio/terceiro setor, colaboração de *site* e jornalismo.

Quando questionados sobre sua renda, 66% (46 alunos) afirmaram não possuir renda própria, sendo seus gastos financiados pela família. Os que possuem renda própria e recebem ajuda da família somam 29% (29 alunos), 4% (três alunos) possuem renda própria e contribuem com o sustento da família. Apenas 1% (um aluno) optou por outra situação, porém não descreveu. Não há casos de alunos que possuam renda própria e que se sustentam ou que são os principais responsáveis pelo sustento da família.

Ao serem questionados sobre estágio, 82% (58 alunos) disseram não fazer estágio, 11% (oito alunos) estagiam com remuneração e 7% (cinco alunos) estagiam, porém não são remunerados. Em relação aos alunos que estagiam, 12 responderam as seguintes questões:

1. Em que área/local? – Aproximadamente 33% (quatro alunos) trabalham na UFBA, 17% (dois alunos) trabalham na Facom, sendo um deles na Produtora Júnior e as demais áreas/locais citados foram Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico,

atendimento/gerenciamento de redes sociais, história, cinema, jornal *A Tarde* e eventos.

2. Há quanto tempo? – 25% (três alunos) estagiam há dois meses, 17% (dois alunos) estagiam há cinco meses, 17% (dois alunos) estagiam há um mês e 17% (dois alunos) estagiam há um ano. Os demais alunos estagiam há dois anos (um aluno), seis meses (um aluno) e um aluno afirma trabalhar há “pouco tempo”.
3. Este é seu primeiro estágio? – Apenas 10 alunos responderam essa questão. Dentro desse universo, 60% (seis alunos) já estagiaram anteriormente e 40% (quatro alunos) estão no seu primeiro estágio.
4. Em que semestre foi seu primeiro estágio? – Apenas seis alunos responderam essa questão, sendo que 50% (três alunos) começaram a estagiar no primeiro semestre do atual curso, um aluno começou no segundo semestre, um aluno no primeiro semestre de 2010 e, por fim, um aluno começou a estagiar na graduação anterior.

Em relação a bolsas ou auxílios, 13% (dois alunos) recebem bolsa por monitoria, 19% (três alunos) recebem bolsa Pibic, 25% (quatro alunos) recebem bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão (Pibiex), 6% (um aluno) recebe bolsa do Programa Permanecer, 19% (três alunos) são bolsistas do Programa de Educação Tutorial (PET) e 19% (três alunos) recebem outra bolsa/auxílio. Nenhum estudante recebe qualquer tipo de auxílio.

Sobre a renda mensal dos estudantes, 15% (11 alunos) têm renda familiar de um a dois salários mínimos, e 70% (50 alunos) possuem renda familiar superior a três ou mais salários mínimos: 25% (18 alunos) têm renda de três a quatro salários mínimos, 27% (19 alunos) de quatro a cinco salários mínimos e 18% (13 alunos) têm renda de seis ou mais salários mínimos. Dos questionados, 14% (10 alunos) não souberam informar a renda familiar.

Sobre possuir computadores em sua residência, 99% (70 alunos) afirmam possuir, e apenas 1% (um aluno) não possui computador.

A questão dos aparatos tecnológicos que os estudantes possuem foi de múltipla escolha, sendo assim temos o resultado de que 22% (34 alunos) possuem computador/*desktop*, 36% (56 alunos) possuem *notebook*, 28% (44 alunos) possuem *smartphone*, 13% (20 alunos) possuem *tablet* e 1% (um aluno) possui outro aparato tecnológico, porém não foi informado qual seria este.

Em relação ao acesso à internet, que, no questionário poderia selecionar mais de uma opção, temos que 42% (67 alunos) afirmam ter acesso em casa, 9% (14 alunos) têm acesso no trabalho, 1% (dois alunos) acessam através da *lan-house*, 23% (37 alunos) têm acesso à internet na UFBA e 25% (41 alunos) acessam pelo celular/*smartphone/tablet*. Dentre os alunos interrogados, não há caso de estudante que não possui acesso à internet.

Para os estudantes que tem acesso à internet em casa, foi questionado qual a conexão utilizada por eles. No total, 38% (32 alunos) têm banda larga paga, 1% (um aluno) tem banda larga gratuita, 46% (39 alunos) tem conexão *wi-fi*, 12% (10 alunos) utilizam 3G/4G e 2% (dois alunos) afirmam utilizar outras conexões. Sobre a frequência de acesso à internet, 93% (66 alunos) afirmam utilizar todos os dias, 6% (quatro alunos) acessam mais de três vezes por semana e apenas 1% (um aluno) acessa até três vezes por semana.

Em relação aos objetivos dos estudantes ao acessar a internet, temos os dados que 17% (66 alunos) acessam para pesquisa universitária/acadêmica, 11% (42 alunos) utilizam para o trabalho, 9% (36 alunos) utilizam para o bate-papo, 17% (65 alunos) acessam para utilizar redes sociais/contato, 16% (62 alunos) utilizam para o *e-mail* pessoal, 15% (58 alunos) utilizar para obter informação/notícias, 14% (52 alunos) para diversão/passatempo e 1% (três alunos) acessa com outros objetivos. Para manter-se informado, 7% (sete alunos) utilizam o jornal impresso, 23% (24 alunos) se informam através da TV, 5% (cinco alunos) utilizam a rádio, 59% (63 alunos) buscam informações pela internet e 7% (sete alunos) obtêm informações através de revistas semanais.

Todos os estudantes afirmam ler livros, sendo que 37% (59 alunos) leem os de conteúdo acadêmico/científico/didático/solicitado pelo professor do curso, 39% (62 alunos) de literatura/ficção/romance, 11% (17 alunos) leem quadrinhos/mangá, 3% (cinco alunos) leem livros de autoajuda, 9% (14 alunos) leem livros religiosos/espiritualistas e apenas 1% (um aluno) afirma ler outros tipos de livros.

Sobre a quantidade de livros que cada estudante lê durante o ano, 1% (um aluno) lê apenas um livro, 7% (cinco alunos) dois livros, 14% (10 alunos) leem três livros por ano, 18% (13 alunos) quatro livros e a maior parte, 59% (42 alunos), faz a leitura de cinco ou mais livros por ano.

Para adquirir os livros, 31% (58 alunos) compram em livrarias/sebos, 17% (32 alunos) fazem empréstimos de bibliotecas, 20% (38 alunos) leem livros de amigos, 22% (42 alunos) fazem *download* na internet/*E-book* e 11% (20 alunos) utilizam a fotocópia para adquirir seus livros.

Quando os alunos foram questionados se fazem cursos fora da UFBA, 14% (10 alunos) afirmaram fazer cursos fora da universidade, 85% (60 alunos) não fazem outros cursos fora da universidade e 1% (um aluno) optou pela alternativa “Outro”, porém não especificou. Dos estudantes que afirmaram fazer curso fora da universidade, apenas seis responderam qual curso seria. Nesse universo, aproximadamente 84% (cinco alunos) afirmam fazer curso de língua estrangeira, sendo que quatro alunos especificaram cursar inglês e 1% (um aluno) faz, em outra universidade, graduação em Direito.

Em relação aos alunos de Produção Cultural que desenvolvem algum trabalho artístico, 1% (um aluno) afirma ser cantor, 8% (seis alunos) afirmam ser músicos, 1% (um aluno) é ator/atriz, 1% (um aluno) é artista circense, 3% (dois alunos) são artistas visuais/plásticos, 8% (seis alunos) afirmam ser escritores/poetas, 6% (quatro alunos) são dançarinos, 3% (dois alunos) se consideram artesãos e 10% (sete alunos) realizam outros trabalhos artísticos. Do universo dos alunos que afirmam realizar outros trabalhos, apenas uma informou em qual área desenvolve

seu trabalho, que é a fotografia. A maior parte dos alunos, 58% (42 alunos), não desenvolve trabalho artístico.

Apesar de 30 alunos responderem que realizaram alguma atividade artística, 27 alunos responderam o motivo da realização dessas atividades. No total, 26% (sete alunos) afirmam realizar essas atividades de forma profissional, 30% (oito alunos) fazem de forma amadora e 44% (12 alunos) realizam as atividades por lazer/diversão.

Em relação à frequência de consumo de veículos de comunicação pelos estudantes, temos os seguintes dados: a frequência da leitura do jornal de uma a duas vezes por semana é feita por 33% (23 alunos), 14% (10 alunos) leem de três a quatro vezes por semana, apenas 6% (quatro alunos) leem apenas aos finais de semana. O consumo diário é feito por 11% (oito alunos), 11% (oito alunos) utilizam uma ou duas vezes por mês e, por fim, 24% (17 alunos) não realizam essa ação.

Os alunos que leem jornal poderiam citar quais utilizam. Aproximadamente 31% (10 alunos) leem o *Correio da Bahia*, 40% (13 alunos) utilizam o *A Tarde*, 10% (três alunos) leem *Folha de S. Paulo*, 7% (dois alunos) consomem o *Estadão* e 1% (um aluno) consomem *Zero Hora*, *Lance*, *Meia Hora* e *Tribuna Feirense*, cada.

A frequência do consumo de rádio é feita por 26% (18 alunos) uma a duas vezes por semana, por 14% (10 alunos) de três a quatro vezes por semana, 3% (dois alunos) escutam apenas aos finais de semana, 3% (dois alunos) apenas na sexta-feira e 7% (cinco alunos) escutam uma ou duas vezes por mês. No total, 27% (19 alunos) escutam rádio diariamente e 20% (14 alunos) não realizam essa ação.

Os estudantes que escutam rádio poderiam citar quais costumam ouvir e, dentre as citadas, temos a rádio *A Tarde* e *Metrópole*, que são escutadas por 14% (cinco alunos), cada; 17% (seis alunos) escutam *Nova Brasil* e *Globo FM*, 11% (quatro alunos) escutam a *Transamérica*, 9% (três alunos) escutam a *Educadora*, 6% (dois alunos) escutam *Band FM* e *CBN* e, por fim, apenas 3% (um aluno) ouvem a *Jovem Pan* e *Bahia FM*.

A frequência de consumo da TV é feita por 20% (14 alunos) de uma a duas vezes por semana, de três a quatro vezes por semana por 20% (14 alunos), apenas aos finais de semana por 4% (três alunos), apenas na sexta-feira por 1% (um aluno) e uma ou duas vezes por mês por 6% (quatro alunos). Por fim, 42% (30 alunos) assistem TV diariamente e 7% (cinco alunos) não realizam essa ação.

Em relação aos canais assistidos pelos estudantes, 42% (oito alunos) afirmam assistir a Globo, 11% (dois alunos) assistem MTV, GNT e History Channel, cada; e 5% (um aluno) assiste FOX, Band, HBO, canais abertos e canais fechados, em geral. Foram citadas também as programações assistidas, sendo elas *cartoons*, jornal, novela e Globo News.

A frequência de leitura de revistas é feita por 29% (20 alunos) uma a duas vezes por semana, 13% (nove alunos) leem de três a quatro vezes por semana, 7% (cinco alunos) afirmam que leem apenas aos finais de semana, 35% (24 alunos) leem uma ou duas vezes por mês e apenas 1% (um aluno) lê diariamente. Dos interrogados, 14% (10 alunos) não realizam essa ação.

Das revistas citadas pelos estudantes, 14% (cinco alunos) afirmam ler a revista *piauí*, 6% (dois alunos) afirmam ler *Caros Amigos*, 6% (dois alunos) leem *Rolling Stones*, 6% (dois alunos) leem *Carta Capital* e 6% (dois alunos) leem *Época*. As revistas *Vogue* e *Bravo* são lidas por 9% (três alunos), cada. A revista *Veja* é lida por 17% (seis alunos) e, por fim, temos as revistas *Capricho*, *Caras*, *Super Interessante*, *Trip*, *Aventuras na História*, *ISTOÉ*, *Gloss*, *Vogue Paris*, *Casa Claudia* e *Contigo*, lidas por 3% (um aluno), cada.

Em relação à frequência dos alunos em determinadas atividades culturais/entretenimento,² temos os seguintes dados elencados nos sub-tópicos a seguir:

Teatro

Os alunos que frequentam o teatro semanalmente totalizam 10% (sete alunos), 19% (13 alunos) vão ao teatro mensalmente, 20% (14 alunos) frequentam bimestralmente, 23% (16 alunos) vão semestralmente

ao teatro, 12% (oito alunos) anualmente e 16% (11 alunos) afirmam não frequentar o teatro.

Dos teatros citados pelos estudantes, 26% (sete alunos) frequentam o Teatro Castro Alves, 21% (seis alunos) frequentam o Teatro Vila Velha, 15% (quatro alunos) vão ao Teatro Jorge Amado, 10% (três alunos) vão ao Módulo e 4% (um aluno) vai ao ACBEU, Gamboa Nova, Sala do Coro, ISBA, SESC, SESI Rio Vermelho e Cidade do Saber, cada.

Rodas de leitura/sarau

Sobre a participação em rodas de leitura/sarau, 74% (52 alunos) afirmam não frequentar, 4% (três alunos) vão semanalmente, 7% (cinco alunos) vão mensalmente, 4% (três alunos) frequentam bimestralmente, 3% (dois alunos) vão semestralmente e 7% (cinco alunos) vão apenas uma vez ao ano. Não houve citações de locais nem de rodas de leitura/sarau pelos estudantes.

Shows de música

A frequência nos *shows* de música é semanal para 16% (11 alunos), mensal para 39% (27 alunos), bimestral para 21% (15 alunos), semestral para 16% (11 alunos) e anual para 6% (quatro alunos). Por fim, 3% (dois alunos) afirmam não frequentar *shows* de música.

Dos espaços que os estudantes costumam frequentar durante os *shows*, temos que 22% (três alunos) frequentam a Concha Acústica, 15% (dois alunos) frequentam o Teatro Castro Alves e 15% (dois alunos) vão ao Pelourinho. O restante, 8% cada (um aluno), frequenta o Bahia Café Hall, The Hall, Festivais, Bar 30”, Groove Bar e o Parque de Exposições. Também foram citados estilos de músicas, sendo elas *metal*, internacionais, Música Popular Brasileira e um dos estudantes afirma frequentar *show* de todos os estilos.

Cinema

A frequência dos estudantes no cinema é semanal para 35% (25 alunos), mensal para 55% (39 alunos) e bimestral para 8% (seis alunos). Apenas 1% (um aluno) não frequenta cinema. Dos cinemas frequentados pelos estudantes, 26% (cinco alunos) frequentam o UCI/Multiplex Iguatemi, 26% (cinco alunos) frequentam as Salas de Arte (incluindo o cinema da UFBA), 26% (cinco alunos) vão ao Cinemark, 10% (dois alunos) vão ao Espaço Itaú de Cinema Glauber Rocha, e 10% (dois alunos) vão ao Bela Vista/Cinépolis.

DVD/VHS/Blu-ray/filme em casa

A respeito do consumo de DVD/VHS/Blu-ray/filme em casa, 58% (41 alunos) assistem semanalmente, 23% (16 alunos) mensalmente, 4% (três alunos) bimestralmente, 6% (quatro alunos) semestralmente e 10% (sete alunos) não fazem essa atividade. Foram citados pelos estudantes os seguintes gêneros: comédia, drama, *cult* e clássico.

Espectáculos de dança

A frequência de consumo de espetáculos de dança é mensal para 9% (seis alunos), 13% (nove alunos) frequentam bimestralmente, 19% (13 alunos) semestralmente, 16% (11 alunos) anualmente e 43% (30 alunos) afirmam não frequentar essa atividade. Apenas um aluno citou um espaço que frequenta para esse fim, que é o Teatro Castro Alves.

Eventos esportivos

A frequência em eventos esportivos pelos estudantes é semanal por 3% (dois alunos), mensal por 7% (cinco alunos), bimestral por 13% (nove alunos), semestral por 7% (cinco alunos), anual por 14% (10 alunos). No total, 56% (39 alunos) não frequentam essa atividade. Os estudantes citaram jogos de futebol e Surf Eco como eventos frequentados por eles. A Arena Fonte Nova também foi citada como espaço frequentado por um estudante.

Exposições/artes visuais/plásticas

A frequência da ida dos estudantes em exposições/artes visuais/plásticas é de 4% (três alunos) semanal, 14% (10 alunos) mensal, 13% (nove alunos) bimestral, 28% (19 alunos) semestral, 10% (sete alunos) frequentam anualmente e 30% (21 alunos) não frequentam essa atividade. Dos locais citados pelos estudantes, 50% (dois alunos) consomem essas atividades no Museu de Arte Moderna (MAM), 25% (um aluno) em museus e 25% (um aluno) afirma frequentar qualquer lugar que exista exposição. Um aluno informou que frequenta exposições de grafite.

Museus

A frequência de ida aos museus é semanal para 6% (quatro alunos), mensal para 7% (cinco alunos), bimestral para 19% (13 alunos), semestral para 22% (15 alunos) e anual para 19% (13 alunos). Por fim, 28% (19 alunos) não frequentam museus. Entre os museus citados, 43% (três alunos) afirmam frequentar o MAM, 29% (dois alunos) vão ao Museu Rodin/Palacete das Artes, 14% (um aluno) vai ao Museu de Arte da Bahia e 14% (um aluno) vai ao Museu Carlos Costa Pinto.

Feiras de artesanato

A ida às feiras de artesanato é semanal para 3% (dois alunos), mensal para 9% (seis alunos), bimestral para 12% (oito alunos), semestral para 25% (17 alunos) e anual para 18% (12 alunos). O restante, 34% (23 alunos), afirma não frequentar. Dos alunos que frequentam, um informou que vai ao Rio Vermelho para ter acesso às feiras e outro afirma frequentar qualquer uma que esteja em seu caminho.

Apresentações/manifestações de cultura popular

A frequência em apresentações/manifestações de cultura popular é, para 12% (oito alunos), semanal; mensal para 13% (nove alunos), bimestral para 13% (nove alunos), semestral para 21% (14 alunos) e anual para

12% (oito alunos). No total, 28% (19 alunos) afirmaram não frequentar essas atividades. Não houve exemplos de espaços ou apresentações frequentadas pelos estudantes.

Circo

Apenas 1% (um aluno) vai ao circo mensalmente, 7% (cinco alunos) bimestralmente, a frequência é semestral para 4% (três alunos) e anual para 24% (16 alunos), já 63% (43 alunos) não frequentam o circo. Não houve exemplos de frequência nessa atividade.

Poucos estudantes responderam sobre a participação em outras atividades. Dentro desse universo, 67% (dois alunos) responderam frequentar outras atividades bimestralmente e 33% (um aluno) afirmou não frequentar outros tipos de atividades. Não houve exemplo.

Análise comparativa: ingressos no curso de Comunicação – Produção em Comunicação e Cultura e na área de concentração em Políticas e Gestão da Cultura

Neste tópico, iremos apresentar uma análise comparativa dos resultados obtidos da pesquisa aplicada aos alunos ingressos do curso de Comunicação – Produção Cultural e da área de concentração do bacharelado interdisciplinar em Políticas e Gestão da Cultura. Trata-se de duas pesquisas aplicadas no segundo semestre de 2013 aos alunos que cursavam até o terceiro semestre naquele período. A partir da comparação entre elas, mesmo com algumas questões distintas, será possível identificar as semelhanças e diferenças entre o perfil dos estudantes ingressos de cada curso.

A primeira comparação será das informações socioculturais dos dados obtidos. No curso de Produção Cultural, 64% dos alunos são do sexo feminino enquanto 35% alunos são do sexo masculino, um

aluno não respondeu. Entre os ingressos do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC), 56% dos alunos são do sexo feminino e 44% são do sexo masculino. Em ambos os cursos, há a predominância do sexo feminino. Enquanto a identidade étnico racial, no curso de Produção Cultural, 41% dos alunos se consideram pardos, 31% dos alunos se consideram brancos, 24% dos alunos se consideram negros e apenas 4% dos alunos se consideram mestiços, já na área de concentração, 65% se consideram negros, 26% se consideram pardos, 6% se consideram indígenas e apenas 3% se consideram brancos. Em relação à deficiência, os dados coletados de ambos os cursos informam que não há deficientes.

Quanto ao estado civil dos alunos ingressos, no curso de Produção Cultural, 94% dos alunos estão solteiros e apenas 3% estão casados e/ou vivem com alguém e, na pesquisa aplicada na área de concentração, 62% dos alunos estão solteiros e 38% são casados e/ou vivem com alguém. Nos dados relacionados à religião, no curso de Produção Cultural, 34% afirmam não ter religião/ser ateu, 29% dos alunos seguem a religião católica, 13% são espíritas kardecistas, 9% seguem a religião protestante, 4% são evangélicos e 10% afirmam seguir outra religião. Os dados da opção religiosa da área de concentração são que 25% dos alunos não têm religião, 18% seguem a umbanda/candomblé, 15% seguem a religião católica, 12% seguem a religião evangélica, 6% seguem o espiritismo, 6% não sabem a sua religião e, por fim, 18% não declararam. Com esses dados, percebemos uma diferença no perfil dos estudantes, visto que há uma maior presença da religião umbanda/candomblé na área de concentração, enquanto no curso de Produção Cultural, além dessa opção religiosa não ter sido escolhida, a segunda opção predominante é o catolicismo.

Em relação à escolaridade dos pais, os dados dos estudantes de Produção Cultural nos mostra que 1% dos pais é analfabeto, 4% dos pais têm o ensino fundamental incompleto, 1% tem o ensino fundamental completo, 8% dos pais têm o ensino médio incompleto, 36% concluíram o ensino médio, 10% têm curso técnico, 8% têm ensino superior

incompleto, 14% concluíram o ensino superior, 10% têm pós-graduação/especialização, 1% tem mestrado, 3% têm doutorado e 1% tem pós-doutorado. Já os dados dos alunos da área de concentração nos mostra que a escolaridade dos pais vai até, no máximo, o ensino superior completo, pois 3% dos pais são analfabetos, 18% têm o ensino fundamental incompleto, 14% têm o ensino fundamental completo, 6% têm o ensino médio incompleto, 29% têm o ensino médio completo, 12% fizeram um curso técnico, 6% concluíram o ensino superior e, por fim, 12% dos alunos não souberam informar o nível de escolaridade do pai. Dessa forma, percebemos a grande diferença do grau de escolaridade dos pais, visto que, no curso de Produção Cultural, os pais de 29% dos entrevistados têm ensino superior, enquanto apenas 6% dos pais dos estudantes do IHAC concluíram o ensino superior.

Na escolaridade das mães dos estudantes de Produção Cultural, 4% delas não concluíram o ensino fundamental, 3% concluíram o ensino fundamental, 10% têm o ensino médio incompleto, 30% concluíram o ensino médio, 10% fizeram um curso técnico, 11% das mães têm a graduação incompleta, 15% concluíram o ensino superior, 10% têm pós-graduação/especialização, 4% das mães fizeram mestrado e 3% têm pós-doutorado. Em relação às mães dos estudantes do IHAC, 3% são analfabetas, 23% têm o ensino fundamental incompleto, 23% concluíram o ensino fundamental, 12% têm o ensino médio incompleto, 18% concluíram o ensino médio, 9% realizaram um curso técnico, 6% têm ensino superior completo, 3% fizeram pós-graduação/especialização e, por fim, 3% dos alunos não souberam responder essa questão. Através desses dados, percebemos que o número de mães que concluíram o nível superior e fizeram cursos posteriores são maiores nas famílias dos estudantes de Produção Cultural, totalizando 32% das mães dos entrevistados, enquanto apenas 9% das mães dos alunos do IHAC concluíram o ensino superior.

A formação dos alunos de Produção Cultural no ensino médio foi, em maior parte, integral em escola particular (57%), seguido de alunos

que estudaram integralmente em escola pública (38%), apenas 3% estudaram maior parte em escola pública e 3% em maior parte em escola particular. A pesquisa dos alunos da área de concentração nos mostra dados opostos, visto que a maior parte dos estudantes (63%) estudaram integralmente o ensino médio em escola pública, enquanto 23% estudaram integralmente em escola particular, 6% em maior parte em escola pública e 6% em maior parte em escola particular.

Em relação à conclusão do ensino médio, 99% dos alunos de Produção Cultural foram em ensino regular e apenas 1% em supletivo, além de que 93% dos alunos tiveram um ensino comum ou de educação geral, 6% em ensino técnico-profissionalizante e 1% dos entrevistados tiveram outro tipo de educação. Na área de concentração, 85% dos alunos concluíram no ensino regular e 15% no supletivo, além de que 59% dos alunos tiveram ensino comum ou de educação geral, 29% com ensino técnico profissionalizante, 3% em formação de professores/magistério/curso normal e 9% dos alunos tiveram outro tipo de educação. Em ambos os cursos, a maior parte dos alunos tiveram uma formação comum e de educação geral, além de observarmos que há uma maior porcentagem de ingressos no IHAC que fizeram curso técnico e supletivo.

Para a preparação do vestibular/Enem, a maior parte dos alunos de Produção Cultural fizeram curso preparatório (52%) enquanto, no IHAC, apenas 32% dos alunos fizeram algum tipo de curso preparatório. Os resultados de ingresso pelas cotas se aproximam em ambos os cursos, visto que 68% dos alunos de Produção Cultural não entraram pelas cotas, 25% ingressaram através de cotas para escola pública, preto ou pardo, 4% por ser de escola pública de qualquer etnia e 3% pela renda *per capita*, enquanto a maior parte dos alunos da área de concentração (65%) também não entraram por cotas, 32% ingressaram através de cotas para escola pública, preto ou pardo e 3% pela escola pública de qualquer etnia.

A segunda etapa da comparação é referente às informações socioeconômicas dos cursos em análise. Os dados dos alunos de Produção

Cultural nos mostra que 83% dos alunos utilizam ônibus para chegar à universidade, 8% utilizam carro próprio, 4% vão de carro (carona) e 4% vão a pé. Na área de concentração, o ônibus também é o principal meio de transporte utilizado pelos alunos (70%) e o número de estudantes que utilizam carro próprio para chegar à universidade é maior (14%). Além disso, 7% dos estudantes vão a pé, 5% dos alunos vão para a universidade de carro (carona), 2% dos alunos vão de bicicleta e, por fim, 2% utilizam outro meio de transporte. Através da quantidade de alunos no IHAC com carro próprio, podemos fazer uma análise de consumo atual. Pesquisas como *Mudanças no Perfil do Consumo no Brasil* (VENTURA, 2010) trazem dados que, apesar da ampliação de crédito, o controle da inflação, aumento do salário mínimo e a expansão de programas sociais possibilitaram a criação de um mercado consumidor em massa. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o potencial de consumo da classe C somou R\$ 365 bilhões em 2007, um quarto da capacidade total de compra de todas as famílias que moram nas cidades. (apud VENTURA, 2010, p. 4)

Na descrição financeira que melhor descreve o caso dos alunos de Produção Cultural, 66% dos alunos não possuem renda própria e têm os seus gastos financiados pela família, 29% possuem renda própria e recebem ajuda da família, 4% têm renda própria e contribuem com o sustento da família e 1% tem outra situação financeira. Nos alunos do IHAC, percebemos uma grande diminuição de caso do número de pessoas sem renda e que têm os seus gastos financiados pela família (18%), enquanto 18% possuem renda própria e recebem ajuda da família, 26% têm renda própria e se sustenta, 9% têm outra situação financeira e, por fim, temos o aumento do número de estudantes que têm renda própria e contribui com o sustento da família (18%).

A renda mensal familiar dos estudantes de Produção Cultural é de um a dois salários mínimos para 15% dos entrevistados, de três a quatro salários mínimos para 25% dos alunos, de quatro a cinco salários mínimos para 27% dos alunos, de seis ou mais salários mínimos para 18%

dos alunos e, por fim, 14% dos entrevistados não souberam responder a questão. Os dados coletados dos alunos do IHAC nos mostra que a quantidade de alunos que têm uma renda de um a dois salários mínimos é maior (38%) enquanto o número de alunos que têm uma renda de seis ou mais salários mínimos é menor (apenas 3%), os demais dados são de 32% dos alunos com três a quatro salários mínimos, 21% com renda entre quatro e cinco salários mínimos e 6% dos alunos não souberam responder a essa questão.

Nos dados sobre de que forma os alunos ficaram sabendo da existência do seu curso, as opções de respostas foram diferentes em cada uma das pesquisas, porém a maior parte dos alunos de Produção Cultural (51%) conheceu através da internet enquanto a maior parte dos alunos do IHAC obteve informações sobre a área durante suas orientações (35%). O mesmo ocorre com as informações do motivo da escolha do curso, visto que apenas alguns dados se cruzam nas pesquisas. Em Produção Cultural, a maior parte dos alunos (65%) escolheu o curso por se identificar com a profissão enquanto, na área de concentração, a maior parte dos alunos (28%) escolheu o curso porque já pretendia ir para a área da cultura desde o início. Dentre os dados em comum, sabemos que 8% dos alunos de Produção Cultural optaram pelo curso por já ter contato prévio com a área, o mesmo ocorre com 12% dos entrevistados no IHAC.

Em relação às atividades realizadas pelos alunos durante o curso, vimos que a maior parte dos alunos, em ambos os cursos, ainda não estagiam. Dos alunos de Produção Cultural, apenas 18% dos alunos fazem estágio e, dentro desse universo, 62% fazem estágio remunerado. Já na área de concentração, apenas 23% dos ingressos já realizam estágio e, a maior parte dos alunos (86%) é remunerada pela atividade de estágio. Em relação ao trabalho, sem considerar estágio, temos dados opostos quando comparamos as duas pesquisas. Nos ingressos de Produção Cultural, apenas 25% trabalham enquanto, nos ingressos do IHAC, 70% dos alunos estão trabalhando. Podemos observar que esse dado se rela-

ciona com os números obtidos na renda e sustento dos alunos, visto que a maior parte dos ingressos do IHAC têm renda própria, sustentam-se e/ou ajudam no sustento da família.

Dos alunos que participam das atividades e auxílios oferecidos pela UFBA, 25% dos alunos de Produção Cultural recebem bolsa Pibiex, 19% dos estudantes recebem bolsa Pibic, 19% são bolsistas PET, 13% recebem bolsa por monitoria e apenas 6% recebem bolsa do Programa Permanecer, por fim, 19% dos entrevistados recebem outra bolsa/auxílio. Nos estudantes da área de concentração, 37% participam de monitoria, 32% participam de atividade de extensão, 10% de iniciação científica, 5% recebem auxílio do Programa Permanecer, 5% são bolsistas PET e 11% participam de outra atividade.

Em relação ao desenvolvimento de algum trabalho cultural e/ou artístico, embora as pesquisas tenham abordado de maneiras distintas, os dados coletados se aproximam e podem ser comparados, visto que, no curso de Produção Cultural, 58% dos alunos não desenvolvem trabalho artístico e, na outra formação, 50% dos alunos também não realizam esse tipo de trabalho.

Com os dados dessas pesquisas, podemos perceber características de um novo perfil socioeconômico dos estudantes de graduação apontados no trabalho *O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação*. (RISTOFF, 2014) Os dados dessa pesquisa são relativos aos três primeiros ciclos do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes³ e nos apresentam informações relacionadas a etnia, renda mensal, origem escolar e escolaridade dos pais dos estudantes.

Em relação à etnia, assim como vemos dos dados coletados na pesquisa de egressos, a quantidade de negros nas instituições de ensino superior vem aumentando, porém, ainda assim, a quantidade de negros nos cursos onde a pesquisa foi aplicada ainda é significativamente inferior ao percentual de negros na sociedade.

Outra informação importante da pesquisa do novo perfil, e que converge com os dados obtidos nessa pesquisa, é o expressivo número de estudantes com aproximadamente três salários mínimos, o que nos mostra a possível dificuldade do aluno se manter no *campus* caso não houvesse políticas de permanência sendo postas em práticas.

Em relação à origem escolar, os cursos de alta demanda ainda têm maior parte dos alunos oriundos do ensino privado, enquanto a maior presença dos alunos de escola pública está em cursos de licenciatura e cursos de baixa relação candidato/vaga.

Por fim, um dado marcante na pesquisa dos ingressos e que também está na pesquisa do perfil socioeconômico dos estudantes de graduação é que há uma diminuição gradativa dos filhos de pais com escolaridade superior, indicando que estão surgindo oportunidades de acesso às classes populares.

O desafio da Universidade Pública brasileira é triplo. [...] Segundo, aproximar-se da *universalidade de acesso*, se não para todos os cidadãos e cidadãs que têm direito à educação plena, mas a todos e todas que demonstrarem vocação, aptidão e motivação para formar-se nos níveis superiores de educação. (MELLO; ALMEIDA FILHO; RIBEIRO, 2009)

Esperamos que os dados da pesquisa sejam utilizados como forma de melhor compreender essa área de formação no interior da UFBA, auxiliando no fortalecimento do reconhecimento de que essas iniciativas são cruciais para a profissionalização da organização da cultura.

Referências

AVELAR, R. *O avesso da cena: notas sobre produção e gestão cultural*. Belo Horizonte: DUO Editorial, 2008.

CALABRE, L. Profissionalização no campo da gestão pública da cultura nos municípios brasileiros: um quadro contemporâneo. *Revista Observatório Itaú Cultural*, São Paulo, n. 6 jul./set. 2008.

MELLO, A. F. de; ALMEIDA FILHO, N. de; RIBEIRO, R. J. Por uma universidade socialmente relevante. *Atos de Pesquisa em Educação*, Blumenau, v. 4, n. 3, p. 292-302, set./dez. 2009.

OS FAZERES e os saberes dos Gestores de cultura no Brasil. *Revista observatório Itaú Cultural*. São Paulo, n. 6, jul./set. 2008.

RISTOFF, D. *O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. Avaliação*, Campinas, v. 19, n. 3, nov. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772014000300010&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 jun. 2015.

RODRIGUES, L. A. F. Gestão cultural e seus eixos temáticos. In: CURVELLO, M. A. et al. (Org.). *Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro: 2007-2008*. Rio de Janeiro: UERJ/Decult, 2009.

RUBIM, A. A. C. Formação em Organização da Cultura no Brasil. *Revista observatório Itaú Cultural*, São Paulo, n. 6 jul./set. 2008.

VENTURA, R. Mudanças no Perfil do Consumo no Brasil: principais tendências nos próximos 20 anos. *Macroplan prospectiva, estratégia e gestão*, Rio de Janeiro, ago. 2010. Disponível em: <<http://macroplan.com.br/documentos/artigomacroplan2010817182941.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

Notas

- 1 Pesquisa coordenada pelo professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Facom/UFBA), Leonardo Figueiredo Costa, com financiamento da Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação (PROPCI) através do edital do Programa PENSE, PESQUISE e INOVE A UFBA (PROUFBA Encomenda), que visava especificamente apoiar projetos que tivessem como temática o “Perfil do alunado, dos ingressos e dos egressos da UFBA”.
- 2 Sobre hábitos culturais, temos outras pesquisas que são realizadas no Brasil, como a Públicos de Cultura, do SESC, e a Hábitos Culturais Cariocas, da Jleiva Consultoria. Disponíveis em: <<http://www.sesc.com.br/portal/site/publicosdecultura/inicio/>> e <http://www.jleiva.com.br/wp-content/uploads/2014/05/habitos_culturais_cariocas1.zip>. Acesso: 13 dez. 2015.

- 3 “O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) é um dos procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). O Enade é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), segundo diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sinaes.” Disponível em: <<http://www.furb.br/web/3237/enade-exame-nacional-de-desempenho-dos-estudantes/o-que-e-o-enade>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

Produção Cultural na Universidade Federal Fluminense: trajetória e atualidade de um bacharelado (e outras reflexões)

*Luiz Augusto F. Rodrigues**

Nosso percurso... e algumas reflexões gerais

Quando foi criado o bacharelado em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1995, o contexto nacional demandava profissionais que atuassem criticamente no campo cultural, face à importância quase que exclusiva das leis de incentivo cultural baseadas na renúncia fiscal. Passados 20 anos, a necessidade principal é de formar quadros capazes de atuar e fortalecer a gestão de processos e de políticas na área da cultura. Voltarei mais detalhadamente nessas questões.

* Arquiteto/Urbanista, doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor titular do Departamento de Arte da UFF e coordenador do mestrado em Cultura e Territorialidades.

Historicamente, o Departamento de Arte da UFF oferecia disciplinas da área artística para cursos de Arquitetura, de Comunicação, entre outros. Foi dentro dessa conjuntura que um grupo de docentes com formações diversas debruçou-se sobre a proposta de criação de um bacharelado totalmente novo, na UFF e no país: Produção Cultural. Ainda com sua primeira estrutura muito assentada no campo das Artes (em especial das artes plásticas, como era chamada), o curso já incluía um conjunto de disciplinas de administração e gerência cultural, buscando – sobretudo – discutir e capacitar o aluno no âmbito das leis de incentivo e da gestão de espaços e de projetos culturais. Passados os primeiros quatro, cinco anos, fez-se reforma curricular que ajustou o fluxograma do curso, em especial criando um foco maior nas áreas de planejamento e gestão, introduzindo quatro disciplinas consecutivas de Projeto Cultural I, II III e IV, e a disciplina de Processos de Gestão Cultural (pela qual fiquei responsável ao longo desse tempo). Com a reforma curricular de 2001, o curso passou a estruturar-se em torno de três linhas: a) fundamentos das linguagens artísticas; b) teorias da arte e da cultura; c) planejamento e gestão cultural. Se antes o foco do curso se assentava na arte, agora ele assumia maior centralidade em torno da gestão e das políticas em cultura de forma mais ampla.

A linha das disciplinas de Projeto Cultural merece ser descrita (mesmo que brevemente), para melhor visualização. Projeto Cultural I: planejamento do evento cultural e sua formatação tendo em vista seu enquadramento nas leis de incentivo e/ou busca de patrocinadores; Projeto II: a dimensão do planejamento institucional de espaços culturais; III: planejamento e articulação de ações culturais junto a grupos culturais e sociais diversos; Projeto Cultural IV: planejamento cultural em escala municipal ou regional. Ao menos essa é a linha que, entendo, deva nortear a formação de nossos alunos, e na qual tentei contribuir ao ministrar a disciplina de Projeto IV. Na disciplina Processos de Gestão Cultural, o desafio é abordar temas, conceitos e experiências em diálogo com os focos das disciplinas de Projeto Cultural III e IV, ou seja:

processos que fortaleçam as interações entre agentes sociais diversos e processos de gestão de políticas culturais, públicas ou não.

Permitam-me evidenciar a dificuldade em recuperar, informalmente, a trajetória de um curso. Certamente ficarão muitas coisas de fora. Coisas da memória que nos prega peças o tempo todo. Mas espero conseguir dar conta de ilustrar ao menos parte do que se tem feito na UFF, em especial na área de formação em cultura. A tarefa de recuperar uma trajetória de tantos anos não é das mais fáceis, pois os percalços nem sempre continuam vivos em nossa memória nem tampouco as disputas e diferenças que por vezes somos obrigados a vivenciar. Visto daqui, do hoje, a trajetória histórica pode parecer mais simples e/ou direta do que efetivamente tenha sido. A isso se soma que vivemos uma época de crise de paradigmas, como apontei em outro texto:

A modernidade, nesses tempos de globalização, transforma os preceitos fundamentais da História e de forma paradoxal. Transforma o tempo em falta de tempo e, por outro lado, altera as relações temporais. Transforma o espaço em falta de espaço e, por outro, cria relações transespaciais. Cria a perplexidade do novo, que a um só tempo apóia-se e descarta a tradição. (RODRIGUES, 2011, p. 202)

Voltemos a 1995, quando formulamos – nós, um pequeno grupo de professores do Departamento de Arte – a proposta desse bacharelado. Estive envolvido também em sua primeira reformulação (2001) e no ajuste curricular, proposto em 2011 quando estive responsável pela coordenação do curso (2011-2012). Em se tratando de área nova no país, sem parâmetros curriculares que lhes antecedam e instruem, as dificuldades são sempre mais complexas, a começar pelo próprio nome da graduação.

Desenvolvi, a partir de 2010 (atualizado até 2015), em parceria com a Associação Brasileira de Gestão Cultural (ABGC), um mapeamento nacional da formação na área da gestão/produção cultural¹ que evidencia o ainda baixo quantitativo de cursos superiores nesse campo. Outro

estudo a registrar é o mapeamento de alunos e ex-alunos, desenvolvido em 2011, que buscou identificar a trajetória dos egressos e os caminhos da formação durante o curso na UFF. Tais estudos foram publicizados no Encontro Internacional Formação em Gestão Cultural, realizado pelo Centro de Pesquisa e Formação do SESC-SP, em 2012 e publicados em nossa revista.²

Uma questão que fica clara nos estudos existentes é a pouca clareza sobre as terminologias. Produção Cultural ou Gestão Cultural? Qual a melhor denominação? Por vezes, o melhor é “sair” desses embates, como fez Plínio Calmeto em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que tive a satisfação de orientar. A monografia de 2013 utiliza sempre o termo formação em produção/gestão cultural. Voltarei à questão da formação e suas terminologias mais à frente.

Proponho refletirmos um pouco sobre o campo da gestão/produção cultural. Um embate recorrente articula produção cultural com produção executiva de projetos na área da cultura, assim como articula gestão cultural com gestão administrativa de equipamentos culturais, ou ainda gestão de órgãos públicos de cultura. Todos, a meu ver, entendimentos que reduzem em muito a área. Em sendo a gestão cultural uma área nova, os estudos que vêm sendo desenvolvidos e publicados permitem focar conceituações ainda em processo. São reflexões e textos que buscam articular gestão cultural numa perspectiva de diálogo com o campo dos estudos urbanos e dos estudos sociais, ultrapassando o campo da gestão como vinculado prioritariamente ao campo da Administração. Como venho apontando:

Gestão cultural é um termo relativamente recente no cenário cultural brasileiro. Pressupõe procedimentos administrativos e operacionais, mas não se resume a eles. Pressupõe também a gerência de processos nos campos da cultura e da arte, mas vai além deles.

Para melhor conceituarmos o campo da gestão cultural, podemos articulá-lo à ideia de mediação de processos de produções material e imaterial de bens culturais

e de mediação de agentes sociais os mais diversos. Mediação que busca estimular os processos de criação e de fruição de bens culturais, assim como estimular as práticas de *coesão social* e de *sociabilidade*. (RODRIGUES, 2009, p. 77, grifo do autor)

O fortalecimento do campo cultural, nos eixos da formação, divulgação e organização tem norteado a atuação na UFF. Nossa atuação (enquanto corpo de professores) vem se dando na perspectiva de ampliar o conceito de ação no campo cultural para além do fomento às linguagens artísticas, buscando fortalecer entendimentos estruturantes do campo cultural e de suas políticas, entendendo a construção das políticas culturais como matéria tanto governamental quanto dos grupos sociais. Corroborando com Alexandre Barbalho quando se apoia em outros autores para apontar:

Trata-se, na realidade, dos sentidos possibilitados pela palavra ‘política’ na língua inglesa, e que não existem no português: *policy* e *politics*. [...]

Nesse sentido, parece-me interessante a definição proposta por Klaus Frey (1999), na qual *politics* e refere à ‘configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas’. Se a *policy* é da ordem material, a *politics* é processual e dá conta do ‘[...] processo político, frequentemente de caráter conflituoso no que diz à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição’. (FREY, 1999, p. 4)

Parece-me que é em sentido muito próximo que Chantal Mouffe (2001) opera quando faz a distinção entre ‘política’ e ‘o político’. Por este, a autora entende a ‘dimensão do antagonismo que pode assumir muitas formas diferentes e emergir em relações sociais diversas’. A ‘política’, por sua vez, dá conta da ‘reunião de práticas, discursos e instituições que buscam estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são potencialmente conflitantes’, justamente porque são afetadas por ‘o político’. (MOUFFE, 2001, p. 417)

Para diferenciar, na língua espanhola, os sentidos de *policy* (que ‘se refiere más bien a la acción pública, al aspecto programático de la acción gubernamental’) e *politics* (que ‘tiene que ver con la política como lucha por el poder’), Eduardo Nivón Bolán (2006, p. 59) propõe chamar a primeira de ‘Política’, com maiúscula, e a segunda como ‘políticas’, com minúscula e no plural. (BARBALHO, 2009)

Tais perspectivas chamam atenção para o caráter de disputa que permeia as práticas culturais e suas políticas. Nesse sentido, o gestor/produtor cultural é um articulador, cultural e político. O chileno Manuel Garretón (2009, p. 69) define que “as políticas culturais são um conjunto de atividades e iniciativas de uma comunidade, dirigidas a satisfazer necessidades culturais, desenvolver o âmbito expressivo-simbólico e gerar perspectivas compartilhadas de vida social”. E segue o autor refletindo que, em geral, associa-se a ideia de políticas culturais a ações governamentais, e como algo recente. O que, definitivamente, elas não são.

Faço nova citação de mim mesmo, em outra publicação:

O gestor não pode ser um burocrata da cultura. Precisa sustentar sua ação com base em um claro e amplo entendimento da cultura que ultrapasse a dimensão operacional. [...] Para decidir, é preciso conhecer, avaliar possibilidades e definir caminhos. Conhecer sim, mas segundo estratégias que ultrapassem o imediato e o operacional. O conhecimento é um somatório de experiências intelectuais, sensoriais, perceptivas e éticas. Quanto à definição de caminhos, é sempre bom reafirmar as metodologias participativas. A gestão compartilhada é mais do que democrática; é estratégica. Mesmo bem-intencionados, não somos capazes de, sozinhos, atingir a efetividade de nossos objetivos. Por meio da mediação e com a coparticipação dos sujeitos, temos chances mais ampliadas de caminhar em terrenos mais sólidos.

Devemos apoiar a gestão cultural nas dimensões empresariais e culturais. Na dimensão empresarial, temos os três [“E”s]: *eficiência* (algo bem feito, realizado com técnica); *eficácia* (atingir os objetivos previstos); e *efetividade* (traçar os objetivos

certos, segundo perspectivas compartilhadas). A dimensão cultural também atua com base em três ["E"s]: *estética* (dimensão simbólica); *ética* (dimensão cidadã) e *economia*, considerando o desenvolvimento sustentável dos diferentes capitais (econômico, ambiental, humano, social, cultural). (RODRIGUES, 2012, p. 144, grifo do autor)

Reforçando o espaço que a UFF vem ocupando na consolidação desse campo, cabe destacar o programa *stricto sensu* proposto à área Interdisciplinar da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que reuniu docentes de diferentes áreas e departamentos da UFF. Trata-se do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (2013).

Voltemos um pouco no tempo. Passados cerca de 10 anos da criação do curso em Niterói, foi aberta extensão de turma no Polo Universitário da UFF em Rio das Ostras/RJ (PURO). Com a ampliação e implementação mais definitiva do polo, foi-se conseguindo vagas docentes para os cursos do PURO,³ e foi criado um projeto pedagógico do bacharelado em Produção Cultural de Rio das Ostras, que apresenta variações em relação ao projeto e estrutura do curso de Niterói. Passados mais alguns anos, precisamente em 2011, procedemos a ajuste curricular no projeto do curso de Niterói. Esse ajuste curricular foi fruto de discussões periódicas com os alunos e resultou em algumas alterações, confira mais abaixo. Cumpre destacar que o ajuste curricular, assim como outras providências implantadas entre 2011 e 2012, foram ações propostas pelas candidaturas de Luiz Augusto Rodrigues e João Domingues para a coordenação do curso. Muito do que vem sendo relatado sobre esse período foi desenvolvido nessa parceria. Creio que o fato do professor João Luiz Pereira Domingues ser formado por esse bacharelado trouxe-nos vários olhares complementares.

Os trechos a seguir foram extraídos diretamente de nosso relatório de gestão (2011-2012), e dão conta do detalhamento do processo de ajuste curricular.

O fórum do projeto pedagógico:

Em novembro de 2010, foi feito um seminário interno para discutir questões do curso. A partir desse seminário, implementou-se um fórum de discussões (em dezembro de 2010) para tratar das questões referentes ao projeto pedagógico (Grupo de Trabalho Projeto pedagógico). Tal iniciativa foi estratégica para a coordenação que tomou posse em janeiro de 2011, conforme mostrado no texto de divulgação:

O Fórum Permanente de Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense teve a forma de encontros abertos de discussão coletiva. Envolvendo professores, funcionários e alunos do Programa de Niterói e Rio das Ostras (este, apenas inicialmente), teve por objeto a reflexão sobre nosso curso de graduação, o enfrentamento de seus problemas, e a tentativa de contribuição de soluções que somente o debate coletivo poderia propiciar.

O Fórum era independente, não-compulsório e não hierarquizado, funcionando no espaço digital e nas reuniões mensais do *Campus* do Instituto de Arte e Comunicação Social e do Polo Universitário de Rio das Ostras.

Reafirmando a soberania dos colegiados de curso sobre a deliberação de seus assuntos internos, o Fórum aposta na autonomia de funcionamento de seus respectivos espaços, querendo apenas contribuir para a pauta de debates, na perspectiva de um novo modo de relação de nossa vida universitária demonstrando um comprometimento com a práxis que deverá levar à excelência do curso e ao amadurecimento do grupo.⁴

Iniciamos nosso trabalho a partir da perspectiva do ajuste curricular (o que não implicaria em alteração da carga horária). Face essa situação, partimos para a construção de uma nova versão do currículo, procedendo a algumas alterações de nome de disciplina, algumas alterações em relação à periodização de certas disciplinas, e outras providências refe-

rentes à inclusão de novas obrigatórias e subtração de carga horária de disciplinas optativas para atender também a inclusão das denominadas Atividades Complementares (AC).⁵ Desse modo, manteve-se as 2655h totais do curso, ampliando-se 60h em disciplinas obrigatórias e incorporando 120h em AC.

Em se tratando de ajuste curricular, não houve alterações no projeto pedagógico em si, e sim alterações mais pontuais, como apontado a seguir.

- **Inclusão de quatro novas disciplinas obrigatórias:**
Práticas Experimentais em Produção Cultural; História do Patrimônio Cultural; Economia da Cultura; e Métodos de planejamento em Pesquisa Cultural.
- **Alteração de nome de três disciplinas obrigatórias:**
Introdução aos Estudos em Produção Cultural (ex-Tópicos Especiais em Produção Cultural); Legislações Culturais e Direitos Autorais (ex-Administração e Gerência Cultural I); e Gestão de Espaços Culturais (ex-Administração e Gerência Cultural II).
- **Transformação de três disciplinas de obrigatória em optativas:**
Estética e Cultura I; Arte e Pensamento; Direção de Arte III.

Segue a estrutura curricular vigente com a reforma de 2011, com indicação das três grandes áreas que estruturam o curso. Observa-se que, com exceção das cargas horárias indicadas, todas as demais são de 60h, ou seja: 4h/semanais durante 15 semanas. Assim como todas as disciplinas são ligadas ao Departamento de Arte, à exceção das três indicadas como créditos externos. Indicou-se, ainda, a existência de pré e de co-requisitos entre disciplinas.

Fundamentos dos meios de expressão (360h):

1º semestre: Fundamentos da Literatura.

2º semestre: Fundamentos das Artes Plásticas; Fundamentos da Música.

3º semestre: Fundamentos da Dança; Fundamentos do Teatro.

4º semestre: Fundamentos das Artes Audiovisuais.

Teorias da arte e da cultura (225h):

1º semestre: Teoria da Arte.

2º semestre: Teorias da Cultura I (pré-requisito de Métodos de Pesquisa em Cultura); Arte Brasileira e Cultura Contemporânea (45h).

5º semestre: Ética e Estética.

Planejamento cultural (870h):

1º semestre: Práticas Experimentais em Produção Cultural; Introdução aos Estudos em Produção Cultural (30h).

2º semestre: Legislações de Incentivo à Cultura e Direitos Autorais (pré-requisito de Projeto Cultural I; e de Gestão de Espaços culturais).

3º semestre: Projeto Cultural I (pré-requisito de Projeto Cultural II); Gestão de Espaços Culturais (pré-requisito de Projeto Cultural II; e de Processos de Gestão Cultural); História do Patrimônio Cultural (30h); Métodos de Pesquisa em Cultura (pré-requisito de Políticas Culturais; e de Métodos de Pesquisa e Planejamento Cultural).

4º semestre: Marketing Cultural; Projeto Cultural II (pré-requisito de Projeto Cultural III); Políticas Culturais; Seminários Experimentais em Produção Cultural (30h).

5º semestre: Economia da Cultura; Projeto Cultural III (pré-requisito de Projeto Cultural IV); Processos de Gestão Cultural (pré-requisito de Projeto Cultural IV).

6º semestre: Projeto Cultural IV; Métodos de Pesquisa e Planejamento Cultural (pré-requisito de Trabalho Final I).

Créditos externos (180h):

1º semestre: Introdução à Filosofia; Introdução à Administração.

2º semestre: Realidade Socioeconômica e Política Brasileira.

Integram o currículo 60h em disciplina(s) eletiva(s), 450h em disciplinas optativas, e 120h em AC. Para a integralização final, o(a) discente deve estruturar o TCC, dividido em Trabalho Final I (165h) e Trabalho

Final II (225h). O curso admite dois formatos de TCC: projetual (simulado ou realizado, do qual fazem parte o projeto propriamente dito e um memorial conceitual) ou monográfico. Como requisito final, o TCC é defendido perante banca integrada pelo orientador(a) e mais dois membros.

Como complemento de informação, indicamos o site oficial do curso, no qual pode ser visualizada a ementa de cada disciplina.⁶ Indica-se também o site que aglutina a produção monográfica, sobretudo dos últimos cinco anos.⁷

No exercício de nossa gestão na coordenação de graduação, realizamos o Seminário Internacional Panorama da Organização da Cultura na América do Sul (2011), cujas principais palestras encontram-se disponíveis no YouTube (canal LABAC – Laboratório de Ações Culturais da UFF), e – em termos mais internos – criamos, em 2011, as Jornadas de Estudos em Produção Cultural, envolvendo os alunos inseridos da produção da monografia de final de curso. Atualmente (2015), as Jornadas estão indo para sua nona edição semestral. Tais expedientes vêm fortalecendo tanto a visibilidade do bacharelado em Produção Cultural da UFF quanto os “diálogos” entre alunos de períodos diferentes ao longo do curso.

Mapeamentos da formação em organização da cultura no Brasil (2015) e terminologias

Como apontei anteriormente, há grande indefinição sobre as terminologias utilizadas para os cursos na área de produção e gestão da cultura, e isso desde os primórdios da formação, na década de 1990. Ainda hoje, as denominações e tipologias são bem diversas, e mesmo diferenciadas. Em termos de graduação, encontramos três formatos principais:

bacharelado independente, habilitação em outro bacharelado, graduação tecnológica. Os dados gerais do país, segundo mapeamento em periódica atualização (estudos em parceria com a ABGC, já citados) remetem para: três bacharelados denominados Produção Cultural (UFF/*campus* Niterói, UFF/*campus* Rio das Ostras, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro/*campus* Nilópolis), um bacharelado em Produção e Política cultural (Universidade Federal do Pampa-Unipampa/*campus* Jaguarão) e um bacharelado interdisciplinar com concentração em Política e Gestão da Cultura (Universidade Federal da Bahia-UFBA/*campus* Ondina). Tem-se ainda o campo de gestão e organização da cultura como ênfase (ou habilitação) em graduações mais “tradicionais”, como: Comunicação Social com ênfase em Produção em Comunicação e Cultura (UFBA/*campus* Ondina), Comunicação Social com ênfase em Mídias Sociais e Produção Cultural (Universidade Federal de Pernambuco; o mais recente dos cursos), Relações Públicas com ênfase em Produção Cultural (Unipampa/*campus* São Borja), Administração com ênfase em Marketing e Entretenimento (Escola Superior de Propaganda e Marketing/*campus* Rio). Fica evidente a pluralidade e diversidade de enfoques.

Se observarmos as graduações tecnológicas (estas em bem maior quantidade e diversidade regional no país), as denominações variam em: Produção Cultural, Gestão Cultural, Gestão de Eventos. Em percentuais gerais, por região, tem-se: região Norte sem nenhum curso, Nordeste com quatro cursos (14%), Centro-Oeste com seis cursos (21%), Sul com cinco cursos (17%) e Sudeste com 14 cursos (48%), sendo que destes 48%, 64% estão localizados no estado de São Paulo.

Buscando (não) definir terminologias...

Dada a imprecisão dos termos recorrentemente (e distintamente) utilizados, proponho sairmos do embate (como já aponte no início deste texto). “Produtor cultural” são os artistas e criadores, dizem os produtores de cultura. “Gestor cultural” é o secretário ou ministro de cultura, precipitam-se outros a dizer. Sugiro não utilizarmos

as palavras produtor e gestor a partir de seus significados imediatos fora do campo cultural. Ou melhor: proponho colocarmos o foco na palavra “cultura”, buscando entender cultura enquanto valor gregário que nos coloca em movimento em direção ao outro (ou aos outros) e enquanto referência estruturante das subjetividades, entendimentos e posicionamentos dos sujeitos e grupos sociais frente às realidades e aos imaginários. Assim, o sentido de cultura é de instituição de processos (sempre em movimento, sempre sujeito a novas percepções e disputas), mais do que de reafirmação de práticas que se dão no consenso. Entendo que a cultura, embora assentada nos preceitos da memória e da tradição, é e deve ser movida pela capacidade de reinventar-se, pelo vir a ser. Sob tal argumentação, entendo que a denominação “produção cultural” é substantivada pela palavra “cultural”, e, portanto, não significa a produção em si. Utilizemos a expressão “produtores de cultura” para nos designar a nós todos; “produtores artísticos” para referenciar os sujeitos que operam processos no campo das linguagens expressivas, “produtores executivos” para os que se encarregam da operacionalização de processos culturais (projetos culturais, instituições etc.), deixando que o termo produtor cultural se refira àquele sujeito social mediador de processos que fortaleçam as práticas culturais dos indivíduos e grupos. Particularmente, tendo a não colocar muita oposição entre a concepção apontada para o produtor cultural e aquela que entendo se referenciar ao gestor cultural, também ele um mediador e estimulador de processos sociais e culturais no campo das práticas culturais. Assim, deixo o termo “gestor institucional” ou “gestor público” ou “gestor de projetos, de programas ou de ações culturais” ou “gestor de equipamentos culturais” e assim por diante para designar cada inserção específica em que o sujeito social estiver inserido. Mas saliento: em se tratando do universo da cultura, é essencial que os gestores/produtores todos que operam nesse campo sejam “gestores/produtores culturais”.

O que me parece mais adequado é que a utilização do termo “gestão ou produção cultural” pressuponha a “promoção e fomento de processos e mediações no campo cultural, com suas diferenças e negociações imanentes”.

Profissionalização, regulamentação e concursos

Começo fazendo eco às palavras de Sandra Pedroso (2014, p. 172) quando argumenta que

Pode-se dizer que, com a profissionalização e a regulamentação da profissão, será possível a mudança de paradigma na contratação de profissionais. Porém não podemos descartar a possibilidade de uma saída não tão rápida para modificar a situação. Entendo que a discussão e a união de forças pelo bem comum são o pontapé inicial para isso. Principalmente para que possamos obter o registro profissional sem ter que depender dos sindicatos da categoria atualmente existentes, como determina a legislação.

Por se tratar de área profissional muito recente, as legislações e regulamentações ainda não dão conta das especificidades e demandas. Alguns estudos vêm surgindo e eles nos dão uma boa dimensão dos impasses, distorções e embates sobre a regulamentação da profissão. Destaco – a partir de Rubim, Barbalho e Costa (2012, p. 128) – o entendimento conceitual que a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) busca estabelecer para evidenciar o foco na questão cultural:

Segundo a OEI, a expressão gestão cultural está ligada, pelo menos, a quatro grandes transformações contemporâneas da dimensão cultural: 1. A extensão da noção da cultura por motivos filosóficos, sociais, políticos e jurídicos; 2. A crise das noções de política e desenvolvimento a partir da década de 1970; 3. A necessidade de políticas culturais que gestionem âmbitos além da cultura artística, a cultura tradicional e o patrimônio; 4. A aceitação e importância de repensar rigorosamente as inter-relações entre economia e cultura.

Com base na citação anterior, eu ousaria dizer que pesquisadores e sujeitos envolvidos em setores ligados à organização da cultura devem prestar a devida atenção nas relações entre cultura, economia e trabalho buscando fortalecer as inserções profissionais no campo cultural, hoje ainda bastante precarizadas e indefinidas.

Ressaltei, em publicação recente, que

é importante destacar que a implementação das políticas em cultura vem ganhando força e tentativas de sistematicidade e desenvolvimento qualificado. A que se considerar, no entanto, que para se ter políticas é necessário que se posicione e se conceitue a partir de que preceitos as políticas serão norteadas, além de se precisar de recursos (financeiros, técnicos, físicos, materiais e humanos) para executá-las. A formação é, então, um requisito básico. Tanto do quadro técnico envolvido quanto – e principalmente, ousar dizer – dos propositores e gestores responsáveis pela implantação e acompanhamento das políticas traçadas. (RODRIGUES, 2012, p. 78)

Com isso, quero dizer que profissionais oriundos de formações no campo da produção e da gestão cultural devem ocupar (e estão realmente ocupando) cargos e funções variadas na vasta gama de possibilidades no universo da organização da cultura; e isso tem feito toda a diferença. Alguns municípios vêm realizando concursos para provimento do cargo de produtor cultural, diversas empresas – públicas e privadas – vêm selecionando esses profissionais para seus escritórios de projetos culturais, assim como várias instituições culturais vêm sendo geridas por egressos de graduações da área da Produção Cultural. No entanto, há um embate (seguramente não o único) na gestão da carreira do produtor cultural que precisa ser evidenciado (e solucionado, esperamos que no curto prazo): trata-se dos concursos no âmbito do Ministério da Educação (MEC). A Lei 11.091/2005 que regula o plano de cargos nas instituições vinculadas ao MEC estabelece como pré-requisito para concursos para o cargo de produtor cultural ser formado em Comuni-

cação Social. É um paradoxo inexplicável, sobretudo por não se poder explicar o fato por conta de desconhecimento, visto que há o curso de Produção Cultural em diversas universidades federais (como já apresentado: UFF, UFBA, UNIPAMPA, UFPE). É urgente a alteração do escopo dessa lei, pois ela influencia também outras seleções fora do âmbito do MEC. Certa vez, enquanto coordenador dessa graduação na UFF, ponderei com o setor de seleção da Petrobras, mas não surtiu efeito. Em contrapartida, algumas universidades federais conseguiram contornar os limites dessa lei, aceitando candidatos (vários aprovados, inclusive) graduados em produção cultural para o cargo de produtor cultural.

Importante destacar que a formação é um dos grandes desafios do Plano Nacional de Cultura, assim como a capacitação para a gestão na esfera da organização da cultura. É notória a força crescente do campo da gestão e das políticas culturais no Brasil pós-anos 2000, constituindo-se como algo ainda por melhor instituir e ampliar. Nesses 20 anos de existência do bacharelado em Produção Cultural da UFF já contribuímos com boa dose em relação à demanda por formação – seja nas centenas de bacharéis já titulados ou nos cursos de extensão realizados.

Referências

BARBALHO, A. O papel da política e da cultura nas cidades contemporâneas. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 2, n. 2, p. 1-3, 2009.

CHAVES, P. C. *Produção Cultural em formação: tipologia da graduação e campo profissional no Brasil*. Monografia de graduação em Produção Cultural. Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense, 2013. Disponível em: <<http://academico.tagcultural.com.br/produtor-cultural-em-formacao-tipologia-da-graduacao-e-campo-profissional-no-brasil/>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

GARRETÓN, M. M. A. Las políticas culturales en los gobiernos democráticos em Chile. In: RUBIM; BAYARDO (Org.). *Políticas Culturales em Ibero-América*. Medellín: Universidad Nacional de Colombia; Buenos

Aires: Universidad Nacional de San Martín; Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009. p. 69-103.

PEDROSO, S. O produtor cultural e a formalização de sua atividade. *PragMATIZES: revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*. Niterói/RJ, ano 4, n. 7, p. 165-173, sem.set. 2014. Disponível em: <<http://www.pragmatizes.uff.br/revista/index.php/ojs/article/view/73/69>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

RODRIGUES, L. A. Formação e profissionalização do setor cultural: caminhos para a institucionalidade da área cultural. *PragMATIZES: revista Latino-Americana de estudos em Cultura*. Niterói/RJ, ano 2, n. 3, p. 63-80, sem.set. 2012a. Disponível em: <http://www.pragmatizes.uff.br/revista/index.php/ojs/article/view/25/26>. Acesso em: 25 mar. 2016.

RODRIGUES, L. A. F. Gestão cultural e diversidade: um ponto de cultura em estudo. In: FRADE, C. et al. *Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro: 2009*. Rio de Janeiro: UERJ/Decult, 2012b. p. 143-158.

RODRIGUES, L. A. F. Gestão cultural e seus eixos temáticos. In: CURVELLO, M. A. et al. *Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro: 2007-2008*. Rio de Janeiro: Uerj/Decult, 2009. p. 76-93.

RODRIGUES, L. A. F. *Mapeamento da formação em Gestão, Produção Cultural, e Entretenimento*. Associação brasileira de Gestão Cultural. 2011. Disponível em: <www.abgc.org.br/atividades/estudos>. Acesso em: 10 jul. 2015.

RODRIGUES, L. A. F. *Universidade e a fantasia moderna: a falácia de um modelo espacial único*. Rio de Janeiro: EdUFF, 2001.

RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A.; COSTA, L. Formação em organização da cultura: a situação latino-americana. *PragMATIZES: revista latino-americana de estudos em cultura*. Niterói/RJ, ano 2, n. 2, p. 125-149, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.pragmatizes.uff.br/revista/index.php/ojs/article/view/18/17>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

Notas

- 1 RODRIGUES, L. A. F. Mapeamento da Formação em Gestão, Produção Cultural, e Entretenimento. Disponível em: www.abgc.org.br/atividades/estudos.

- 2 *PragMATIZES - Revista Latino Americana de Estudos em Cultura*.
- 3 O PURO foi aberto com seis graduações: Enfermagem, Serviço Social, Ciência da Computação e Psicologia (todos em 2004) e mais Produção Cultural e Engenharia de Produção (estes em 2005). Atualmente (2015), o *campus* de Rio das Ostras encontra-se estruturado em duas unidades acadêmicas: Instituto de Ciência e Tecnologia e Instituto de Humanidades e Saúde.
- 4 O endereço eletrônico do fórum (procultuff@googlegroups.com) perdeu durante as discussões coletivas sobre a estrutura curricular do curso. Documento de circulação interna, de autoria coletiva, datado de 2010.
- 5 Como apontado no Art. 8º da resolução de curso, de 31 de agosto de 2011, as AC estão divididas em cinco categorias: I. Atividades de Ensino; II. Atividades de Pesquisa; III. Atividades de Extensão; IV. Atividades de Estágio Profissional não-obrigatório; V. Outras Atividades.
- 6 Ver documento em: < http://www.uff.br/procult/pdfs/estrutura_curricular_ementario_2012.pdf>.
- 7 Ver documento em: < <http://academico.tagcultural.com.br/o-tag-cultural/>>.

Trajetória de formação em Produção Cultural: reflexões a partir da experiência do Instituto Federal do Rio de Janeiro

*Fernanda Delvalhas Piccolo**

Primeira aproximação

No presente artigo, irei me debruçar sobre a carreira profissional do produtor cultural, a partir de uma experiência de formação acadêmica, a do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Os dados analisados são os Projetos Pedagógicos¹ dos Cursos Superior em Tecnologia (CST) e do bacharelado em Produção Cultural, com suas estruturas curriculares e fluxogramas, e aqueles construídos pela pesquisa “O Perfil Socioeconômico, Cultural e as Motivações e Perspectivas dos Estudantes do CST em Produção Cultural do IFRJ:

* Doutora em Antropologia Social. Professora do curso de Produção Cultural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).

Um Levantamento Quanti-Qualitativo”,² que teve seu questionário re-aplicado, em 2015, para os estudantes do bacharelado.

Como antropóloga, não posso furtar-me de iniciar o artigo narrando meu encontro com a produção cultural, que ocorreu mais especificamente quando eu cheguei ao Rio de Janeiro, em 2002, para cursar o doutorado em Antropologia e fui morar no bairro de Santa Teresa.³ Além do próprio bairro, eu circulava bastante entre os palcos e cenários dos bairros vizinhos, Lapa e Glória. Em quase todas as minhas andanças boêmias, encontrava com pessoas que, quando trocávamos informações sobre o que fazíamos, elas diziam ser “produtoras culturais”. A frequência com que isso acontecia começou a me intrigar, pois parecia surgir diante de mim uma nova “categoria” de pessoas. O perfil daqueles que se encaixavam nessa categoria era: jovens, sem trabalho formal, envolvidos com inúmeros (ao mesmo tempo) projetos sociais e/ou culturais, extrovertidos, descolados, sem formação acadêmica.

Eu, com grande desconhecimento da área (e longe de imaginar que um dia eu seria coordenadora de um curso de produção cultural!), logo tratei de enquadrar essas pessoas numa caixinha: a dos desocupados, dos malandros e dos festeiros. Visão esta que o senso comum tem dos profissionais da área de produção cultural, pelo menos daqueles que não estão no rol das “estrelas” que trabalham para artistas com reconhecimento nacional e/ou internacional.

Contribuem para essa visão as experiências dispersas e diversificadas de formação dos profissionais da organização da cultura, entre os quais encontra-se o produtor cultural: da formação prática, passando pelos cursos não formais, aos cursos de extensão, aos técnicos, tecnológicos e bacharelados em diversas áreas – da engenharia, do direito, da comunicação, do patrimônio, da gestão e da própria produção cultural, entre outros – como aponta o levantamento de Rodrigues (2013).⁴

Ainda, relacionado às questões acima, temos o próprio campo de atuação do produtor cultural: o da organização da cultura, especialmente, o mercado cultural. Tomando por base Bourdieu (1989, 1998),

podemos considerá-los como um campo de relações de poder no qual estão inseridos diversos agentes sociais com posições distintas: produtores, gestores, consumidores/fruidores, artistas, movimentos socio-culturais, gravadoras, editoras, entre outros. Esses sujeitos interagem no interior desse campo e disputam espaço e mercadorias, que são de um tipo diferente das demais, porque são bens culturais. Esses bens simbólicos são as artes do cotidiano: as artes do pensar, do fazer e do ser, pois nessas mercadorias estão impressas também as identidades culturais, construídas e atualizadas num processo permanente de negociação com o(s) outro(s), e, portanto, envoltos em disputas e conflitos que são políticos: políticas de identidades, de gênero, de classe.

Nesse sentido, os bens culturais não são como quaisquer outras mercadorias, como uma geladeira ou fogão, por exemplo. Isso porque muitos desses bens, por serem simbólicos, não possuem valor comercial atribuível, pois seu “valor” é dar sentido e significado à vida dos indivíduos que o produzem e o fruem, pois é por eles que expressam suas vidas. Assim, o mercado cultural traz o desafio intrínseco de selecionar que produções culturais irão se tornar mercadorias para serem trocadas por capital econômico e de definir o valor monetário a ser atribuído a este “bem”, que já possui valor sociocultural.

Nesse cenário conflitante, o Estado atua deixando o setor cultural ser gerido pelo mercado. (RUBIM, 2011) Talvez por isso, vemos orçamentos públicos ínfimos para a cultura, que por sua escassez, são seriamente disputados. Por seu turno, o mercado cultural, como aponta Miguez (2011, p. 60), está em expansão:

a dimensão alcançada pela economia da cultura, caracterizada por um gigantesco mercado que, dominado por grandes conglomerados de produção e distribuição de conteúdos culturais, funciona em escala global e movimenta cifras astronômicas, é um aspecto de importância inquestionável que explica, justifica e legitima, sobremaneira, o lugar destacado de que desfruta a cultura na atualidade.

Nesse contexto, a formação do produtor cultural no meio acadêmico traz como o diferencial a própria produção de conhecimento para a compreensão e atuação desses profissionais nesse campo. Cabe salientar que muitos artistas, devido às questões acima, buscam formação na área de produção cultural com o intuito de gerirem suas carreiras, aprenderem a lidar com o Sistema Nacional de Cultura e seus formulários, entre outros.

Devemos ter em mente ainda que esse é um campo em processos de organização e de institucionalização, pois, embora a atuação de sujeitos na produção cultural exista há mais de século, somente em 2013 ocorreu o reconhecimento da profissão produtor cultural, com sua inclusão no Código Brasileiro de Ocupações. (PEDROSO, 2014) Nele, não há exigências de formação em nível específico de escolaridade.

Esse reconhecimento é a própria constituição da identidade profissional – afinal, quem é e quem será o produtor cultural? Ele deve passar por cursos de formação ou não? Qual a distinção de passar ou não? São questões ainda em voga e que têm reflexos nos cursos de Produção Cultural, tais como dificuldades dos discentes em concluir o curso, visto que desde o primeiro período começam a estagiar e são seduzidos pelo mercado, no qual ainda é possível atuar sem a formação específica na área. Digo ainda, pois com a institucionalização da profissão pode haver exigência de formação acadêmica para atuação. Em decorrência disso, alguns produtores culturais formados na prática estão buscando o curso para terem o diploma e serem legitimados oficialmente.

Cabe ressaltar que o aprendizado dos produtores culturais, desde seu início, deu-se via conhecimento prático, empírico, não sistematizado, assim, a maior parte dos trabalhadores, servidores e funcionários da área cultural não tem formação acadêmica na área. (CUNHA, 2007) Somente em 1995 é criado o primeiro curso de bacharelado em Produção Cultural em uma Instituição de Ensino Superior (IES).

O século XXI, com suas demandas na área cultural,⁵ mostra a necessidade da profissionalização de atores desse campo. Isso, inclusive,

está expresso no Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2010), nos quais um de seus objetivos é “XII- profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais”. A demanda por profissionais com formação acadêmica e a criação de cursos de Produção Cultural reflete uma nova realidade na consolidação dessa categoria profissional. (AVELAR, 2010; CUNHA, 2007)

Nesse contexto, o produtor cultural é o criador, organizador e executor de projetos, produtos, bens, serviços e equipamentos artísticos e culturais, ocupando a posição de mediação dos profissionais da cultura a diversos segmentos sociais: artistas, público consumidor, investidores, gestores, entre outros.

A dentrando na Produção Cultural em Nilópolis

Quase uma década após minha primeira aproximação à produção cultural, vejo-me como uma professora de uma instituição que tem um curso superior de Produção Cultural. Fui aprovada no concurso para ministrar disciplinas nas licenciaturas noturnas, mas, passado o primeiro semestre, “descobri” esse curso matutino. Logo tratei de me oferecer como docente, no qual atuo desde então.

Atualmente, o IFRJ tem, em funcionamento, três cursos na área: superior de tecnologia e bacharelado em Produção Cultural⁶ e a pós-graduação *lato sensu* Linguagens Artísticas, Cultura e Educação (LACE).

Os cursos estão inseridos no *campus* Nilópolis, um município da Baixada Fluminense,⁷ região metropolitana do Rio de Janeiro. Esse território é habitado por uma população marcadamente de origem popular, e foi adensado por migrantes oriundos, particularmente, do Norte e Nordeste do país. Especialmente nos anos 1960 a 1980, essa região foi retratada pela mídia como sendo constituída por “cidades-dormitório”, que apenas forneceria trabalhadores ao município do Rio de Janeiro, e na qual os moradores não teriam construído laços identitários e de pertencimento com a região, o que contribuiria por caracterizar esses

municípios pela violência, desigualdades sociais e abandono político, carecendo de políticas culturais efetivas. (ENNE, 2004; COSTA, S., 2007, 2010) Essa imagem contribuiu para o fortalecimento dos discursos negativos sobre essa localidade, associando-a a uma “terra sem lei”. (ENNE, 2004) Em relação ao setor cultural, mesmo entre os moradores da Baixada, o discurso era/é de que “aqui nada acontece”, “não tem cultura”, frente à ausência de equipamentos e serviços culturais convencionais. (ONOFRE, 2015)

No entanto, por um lado, desde a década de 1990, com o surgimento, em jornais, de cadernos específicos da Baixada Fluminense, passa a se constituir um conjunto de representações sociais positivas sobre a região. (ENNE, 2013) Essas contribuem tanto para o redescobrimto de uma região heterogênea, com suas peculiaridades como para o reforço de um sentimento de pertencimento de seus moradores.

Nesse cenário, conforme aponta Onofre (2015), ocorre uma efervescência de ações e eventos culturais independentes, tais como festivais, saraus, entre outros, movimentando a vida cultural local. Além disso, de acordo com Sandra Costa (2007, 2010), diversos habitantes da região dedicam-se às “atividades culturais”, como “animadores culturais”, os quais não possuem, na maioria das vezes, educação formal em nível de graduação.

Nessa conjuntura, a experiência do IFRJ, na área de Produção Cultural, inicia em 2003, com o CST em Produção Cultural. No início do século XXI, os cursos tecnológicos tornam-se escolha de muitos estudantes, pelo menor custo financeiro e tempo de duração em relação aos tradicionais.⁸

Produção Cultural foi um dos dois primeiros cursos superiores da instituição e o primeiro na área de ciências humanas – o IFRJ vem de uma tradição tecnológica e de ciências exatas e da natureza – e sua criação estava associada à visão de cultura como desenvolvimento social e regional.⁹

Buscando atender às demandas educacionais, do mercado e da organização da cultura, a matriz curricular do curso passou por diversas modificações, indo, principalmente, de um olhar que privilegiava o lazer, o esporte, a cultura e a organização de eventos, a uma perspectiva maior sobre as artes, as ciências humanas e a produção cultural. Devido a essas demandas, em 2012.2, o IFRJ deixou de ofertar o CST e passou a oferecer o curso na modalidade Bacharelado.¹⁰ O processo de mudança para o bacharelado durou três anos, visto que tínhamos uma barreira interna, devido à concepção da instituição – um bacharelado deixaria de ser profissionalizante no sentido estrito do termo –, e barreiras externas, como não ter Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de bacharelado em Produção Cultural no qual se apoiar, não ter um conselho de classe, não ser uma profissão regulamentada na época, ao mesmo tempo que o CST em Produção Cultural estava incluso no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST) (2010), que dá referenciais para a formação.

No entanto, tínhamos uma pressão interna para a transformação, os discentes e a própria estrutura curricular, visto que um curso superior de tecnologia deve promover a formação em campos de conhecimento bastante específicos e delimitados, além de objetivar aos indivíduos a aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias. No entanto, desde o início do curso, a matriz curricular do CST em Produção Cultural era bastante ampla e genérica. Perspectiva essa própria de um bacharelado.

Nesse processo, ainda, os estudantes do curso organizaram o I Encontro Nacional de Produção Cultural, em meados de 2011, do qual resultou a “Carta Rio de Janeiro”, direcionada aos Ministérios da Cultura, do Trabalho e Emprego, da Educação (MEC), da Previdência Social, às empresas públicas, privadas e de economia mista e à sociedade em geral, no qual os participantes do Encontro reivindicavam e sugeriam ações para a consolidação da profissão.

Motivados por essa perspectiva e aliada às demandas do Estado e do mercado, que exigem um profissional com qualificação de bacharel, por exemplo, para concursos públicos, é que realizamos a transformação do CST para bacharelado em Produção Cultural.

Do CST ao bacharelado em Produção Cultural

A construção de um Projeto Pedagógico de Curso (PPC), e suas atualizações, seguem alguns referenciais e diretrizes educacionais oficiais, demandas do mercado e da região, a partir da organização de professores disponíveis para elaborar um novo curso, ou reorientá-lo. Nesse sentido, os PPCs do CST e do bacharelado em Produção Cultural expressam o contexto histórico no qual foi construído, com esses arranjos internos e externos.

O PPC que vigorou entre 2003 e 2005 incluiu o curso na área profissional “Lazer e Desenvolvimento Social”, apoiado no parecer CNE/CES 436/2001. Assim, o curso tinha como eixo orientador a organização de eventos nas áreas de lazer, esportes, artes e educação ambiental. Nesse momento, havia uma parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, na qual favorecia o eixo de eventos e divulgação científica. A organização da matriz foi protagonizada por professores da área de educação física, com participação de docentes das áreas de artes, letras, ciências da natureza, tendo a maior parte das disciplinas ligadas a essas áreas. Assim, por exemplo, havia as seguintes disciplinas, entre outras, por áreas: língua portuguesa e oficina literária – letras; história de arte e fundamentos das artes visuais – artes; folclore, psicologia aplicada ao lazer – ciências sociais e ciências sociais aplicadas; introdução ao lazer e esportes da natureza – esporte e lazer; biofisiologia e educação ambiental – ciências da natureza; organização de eventos I a IV e empreendedorismo – produção cultural.

O curso estava organizado em cinco semestres, com carga horária de 1.728h, oferecendo apenas disciplinas obrigatórias, com Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ao final do curso.

Em 2004, o corpo docente do curso passa a contar com uma produtora cultural, formada na prática e com grande atuação no mercado. Esse fato, aliado a uma mudança na corrente de forças no quadro docente, possibilitou uma reestruturação do PPC e da matriz curricular, aplicada a partir de 2006. Nesse mesmo ano, o curso passa a ter uma professora com formação e atuação em Produção Cultural. No momento de atualização do PPC, é solicitada ainda a troca de área profissional a qual o curso estaria ligado, de acordo com formulário anexo à Portaria MEC 1024/2006: de Lazer e Desenvolvimento Social, para a área de Gestão. Embora o curso não tenha, naquele momento, sido incluso no (CNCST), no PPC, sua orientação era a da gestão. As disciplinas deixam de ter o foco na organização de eventos e passam a ter na produção cultural propriamente dita.

A Portaria da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) 110/2009 solicita a inclusão do curso no CNCST, o que ocorre em 2010, no eixo tecnológico Produção Cultural e *Design*.¹¹ No entanto, visando ao reconhecimento do CST pelo MEC e sua transformação em bacharelado, ambos processos concretizados em 2012, a orientação do PPC deixa de ser por eixos tecnológicos e passa a ser por áreas de conhecimento científico. Assim, em 2012, o CST é inserido nas áreas de Ciências Humanas, Letras e Artes, retirando disciplinas do eixo esporte e lazer. Diferenciando-se de outros cursos na área, o CST do IFRJ, além de disciplinas relacionadas à produção cultural, oferece uma série de disciplinas que estão na interface entre ciência¹² e arte.

Na matriz 2006-2012, o curso passou a somar 2.349h de carga horária mínima, sendo organizado em seis semestres, com disciplinas obrigatórias (2.025h) e optativas (324h), e TCC ao final. Além disso, havia a possibilidade dos estudantes fazerem estágio extracurricular e eram

incentivadas as participações dos estudantes em atividades complementares à sua formação, iniciação científica e atividades de extensão.

Quando o CNCST (2010) inclui o CST em Produção Cultural, apresenta-o como tendo requisito de carga horária mínima 2.400h – muito superior a todos os cursos superiores de tecnologia do eixo tecnológico no qual foi categorizado. Buscando adequar-se, em 2012, o curso do IFRJ passou a ter 2.403h, acrescentando 54h de disciplinas optativas. Nesse ano, o curso recebe a Portaria de reconhecimento da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC. Esse ato pesou na decisão da instituição de efetivar a implementação do bacharelado, visto que “trocaríamos” um curso já reconhecido, por outro não institucionalizado, visto que não constava no Sistema E-mec, bem como não havia (e não há) DCN para esse curso.

Ainda, em 2012, o CST deixou de ser oferecido para entrada, mas suas disciplinas serão oferecidas até a conclusão do curso de todos os seus matriculados (hoje são 33 estudantes).

Nesse palco, estreia o bacharelado em Produção Cultural. O curso foi incluído nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes. A matriz curricular está organizada em oito semestres, e, entre 2012 e 2015, teve duração mínima de 2.754h. A ênfase é na Produção Cultural, tendo disciplinas de base teórica, como Antropologia e Geografia da Cultura; disciplinas de base teórica específica, como Produção Cultural I a IV e Políticas Culturais; e disciplinas que formam os fundamentos e a produção nas diversas linguagens artísticas – visuais, audiovisuais, cênicas, literária, música –, como Fundamentos das Artes Audiovisuais e Produção das Artes Audiovisuais.

Tabela 1 – Bacharelado: requisitos curriculares matrizes 2012.2 e 2015.1

Requisitos curriculares	Matriz 2012.2	Matriz 2015.1
Disciplinas obrigatórias	2.268h	2.268h
Disciplinas optativas	216h	216h
Estágio curricular supervisionado	162h	378h
Atividades complementares	108h	108h
Total	2.754h	2.970h

Fonte: Elaborada pela autora.

No ano de 2014, após reavaliação da matriz curricular, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso aprovou nova matriz, acrescentando 216 horas ao estágio curricular supervisionado. Além disso, houve mudança de concepção, com a subtração de disciplinas na área de ciências da natureza e a modificação da perspectiva de uma das disciplinas, que antes era Gestão de Projetos Ambientais, e agora passa a ser Gestão Ambiental de Projetos. Nesse sentido, o curso busca romper com a tradição em ciências da instituição e firmar-se como um curso na área das ciências humanas e afins.

O perfil socioeconômico, cultural e as motivações e perspectivas dos estudantes do CST e do bacharelado em produção cultural do IFRJ: um levantamento quanti-qualitativo

Como agentes inseridos nesses cursos estão os discentes. Assim, visando investigar o perfil social, econômico e cultural dos estudantes dos referidos cursos, bem como conhecer suas representações sobre cultura, vida cultural, suas motivações e perspectivas frente ao curso e à futura profissão, é que realizamos a pesquisa citada acima.

Em novembro de 2011, o curso contabilizava com 248 estudantes com matrícula ativa. Em outubro de 2015, o CST em Produção Cultural tinha 33 estudantes matriculados, visto que 128 migraram para o bacharelado em Produção Cultural. Atualmente, este último tem 285 discentes com matrículas ativas e 108 com matrículas trancadas.

Para alcançarmos os objetivos da pesquisa, utilizou-se uma metodologia quanti-qualitativa, em três fases: a primeira e a segunda em 2011-2012, respectivamente, uma etapa quantitativa e outra qualitativa, a terceira fase, quantitativa, em 2015.

As etapas quantitativas foram desenvolvidas por meio da aplicação de um questionário com 73 questões, em 2011, e com 68 em 2015, abordando temas tais como: idade, cor/raça, situação de moradia, religião, gênero, estado civil, trajetória escolar sua e escolaridade dos pais, escolha do IFRJ e do curso, acesso e frequência a bens e equipamentos culturais. Em 2011, o universo de pesquisa foi o corpo discente do CST em Produção Cultural do IFRJ, com matrícula ativa naquele semestre. Do total de 235 estudantes possíveis, pois do total de 248 estudantes, 13 participaram da concepção da pesquisa e coleta dos dados, foram entrevistados 143 (60,85%) na etapa quantitativa e 26 na etapa qualitativa. Em 2015, o universo da pesquisa eram os 285 estudantes do bacharelado em Produção Cultural, dos quais 102 (35,78%) responderam. Destes, 20 discentes (19,6%) haviam migrado do CST para o Bacharelado e 82 entraram diretamente no Bacharelado.

Diversas são as possíveis causas pelas quais não conseguimos encontrar, e entrevistar, os 235 estudantes, em 2011, e os 285 em 2015. Uma delas foi a greve de ensino ocorrida, entre agosto e outubro de 2011, a partir da qual muitos estudantes não retomaram às aulas, nem trancaram suas matrículas. Em decorrência disso, o semestre hoje se encontra fora dos períodos usuais.

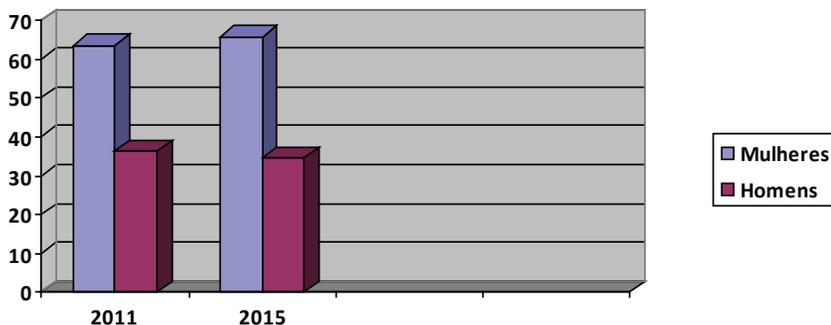
A escolha de trabalhar com a metodologia quanti-qualitativa foi estabelecida para que, no cruzamento do material coletado, tivéssemos tanto uma representatividade numérica do conjunto dos estudantes, quanto um aprofundamento de determinadas questões. Assim, estabeleceu-se uma percepção mais abrangente dos dados coletados nos questionários e nas entrevistas. (GOLDENBERG, 2007)

O perfil socioeconômico e as motivações dos discentes

Em relação ao perfil socioeconômico dos estudantes entrevistados nas etapas quantitativas, em 2011 e 2015, observamos que não houve mudança substantiva no perfil dos estudantes.

Conforme a tabela abaixo, vemos que, nos dois períodos analisados, o corpo discente é formado, em sua maioria, por mulheres, o que corrobora os dados nacionais do Censo da Educação Superior de 2013. (BRASIL, 2013)

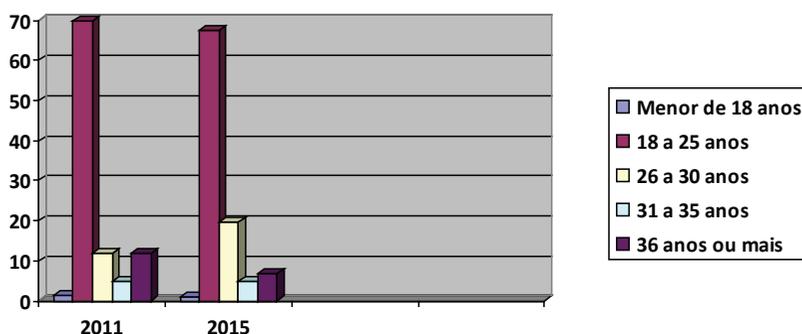
Gráfico 1 – Relação por sexo, 2011 e 2015



Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à idade, observa-se que, nos dois períodos estudados, a maioria dos discentes encontra-se na faixa etária entre 18 a 25 anos. Cabe observar que o aumento no índice dos discentes entre 26 e 30 anos pode estar relacionado àquela migração dos discentes do CST para o bacharelado, em 2012, e que agora são entre três e quatro anos mais velhos. O decréscimo de discentes na faixa etária de 36 anos ou mais pode estar relacionado à própria entrada dos estudantes na IES, via Sistema de Seleção Unificada (Sisu), com nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), desde 2010, o que pode dificultar o acesso às pessoas com maior idade.

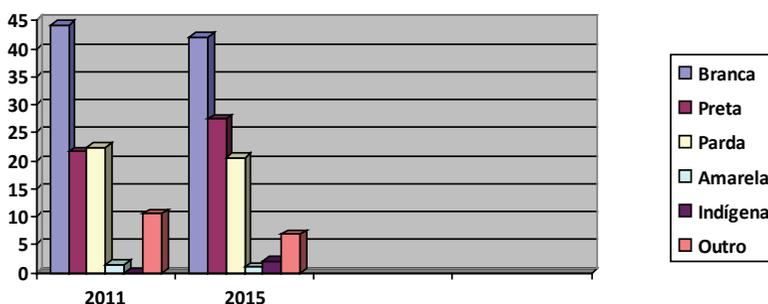
Gráfico 2 – Faixa etária dos discentes – 2011 e 2015



Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à autodefinição de cor/raça, observa-se que, juntando as categorias “preta” e “pardo”, em 2011, somava 44% e se igualava à categoria branca. Já em 2015, unindo as duas primeiras categorias, tem-se um número maior de estudantes não brancos (42,1% brancos; 47,98% pretos e pardos).

Gráfico 3 – Relação raça/cor dos discentes¹

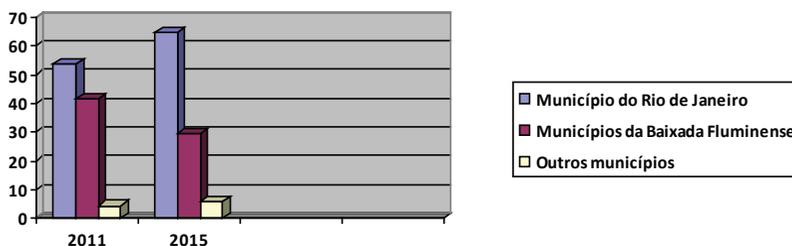


Fonte: Elaborado pela autora.

A maioria dos estudantes reside no município do Rio de Janeiro, em especial nas zonas norte e oeste. Em relação aos municípios da Baixada, os discentes residem principalmente em Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias e Belford Roxo, municípios mais próximos do IFRJ. Observa-se que houve um crescimento entre 2011 e 2015

de discentes oriundos do município do Rio, o que pode estar relacionado ao ingresso pelo Sisu, visto que a escolha da instituição de estudo se dá pela internet, não precisando ir até o local para fazer a prova, como era na época em que a entrada na IES ocorria via vestibular.

Gráfico 4 – Local de moradia dos estudantes – 2011 e 2015



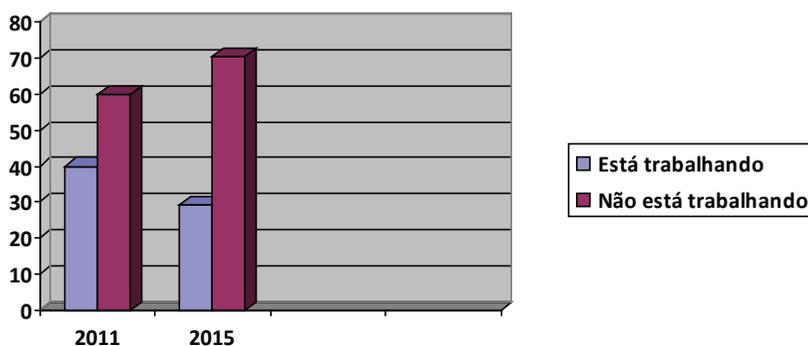
Fonte: Elaborado pela autora.

Na etapa qualitativa, dos 26 entrevistados, 10 eram homens e 16 eram mulheres. Com relação à faixa etária, a maioria, 46%, encontra-se entre 18 e 25 anos, 30,7% encontram-se entre 26 e 30 anos, e 19% têm entre 33 e 51 anos e, com relação à autodefinição de cor/raça, 26,9% se autodeclararam branco, 26,9% como pardo, 23,7% como negro, 3,8% amarelo, 7,6% outro.

Vimos, ainda, a situação dos discentes em relação à inserção no mercado de trabalho. Conforme os gráficos 5 e 6, a maioria dos estudantes não trabalham (aqui não foi considerado estágio) e a situação da maioria é “não trabalho e meus gastos são financiados pela família”, 40% em 2011, e 51,96% em 2015.¹⁴ O aumento do número de discentes que disse encontrar-se nessa situação e o decréscimo do número daqueles que trabalham, e, entre estes últimos, o decréscimo daqueles que atuam em áreas distintas da produção cultural, pode estar relacionado ao fato de que no CST as aulas eram no período matutino e no bacharelado é período integral. Nesse sentido, o estudante que trabalha em áreas da produção cultural, que pode ter flexibilidade de horário no emprego

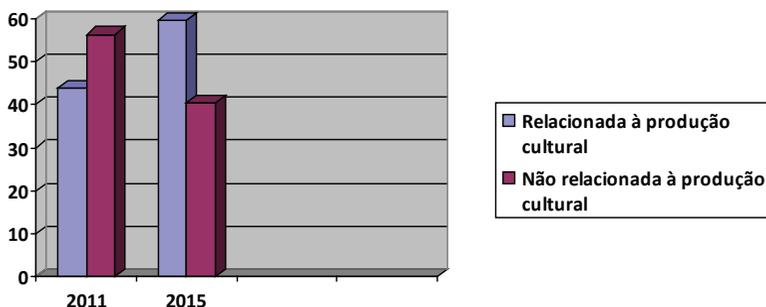
e os discentes que não entraram no mercado de trabalho têm maiores chances de permanecer no bacharelado.

Gráfico 5 – Situação dos estudantes em relação ao trabalho – 2011 e 2015



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 6 – Situação dos estudantes em relação à área de atuação – 2011 e 2015



Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação aos motivos de escolha do curso de produção cultural, a maior parte dos respondentes apontou a “identificação com a profissão” como a razão de tal escolha.

Quadro 1 – Motivos da escolha do curso

Motivo da escolha do curso (escolha múltipla)	2011	2015
Identificação com a profissão	79,7%	90,1%
Obtenção de diploma de graduação	5,5%	4,9%
Perspectiva de ganhos financeiros	4,8%	0%
Incentivo de amigos ou familiares	5,6%	4,9%
Profissão em alta no mercado	2,8%	1,9%
Única instituição que obteve vaga	4%	3,0%
Outro	12,5%	3,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na etapa qualitativa, em relação à questão “fale sobre o principal motivo pelo qual você escolheu o curso de Produção Cultural?”, as respostas foram diversas, tais como: *Foi pela grade curricular, eu tinha passado pra produção e pra letras, entre as duas grades eu vi que produção cultural tinha mais a ver comigo, pela sua diversidade de disciplinas.* (Entrevistada, 33 anos)

Ainda, 11 entrevistados apontaram a afinidade e identificação com a área/curso tendo apontado como motivação: “os eventos”, trabalhar “em produção teatral” e “com produção”, “interesse pela área

cultural”, “experiência prévia na área de produção”, “querer trabalhar com cultura”, “ter terminado a escola de teatro e buscar um outro olhar dentro da área artística”, ter cursado “ensino médio técnico em produção”.

Três relataram experiência anterior na área, seja por formação técnica, seja pelo mundo do trabalho: *Eu já trabalhava com produção cultural, meu segundo grau foi técnico de Produção de Eventos, aí eu já fui direto, e continuei já que era minha profissão, já era o que eu queria.* (Entrevistada, 28 anos)

Dois apontaram ter sido “influenciados pelos familiares”; três relataram ter escolhido o curso depois de “várias pesquisas na internet”; dois indicaram “ter caído de pára-quedas” no curso, tendo sido sua escolha via redes sociais pessoais:

Bom, eu meio que caí de aqui de pára-quedas, porque foi uma amiga que falou pra eu fazer, porque ela também tinha passado pro vestibular pra cá e quando ela fez esse primeiro vestibular eu ia fazer com ela pra produção, nós marcamos, eram eu, ela e um amigo, a gente falou assim ‘vamos fazer Produção Cultural’. (Entrevistada, 23 anos)

Segundo os dados acima, percebemos que os estudantes escolheram o curso, principalmente segundo valores emocional e social, de um quadro mais amplo apresentado por Carvalho (2001, p. 26), no qual aponta os seguintes valores na escolha de uma IES pelos estudantes: emocional (interesse pela área escolhida); social (escolher um local onde encontre amigos); funcional (que possibilite uma boa colocação no mercado de trabalho); epistêmico (uma nova perspectiva sobre o conteúdo do curso); e condicional (quesitos conferidos para o grau acadêmico).

A identificação com a profissão está também relacionada à escolha do IFRJ como instituição para cursar produção cultural.

Quadro 2 – Motivo da escolha pela Instituição

Motivo da escolha do IFRJ	2011	2015
Oferece cursos no horário adequado às minhas necessidades	18,1%	9,8%
Por ser público e gratuito	55,2%	59,8%
Por estar próximo a minha residência	35,6%	20,5%
Por oferecer cursos/ensino de qualidade	32,1%	24,5%
Por oferecer o curso de meu interesse	76,9%	78,4%
Por ser única instituição na qual obtive aprovação	16,7%	14,7%
Outro	9,0%	0,7%

Fonte: Elaborado pela autora.

Os entrevistados, na etapa qualitativa, apresentaram as seguintes razões de suas escolhas pelo IFRJ: cinco responderam “nota do Enem”, quatro por ser “próximo de casa” e quatro porque “não passei na UFF”. Doze outros discentes deram 12 outras respostas, entre elas “por ser federal”, “pela ementa da curso”, “indicação da família”.

Cabe salientar que um dos motivos pelos quais a Universidade Federal Fluminense (UFF) era apresentada como a primeira opção dos estudantes devia-se ao fato de que esta já oferecia bacharelado.

Além disso, pode-se levar em consideração que, entre os critérios de escolha dos estudantes, estava também o prestígio acadêmico da IES.

Primeiro, eu queria ir pra UERJ. O IF foi minha ultima opção mesmo, porque eu tentei 'ah faz', é assim! Eu não via uma escola boa, porque aqui, na época, era até o CEFETEg, então o CEFETEg era conhecido por ensino médio – então 'o que você vai fazer aqui?' Não vai! Não deve ter um ensino de qualidade! Assim eu quero ir pra UERJ pra UFRJ quero ir pra UFF. (Entrevistado, 26 anos)

Isso estaria ligado à percepção desses estudantes sobre o que é considerado “excelência do ensino”. Essa visão, partilhada no imaginário social, decorre do fato de a UFF, e outras, ser uma universidade federal de grande porte e que por isso ofereceria “melhor” corpo docente e qualidade no ensino, alcançando maior visibilidade pública e reconhecimento social e, como consequência, teria uma boa aceitação no mercado profissional. (ALVES, 2003)

Vou ser bem sincero, eu fiz UFF e IF né? Fiz para UFF também, mas era outro curso e tal aí na UFF não passei aí eu vim pro IF. (Entrevistado, 22 anos)

Entre as respostas, ainda, a nota do Enem é citada como critério de escolha da IES. Outra resposta apresentada foi a escolha devido à proximidade de casa. Nesse sentido, Mund (2000) aponta que a localização, estar próximo de casa e do trabalho, torna-se fator que contribui para a escolha da IES:

Olha, em primeiro momento, o motivo fundamental foi à proximidade de onde moro e de onde eu trabalho, porque, atualmente, eu moro em Mesquita e trabalho em Nova Iguaçu. Então, da minha casa prá cá eu ando 8 minutos, pego ônibus e em 7 minutos eu estou aqui. E daqui pro meu trabalho eu levo 20, 25 minutos. Então me facilita muito a minha vida. Então, eu tinha muito medo de 'caramba! Vou ter que ir pro Rio para estudar'... Já tem o peso da idade. Você trabalha o dia todo, o peso da idade. Pra mim foi fundamental estar perto de casa. No primeiro momento foi isso. Até porque eu não conhecia o curso. (Entrevistado, 49 anos)

A escolha de uma profissão se faz dentro do campo de possibilidades de cada indivíduo, no qual se entrelaçam os elementos e as condições objetivas e os subjetivas de existência – tais como crenças, valores, experiências de classes e individuais, influências de amigos, família, pesquisas e leituras sobre o tema. O que ocorre é uma escolha possível, dentro de certas possibilidades e contingências, as quais podem ser entendidas como o próprio contexto sociocultural no qual o indivíduo está inserido. (VELHO, 1997)

Ainda, para que o curso e a IES figure entre as possibilidades de escolha, é preciso ter conhecimento de suas existências.

[...] existem cursos de Produção Cultural em outras universidades, que eu acho que tem mais reconhecimento do que aqui no Instituto Federal, aqui posso citar por exemplo o caso da UFF, da Candido Mendes, que as pessoas conhecem mais do que o Instituto Federal. Quando você fala que tem curso de Produção Cultural no Instituto Federal, as pessoas ainda: 'ah tem?! Ah não conheço, ah não sabia!' (Entrevistado, 30 anos)

Talvez por isso, em 2011, quando a maior parte dos estudantes haviam ingressado no IFRJ via vestibular, 34,9% dos entrevistados disseram ter conhecimento do curso mediante “amigos”; 21,6% pela “internet”; 17,4% pelo “Enem”, 6,9% por meio de “parentes” e 17,5% por outros meios. Em 2015, com o Sisu, o conhecimento via busca na internet cresceu, 38,2%; mas por meio de “amigos” continuou a ser um importante divulgador do curso visto que 36,2% o apontaram. Ainda, o “Enem”, ou melhor, a inscrição no Sisu mediante a nota do Enem, também passou a ser um canal de conhecimento da IES. A utilização dos resultados do exame na seleção de estudantes para o ensino superior vem ocorrendo de forma integral pelas IES, sendo que o IFRJ aderiu ao Sisu em 2009, para ingresso em 2010. Os demais responderam “escola” (3,9%), “parentes” (2,9%) e outros meios (5,88%). Na etapa qualitativa, encontramos as mesmas respostas.

Cabe salientar que um número expressivo utilizou a internet como ferramenta de pesquisa para obter informações sobre os cursos superiores.

Fiquei sabendo pela internet, [...] Procurei, naveguei, fui pesquisando, aí vi o curso de Produção Cultural, aí me interessei porque dialoga com minha área de comunicação, eu acho. (Entrevistado, 22 anos)

Isso é facilitado quando, em 2011, 95% dos respondentes tinham computador em casa e com acesso à internet, em 2015, esse número chegou a 97%. Nessa perspectiva, pode-se ver que os computadores, com acesso à internet

deixaram de ser apenas uma tecnologia para processamento e armazenamento de dados para se transformarem em poderosos instrumentos de informação, comunicação e colaboração. (SILVA; LOPES, 2011, p. 3)

Outra maneira de adquirir informações sobre o curso é mediante as redes sociais pessoais (amigos, professores, familiares).

Ah, tem uma amiga aqui que fazia, ela fazia Produtos Naturais. Aí, uma vez eu vim com ela pra se matricular em um dos períodos, no segundo eu acho. Aí eu vim, vim conhecer o lugar, gostei e resolvi fazer a prova. (Entrevistado, 24 anos)

Meneghelli (2011, p. 39) aponta essas redes sociais pessoais como portas de entrada em determinada instituição de ensino superior:

As fontes de informação que influencia os jovens no momento da escolha por uma IES. São os amigos, professores e demais pessoas de convivência dentro da escola de ensino médio e pessoas que já concluíram sua graduação.

Uma das situações importantes frente as quais os sujeitos podem escolher ou não determinados cursos é a reação dos outros frente ao curso/carreira escolhida. (ESTRELA; UJÁ; RANGEL, 2006) Em relação

aos entrevistados, a maior parte das respostas gira em torno do desconhecimento da profissão, visto que “muita gente não sabe”, perguntam “o que é isso?”, “você vai fazer isso?”, “muita gente estranha”, “não entendem” e “tem que explicar”. E, muitas vezes, a visão é negativa, como aquele olhar descrito quando de minha primeira aproximação aos produtores culturais.

Esse desconhecimento também estava presentes no círculo de relações dos entrevistados:

A maioria das pessoas não sabia do que se tratava. Família pergunta ‘mas o que você vai fazer?!’, ‘Produção Cultural? o que vai fazer?. Você vai animar festa?!’. Na verdade foi uma relação mais de dúvida. (Entrevistada, 22 anos)

O não reconhecimento dessa “área também se faz presente na maioria dos estudantes que ingressam no curso de Produção Cultural na Universidade Federal da Bahia, os quais têm dúvidas do que irão encontrar pela frente até a formação já que não é do conhecimento de todos quais são as habilidades que um produtor deve ter para atuar profissionalmente no mercado”, tal como aponta Leonardo Costa (2007, p. 2).

Considerações finais

No presente artigo, refleti tanto sobre a trajetória do curso de Produção Cultural no IFRJ, quanto sobre o perfil dos estudantes e seus motivos para escolherem o curso e a instituição.

Diante do quadro apresentado, vê-se que, com menos de três décadas de institucionalização em IES, a produção cultural vem sendo a opção de indivíduos interessados em pensar e atuar na área da cultura. Frente a isso, alguns desafios nos são apresentados frente à diversificação:

- de experiências de formação: diversificação de nomenclatura (gestão cultural, produção cultural, comunicação com ênfase,

engenharia da produção cultural etc), de formas de aprendizados (da informal, na prática, à formal, acadêmica);

- das possibilidades de áreas de atuação (tais como música, teatro, artes circenses, artes visuais, gestão, produção de eventos, elaboração e implementação de políticas públicas de cultura, passando também pela docência);
- de espaços de atuação (como autônomos, em empresas privadas e empresas e instituições públicas);

Ainda, o desencontro e a desarticulação daqueles que atuam nessa área, bem como a falta de DCN estabelecidas ou pelo menos discutidas e falta de entidades ou órgãos de classe profissional próprio são questões a serem enfrentadas.

Nesse contexto de institucionalização da profissão, faz-se necessário que as instituições de formação pensem referenciais curriculares nacionais, bem como sejam reforçadas as redes de formação dos produtores e gestores culturais, discutindo a construção, inclusive, de uma identidade profissional.

Referências

ALVES, H. M. B. *Uma abordagem de marketing à satisfação do estudante no ensino universitário público: índice, antecedentes e conseqüências*. 2003. 285 f. Tese (Doutorado em Gestão) – Departamento de Gestão e Economia, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2003. Disponível em: <dspace.bg.uc.pt/?q=node/670766>. Acesso em: 12 abr. 2012.

AVELAR, R. *O avesso da cena: notas sobre Produção e Gestão Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: DUO Editorial, 2010. p. 50-51.

BARBALHO, A. et. al. (Coord.). *Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas*. Salvador: EdUFBA, 2011.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. MEC. INEP. *Censo da Educação Superior 2013*. Brasília, DF, 2013. Disponível em <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf>. Acesso em: 13 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. Lei 12.343, de 02 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. *Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 03 dez. 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7931-cat-cur-sup-05-11-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 3 mar. 2012.

CARVALHO, L. F. F. *Os valores pessoais na decisão pela escola dos filhos*. 2001. 120f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

COSTA, L. F. *Precedentes para uma análise sobre a formação e atuação dos produtores culturais*. Salvador, maio de 2007. Trabalho apresentado no III Enecult Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/LeonardoCosta.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

COSTA, S. R. S. Vertigem em Nilópolis: a antropóloga e o espelho. In: VELHO, G. (Org.). *Rio de Janeiro: cultura, política e conflito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 83-107.

COSTA, S. R. S. O que é ser “novo” na Baixada Fluminense: notas sobre representações da juventude entre as camadas populares. In: VELHO, G.; DUARTE, L. F. D. (Org.). *Juventude contemporânea: culturas, gostos e carreiras*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2010. p. 44-60

CUNHA, M. H. *Gestão Cultural: profissão em formação*. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2007.

ENNE, A. L. S. A “redescoberta” da Baixada Fluminense: reflexões sobre as construções narrativas midiáticas e as concepções acerca de um

território físico e simbólico. *PragMATIZES*: revista latino americana de estudos em cultura, Niterói, ano 3, n. 4, p. 6-27, mar. 2013. Disponível em <http://www.pragmatizes.uff.br>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

ENNE, A. L. S. Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações. *Revista eletrônica Ciberlegenda*, n.14. Niterói, 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/viewFile/222/118>>. Acesso em: mar. 2014.

ESTRELLA, A.; UJÁ, J.; RANGEL, E. As relações familiares na trajetória dos estudantes oriundos das classes populares. In: FERNANDES, M. P. (Org.). *Caminhadas de universitários de origem popular*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2006. p. 27-39.

INSTITUTO FEDERAL (RJ). Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Produção Cultural. abr. 2015. Disponível em: <http://www.ifrj.edu.br/sites/default/files/webfm/images/PPC%20Bacharelado%20em%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20Cultural_vers%C3%A3o%20revisada%202015.1.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

INSTITUTO FEDERAL (RJ). Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Produção Cultural. 2012. Disponível em: <http://www.ifrj.edu.br/webfm_send/2605>. Acessado em: 15 out. 2015.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar*: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 10. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2007.

MELLO, U. B. *Formação em organização da cultura*: análise da experiência online do curso piloto de formação de gestores culturais. 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17309/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20%28Ugo%20B.%20Mello%29%20vs%20completa%20c%20ficha.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

MENEGHELLI, P. J. M. *Atributos de atração para cursos superiores*: um estudo com estudantes ingressantes. 2011. 67 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2011.

- MIGUEZ, P. Algumas notas sobre o comércio de bens internacional de bens e serviços culturais. In: BARBALHO, A. et. al. (Coord.). *Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas*. Salvador: EdUFBA, 2011. p. 57-70.
- MUND, A. L. *A influência do Marketing na opção do estudante pela Universidade Regional de Blumenau*. 2000. 104 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Regional de Blumenau, 2000.
- ONOFRE, L. F. *Baixada Cultural: os coletivos e as redes de produção cultural independente na região*. 2015. Monografia (Especialização em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, 2015.
- ORTIZ, R. Cultura e Desenvolvimento. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 1, n. 1, p.122-128, 2008. Disponível em: < <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3194/2304>>. Acesso em: 14 out. 2015.
- OSÓRIO, R. G. *O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE*. Texto Para Discussão, n. 996. Brasília: MPOG: IPEA, 2003.
- PEDROSO, S. O produtor cultural e a formalização de sua atividade. *PragMatizes: revista latino americana de estudos em cultura*, Niterói, ano 4, n. 7, set., 2014. Disponível em: < <http://www.pragmatizes.uff.br/revista/index.php/ojs/article/view/73>>. Acesso em: 15 out. 2015.
- RODRIGUES, L. A. (Coord.). *Mapeamento: formação em gestão, produção cultural e entretenimento graduação e pós-graduação*. ABGC, 2013. Disponível em < http://www.abgc.org.br/Mapeamento_atualizado.pdf>. Acesso em: 30 set. 2014.
- RUBIM, A. A. C. *Cultura e Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Azougue, 2011.
- RUBIM, L. (Org.). *Organização e Produção da Cultura*. Salvador: EdUFBA, 2005.
- SILVA, E. L.; LOPES, M. I. A internet, a mediação e a desintermediação da informação. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, abr.2011.

Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr11/Art_04.htm>. Acesso em: 14 abr. 2012.

VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

Notas

- 1 Dados referentes aos Projetos Pedagógicos dos CST em Produção Cultural de 2006 e 2012, e do bacharelado de 2012 e 2015. Agradeço à profa. dra. Ângela Maria da Costa e Silva Coutinho pela conversa e disponibilidade em partilhar comigo dados e materiais do curso referente aos períodos em que atuou como vice-coordenadora do CST, entre 2003 a 2005, e como coordenadora entre 2006 a 2008. Ano este em que assumiu a coordenação da pós-graduação *lato sensu* em Produção Cultural com ênfase em Literatura Infanto-Juvenil (hoje não mais ofertado). Agradeço a atenção dispensada pelos profs. drs. Jorge Caê Rodrigues, coordenador do CST entre 2008 e 2011, e João Guerreiro, coordenador do CST e do bacharelado desde 2013.
- 2 Pesquisa realizada entre novembro de 2011 e janeiro de 2012, e reaplicado em 2015, sob a coordenação da profa. dra. Fernanda Delvalhas Piccolo, no âmbito das atividades do grupo PET/Conexões de Saberes em Produção Cultural, do MEC/SESU, com recursos AUXPE/CAPES e, posteriormente, FNDE. Participaram da coleta de dados os discentes: Maria da Glória Santos da Silva, Carla Eloi Oliveira da Silva, Jennifer Ferreira de Lemos Silva, Katzuki Parajara de Castro, Laura Santos Ferreira de Azevedo, Rodrigo Dias Mendes, Sidnei Eduardo Pena Gama, Claudia Pinho Anselmo de Lima. A discente Maria de Glória Santos da Silva contribuiu com reflexões incorporadas ao texto.
- 3 Bairro localizado na zona central do Rio de Janeiro, situado no alto de uma colina. Conhecido por sua efervescência cultural, pelos seus casarões antigos e moradia de inúmeros intelectuais, artistas plásticos, artesãos, entre outros, é ponto de atração cultural e turística.
- 4 Neste, há 101 experiências de formação formal na área de produção cultural: 5 bacharelados, 43 tecnológicos, 7 habilitações de curso, 37 *lato sensu* e 9 *stricto sensu*. Além deste mapeamento, ver, sobre a formação na área da gestão e produção cultural, eventos e entretenimento, entre outros, Rubim (2005), Cunha (2007), Costa (2007), Avelar (2010), Rubim (2011) e Mello (2014).
- 5 Demandas expressas na realização das Conferências Nacionais de Cultura (2005, 2010 e 2013), na Declaração Universal da Diversidade Cultural (UNESCO, 2002) e na Convenção sobre a Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais (UNESCO, 2005), ratificada pelo Brasil.
- 6 Os dois cursos coexistem, visto que nem todos os alunos matriculados, em 2012, no CST, realizaram o processo de migração para o bacharelado. No entanto, desde 2012, não são ofertadas novas vagas.

- 7 De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), sua população é estimada em 3,7 milhões de habitantes. Atualmente, é composta por 13 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.
- 8 Os institutos federais, em relação às instituições de ensino mais antigas, especialmente às universidades, apresentam uma estrutura diferenciada, por serem criadas pela agregação/transformação de outras instituições profissionais, e abrangerem desde a educação básica (ensino médio) à pós-graduação *stricto sensu*. Sua origem remonta a 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, posteriormente transformadas nas Escolas Técnicas e nos Centros Federais de Educação Tecnológica. Em 2008, com a Lei n.º 11.892/08, são criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
- 9 Sobre a discussão da relação entre cultura e desenvolvimento ver, entre outros, Ortiz (2008) e Barbalho e colaboradores. (2011).
- 10 O curso de Produção Cultural na modalidade bacharelado foi aprovado pelo Conselho Superior (Consup) em 2011, mas somente em fevereiro de 2012 conseguimos inserir o curso no Sistema E-mec (que cadastra e regula as IES), visto que com a criação do mesmo não existia a possibilidade de um bacharelado em Produção Cultural – haja vista a quantidade de cursos da área com distintas denominações, pois essas outras estavam disponíveis. Conseguimos a inserção após inúmeros contatos e diálogos entre a pró-reitora e a Secretaria de Educação Superior (SESu).
- 11 Existe uma série de Portarias, Decretos e Pareceres do Conselho Nacional de Educação e da SETEC sobre a categorização das áreas profissionais dos cursos superiores tecnológicos e a inclusão dos cursos nessas áreas, com vistas a sua organização e regulação. Ressaltamos aqui aqueles que dizem respeito, entre outros temas, às áreas profissionais e eixos tecnológicos os quais os cursos superiores de tecnologia tomam como referenciais: Pareceres CNE/CES 436/2001 e CNE/CP 29/2002; o Decreto 5.773/2006; Portarias MEC n.º 1024/2006, 10/2006, 12/2006; Portaria SETEC n.º 110/2009; e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia/2010. Esses documentos podem ser acessados no site da Universidade Federal Tecnológica do Paraná, disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prograd/legislacao/cursos-superiores-de-tecnologia-legislacao-nacional>>. Acesso em: 20 out. 2015.
- 12 A concepção de “ciência” aqui é aquela das ciências exatas, particularmente da química, física e matemática, que advém da trajetória do IFRJ, no qual oferecer cursos no ensino médio em química, licenciaturas nessas áreas e um mestrado em Ensino de Ciências.
- 13 Foram utilizadas as categorias do IBGE e o método de autoatribuição de cor/raça. (OSÓRIO, 2003)
- 14 As situações apresentadas aos discentes foram: “Não trabalho e meus gastos são financiados pela família”; “Trabalho e recebo ajuda da família”; “Trabalho e me sustento”; “Trabalho e contribuo com o sustento da família”; “Trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família”; “Outra”.

Bacharelado em Mídias Sociais e Produção Cultural: a proposta do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco na cidade de Caruaru

*Amilcar Almeida Bezerra**

Neste texto, apresentamos de forma resumida o projeto do curso de Comunicação Social do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA/UFPE). O curso, inaugurado no segundo semestre de 2015, na cidade de Caruaru (a 130 km do Recife), estrutura-se em duas ênfases: Mídias Sociais e Produção Cultural. A proposta consiste em oferecer uma sólida formação básica humanista articulada a projetos de prática profissional, criando condições para a preparação de profissionais

*Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense. Professor Adjunto do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco.

versáteis, aptos a transitar pelas diversas habilitações do campo da comunicação em ambientes virtuais. No ciclo profissional, o aluno poderá optar por concentrar sua formação numa das duas ênfases ou buscar uma formação mais generalista. Em todo caso, as ênfases são estruturadas de forma complementar, com o objetivo de estimular a articulação entre produção, divulgação e consumo de bens culturais em âmbito local.

Introdução

O mundo contemporâneo exige do profissional de comunicação um cabedal de conhecimentos que o torne apto a analisar e interpretar os fenômenos midiáticos a partir de uma visão crítica e consciente de que é através da comunicação que a sociedade transmite, preserva e transforma suas identidades culturais. Partindo dessa premissa, elaboramos uma proposta pedagógica que traz em seu bojo a articulação entre duas ênfases relativamente autônomas, porém complementares: Mídias Sociais e Produção Cultural.

O objetivo é estimular uma articulação pertinente e necessária entre os polos de produção, divulgação e consumo de bens culturais em âmbito local e conectar esse circuito a esferas mais amplas de circulação com o uso das novas tecnologias de comunicação. Para tanto, o projeto pedagógico se apoia em iniciativas de extensão voltadas tanto para dar visibilidade aos agentes locais como para provocar a integração dos fluxos simbólicos globais aos circuitos locais, estimulando sua interação dialética. O planejamento inclui a criação de uma agência experimental de notícias, formada por alunos e professores, com a finalidade de produzir conteúdo independente sobre o que acontece em Caruaru e na região Agreste, além de um espaço permanente para concepção e elaboração de projetos culturais, numa articulação entre professores, alunos, funcionários e produtores locais.

Atravessamos um período de intensas mudanças tecnológicas e culturais que afetam diretamente o campo da comunicação. Assim, os cursos dessa área necessitam periodicamente reconfigurar seus padrões curriculares para acompanhar os avanços tecnológicos e as novas tendências do mercado. Entendemos que as habilitações tradicionais dos cursos de Comunicação Social, ilhas vinculadas historicamente a seus contextos de surgimento, são hoje, por si só, incapazes de dar conta das demandas contemporâneas por profissionais aptos a lidar com as novas mídias. Todavia, longe de propor uma formação tecnicista, acreditamos que esse novo profissional requer uma formação teórica ainda mais sólida, que lhe garanta habilidades intelectuais capazes de situá-lo num contexto que exige qualidade de conteúdo, credibilidade, versatilidade e capacidade de adaptação às rápidas mudanças tecnológicas e culturais nos diversos âmbitos do trabalho.

Esse é um perfil profissional cada vez mais demandado pela sociedade contemporânea. Algumas das principais universidades públicas do país que se destacam na área de Comunicação Social têm aberto cursos de graduação na área com perfil integrado, refletindo a tendência cada vez mais forte de ingerência mútua entre os diversos ofícios da mídia tradicional, que não podem mais ser vistos de modo estanque.

Podemos citar como exemplos os cursos de Estudos de Mídia, da Universidade Federal Fluminense (UFF), Midialogia, da Universidade Estadual de Campinas e Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). São iniciativas que respondem a tendências contemporâneas de mercado intimamente ligadas à convergência das mídias, proporcionada pelo recente avanço das tecnologias de comunicação, o que exige um profissional cada vez mais versátil e apto a lidar com as mais diferentes linguagens em ambiente digital.

A UFPE no Agreste

Desde 2006 instalado no município de Caruaru, o CAA foi o primeiro *campus* da UFPE no interior do estado. A escolha do município se deu em função de sua relevância na região. Com cerca de 300 mil habitantes vivendo em seus limites municipais, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), Caruaru é a maior cidade do interior do estado e umas das quatro maiores do interior nordestino. Localizada a 130 km a oeste do Recife, é um centro estratégico regional, exercendo influência política, econômica e cultural sobre cerca de 40 municípios pernambucanos que englobam em seu conjunto uma população de mais de um 1.200.000 habitantes. Forma ainda com as cidades de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe um arranjo produtivo local que reúne cerca de 12 mil empresas de confecção, constituindo o segundo polo produtor do gênero do Brasil. De acordo com dados Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (2006), o polo responde por 73% da produção do vestuário do Estado e gera 77 mil empregos diretos e indiretos.

Hoje a UFPE oferece cerca de 15% de suas vagas no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para o *campus* Caruaru, que abriga 12 cursos de graduação, entre os quais o curso de Comunicação Social, criado em 2015.

Comunicação e Produção Cultural em Caruaru

Além de sua importância política e econômica, Caruaru desfruta de visibilidade nacional em função de algumas de suas expressões culturais mais típicas, sobretudo aquelas ligadas à arte popular. O artesanato do Alto do Moura, cuja referência maior é a estética criada pelo Mestre Vitalino, a Feira de Caruaru, considerada a maior feira popular do Brasil, e os festejos juninos são signos já incorporados ao imaginário regional e nacional imediatamente associados à cidade.

A reconfiguração dessas representações tradicionais, no entanto, faz-se necessária para que os padrões de identidade local acompanhem

os sinais cada vez mais evidentes de modernização. Isto só é possível com a formação de uma massa crítica e atuante nas áreas de comunicação e cultura, capaz de agenciar novos signos de identificação da população caruaruense com referências culturais mais cosmopolitas. Por esse prisma, o profissional que atua nas mídias sociais desempenha um papel tão importante quanto o produtor cultural, como mediador simbólico e agente da mudança cultural.

A incipiência de instituições capazes de gerar valor simbólico a partir de um capital especificamente cultural também impõe obstáculos ao crescimento da economia local. Segundo a revista *EXAME* (ROUPA..., 2006), o arranjo produtivo local de confecções se caracteriza pela produção de baixo custo, voltada para as classes populares. Esse tipo de mercadoria possui baixo valor simbólico agregado, em virtude da ausência de estratégias de comunicação capazes de criar valores positivos associados às marcas, o que poderia ampliar seu mercado e torná-las competitivas em escala nacional e global. “Em muitos casos, as empresas de Toritama confeccionam peças para grandes grifes nacionais. As peças vendidas em lojas sofisticadas das grandes cidades chegam a ter o preço multiplicado por 20.” (ROUPA..., 2006)

Uma das funções de um curso da área de comunicação na atual conjuntura local é satisfazer a esta crescente demanda simbólica, criando condições para que as empresas locais elaborem estratégias de comunicação capazes de inseri-las no mercado nacional e global de marcas. Para isso, é necessário elevar o nível de qualificação dos profissionais que atuam nas agências e veículos de comunicação da região e capacitá-los a criar e executar planos integrados de comunicação e *marketing* cultural. Para que sejam bem-sucedidas, é fundamental que essas estratégias redescubram signos da identidade cultural local que possam ser estetizados numa perspectiva moderna e mercadologicamente viável.

Segundo dados compilados por Procópio e Maciel (2009), a cidade de Caruaru conta com duas emissoras de televisão, a TV Asa Branca, afiliada da Rede Globo de Televisão, e a TV Jornal Caruaru, afiliada

do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT); dois jornais semanais, *O Jornal Vanguarda* e o *Extra de Pernambuco*, além de aproximadamente 10 emissoras de rádio, entre frequências AM e FM. Há portanto uma considerável estrutura de meios de comunicação de massa instalada na cidade, que necessita de pessoal capacitado para dar conta da produção dos conteúdos veiculados para o público local. Há também instalados na cidade dois cursos superiores de Jornalismo e um de Publicidade em faculdades privadas. Apesar de alguns desses cursos funcionarem há mais de 10 anos, ainda é marcante a presença de profissionais de fora da região responsáveis pela criação dos conteúdos que circulam na mídia local.

O curso de Comunicação Social pretende incrementar a participação de profissionais locais qualificados nesses postos, criando condições para uma maior autorrepresentação da comunidade nos meios de comunicação de massa. Em paralelo, o curso deve preparar comunicadores e produtores culturais para a organização de rádios comunitárias, programas de televisão, eventos, festivais, redes sociais virtuais, *websites*, *blogs* e assim democratizar o acesso à comunicação e à cultura, fomentando a autoestima das comunidades locais, por meio de projetos de pesquisa e extensão. A ideia é que mesmo o conteúdo produzido para os meios de comunicação tradicionais venha a ser planejado em uma perspectiva transmidiática, de modo a explorar todas as possibilidades que as novas tecnologias da comunicação nos oferecem.

A internet, em virtude de seu enorme potencial de democratizar a comunicação, também cria inúmeras oportunidades para veiculação da produção simbólica local. Comunicadores e produtores culturais serão preparados para se utilizar da rede como plataforma para divulgação de produções transmidiáticas que integrem formas textuais, radiofônicas e audiovisuais, com fins de informação, publicidade e entretenimento.

Ciente dessas oportunidades e necessidades, no fim de 2009, a direção do CAA demandou ao grupo de professores do curso de Design já existente na unidade a elaboração de um projeto pedagógico para

a implantação de um curso de Comunicação que contemplasse essas demandas. Então, empossado há apenas seis meses no cargo de professor assistente em Design, assumi a responsabilidade de coordenar o processo que, depois de muitos trâmites, culminaria, em 2014, com a cessão das 15 vagas de docentes necessárias para abrir o curso com uma turma anual e a chegada de nossos primeiros alunos no segundo semestre de 2015.

Que profissional queremos?

O perfil do egresso em nosso curso é o de um profissional apto a elaborar projetos culturais e produzir conteúdo midiático. Numa região periférica, tais habilidades dialogam intimamente, pois a produção de conteúdo depende de iniciativas empreendedoras que surgem à margem do aparato de produção das grandes empresas de comunicação, localizadas em sua maioria nos grandes centros urbanos.

Enxergamos nas transformações tecnológicas recentes um importante vetor favorável à democratização da produção em comunicação e cultura. O barateamento dos recursos e aparatos necessários para viabilizar a realização de filmes, bem como a produção de notícias, campanhas e estratégias de divulgação de eventos e artistas, cria um cenário propício à concepção e execução de projetos empreendedores na área.

A democratização da produção cultural e midiática está associada a uma desestabilização das antigas estruturas de poder, às quais estão atreladas as grandes corporações de mídia, geograficamente concentradas no Sudeste do Brasil. Isso implica em oportunidades para a redução das desigualdades simbólicas inerentes à falta de visibilidade das identidades regionais na esfera pública. O novo cenário propicia a estruturação de novos circuitos de comunicação capazes de instituir modernas representações simbólicas do regional e inseri-las em circuitos nacionais e globais.

As possibilidades criadas pela internet têm relevância sociocultural ainda maior em regiões periféricas, nas quais os conteúdos veiculados nos meios de comunicação de massa são em grande parte produzidos fora do contexto local. O barateamento dos custos de produção audiovisual, fruto da evolução das tecnologias digitais, bem como a facilidade para divulgação e escoamento dessa produção através da rede, permite que a região produza e divulgue representações alternativas de si própria, independentes do conteúdo veiculado na grande mídia.

A formação de um contingente de produtores capazes de gerir a vida cultural da cidade terá como consequência a captação de recursos para a cultura local de grandes empresas brasileiras e estrangeiras que dedicam boa parte de seus investimentos em *marketing* à área cultural. A recente ampliação dos recursos do governo do Estado para o desenvolvimento das políticas públicas de cultura também cria condições para a captação de recursos pelos produtores culturais, sobretudo aqueles do interior. Segundo dados da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) de 2009, “mais de 60% dos projetos fomentados pelo Governo do Estado, via editais, antes majoritariamente concentrados em Recife e Olinda, circularam em todas as regiões”.¹

O novo profissional deve estar atento a essas dinâmicas loco-globalizadas, adequando-se aos novos modelos interativos de comunicação que hoje já tendem a predominar. O domínio de dispositivos móveis para realizar ações midiáticas de produção de conteúdo e divulgação, a consciência de que vivenciamos um momento histórico aberto à criação de alternativas políticas e estéticas para dar voz a iniciativas artísticas e culturais em qualquer parte do mundo e a sensibilidade para perceber as implicações dos novos paradigmas de interatividade nos processos de comunicação e produção cultural são algumas das características essenciais desse profissional que pretendemos formar.

A função da teoria

Compreendemos a formação em Comunicação Social a partir de premissas humanistas e interdisciplinares, pois acreditamos que a prática profissional no campo depende necessariamente de um cabedal de conhecimento amplo no campo das humanidades, que permita a compreensão global das dinâmicas sociais e do papel a ser desempenhado pelas instituições e pelo profissional de comunicação no contexto contemporâneo. A comunicação é, portanto, encarada não só como peça-chave na engrenagem social contemporânea, mas também como ferramenta transformadora da sociedade nos planos econômico, político e cultural.

Partindo dessa perspectiva, adotamos uma bibliografia de autores clássicos da comunicação para demonstrar de que maneira esse campo do conhecimento se desenvolve no Brasil em profundo diálogo com as ciências sociais em suas mais diversas vertentes. A Escola de Frankfurt, as teorias funcionalistas, o interacionismo simbólico, as teorias sobre feminismo e minorias étnicas e sexuais compõem um efervescente mosaico crítico-epistemológico que atravessa as questões emergentes no campo da comunicação e na cultura contemporânea.

Além do marco teórico clássico, planejamos a discussão de autores contemporâneos ligados aos estudos culturais, teorias do consumo, pós-colonialismo, pós-estruturalismo e às novas tecnologias de comunicação. Essas perspectivas correspondem às tendências mais gerais do campo da comunicação no Brasil hoje e atendem ao olhar integrado que pretendemos construir em torno das questões abordadas ao longo das disciplinas do curso.

Tais orientações de natureza teórica terão como objetivo a formação de um profissional com sólida formação intelectual, capaz de atuar de forma consciente, eficaz e crítica no campo da comunicação social.

Habilidades e competências

As antigas fronteiras formais entre linguagem documental e linguagem ficcional ou as diferenças, outrora consideradas absolutas, entre a produção de notícias e a produção de campanhas passam a ser relativizadas no contexto das novas mídias. Hoje, tão importante quanto saber distinguir entre esses diferentes gêneros da comunicação, é entender como cada vez mais eles se influenciam mutuamente, pois a experiência contemporânea não mais permite que tais domínios devam ser encarados como isolados uns dos outros. Da mesma forma, produzir um bom vídeo, um bom texto ou fotografar bem são também competências que hoje devem ser consideradas essenciais em seu conjunto. Segundo Manuel Castells (1999), na sociedade da informação, pós-industrial, o modelo de produção fordista, especializado, não atende mais às demandas atuais, pois já transitamos historicamente rumo ao paradigma da produção flexível.

Henry Jenkins (2008), por outro lado, insiste que as diversas linguagens e formas narrativas tendem a convergir para suportes que deem conta do crescente imbricamento entre elas, de modo que ao profissional do futuro caberá lidar com essa convergência.

O perfil profissional que almejamos é, portanto, o do produtor de conteúdo capaz de articular diversas linguagens e narrativas na elaboração de conteúdo midiático de qualidade. Para tanto, reiteramos a necessidade de uma formação humanística sólida associada ao domínio técnico e ao desenvolvimento de uma sensibilidade crítica e estética, uma formação da escuta e do olhar, que vai dar forma e sentido à concepção e materialização de produtos de comunicação e cultura pertinentes ao contexto local e à época atual.

Política de conteúdo

O curso de Comunicação Social do CAA tem como um de seus objetivos a criação de espaços de excelência para o exercício da prática pro-

fissional entre os alunos. Para tanto, já em 2016 se iniciam as atividades da Agência Experimental de Comunicação “Aveloz”, projeto que envolve cerca de 10 professores do curso que vão orientar uma equipe de alunos a produzir diariamente notícias sobre o cotidiano da universidade voltadas tanto para o público interno quanto para o público externo. O projeto, com o tempo, pretende expandir seu raio de atuação para fora do *campus*, transformando a agência numa fonte de informação de credibilidade e qualidade sobre acontecimentos políticos, econômicos e culturais relevantes em toda a região Agreste. A veiculação dos conteúdos será realizada em plataformas *online* criadas para esse fim.

Outra frente de atuação estratégica no campo extensionista é o núcleo de projetos culturais, no qual professores do curso trabalharão com alunos no monitoramento de editais de fomento à cultura com objetivo de elaborar projetos e captar recursos em parceria com produtores e artistas locais. Esse núcleo atuará em estreita conexão com um núcleo de produção audiovisual, no qual professores, técnicos, profissionais e alunos produzirão conteúdo para veiculação em plataformas digitais e nos dois canais de TV pública existentes no estado, a TV Universitária, da UFPE, e a TV Pernambuco, controlada pelo governo estadual, cuja sede está localizada em Caruaru. Para tanto, a coordenação do curso vem dialogando no sentido de estabelecer parcerias com essas TVs públicas para cooperação técnica e institucional, de modo a viabilizar uma rotina regular de produção, além de solicitar, no projeto do curso, a contratação de três profissionais especializados em audiovisual, a saber, um técnico de som, um operador de câmera e um editor de imagens, para dar suporte permanente à estruturação e ao funcionamento dos espaços de produção. A ideia é que esse núcleo se estabeleça como espaço de interlocução entre a universidade, as TVs públicas e os profissionais locais, e produza, preferencialmente, em parceria com esses agentes, além de servir como ambiente de formação profissional para os alunos.

Novas estéticas da credibilidade

Diante de um cenário em que se impõe a relevância simbólica da visibilidade na internet e nas redes sociais, a produção realizada em dispositivos móveis tende a ocupar espaços cada vez maiores tanto na rede quanto nos grandes canais de mídia. As peças jornalísticas e publicitárias contemporâneas vêm incorporando a estética dos dispositivos móveis até nas produções das grandes corporações midiáticas. Os formatos canônicos da linguagem audiovisual documental e jornalística vêm sendo constantemente desconstruídos pela estética do dispositivo móvel que, apesar de muitas vezes improvisada, expressa uma crueza factual hoje considerada, muitas vezes, mais poderosa e eficaz do que os formatos pré-moldados do tradicional jornalismo televisivo.

O domínio técnico do celular ou do *tablet* como recurso de produção audiovisual, além de bem mais simples que o tradicional maquinário da produção televisiva ou cinematográfica, permite atingir um bom nível de qualidade estética a um baixo custo de produção. Quando devidamente munido de bagagem cultural e habilidades intelectuais adequadas, o usuário do dispositivo móvel pode se transformar num produtor de conteúdo de qualidade dentro da perspectiva de convergência midiática, ou seja, articulando áudio, vídeo, foto e texto em múltiplas plataformas digitais para produzir narrativas artísticas, informativas, publicitárias ou híbridas. Daí o investimento do curso numa política audiovisual que tenha um olhar especial sobre a produção em dispositivos móveis num formato alternativo aos padrões tradicionais, promovendo novas estéticas da credibilidade e do entretenimento em consonância com as tendências atuais.

Tais estratégias podem ser aplicadas tanto aos projetos de produção audiovisual e transmídia quanto a ações de divulgação de eventos e produtos culturais entendidas como atividades de formação e extensão.

Embasamento nas diretrizes nacionais

O curso de Comunicação Social do CAA se destaca por ser uma proposta inédita no ensino superior do estado. Ao invés de estabelecer uma relação de concorrência com os cursos já existentes no Recife e em Caruaru, propõe-se a diversificar o leque de escolhas dos vestibulandos ao propiciar uma formação diversa das habilitações tradicionais, inserida no contexto das novas mídias. Estabelece também uma relação necessária e pertinente – especialmente no caso da cidade de Caruaru – entre a Comunicação e a Produção Cultural, a partir dos exemplos já citados da UFF e da UFBA.

Haverá um tronco comum de 15 disciplinas obrigatórias ao longo dos três primeiros semestres do curso, que correspondem a um ciclo básico de formação teórica e disciplinas introdutórias ao ciclo profissional.

A partir do quarto período, o aluno terá à disposição um leque de disciplinas e optativas referentes às duas ênfases que compõem a estrutura do curso: Mídias Sociais e Produção Cultural. Assim, terá a possibilidade de concentrar suas escolhas em uma das ênfases, bem como buscar uma formação que contemple disciplinas de ambas as ênfases, a depender dos seus interesses específicos em cada uma delas. Dentro do planejamento proposto para esse ciclo, a cada dia de aula o aluno terá pelo menos duas opções de disciplinas para cursar, entre eletivas de uma ou outra ênfase específica e eletivas livres.

Essa organização tem como objetivo propiciar uma visão ampla do campo da comunicação social, com uma formação teórica consistente, assim como reforçar o processo de flexibilização e respeito à vocação do aluno conforme as diretrizes curriculares nacionais em vigor. Dentre as disciplinas do ciclo profissional, estão previstas seis disciplinas intituladas “Tópicos Especiais”, que darão margem à discussão de novos temas que venham a surgir nos campos da comunicação e da cultura, fruto das demandas da sociedade e das constantes inovações tecnológicas que repercutem na prática profissional do comunicador e do produtor cultural.

A estrutura do curso permite ao aluno, portanto, focar a sua formação em qualquer uma das duas ênfases propostas: Mídias Sociais ou Produção Cultural. Mas o aluno tem também a possibilidade de cumprir os créditos necessários para sua formação sem ter necessariamente que cursar o grupo de disciplinas completo das duas ênfases, obtendo assim uma formação generalista.

Mídias Sociais habitam simultaneamente as plataformas tradicionais e digitais, configurando a necessidade de se compreender a comunicação numa perspectiva ampla, tendo como base uma formação crítico/criativa, integrada às novas tecnologias.

A Resolução CNE/CES 16, de 13 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União, em 9 de abril de 2002, Seção 1, estabelece as Diretrizes Curriculares para a área de Comunicação Social e enfatiza a necessidade de preparar o egresso para a adaptação constante às novas demandas sociais e de mercado.

A proposta do curso de Comunicação Social do CAA/UFPE está em sintonia com essas diretrizes, que estimulam a criação de novos formatos de curso com a intenção de adequar os currículos à dinâmica do campo, profundamente sensível às mudanças culturais e tecnológicas. Um dos objetivos principais das diretrizes em vigor aponta para a necessidade de:

a) flexibilizar a estruturação dos cursos, tanto para atender a variedades de circunstâncias geográficas, político-sociais e acadêmicas, como para ajustar-se ao dinamismo da área, e para viabilizar o surgimento de propostas pedagógicas inovadoras e eficientes. (BRASIL, 2001, p. 50)²

Está ainda em consonância com a carta divulgada pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) em dezembro de 2009, que reitera o caráter multidisciplinar do campo e a tendência à desintegração das fronteiras entre as habilitações tradicionais. Segundo o documento, “[...] trabalhamos hoje com comunicação

em um sentido integrado, muito mais do que dentro de fronteiras habitacionais específicas”.³

Desse modo, o projeto do curso encara a comunicação de forma ampla e integradora, não só como uma maneira de se adaptar à realidade do mercado local, mas também como estratégia para se inserir nas atuais tendências do mercado globalizado.

Considerações finais: primeiras realizações e perspectivas

A primeira turma do curso de Comunicação Social do CAA ingressou no segundo semestre de 2015. Na ocasião, puderam se inscrever para concorrer às 40 vagas oferecidas na seleção, que aconteceu em junho daquele ano, candidatos que tivessem feito o Exame Nacional de Ensino Médio entre 2012 e 2014. O diretório acadêmico do curso foi criado naquele mesmo semestre e batizado de Diretório Acadêmico de Comunicação Social Álvaro Lins, em homenagem ao jornalista e crítico literário caruaruense radicado no Rio de Janeiro na primeira metade do século passado, que alcançou grande destaque na imprensa brasileira entre as décadas de 1930 e 1960.

Já nesse primeiro semestre de funcionamento, foi possível realizar uma série de eventos dentro e fora da universidade que movimentaram a cena cultural e intelectual caruaruense. Para a primeira semana de aula, denominada #semana1, foi programada uma sequência de palestras e mesas de debate no horário de aula em comemoração à abertura do curso, no auditório do CAA. Dentre as atividades realizadas, uma palestra de Cláudio Marinho, diretor da Porto Marinho Ltda., consultoria em cenários e estratégias, e consultor do Porto Digital, polo de inovação tecnológica e economia criativa sediado no Recife, além de mesas para discutir temas como a produção cultural no estado e a relação entre comunicação e tecnologias digitais, com profissionais de

Caruaru e da capital. Cientes das dificuldades de um curso em formação numa instituição pública, palestrantes e profissionais convidados aceitaram participar gratuitamente da #semana 1. No último dia, para encerrar a semana, tivemos um recital com o poeta David Henrique – aluno do curso – e um *show* de *rock* com o cantor e compositor local Daniel Finizola.

No mês de outubro, realizamos em Caruaru o lançamento do quarto número do periódico impresso *Café Colombo*, projeto multimídia que começou em 2002, com um programa de entrevistas na rádio sobre livros e literatura realizado então por estudantes de Jornalismo da UFPE, e que hoje mantém ainda uma revista impressa e um *website* dedicados à crítica cultural. O lançamento contou com a participação dos professores Eduardo Maia, editor da publicação, Amilcar Bezerra e Gustavo Alonso, todos docentes do curso de Comunicação Social. A publicação, que busca articular, no formato do jornalismo cultural, diálogos entre literatura, arte, filosofia e comunicação, deu margem a um proveitoso debate sobre as tensões entre arte e mercado, o papel da crítica cultural hoje e a realidade do mercado editorial brasileiro. Como premissa comum, a ideia que está na base do projeto do curso: não é possível haver comunicação de qualidade sem profissionais dotados de uma sólida formação humanista e intelectual.

Em dezembro, realizamos o lançamento dos livros das professoras Sheila Borges e Ana Cristina Silva, ambas docentes do curso, respectivamente intitulados *O repórter amador: uma análise das disposições sociais motivadoras das práticas jornalísticas do cidadão comum* e *Conheça o software educativo: avaliação e planejamento para a educação básica*. O evento aconteceu no dia 2 de dezembro de 2015 no auditório do CAA e foi mediado pelo coordenador do núcleo, professor Charles Leite. As publicações já haviam sido lançadas em grandes eventos do mercado editorial ocorridos no Recife, no caso, a Feira Nordestina do Livro (Fenelivro) e a Fliporto. Na sequência, houve um debate com a participação de jornalistas, professores e alunos do curso que estavam na

plateia sobre o futuro da comunicação em meio às inovações tecnológicas, tanto no campo profissional quanto nas práticas cotidianas.

Ainda em dezembro, levamos a Caruaru para uma palestra, o produtor cultural Marcio Andrade, que também é roteirista e cofundador do Combo Multimídia. O evento aconteceu no Armazém da Criatividade, em Caruaru, espaço construído pelo Governo de Pernambuco para funcionar como um braço do Porto Digital no interior do Estado, com o objetivo de abrigar empreendimentos inovadores nos diversos segmentos da economia criativa. A palestra, intitulada “Inovação nos conteúdos midiáticos”, ocorreu em 17 de dezembro e contou com a significativa participação de alunos de outros cursos, de outras instituições e de profissionais locais. Marcou também o início de uma promissora parceria do curso de Comunicação Social com o Armazém da Criatividade para a utilização de suas instalações e equipamentos em iniciativas de extensão voltadas a um público mais amplo.

No encerramento do semestre, um grupo de alunos tomou a iniciativa de produzir um evento cultural de 16 a 20 de dezembro, no galpão da Estação Ferroviária, região central da cidade. A primeira Mostra Caruaruense de Comunicação e Cultura, a CACO, envolveu programação musical com bandas de Caruaru e da região, além de feira *pop*, recitais poéticos e debates sobre música e comportamento. O evento foi parcialmente financiado por empresas locais e teve o apoio da prefeitura da cidade. O Espaço Usina, escritório experimental formado por professores e alunos do curso de Design da UFPE, contribuiu com a criação de material gráfico para divulgação. Os professores de Comunicação, por sua vez, participaram de alguns dos debates promovidos pelos alunos. Toda a rede de apoios foi articulada por um pequeno grupo de alunos do curso de Comunicação Social.

A cobertura fotográfica de todos os eventos realizados foi feita pelos próprios alunos e divulgada na página do curso criada no Facebook: <https://www.facebook.com/comunicacaoufpeagreste/>.

No mais, destacamos a parceria interdisciplinar criada com o curso de Medicina do CAA. Iniciado em 2014, o curso tem como principais focos de sua proposta pedagógica a humanização do atendimento e a inserção do profissional na realidade do Sistema Único de Saúde. Para tanto, dá oportunidade para que seus alunos tenham, desde o início da formação, contato com as comunidades da região, auxiliando na atenção básica e realizando visitas preventivas em domicílio. O registro dessas atividades, a divulgação do impacto do curso de Medicina nos indicadores de saúde da região, a realização de campanhas de saúde pública em parceria com professores e alunos de ambos os cursos e, a longo prazo, a produção de conteúdo didático com ferramentas audiovisuais para cursos de Medicina, são algumas das ações conjuntas que vêm sendo planejadas para os próximos anos.

A intensa vocação extensionista do curso de Comunicação Social da UFPE em Caruaru nos faz acreditar que, na medida em que o grupo de professores e alunos for crescendo, a quantidade de eventos promovidos aumentará ainda mais. No âmbito da produção de conteúdo, as parcerias a serem realizadas com as TVs públicas criarão as condições para a veiculação de uma produção transmídia fruto das articulações entre professores, alunos, técnicos e produtores locais.

Por fim, o resultado do último Sisu, no qual, em sua primeira participação regular, Comunicação teve a terceira maior nota de corte entre os 12 cursos do CAA, serve como mais um importante indicador a estimular o trabalho da equipe que vem desenvolvendo esse projeto.

Referências

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CAMARA DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 16, de 2002. Estabelece as diretrizes curriculares da área de Comunicação Social e suas habilitações. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Ministério da Educação, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1, p. 34.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 492, de 2001. Diretrizes curriculares nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Ministério da Educação, Brasília, DF, 9 jul. 2001. Seção 1, p. 50.

COMPÓS. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO. *Carta pública da direção em reação à proposta de novas diretrizes curriculares para os cursos de Jornalismo*. Salvador, 18 dez. 2009.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 3 v.

JENKINS, H. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.

MACIEL, B.; PROCÓPIO, P. P. Caruaru, capital do forró: de centro regional desenvolvido à atração caipira televisada a gente vê por aqui. Conferência Brasileira de Folkcomunicação, 12., 2009. *Artigo...* Taubaté, 2009.

NOTA oficial da Fundarpe. *Diário de Pernambuco*, Recife, 6 fev. 2010.

ROUPA para a baixa renda: um pólo de confecção em Pernambuco é o segundo produtor de jeans do país. *Revista Exame*, São Paulo, ed. 0871, 29 jun. 2006.

Notas

- 1 Nota oficial da Fundarpe publicada no Diário de Pernambuco em 6 de Fevereiro de 2010.
- 2 Ministério da Educação: Diretrizes curriculares da área de Comunicação Social e suas habilitações.
- 3 Carta pública da direção da Compós em reação à proposta de novas diretrizes curriculares para os cursos de Jornalismo. Salvador, 18 dez. 2009.

Formação acadêmica em Produção Cultural: a experiência do Instituto Federal do Rio Grande do Norte

*Andréa V. F. Costa**

*Nara da Cunha Pessoa***

Contextualização da formação em Produção Cultural no Brasil

A formação em gestão/produção cultural no Brasil tem pouco mais de 20 anos e vem se intensificando nos últimos 10 com a criação de novos cursos técnicos, de extensão e de graduação. Os primeiros cursos de graduação em gestão/produção cultural surgiram na segunda metade da década de 1990 e, no século seguinte, algumas dezenas de cursos foram sendo criadas. Segundo a pesquisa realizada por Rodrigues (2012), via

* Mestre em Conservação Urbana/Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora do curso de Tecnologia em Produção Cultural no Instituto Federal do Rio Grande do Norte.
** Produtora cultural pela Universidade Federal Fluminense e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora do curso de Produção Cultural da IFRN do campus Natal Cidade Alta.

Associação Brasileira de Gestão Cultural, nesse ano foram contabilizados 84 cursos na área de gestão/produção cultural em todo país, sendo 50 de graduação e 34 de pós-graduação, abrangendo variadas nomenclaturas como Gestão Cultural, Produção Cultural, Gestão e Produção Cultural, Eventos, Patrimônio e Gestão Cultural, Gestão do Entretenimento, entre outras. No Rio Grande do Norte, o único curso de Produção Cultural em nível superior é oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), no *campus* Natal Cidade Alta.

Na busca por compreender melhor esse campo de formação, apresentamos aqui a experiência do curso de Produção Cultural do IFRN. Para isso, fizemos uma análise a partir de múltiplas perspectivas, buscando montar um panorama geral em que foram consideradas as principais variáveis relacionadas ao curso: o contexto de criação, a estrutura curricular, o impacto do curso para a profissionalização do setor, a inserção dos diplomados no mercado de trabalho e a visão dos egressos sobre sua formação.

O entendimento sobre o processo de criação do curso é fundamental, uma vez que permite evidenciar algumas particularidades que acabaram por ajudar a definir a sua estrutura, já que o surgimento do curso está diretamente ligado ao processo de expansão quantitativa da Rede Federal de Educação Científica, Técnica e Tecnológica e a ampliação dos níveis de ensino e de campo de atuação do IFRN.

Quanto à estrutura curricular, sua investigação permite identificar quais são as habilidades e competências contempladas na formação. É importante destacar que já houve a primeira atualização na estrutura curricular do curso, proporcionando mudanças que privilegiaram a inclusão de disciplinas que possibilitassem uma abordagem ampla e em consonância com a concepção de Rubim, em que a formação adequada deve abarcar “conhecimentos teóricos, analíticos e práticos de técnicas e instrumentos que possibilitem lidar com cultura e organização,

planejamento, gestão, comunicação, economia, política, sociologia, antropologia, etc”. (RUBIM, 2005, p. 29)

Uma vez que, no campo da gestão/produção cultural, a formação acadêmica é bastante recente, buscamos analisar qual o impacto da entrada desses egressos no mercado de trabalho, identificando se realmente o fato de haver profissionais formados vem contribuindo para a profissionalização e fortalecimento do setor cultural.

Por fim, a visão dos egressos sobre o curso nos abriu outra perspectiva, diferente da visão institucional e acadêmica. Como coloca Bayardo (2008, p. 60), entendemos que uma das formas de se pensar a formação de novos profissionais da gestão/produção cultural é a partir de estudos e diagnósticos, como, por exemplo, “a análise dos requisitos das pessoas que estão sendo formadas”. Assim, foram trazidos dados que nos ofereceram elementos para analisar a compatibilização entre o perfil desejado do egresso, proposto no projeto do curso, com a formação efetiva que vem se dando.

A partir desses múltiplos olhares, acreditamos que poderemos compreender de forma mais ampla o curso, não apenas centrado na perspectiva curricular, mas também contextualizado historicamente e analisado a partir de uma visão externa, por meio dos egressos, e de dados estatísticos.

Caracterização do curso de Produção Cultural do IFRN

A criação do curso de tecnologia em Produção Cultural do IFRN está ligada diretamente à trajetória do instituto e do edifício onde está instalado. Assim, para melhor conhecer o curso, é preciso compreender brevemente o que é a instituição.

Em 1909, houve a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices no Brasil, dentre elas a de Natal, que funcionou primeiramente no edifício que abrigava o Hospital da Caridade, atual Casa do Estudante de Natal.

Ao longo do tempo, a instituição foi recebendo diversas nomenclaturas – Liceu Industrial e a Escola Industrial de Natal – e sofrendo mudanças em sua missão. De 1914 a 1967, funcionou em outro prédio, atualmente tombado, localizado na avenida Rio Branco, no centro histórico de Natal, até ser transferida para uma nova sede, na zona sul da cidade. (IFRN, 2009a)

A partir de 1994, deixou de ofertar apenas ensino em nível médio e técnico e passou a oferecer também curso superior, na modalidade de tecnólogo. Esse foi um passo importante rumo à sua conformação atual, que foi estabelecida em 2008, a partir de quando a instituição tornou-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. De acordo com a lei de criação dos institutos federais, estes têm a função de ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades. (BRASIL, 2008a)

Em 2007, tendo em vista a iminência do centenário da instituição (que aconteceria em 2009), a direção geral (hoje reitoria do IFRN) reivindicou a retomada do primeiro edifício em que a instituição havia funcionado, cuja gestão havia sido passada para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Entretanto, o prédio encontrava-se ocupado desde 1997 por 26 grupos artísticos que formavam a Associação República das Artes.¹ Houve resistência desses artistas em desocupar o local, sendo necessária a intervenção do Ministério Público Federal, o que reforçou a ideia do IFRN de fazer do prédio um espaço voltado para a produção de arte e cultura, com área para exposições e oficinas de arte. (BRASIL, 2008b; REPÚBLICA..., 2007)

Paralelamente a essa necessidade de dar ao prédio um uso voltado para as artes, veio à tona a demanda de mercado para o curso na área de gestão/produção cultural, acompanhando uma tendência nacional. A partir da compreensão da pluralidade cultural e da consequente necessidade de valorização da diversidade cultural, em um momento em que a cultura passou a ser percebida também em sua dimensão econômica, o IFRN buscou viabilizar um curso que possibilitasse uma

formação na área cultural. Apesar de existirem no Rio Grande do Norte diversos profissionais que já trabalhavam no setor cultural, não havia nenhum curso de nível superior nessa área. Cumpre destacar que, tradicionalmente, os cursos da instituição sempre foram voltados para a área tecnológica, sendo uma oferta inovadora para o IFRN a instalação de cursos de cunho mais humanístico, como o de Produção Cultural.

Esses fatores foram determinantes para a instalação do curso superior de Produção Cultural no IFRN – *campus* Natal Cidade Alta, com o qual se pretendeu elevar a qualidade dos serviços prestados à sociedade, contribuindo para a profissionalização do setor, o fortalecimento da cultura local e o desenvolvimento econômico da região. (IFRN, 2012) O curso funcionaria no prédio, que, segundo a intenção inicial da gestão, seria um Centro de Cultura e Formação Profissional. (IFRN, 2009b) Entretanto, a edificação passou a abrigar mais uma unidade do IFRN, com a instalação do *campus* Natal Cidade Alta.

O curso de Produção Cultural do IFRN foi então criado em 2009, com duração de seis semestres letivos, tendo a primeira turma se formado no primeiro semestre de 2013. Esse prazo mais curto do curso está ligado ao fato dele não ser do tipo bacharelado, mas sim na modalidade tecnólogo; isto significa que o profissional egresso deve ter competência para “aplicação, desenvolvimento, pesquisa aplicada e inovação tecnológica e a difusão de tecnologias”; ter domínio sobre a “gestão de processos de produção de bens e serviços”; e “o desenvolvimento da capacidade empreendedora”. (BRASIL, 2001, p. 9) Além disso, pressupõe um aprofundamento em conhecimentos de área específica e está voltado para as necessidades do mercado de trabalho, com o qual deve manter sintonia, tendo duração menor que um bacharelado. (BRASIL, 2001)

Quanto ao projeto pedagógico do curso de tecnologia em Produção Cultural, quando da sua instalação, em 2009, foi elaborada a primeira proposta. Essa versão tinha como ponto forte ser bastante abrangente, de modo a possibilitar a atuação em diversas áreas da gestão/produção

cultural, bem como embasamento teórico para a reflexão e posicionamento crítico em relação à cultura. Assim, estabelecia disciplinas que possibilitavam o domínio de conhecimentos científicos e tecnológicos na área específica de produção cultural, bem como indicavam uma carga horária alta para a prática profissional.

Contudo, no decorrer do funcionamento do curso, algumas necessidades foram sendo verificadas, bem como se iniciou o processo de revisão dos projetos político-pedagógicos dos cursos superiores do IFRN. Sendo assim, em 2010 houve a avaliação da matriz curricular, com a proposição de modificações no projeto pedagógico do curso, incluindo alterações na própria matriz curricular.

Hoje, o curso de tecnologia em Produção Cultural do IFRN apresenta uma matriz curricular organizada em regime de crédito por disciplina, com período semestral, com 2.400 horas destinadas às disciplinas, 74 horas destinadas às atividades complementares e 400 horas destinadas à prática profissional, totalizando a carga horária de 2.874 horas. Abre anualmente 40 vagas no turno vespertino.

O curso mantém seu caráter generalista, como se pode verificar ao analisar o perfil profissional do egresso no projeto pedagógico do curso: o graduado deve ser capaz de produzir, organizar e promover eventos, projetos e produtos artísticos e culturais, esportivos e de divulgação científica, desenvolvendo ações que perpassam todas as etapas desse processo, tanto em instituições públicas como privadas.

Quanto à definição do perfil profissional, foram consideradas as concepções de Rubim (2005) e Cunha (2007) relativas à profissão de produtor cultural, pois, ao se pensar na formação necessária ao profissional de gestão/produção cultural, levaram-se em conta as atividades que ele desenvolverá dentro de um sistema cultural, como também as habilidades que o permitirão ser bem sucedido em suas atribuições.

Ao tratar do funcionamento do sistema cultural, Linda Rubim (2005) afirma que é necessária a existência de profissionais com competências diferentes que se dediquem a cada uma das etapas do sistema

para que o consumo de um bem cultural, considerado a fase final, seja realizado de maneira integral. Essa forma de organização da cultura como parte de um sistema complexo e interligado é algo recente no mundo contemporâneo. Se no passado um sistema cultural não comportava a diferenciação das atividades que o envolviam (RUBIM, 2005), atualmente devido ao processo de complexidade da sociedade e do sistema cultural, essa diferenciação das atividades revela-se imprescindível. A partir dessa nova necessidade, surgiu um mercado que objetivava atender essa demanda e, dentro desse novo campo, novos profissionais que assumiram as diferentes funções indispensáveis para a produção da cultura. Segundo o professor Albino Rubim (apud RUBIM, 2005), são atividades e ações essenciais para o desenvolvimento de um sistema cultural complexo e contemporâneo as seguintes práticas sociais, muitas delas desenvolvidas pelo egresso em produção cultural:

1. Criação, inovação, invenção; 2. Transmissão, difusão e divulgação; 3. Preservação e manutenção; 4. Administração e gestão; 5. Organização; 6. Crítica, reflexão, estudo, pesquisa e investigação e 7. Recepção e consumo. (RUBIM apud RUBIM, 2005, p. 16)

A existência de um novo campo profissional acarretou a necessidade de formação acadêmica desses profissionais. É sabido que o profissional de gestão/produção cultural emergiu da prática; contudo, com o passar do tempo, tornou-se imperiosa a formação em nível superior desse profissional, que exerce funções diferentes dentro do seu campo de trabalho e que, por isso, necessita entender de aspectos como planejamento, orçamento, *marketing*, leis de incentivo, política pública, além de possuir conhecimento sobre as artes e as manifestações culturais, como expõe Linda Rubim (2005, p. 29):

O compromisso ético e político com a cultura e a sociedade; a ampla informação cultural e a capacidade de analisar a cultura e a sociedade: todos eles devem estar sempre associados a uma consistente formação técnica/instrumental. Com base

neste tipo de formação, o produtor cultural deve deter conhecimentos teóricos, analíticos e práticos de técnicas e instrumentos que possibilitem lidar com cultura e organização, planejamento, gestão, comunicação, economia, política, sociologia, antropologia etc. Estes conhecimentos devem subsidiar trabalhos vitais para o produtor, tais como a elaboração de projetos culturais, a construção e a realização de orçamentos etc.

Já Maria Helena Cunha (2007, p. 170) ao pesquisar a formação em gestão/produção cultural, constata que ela se dá por uma composição de elementos:

O autodidatismo não consegue responder a todas as demandas do processo formativo que a complexificação do mercado cultural tem exigido dos seus profissionais, tampouco no ambiente estritamente acadêmico, pois não é suficientemente específico. Dessa forma, o gestor cultural foi compondo seu currículo específico a partir das necessidades de respostas profissionais que precisavam ser dadas ao mercado de trabalho.

Durante o curso, as práticas profissionais vêm sendo desenvolvidas junto ao setor produtivo da cultura em Natal e a alguns municípios do interior. Desde 2010, a coordenação de curso vem possibilitando a aproximação e parcerias com produtoras privadas e produtores independentes para viabilização dessas atividades fora da instituição.

Também considerando a necessidade de conferir um caráter prático ao curso, nos terceiro e quarto períodos, são desenvolvidos os projetos integradores, que buscam a interdisciplinaridade, a contextualização de saberes e a inter-relação entre teoria e prática. Abordam necessariamente os conteúdos das disciplinas cursadas no semestre e envolvem acompanhamento pelo professor em sala de aula, bem como momentos de desenvolvimento em grupos, contemplando a elaboração de projetos escritos e a execução de projetos práticos, respectivamente.

Quanto ao currículo, este prevê disciplinas voltadas especificamente para a elaboração e execução de projetos culturais, integrando

os conhecimentos do semestre; bem como disciplinas teóricas e práticas que abarquem a discussão e produção em todas as linguagens artísticas (música, teatro, dança, literatura e audiovisual). Contempla também a abordagem de áreas como economia da cultura e gestão cultural, buscando uma formação que não seja meramente técnica, mas também reflexiva.

A contribuição do curso para a profissionalização do setor e a visão dos egressos sobre sua formação

Além das perspectivas histórica e relativa à matriz curricular, apresentadas anteriormente neste tópico, traremos alguns dados dos egressos do curso de Produção Cultural do IFRN referentes à sua inserção no mercado de trabalho e abordaremos aspectos referentes à formação a partir da visão desses alunos, buscando compreender a relevância do curso para o setor cultural em Natal. Como fonte de dados, foram utilizadas duas pesquisas. A primeira delas – “Inserção dos egressos do curso de Produção Cultural do IFRN no setor cultural” – nos trouxe os quantitativos de alunos formados até 2015.¹ e de sua inclusão no mercado de trabalho do campo cultural. Desses alunos, também pudemos conhecer suas funções e compreender se a atividade profissional no setor cultural se constitui como sua principal e/ou única fonte de renda.

Esses dados foram obtidos em novembro de 2015 por meio de questionário específico aplicado aos diplomados, de forma a atualizar informações anteriores sobre os egressos e sua inserção no setor cultural. O questionário utilizado continha três perguntas abertas e foi enviado pelo aplicativo Messenger da rede social Facebook, de forma individual, a 23 graduados até o período 2015.¹; aqueles dos quais não obtivemos resposta no primeiro contato e os dois que não possuíam perfil no Facebook foram solicitados a responder via telefone; apenas um não respondeu.

A segunda fonte de dados para este artigo é a pesquisa intitulada “Perfil e formação profissional: uma análise do curso de Produção Cultural do IFRN”,² que vem sendo desenvolvida com os alunos e com os egressos do curso de Produção Cultural do IFRN, desde 2014. Nesse trabalho, traremos algumas respostas que obtivemos da primeira turma de egressos, com 10 respondentes, quando realizamos uma entrevista coletiva, no semestre de 2014.1, objetivando expor a visão dos egressos sobre o curso.

Inicialmente, é preciso esclarecer que apesar de, à primeira vista, a quantidade de egressos não se mostrar numericamente robusta, foram contemplados a grande maioria dos egressos. Na pesquisa “Inserção dos egressos do curso de Produção Cultural do IFRN no setor cultural”, foram entrevistados 24 egressos de um universo de 25 formados, equivalente a 96% do total. Já na pesquisa “Perfil e formação profissional: uma análise do curso de Produção Cultural do IFRN”, o universo de pesquisa era de 18 diplomados naquele momento (2014.1), tendo comparecido 10 alunos para a entrevista coletiva, configurando uma amostra de 55,55%. Assim, do ponto de vista amostral, as pesquisas são bastante representativas.

Situação geral do curso referente à quantidade de egressos

Um fato relevante sobre a quantidade de egressos é que ela ainda é restrita numericamente, tendo em vista que o curso é recente e observa-se uma baixa taxa de conclusão de curso. Esse aspecto precisa ser contextualizado, considerando, além das condições do próprio curso, a realidade do IFRN e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica quanto ao número de alunos concluintes.

Conforme relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), em 2012 (TCU, 2012),³ a taxa de conclusão, considerada em nível nacional, foi de 42,7% para os cursos de tecnólogo. No âmbito do IFRN, o Relatório

de Gestão referente ao ano de 2014 (IFRN, 2015) não trata especificamente de taxas de conclusão dos cursos superiores de tecnologia nem de evasão, mas aponta o índice de Eficiência Acadêmica de Concluintes (EAC),⁴ que é de 53,95%, relativo a todos os cursos da instituição.

Sobre o curso de Produção Cultural do IFRN, não existem dados consolidados sobre evasão, taxa de conclusão ou número de alunos em curso.⁵ Entretanto, pela nossa vivência no curso desde sua criação e analisando os diários de classe, em que constam os alunos matriculados em disciplina, observamos que, dos 40 alunos que ingressam no curso no primeiro período, em torno de 50% da turma permanece frequentando-o regularmente. Dentre a parcela que não está na sala de aula, verificamos que uma pequena quantidade migra para outros cursos, muitas vezes em outras instituições. A grande maioria mantém a matrícula, porém não frequenta as aulas, tendo sua situação indefinida em relação à continuidade e/ou conclusão no curso.

Dados mais objetivos podem ser obtidos quando, além da nossa observação direta do cotidiano acadêmico, verificamos os diários de classe e a lista dos formandos nas colações de grau, relativas às turmas do curso de Produção Cultural que têm alunos diplomados (2009.2, 2010.1 e 2011.1).

Constatamos que dos 120 alunos que ingressaram no curso nesse período, 33 integralizaram todos os créditos; dentre estes, 25 cumpriram também o requisito relativo ao trabalho de conclusão de curso e colaram grau. Sendo assim, identificamos que a taxa de conclusão de curso é de 20,83%, bem abaixo da média nacional dos cursos superiores de tecnologia dos institutos federais apontada pelo TCU (46,7%). Além disso, podemos estabelecer que o índice de EAC, que totaliza 27,5%, está bastante aquém do índice geral do IFRN (53,95%). Contudo, sobre esse indicador, é importante ressaltar que ele não reflete de forma fiel a realidade dos cursos superiores do IFRN, por se tratar de um dado que leva em conta todos os cursos da instituição em suas diversas

modalidades de ensino e nos diversos *campi*, sem considerar as variáveis de cada curso.

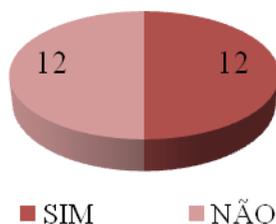
A inserção profissional dos egressos no setor cultural

A verificação da inserção profissional dos diplomados em Produção Cultural pelo IFRN foi feita a partir da análise dos dados referentes à amostra de pesquisa realizada em 2015 – “Inserção dos egressos do curso de Produção Cultural do IFRN no setor cultural”. O questionário para atualização das informações sobre os egressos do curso continha as seguintes perguntas abertas: “1. Você trabalha na área de produção cultural?; 2. Qual a função que você desempenha?; 3. Essa é sua única ou principal fonte de renda?”.

Assim, temos que, dos 25 egressos contatados, 24 responderam ao questionário. Para a primeira pergunta, 12 afirmaram trabalhar na área de gestão/produção cultural, correspondendo a 50% dos respondentes. Ao compararmos com a pesquisa realizada no curso de Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense, com 27% dos egressos, de 2001 a 2011, perfazendo um total de 89 alunos, verifica-se que 80% trabalham na área. Entretanto, devemos levar em consideração as condições locais, pois é sabido que o campo de trabalho no setor cultural no Rio de Janeiro oferta mais opções do que no Rio Grande do Norte, por já estar consolidado há mais tempo e por abrigar um maior número de ações culturais, sejam capitaneadas pelo poder público ou iniciativa privada.

Gráfico 1 – Inserção no setor cultural

1. Você trabalha na área de produção cultural?

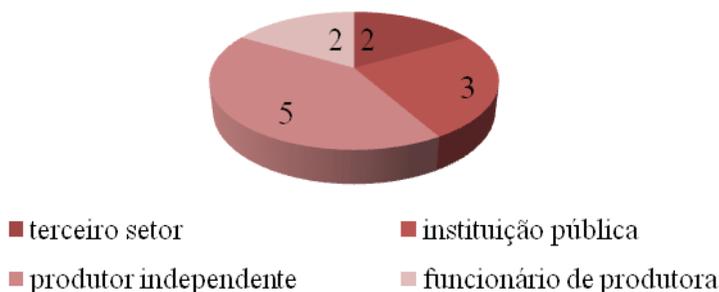


Fonte: Elaborado pelas autoras (2015).

Desses 12 que ingressaram na área, a maioria (cinco) trabalha como produtor independente, três são servidores públicos, dois trabalham no terceiro setor e dois são contratados por uma produtora privada, apesar de também atuarem como produtores independentes.

Gráfico 2 – Funções desempenhadas no setor cultural

2. Qual a função que você desempenha?

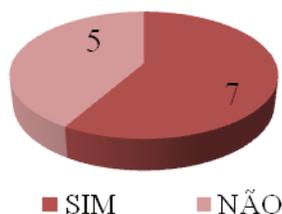


Fonte: Elaborado pelas autoras (2015).

A partir desse gráfico, podemos comprovar as possibilidades de atuação em gestão/produção cultural na cidade do Natal. Sabemos que, dos três alunos que são servidores públicos, apenas um deles ocupa cargo na área propriamente dita de gestão/produção cultural, em Recife/PE; os demais não ingressaram na instituição como produtores culturais, mas as atividades que desenvolvem fazem parte do setor cultural.

Gráfico 3 – Relação entre trabalho e renda financeira

3. Essa é sua única ou principal fonte de renda?



Fonte: Elaborado pelas autoras (2015).

A partir desse gráfico, percebemos que o número de egressos trabalhando na área e que tem nela sua única ou principal fonte de renda ainda é pequeno (29,1% do total dos respondentes). Essa realidade diz respeito à própria noção de profissionalização que, de acordo com Weyne (2013, p. 79), precisa ser relativizada, “pois a atividade ainda não está regulamentada e não possui sindicatos ou entidades fortes que a representem como categoria”. A autora acrescenta que “muitos trabalham como prestador de serviço, em um mercado sazonal e frágil em sua base de sustentação” e conclui que

apesar de já serem representados por pessoas jurídicas (o que denota certo grau de amadurecimento da atividade), observa-se um elevado grau de insegurança e instabilidade em uma perspectiva de futuro desses profissionais que, em sua maioria, não contam com um sistema de previdência, nem de aposentaria e direitos trabalhistas. (WEYNE, 2013, p. 79)

Por outro lado, também nos foi possível verificar que mais da metade dos egressos que estão trabalhando na área tem nela sua única ou principal fonte de renda, o que nos sugere que o trabalho em gestão/produção cultural vem deixando de ser amador para se tornar profissional. Nesse contexto, a formação nos parece ter um papel fundamental

nessa mudança de cenário, pois como analisou Maria Helena Cunha (2007, p. 159),

Ao associar o processo de formação dos gestores culturais à capacidade de crescimento e profissionalização do setor, torna-se fundamental traçar referenciais comuns e suficientemente coletivizados que possam construir uma base mais sólida no que diz respeito à transmissão de conhecimentos específicos do campo da gestão cultural.

Um aspecto importante para essa análise diz respeito ao momento em que “a ocupação se torna um trabalho de tempo integral, ou seja, quando se faz a escolha da gestão cultural como caminho profissional e da capacidade de viver exclusivamente desse trabalho”. (CUNHA, 2007, p. 107) Essa escolha também será influenciada pela remuneração praticada que está diretamente ligada ao nível de conhecimento e técnica exigidos para desenvolver determinadas funções.

Apesar da pequena quantidade de egressos, verificamos que o curso de Produção Cultural do IFRN vem aos poucos contribuindo para a oxigenação do setor cultural na cidade do Natal, já que os alunos que estão inseridos profissionalmente desenvolvem trabalhos e ocupam funções que consideramos importantes para a transformação do cenário local.

A relação entre a formação em produção cultural e a inserção profissional no setor cultural

Na perspectiva de obtermos múltiplos olhares sobre o curso, a pesquisa “Perfil e formação profissional: uma análise do curso de Produção Cultural do IFRN” nos possibilitou trazer análises das respostas obtidas a partir de três perguntas: “Como vocês avaliam o curso de produção cultural do IFRN?”; “Na opinião de vocês o que mais contribuiu para o papel que vocês desempenham hoje no mercado?”; “Vocês sentiram que a formação acadêmica faz/fez diferença na maneira

como os outros profissionais do setor cultural enxergam/enxergaram/recebem/receberam vocês como seus pares?”.⁶

Sobre a avaliação do curso de Produção Cultural do IFRN, pela primeira turma formada, alguns elementos nos chamaram a atenção. Primeiro, algo que foi bastante colocado e que não pode ser desprezado como dado da pesquisa, são as mudanças ocorridas ao longo dos primeiros anos de existência do curso. A primeira turma entrou em um curso e em um *campus* que estavam iniciando naquele momento (2009.2) e por isso vivenciaram momentos difíceis com relação à infraestrutura, ao corpo docente e ao intercâmbio com atores externos. Embora isso tenha sido levado em conta na nossa análise, já é uma realidade modificada para o curso. Os pontos positivos mais significativos na fala dos egressos sobre o curso foram a aproximação com as linguagens artísticas – já que muitos alunos entram no curso sem possuir essa vivência – pois as disciplinas e práticas dentro do curso possibilitam a ampliação do olhar e conseqüentemente do repertório de conhecimento das escolas e manifestações artísticas. Outro aspecto positivo levantado foram os conhecimentos próprios da área, como por exemplo, a elaboração de projetos culturais.

Como pontos negativos do curso foram citados a ausência de um corpo docente⁷ especializado em questões próprias da área, além de um número reduzido de professores para o curso, e a falta de conhecimentos mais técnicos como, por exemplo, gestão financeira, tributação e tabulação de dados em tabelas de Excel.

Quando perguntamos o que mais contribuiu para o papel que eles desempenhavam no mercado, após formados, as respostas se referiam ao entendimento sobre o conceito de cultura trabalhado ao longo de toda a formação e às experiências práticas através dos projetos realizados no curso e das aulas de campo, que permitiram essa ampliação do repertório, falada anteriormente, bem como a compreensão da importância da diversidade cultural.

Sobre como a formação acadêmica fez diferença na maneira como os outros profissionais do setor cultural enxergaram e/ou receberam eles como seus pares, três respostas nos trouxeram experiências diferentes que fazem parte da realidade de muitos egressos, não apenas do curso de Produção Cultural.

A primeira delas diz respeito à expectativa que aqueles que já estão no mercado têm do profissional formado. Para os gestores/produtores culturais que iniciaram suas carreiras na prática, surge uma insegurança com relação ao profissional formado que é revertida em expectativa, ou seja, ele deve dominar as ferramentas com as quais o gestor/ produtor cultural já trabalha. Contudo, sabemos que o conhecimento que não está atrelado à prática acaba se mostrando deficiente. E nem sempre o aluno recém-formado teve a oportunidade de desenvolver na prática o que foi visto em sala de aula. Dessa forma, ao sair do curso e iniciar sua vida profissional, pode não atender às expectativas de gestores/produtores que já se encontram há algum tempo no mercado, o que também ocorre em diversas outras profissões. Por outro lado, foi colocado pelos alunos que os conhecimentos obtidos no curso foram diferenciais em relação a profissionais que não possuíam formação.

Um segundo ponto exposto trata de uma tendência nacional que é a de contratar pessoas formadas na área de produção cultural para compor as funções específicas de cada equipe. No setor cultural, é sabido que nem sempre os cargos, sejam públicos ou privados, foram ao longo do tempo ocupados por pessoas qualificadas ou com conhecimento da área. Na fala dos egressos, pudemos perceber que as instituições vêm procurando por profissionais formados em produção cultural para assumir funções próprias da profissão.

Um terceiro depoimento nos trouxe outro aspecto que trata da falta de reconhecimento, pelos pares e pela sociedade, do gestor/produtor cultural recém-formado. Segundo um dos participantes da entrevista, “eles [as pessoas externas ao IFRN] acreditam que o curso não deu uma formação de conteúdo”. Isso pode se dar pela falta de conhecimento

do trabalho do gestor/ produtor cultural, por pessoas que não são do meio, mas também, como colocado anteriormente, pela insegurança sentida pelos profissionais que já atuam no setor, mas que não possuem uma formação para tal.

A partir das falas dos egressos, ficou claro que eles consideram que a formação oferecida pelo curso do IFRN fornece conhecimentos importantes para o desenvolvimento da função do gestor/ produtor cultural. Por outro lado, foi apontada a falta de reconhecimento da relevância da formação pelos pares, evidenciando também que essa é uma profissão que ainda busca se definir.

Considerações finais

Apesar das pesquisas sobre o setor cultural brasileiro terem se ampliado nos últimos anos, o quadro teórico acerca do tema ainda está se configurando. Mais especificamente, no que se refere aos estudos relativos à formação em gestão/ produção cultural e ao seu campo profissional, estes ainda não conseguem fornecer um panorama sobre o tema. Isso é explicado pelo fato de que, tanto a profissão de gestor/ produtor cultural é recente, como é ainda mais nova a existência de cursos de educação formal na área, notadamente os cursos de graduação e de pós-graduação.

Assim, este estudo, ao analisar o curso de tecnologia em Produção Cultural do IFRN no que tange à formação oferecida, o papel desempenhado pelo egresso enquanto gestor/ produtor cultural e as perspectivas relativas ao campo de trabalho em Natal/ RN, buscou contribuir para essa discussão, ao abordar o contexto local, sobre o qual existem poucas pesquisas.

Observamos que, em Natal, assim como em outras localidades, o campo profissional do gestor/ produtor cultural, apesar de promissor, ainda está se consolidando. Tal constatação pode ser feita quando se observa que a metade dos formados em Produção Cultural no IFRN até

o momento não trabalha na área e dentre os que trabalham, poucos têm essa renda como sua fonte principal de sustento.

Das entrevistas com os egressos, ficou evidente que, seja pelo conteúdo programático das disciplinas, seja pela ampliação do repertório artístico e da compreensão do conceito de cultura, há o reconhecimento, pelos estudantes, da importância do curso para sua formação.

Esperamos que, com o desenvolvimento de outros estudos focados na formação em gestão/produção cultural, possa-se promover a compreensão mais acurada sobre a relação entre o gestor/produtor cultural e o mercado de trabalho, a reflexão permanente sobre a formação que está sendo oferecida e o perfil profissional desejável para o aperfeiçoamento, solidificação, ampliação e valorização desse campo profissional.

Acreditamos que o curso já vem trazendo contribuições para o setor cultural local, mas que ela pode ser ainda maior. Nossa expectativa é de que com a atuação desses egressos no mercado, os profissionais locais entendam que a formação na área é necessária, uma vez que a profissão não se esgota na dimensão prática, isto é, na mera execução, mas também precisa estar pautada na avaliação e reflexão sobre o que se faz.

É preciso ainda estar sempre pensando sobre o ensino que está sendo oferecido, a fim de possibilitar de forma efetiva, a articulação entre teoria e prática, essencial à formação do gestor/produtor cultural, pois, como coloca Weyne (2013), mesmo com uma situação de incerteza relativa à sua profissão, os gestores/produtores culturais são os responsáveis diretos e indiretos pelo que se produz e consome na área cultural e, portanto, são agentes fundamentais dentro do sistema cultural.

Apesar de frisar sua relevância, a autora pontua que essa função do gestor/produtor cultural, ainda não é reconhecida pelo Poder Público nem pela sociedade, e que só será realidade quando houver a superação da “cultura da sobrevivência” e o gestor/produtor puder assumir seu lugar enquanto agente que não só produz, mas que também reflete sobre essa gestão/produção e exerce seu papel político. Para Weyne, dois aspectos se tornam fundamentais para que essa superação seja

possível: a necessidade de mudanças no sistema de financiamento à cultura no país e o investimento em formação especializada, permanente e de qualidade para a atuação na área. E acrescenta que:

Essa formação passa pela compreensão da atividade, pela elaboração de uma grade curricular adequada com geração de conteúdos específicos, pela oferta regular e em diferentes níveis (Técnico, Superior e Pós-Graduação), pela regulamentação e por melhores condições de atuação da profissão. (WEYNE, 2013, p. 151-152)

Ao levarmos em consideração as análises realizadas referentes ao curso de Produção Cultural do IFRN e ao dialogarmos com outros autores, compreendemos que na formação em gestão/produção cultural é fundamental que avancemos na sistematização de conteúdos e na consolidação de pesquisas que possam alimentar as experiências desenvolvidas dentro dos cursos e ampliar as trocas entre as vivências institucionais e as práticas profissionais com o objetivo de fortalecer a gestão/produção cultural no Brasil.

Acreditamos que só assim, ampliando as oportunidades de formação, fomentando a pesquisa na área e promovendo a disseminação sobre o papel do produtor cultural, haverá o reconhecimento da profissão, a ampliação da atuação desse profissional e, por conseguinte, o fortalecimento de todo o setor cultural.

Referências

BAYARDO, R. A gestão cultural e a questão da formação. *Revista Observatório Itaú Cultural*, São Paulo, n. 6, jul./set. 2008.

BRASIL, Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 30 dez. 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 12 jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 436/2001, despacho do Ministro em 5 abr. 2001. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, DF, Brasília, 6 abr. 2001.

BRASIL. Ministério Público Federal. Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Associação República das Artes. PS Engenharia. Procedimento Administrativo nº 1.28.070.000003/2004-15. Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta. Natal, 21 de fev. 2008b (mimeo).

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Secretaria-Geral de Controle Externo. Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo. *Relatório de Auditoria Operacional em Ações da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica*. Brasília, DF, jun. 2012.

CUNHA, M. H. *Gestão cultural: profissão em formação*. Belo Horizonte: DUO Editorial, 2007.

IFRN. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. *Cronologia. Portal da Memória*, Natal, 2009a. Disponível em: <<http://centenario.ifrn.edu.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

IFRN. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. *Plano de desenvolvimento institucional 2009-2014*. Natal, 2009b.

IFRN. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. *Projeto pedagógico do curso superior de tecnologia em Produção Cultural*. Natal, 2012.

IFRN. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE *Relatório de gestão do exercício de 2014*. Natal, mar. 2015.

RUBIM, L. (Org.). *Organização e produção da cultura*. Salvador: EDUFBA: FACOM/ CULT, 2005.

RODRIGUES, L. A. F.; MARCO, K. *Mapeamento: formação em gestão, produção cultural e entretenimento; graduação e pós-graduação*. Rio de Janeiro: ABGC, 2012. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.abgc.org.br/>>

midiateca_uploads/mapeamento_2016.pdf&ved=oahUKEwjcnI2xhu_PAhWC8z4KHfEgD9sQFggnMAQ&usg=AFQjCNHdDC5EhWGyrSkHJXp3JbMOPoTHQQ&sig2=SKGVehAxaD2qF6R6Iui-wg>.

Acesso em: 12 jul. 2013.

REPÚBLICA das Artes promove cortejo. *Tribuna do norte*, Natal, 03 out. 2007. Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/republica-das-artes-promove-cortejo/54522>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

WEYNE, R. G. *O campo da produção cultural no Ceará: conformações, configurações e paradoxos*. 2013. 159f. Dissertação (Mestrado acadêmico em políticas públicas e sociedade) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

Notas

- 1 Dentre esses grupos, cabe destacar a banda Rosa de Pedra e o Grupo de Teatro Clowns de Shakespeare.
- 2 A pesquisa, realizada pelas professoras dra. Analwik Tatielle Pareira de Lima Solci e ms. Nara da Cunha Pessoa (coordenadora) e pelos bolsistas de iniciação científica Fábria Gomes Fernandes Lopes, Leiroy Cheridan da Silva Ramos e Rita Nataly Pereira da Silva, tem como objetivo analisar o perfil, a formação e a atuação profissionais dos alunos do curso de Produção Cultural do IFRN.
- 3 O Relatório de Auditoria Operacional sobre as ações dos institutos federais utilizou como fonte de pesquisa dados do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica até 2011, do Censo da Educação Superior de 2009, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- 4 Esse percentual é obtido pela proporção entre o número total de estudantes que concluíram os créditos e o número de estudantes ingressantes em cada turma concluinte relativo ao período da turma.
- 5 Apesar de existirem dados brutos, os mesmos não foram sistematizados pela instituição ou em outra pesquisa, o que foi um fator dificultador para esse estudo e nos provocou a fazer o tratamento dos dados.
- 6 As outras quatro perguntas da entrevista coletiva que não trabalharemos neste momento tratavam do entendimento dos egressos sobre o profissional produtor cultural e as competências necessárias para ser um bom profissional; das dificuldades sentidas ao saírem do curso em busca de um trabalho na área; e se eles se imaginam trabalhando na área nos próximos anos.
- 7 Naquele momento inicial do curso, muitos professores entrariam em concursos públicos realizados posteriormente. Atualmente esse quadro foi bastante modificado e o curso já possui uma equipe docente apropriada para a área de ensino de produção cultural.

Inovação curricular na formação interdisciplinar em cultura: o bacharelado interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

*Daniele Canedo**

*Cláudio Orlando Costa do Nascimento***

*Rita de Cássia Dias Pereira Alves****

*Armando Castro*****

*Danillo Barata******

Introdução

O Recôncavo da Bahia, região que circunda a Baía de Todos os Santos, é reconhecido, entre outros aspectos, por seu relevante papel econômico, político e social na história da Bahia e do Brasil, com destaque para a produção açucareira no período colonial. Todavia, a exploração capitalista da cultura canavieira conformou uma sociedade desigual, majoritariamente constituída por uma população pobre, e sem oportunidades, formada por descendentes de índios, de portugueses e da imensa população negra, nascida no Brasil e também expatriada da África.

Nas últimas décadas do século XX, o declínio da indústria açucareira foi um dos fatores que provocaram a estagnação econômica da região, com desdobramentos que se podem perceber na atualidade,

* Professora do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas na Universidade Federal do Recôncavo Baiano.

** Professor e pesquisador no Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas na Universidade Federal do Recôncavo Baiano.

*** Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, professora e pesquisadora do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas na Universidade Federal do Recôncavo Baiano.

**** Professor e pesquisador do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas na Universidade Federal do Recôncavo Baiano.

***** Doutor em Comunicação e Semiótica, professor e pesquisador do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas na Universidade Federal do Recôncavo Baiano.

a partir de baixos indicadores de desenvolvimento humano. Por outro lado, o encontro de diferentes povos e culturas resultou em uma região culturalmente diversificada. O Recôncavo baiano é berço de importantes expressões culturais, como o samba de roda, a capoeira, o maculelê, e de uma gastronomia própria baseada em elementos e referências dos diferentes povos que habitaram a região.

Em 2005, em um contexto nacional de expansão e interiorização das instituições federais de ensino superior, foi criada a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, que já existia na região desde 1859. A criação da UFRB está associada a movimentos sociais e políticos da região, que pleiteavam a ampliação do número de vagas e a ampliação das condições de acesso ao ensino público superior. Ademais, tais movimentos enxergavam a universidade como uma nova oportunidade de geração de emprego e renda para a população do Recôncavo.

No estatuto da UFRB, Capítulo II – das finalidades, a instituição assume o compromisso de gerar e disseminar conhecimentos nos campos das ciências, da cultura e das tecnologias; propiciar formação cidadã continuada nas diferentes áreas de conhecimento; contribuir para o processo de desenvolvimento do Recôncavo da Bahia, do Estado e do País, por meio de pesquisas e da formação de quadros científicos e técnicos em nível de suas necessidades; promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica.

Concebida a partir de um modelo multicampi, a UFRB possui, atualmente, sete centros de ensino, localizados em seis cidades: Centro de Formação de Professores (Amargosa), Centro de Artes, Humanidades e Letras (Cachoeira), Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas e Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (Cruz das Almas), Centro de Ciências da Saúde (Santo Antônio de Jesus), Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (Feira de Santana)

e Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Santo Amaro da Purificação).

Em 2007, a UFRB aderiu ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o que propiciou uma expansão programada, com investimentos em infraestrutura e pessoal. Em 2009, no contexto de reestruturação pedagógica dos cursos de graduação, a universidade criou os cursos de Bacharelado Interdisciplinar (BI). Tal iniciativa foi motivada pela busca por inovações curriculares, de modo a atender a metas do Reuni, e com vistas a uma formação de natureza interdisciplinar, com enfoque nas culturas humanística, artística e científica, articuladas a saberes concernentes aos referenciais locais. Os BIs representam a inovação nos modelos tradicionais de graduação, tendo em vista que se baseiam em ciclos de formação. O primeiro ciclo concentra disciplinas de formação geral e básica, garantindo acesso e preparação para a formação específica em cursos profissionalizantes, no segundo ciclo.

Em setembro de 2013, foi criado o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Cecult), na cidade de Santo Amaro da Purificação, para abrigar, inicialmente, o Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Bicult),¹ mas já apontando para os cursos do segundo ciclo, como os bacharelados e os cursos superiores tecnológicos em Política e Gestão Cultural, Tecnologias do Espetáculo, Produção Musical, Jogos Eletrônicos, Licenciatura em Artes e Licenciatura em Música Popular Brasileira. Sem ter a pretensão de avaliar resultados, este artigo apresenta o projeto pedagógico do Bicult, ofertado como curso do primeiro ciclo de formação do Cecult, destacando os aspectos relevantes da/na formação em cultura no Recôncavo baiano.

Pressupostos dos BIs

Os BIs foram concebidos como alternativa para enfrentar três grandes desafios do ensino superior brasileiro: a) a exigência ao jovem

de fazer uma escolha profissional precoce, visto que a faixa etária dos pretendentes a ingressar no ensino superior na atualidade é de 17 a 20 anos de idade; b) a rigidez no mapa curricular dos projetos pedagógicos dos cursos, não permitindo que o estudante construa seu itinerário de formação; c) a compreensão do conhecimento humano como fragmentado e disciplinar, dificultando que as questões sejam tratadas de forma integrada. Em razão da complexidade dos desafios e estimuladas pelo Reuni, algumas universidades federais iniciaram movimentos para produção de organizações curriculares que auxiliassem na minimização dos problemas antes descritos.

As propostas apresentadas ao Ministério da Educação centraram-se em quatro pressupostos. Primeiro, na organização dos cursos em ciclos, sendo que o primeiro não conduziria a uma profissionalização, mas asseguraria ao estudante a obtenção de um diploma de nível superior em três anos. Tal diploma concede ao estudante todas as prerrogativas permitidas por um título de tal natureza, como acesso a programas de pós-graduação e participação em seleções para concursos ou vagas de trabalho nas quais a exigência seja exclusivamente ter um diploma do ensino superior. A certificação do primeiro ciclo também permite a continuação dos estudos em um segundo ciclo, em geral cursado em dois anos, assegurando um segundo diploma de caráter profissional.

Como segundo pressuposto, está a interdisciplinaridade como fundamento epistemológico do fazer pedagógico e dos currículos. Entende-se que a interdisciplinaridade “pode auxiliar na dissociação do conhecimento produzido, e orientar a produção de uma nova ordem de conhecimento, constituindo condição necessária para melhoria da qualidade do Ensino Superior, mediante a superação da fragmentação, uma vez que orienta a formação global do homem”. (AVARÃO; ARAÚJO, 2004) Além disso, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é facilitada, introduzindo mudanças significativas na vida acadêmica. Desde a década de 1980, uma revolução epistemológica vem sendo engendrada entre os pensadores, exigindo da universidade uma

revisão do conceito moderno de verdade científica, fruto do critério da verificação; a superação da dicotomia sujeito-objeto, fruto da herança cartesiana na elaboração do conhecimento; uma compreensão do sujeito cognoscente como sujeito epistêmico; a valorização de outros tipos de conhecimento para além da supremacia do conhecimento científico, tido como o único capaz de oferecer a verdade do real. (FOUCAULT, 2002; MORIN, 2003; SOUZA SANTOS, 2000)

O terceiro pressuposto está baseado na criticidade como fundamento do humano. A sociedade contemporânea, embora centrada em grande parte em conceitos da modernidade, tem novas exigências em relação à formação dos jovens, capacitando-os a vivenciar a graça da criticidade sem, contudo, ter a humildade de não se deixar contaminar pelo furor crítico. Maturana (1992) nos alerta que vivendo as bênçãos da autocrítica poderemos chegar à humildade, condição para nos deixar prontos para participar da graça da criticidade, tanto quanto prontos para eximir-nos da criticidade ingênua e exacerbada.

Por fim, o quarto pressuposto está baseado no fato de que os novos conhecimentos tecnológicos exigem cidadãos com competências e habilidades polivalentes e multifuncionais, maior nível de motivação e disponibilidade para continuar aprendendo. Esses não são os propósitos das formações tradicionais, porque os projetos pedagógicos rígidos não acompanham a celeridade das mudanças do conhecimento. Forma-se um jovem ao longo de seis anos, tomando por base conhecimentos que ficam rapidamente obsoletos. Ao concluir o curso, o mundo já se transformou, e o formando não desenvolveu a habilidade de adaptação a novos desafios e exigências.

Tais constatações foram significativas e relevantes para a implantação do Cecult em um formato diferenciado e fora do padrão tradicional. O modelo se baseia na necessidade de conceber cursos com uma organização curricular que permita ao discente construir seu itinerário formativo; escolher a profissão, se assim o desejar, após obter o primeiro diploma; estimular a prática docente em outros padrões; além de com-

preender que a contemporaneidade exige que o processo de aprendizagem e atualização se dê ao longo de toda a vida.

Referenciais do projeto político-pedagógico do Bicult

Na sociedade contemporânea, as políticas, as teorias e as práticas culturais, constituídas pela diversidade e pela multiculturalidade, compõem um campo irradiador de saberes, conhecimentos, epistemologias e etnométodos; de circulação de informação, diálogo entre identidades e ambiente de interação e tensão. Os ideais neoliberais presentes em determinados segmentos sociais apresentam a cultura de forma hierarquizada, produzindo uma distinção marginalizante entre conhecimento popular e erudito, visão também ainda persistente na academia. A criação do Cecult, em Santo Amaro da Purificação, visa a promoção de um espaço acadêmico onde seja acolhido todo o fazer e saber cultural das sociedades. Na proposta, as práticas sociais do entretenimento e arte devem ser não apenas objeto de estudo e formação profissional, mas também o próprio conhecimento que opera o museu e o olhar sobre essas formas de atuação e a produção dos cenários locais. Em assim sendo, a inovação curricular deve estar centrada nos pressupostos da interdisciplinaridade, da flexibilidade, da interação entre teoria e prática, e do respeito à diversidade, permitindo a formação identitária dos discentes. Tal currículo

possibilita uma abordagem transversalizada, com a utilização de metodologias e práticas de aprendizagem ativa, promovendo experiências pedagógicas que geram a formulação de objetivos para a aprendizagem, a definição dos tempos pedagógicos (de ensino e de aprendizagem) e a definição de fontes de (in)formação. (NASCIMENTO; DIAS; BARATA, não publicado)

Nesse sentido, o Cecult representa uma experiência pioneira, inspirada nos estudos interdisciplinares nos campos da cultura, das tecnologias, das linguagens artísticas, da engenharia do espetáculo e da economia criativa. A expectativa é que as formações, os produtos e os serviços oriundos dessa proposta deverão causar impacto na dinâmica social e econômica da região e do estado da Bahia. Notadamente, por constituir um novo campo de desenvolvimento associado à vocação, aos padrões de criatividade e inovação dos setores da terra, mais diretamente ligados à cultura.

O projeto do Bicult conforma uma matriz teórica, uma organização curricular e um referencial metodológico que se articulam em um modelo de formação universitária integrado, modular em ciclo. Através dessa concepção de estrutura curricular denominada “regime de ciclos”, adotada em atenção às políticas emancipatórias e críticas no campo do currículo, dos estudos epistemológicos e formativos, o projeto propõe a adoção de modelos pedagógicos ativos e abertos, do uso e desenvolvimento de novas tecnologias de ensino-aprendizagem, que integram o pensamento pedagógico contemporâneo. Os objetivos do Bicult são:

1. Formar o cidadão/profissional para atuar nas áreas da cultura, das linguagens artísticas e das tecnologias, com competências política, ética, científica, tecnológica, gestora e educacional.
2. Assegurar, no Bicult, a formação geral em cultura humanística, artística e científica, articulada a saberes concernentes às áreas de formação na universidade.
3. Possibilitar o prosseguimento da formação específica, a partir dos itinerários formativos nos campos da cultura, das linguagens artísticas e das tecnologias da cena, ou em outras áreas e cursos de interesse do estudante, com vistas à formação ética e profissional, na idealização, elaboração e realização de projetos concernentes ao campo de trabalho e à formação da cidadania.

Figura 1 – Referenciais do Projeto Político-Pedagógico do Bicult



Fonte: PPC Bicult, 2014.

O Bicult está organizado em dois ciclos de integralização. O primeiro ciclo compreende a formação definida nos três primeiros anos de curso com a conclusão do Bicult e certificação de nível superior. Após o bacharelado, há a possibilidade de dar sequência aos estudos em cursos do segundo ciclo do Cecult, com carga horária compatibilizada com os itinerários formativos anteriores, o que permite a redução de duração dos cursos. O segundo ciclo compreende a formação sequenciada e opcional nos cursos previstos no projeto, a saber: bacharelados e cursos superiores tecnológicos em Política e Gestão Cultural, Tecnologias do Espetáculo, Produção Musical, Jogos Eletrônicos, Licenciatura em Artes e Licenciatura em Música Popular Brasileira, respeitando os seus respectivos PPC e as normas de acesso previstas na Resolução do Conselho Acadêmico (CONAC) da UFRB 002/2011.

Cada um dos cursos do segundo ciclo e o Bicult contarão com colegiados de curso específicos e coordenações independentes, de acordo com a regulamentação da UFRB. O Bicult também está organizado a partir de áreas de conhecimento que agregam os docentes, considerando os campos de conhecimento evocados pelos cursos previstos no segundo ciclo. Para o acesso ao Bicult, são adotados o Exame Nacional do Ensino Médio e o Sistema de Seleção Unificada e as modalidades de seleção para portadores de diploma, bem como as avaliações para transferências internas e externas.

Programa de tutoria

O programa de tutoria do Bicult é uma ação pedagógica que visa a contribuir com a vida acadêmica dos discentes, sua afiliação, permanência e construção do êxito acadêmico. É uma prática processual, contínua, desenvolvida pelos docentes, desde o ingresso dos discentes, acompanhando-os em seus percursos formativos, até a conclusão do curso de graduação. A coordenação do programa de tutoria integra as ações da coordenação do colegiado do Bicult, cada docente acompanha e supervisiona um conjunto máximo de 15 discentes.

As atividades de tutoria visam o acompanhamento e orientação do estudante acerca da vida e cultura acadêmica e científica. As atividades previstas entendem que o período do discente na universidade pode ser dividido em três fases: acolhimento, permanência e pós-permanência. (COULON, 2008) A fase de acolhimento é aquela marcada pelo início da vida acadêmica, passando pela apresentação da instituição, do curso, das rotinas e procedimentos institucionais, visando à afiliação dos estudantes. A afiliação significa a adesão à vida institucional: seus protocolos, linguagens e cotidiano. O acolhimento envolve ainda a valorização das experiências de vida e formação dos estudantes, suas vivências escolares e comunitárias, seus saberes e protagonismos. A etapa da permanência visa buscar os meios para assegurar a afiliação do estudante,

sua permanência efetiva, e fornecimento de informações que possibilitem maior adequação dos estudantes à vida universitária, e a atuação institucional. Já as ações de pós-permanência visam à conclusão do curso de graduação e a preparação para a continuidade dos estudos (segundo ciclo), e/ou inserção no mundo do trabalho.

A organização curricular do Bicult

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014 (PDI-UFRB) consolida a concepção de um centro promotor de educação formal de nível superior, destinado a realizar formação acadêmica no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, cujo projeto pedagógico abrange os processos e experiências formativas que ocorrem nos espaços de educação formais e não formais, a exemplo das experiências de participação e trabalho nos movimentos sociais, nas manifestações culturais, nas organizações da sociedade civil. Os cursos de graduação da UFRB estão organizados para formar profissionais capazes de produzir uma articulação entre o desenvolvimento de conhecimentos gerais, básicos e específicos de uma determinada profissão.

O PDI define que a organização curricular deve ser pautada na oferta de três modalidades de componentes curriculares:

4. Formação geral – Agrega componentes que têm por finalidade capacitar o graduando a identificar e a analisar diferentes aspectos constitutivos da realidade, como também identificar, compreender e analisar diferentes saberes, processos de comunicação e especificidades culturais;
5. Formação básica – Componentes que têm o objetivo de habilitar o estudante a se apropriar dos conhecimentos nucleares da área de conhecimento, na qual o seu curso está inserido, e utilizá-los em novas construções de atividades profissionais;
6. Formação específica – Reúne componentes que visam habilitar o estudante a se apropriar do conhecimento teórico, prático e tec-

nológico relativo a um determinado campo de atuação profissional e empregá-lo de modo inovador.

O Bicult é realizado em modalidade presencial com carga horária total de 2.415 horas, distribuídas em 1.428 horas de componentes obrigatórios, 867 horas de componentes optativos e 120 horas de atividades complementares. O estágio não é obrigatório. A carga horária obrigatória é dividida em três eixos, conforme o PDI: Formação geral (442h); Formação básica (986h); e Formação específica – itinerário formativo e optativas (867h). O tempo de integralização mínimo é de três anos e o tempo máximo é de seis anos.

Quadro 1 – Organização curricular do primeiro ciclo

SEMESTRE I	SEMESTRE II	SEMESTRE III	SEMESTRE IV	SEMESTRE V	SEMESTRE VI
Espaços de interconhecimento: Linguagem e Expressão Artística I 51h	Espaços de interconhecimento: Linguagem e Expressão Artística II 51h	Espaços de interconhecimento: Artes do Corpo 51h	Espaços de interconhecimento: Laboratório de ArteMídia I 51h	Espaços de interconhecimento: Laboratório de ArteMídia II 51h	Espaços de interconhecimento: Projeto de integração 85h (17h EAD)
Experiências e Teorias da cultura Enfoque I: Teorias da Cultura, Estado e Política Cultural 85h	Experiências e Teorias da cultura Enfoque II: Socioantropologia 68h	Experiências e Teorias da cultura Enfoque III: Cultura, Arte e Educação 68 h	Experiências e Teorias da cultura Enfoque IV: Cultura Brasileira e Baiana 68h	Experiências e Teorias da cultura Enfoque V: Economia da Cultura e Empreendedorismo 51h	Itinerário formativo 51h
Universidade, Sociedade e Ambiente 68h (17h EAD)	Conhecimento, Ciência e Realidade 102h (17h EAD)	Narrativa, Documentação biográfica e Cultura 51h	Itinerário formativo 68h	Itinerário formativo 68h	Itinerário formativo 51h
Laboratório de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos 68h (34h EAD)	Culturas e Linguagens da Cena 51h	Optativa I 68h	Itinerário formativo 68h	Itinerário formativo 68h	Itinerário formativo 51h
Comunicação, Linguagens e Tecnologia 68h (17 EAD)	Cultura Digital 68h	Tecnologias da Cena 68h	Itinerário formativo 68h	Itinerário formativo 68h Optativa II 68h	Itinerário formativo 51h Optativa III 68h

Fonte: PPC Bicult (2014).

Formação geral (442h)

A formação geral visa criar condições para que o graduando possa compreender, analisar e lidar com a realidade. Os objetivos são: a) formar o cidadão política e criticamente; b) favorecer o acesso ao conhecimento acadêmico e a afiliação do estudante; c) instrumentalizar o graduando para lidar com as diversas formas de conhecimento.

Os componentes de formação geral visam incorporar nos currículos dos BIs da UFRB, componentes curriculares vinculados às humanidades, e adotar estratégias de ações integradas e interdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão para a promoção da afiliação acadêmica dos estudantes de graduação da UFRB. Dessa forma, almeja-se, na graduação do bacharel em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, apresentar conteúdos e discussões que contribuam para a formação de um cidadão político, ético e crítico. A formação geral proposta vem sendo desenvolvida no âmbito do Nuvem/Cecult, uma unidade que integra os docentes que se vinculam a todos os BIs implantados na UFRB.

Os componentes curriculares da formação geral no PPC Bicult são ofertados na seguinte disposição: no primeiro semestre, os componentes Universidade, Sociedade e Ambiente; Diversidades, Cultura e Relações Étnico-Raciais; Laboratório de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos. No segundo semestre, os componentes Conhecimento, Ciência e Realidade; Laboratório de Língua Inglesa I. No terceiro semestre, Laboratório de Língua Inglesa II. No quarto semestre, Laboratório de Língua Inglesa III. No quinto semestre, Laboratório de Língua Inglesa IV.

Tabela 1 – A formação geral no Bicult

Componentes curriculares da formação geral	Carga horária
Laboratório de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	68h
Laboratório de Língua Inglesa	34h (X 4 semestres) = 136h
Diversidades, Cultura e Relações Étnico-Raciais	68h

Universidade, Sociedade e Ambiente	68h
Conhecimento, Ciência e Realidade	102h
CH total	442h

Fonte: PPC Bicult (2014).

Formação básica (986h)

A formação básica no Bicult está dividida em dois eixos: Espaços de Interconhecimento e Experiências e Teorias da Cultura. O eixo Experiências e Teorias da Cultura aglutina as principais correntes teóricas do curso em cinco componentes: Enfoque I: Teorias da Cultura, Estado e Política Cultural; Enfoque II: Socioantropologia; Enfoque III: Cultura, Arte e Educação; Enfoque IV: Cultura Brasileira e Baiana; Enfoque V: Economia da Cultura e Empreendedorismo.

O eixo Espaços de Interconhecimento tem como finalidade promover a interdisciplinaridade prevista como princípio fundador do Bicult, conectando as contribuições epistemológicas, políticas e práticas nos campos das linguagens e das tecnologias aplicadas à cultura, contribuindo para a concretização das metas relativas ao perfil do egresso. Os componentes curriculares do Eixo Um, obrigatoriamente, são oferecidos por no mínimo três docentes de diferentes áreas de conhecimento do Cecult.

Nesse eixo, caberá aos docentes dos componentes Espaços de Interconhecimento conduzir, semestralmente, a articulação dos conteúdos e propostas de atividades integradoras com os demais componentes. Tais propostas podem estar conectadas com as manifestações festivas, artísticas, culturais e efemérides da região do Recôncavo e/ou em conexão com outros territórios e serão documentadas na forma de um anteprojeto semestral integrador, definido pelo conjunto de áreas de conhecimento, ao início das atividades letivas. Caberá aos docentes dos componentes do Eixo Um, redigir o relatório final semestral das

atividades realizadas, a fim de garantir a continuidade da integração ao longo dos semestres seguintes e de produzir o registro necessário para o planejamento, no semestre VI, do Projeto Integrador do Bicult, que visa a elaboração/produção de projeto final de curso.

Tabela 2 – A formação básica no Bicult

Componentes curriculares da formação básica	Carga horária
Experiências e Teorias da cultura – Enfoque I: Teorias da Cultura, Estado e Política Cultural	85h
Experiências e Teorias da cultura – Enfoque II: Socioantropologia	68h
Experiências e Teorias da cultura – Enfoque III: Cultura, Arte e Educação	68h
Experiências e Teorias da cultura – Enfoque IV: Cultura Brasileira e Baiana	68h
Experiências e Teorias da cultura – Enfoque V: Economia da Cultura e Empreendedorismo	51h
Comunicação, Linguagens e Tecnologia	68h
Culturas e Linguagens da Cena	51h
Cultura Digital	68h
Tecnologias da Cena	68h
Espaços de Interconhecimento: Linguagem e Expressão Artística I	51h
Espaços de Interconhecimento: Linguagem e Expressão Artística II	51h
Espaços de Interconhecimento: Artes do corpo	51h
Espaços de Interconhecimento: Laboratório de ArteMídia I	51h
Espaços de Interconhecimento: Laboratório de ArteMídia II	51h
Espaços de Interconhecimento: Projeto de integração	85h

Narrativa, Documentação biográfica e Cultura	51h
CH total	986h

Fonte: PPC Bicult (2014).

Formação específica – itinerário formativo e optativas (867h)

O eixo formação específica agrega componentes ofertados pelas áreas de conhecimento do Cecult e estão relacionados às terminalidades do segundo ciclo. As áreas responsáveis pelas terminalidades Música Popular (Licenciatura), Produção Musical, Design Digital, Tecnologias do Espetáculo e Política e Gestão Cultural oferecem seis componentes de 68h e cinco componentes de 51h cada, além de três componentes optativos (68h), compondo o total de 867h. A definição do itinerário formativo de cada estudante tem o apoio da orientação de um professor que atua como tutor para a definição individual da matrícula semestral, escolha dos componentes de ensino, pesquisa e extensão ao longo do curso, no chamado programa de tutoria.

Quadro 2 – A formação específica no Bicult – itinerário formativo

Componentes do Itinerário Formativo – 1º Ciclo	Terminalidades				
	Música Popular	Produção Musical	Tecnologias do Espetáculo	Design Digital	Política e Gestão Cultural
	História e Apreciação da Música (68h)	História e Apreciação da Música (68h)	Gestão Técnica de Espetáculos (51h)	História do Design (51h)	Políticas Culturais (68h)
	História e Apreciação da Música Popular (68h)	História e Apreciação da Música Popular (68h)	História e Teoria das Artes do Espetáculo (68h)	História do Design Brasileiro (51h)	Estado e Sociedade (68h)
	História e Apreciação da Música Brasileira (68h)	História e Apreciação da Música Brasileira (68h)	Luz e Iluminação (68h)	Percepção Visual (68h)	Introdução à Gestão Pública (68h)
	Psicologia da Música (51h)	Estúdio I Captação e Gravação Sonora (68h)	Espaços e Acústica (51h)	Desenho (68h)	Mercado Cultural, Público e Consumo (68h)
	Metodologia do Ensino e Aprendizagem em Música (68h)	Estúdio II Captação e Gravação Sonora (68h)	Sonorização (68h)	Desenho Geométrico (51h)	Teorias das Políticas Públicas (68h)
	Pesquisa em Música (68h)	Comunicação, Música e Tecnologia (51h)	Cenografia (68h)	Arte e Comunicação Visual (51h)	Teorias do Desenvolvimento (51h)
	Músicas de Tradição Oral no Brasil (51h)	Legislação e Direitos Autorais (51h)	Gestão e Empreendedorismo Cultural (51h)	Design de Interface (68h)	Administração e Gestão Pública (68h)
	Canto Coral (51h)	Gestão e Empreendedorismo Cultural (51h)	Tecnologias Audiovisuais (68h)	Fotografia (68h)	Participação e Sociedade Civil (51h)
	Ritmos e Instrumentos Musicais Brasileiros (68h)	Produção Musical I (68h)	Desenho Técnico (68h)	Interatividade (68h)	Cultura e Desenvolvimento (51h)
	História e Memória da Música na Bahia (51h)	Produção Musical II (51h)	Fundamentos de Eletricidade e Eletrônica (51h)	Tecnologias Audiovisuais (68h)	Relações Internacionais e Cooperação Cultural (51h)
	Crítica Musical (51h)	Espaços e Acústica (51h)	Figurino (51h)	Ateliê (51h)	Orçamento e Financiamento da Cultura (51h)

Fonte: Adaptação do PPC Bicult, 2014.

Atividades Complementares do Curso (ACC)

Ao longo do Bicult, os discentes devem cumprir uma carga horária de 120 horas de ACC, mediante participação em estágios não obrigatórios e ações de extensão, pesquisa, monitoria e tutoria. As ACC incluem a participação em eventos culturais, artísticos, científicos ou de outra natureza que contribuam para a formação do discente, e estejam devidamente previstas no Regimento de ACC do Bicult, um documento elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante do curso. O projeto pedagógico do Bicult orienta, para o primeiro semestre, o cumprimento de 10% da carga horária de ACC como estímulo à afiliação e ampliação das experiências na recém-iniciada vida universitária. Deverá observar também que a participação do/a discente em grupo de tutoria terá o cômputo máximo de 12 horas semestrais em ACC. Só no primeiro semestre acadêmico do Bicult, ocorrido entre julho e novembro de 2014, foram registradas ações que totalizaram 106 horas de atividades, ora em eventos regulares da UFRB, UFBA ou naqueles propostos pelos docentes do Cecult. As atividades organizadas já no primeiro semestre demonstram o caráter extensionista do Cecult e as diversas oportunidades de envolvimento dos discentes em ACC.

O segundo ciclo da formação interdisciplinar em cultura na UFRB – processo em construção

O acesso ao segundo ciclo se dará mediante Edital de Seleção elaborado pela Pró-Reitoria de Graduação, seguindo a Resolução CONAC/UFRB 002/2011, que dispõe sobre as normas para acesso aos cursos do segundo ciclo após a conclusão dos BIs e similares da UFRB, bem como os projetos pedagógicos dos respectivos cursos. Em 2015, as áreas de conhecimento do Cecult iniciaram o processo de discussão para elaboração dos projetos pedagógicos das terminalidades, a ser finalizado em 2016.

Considerações finais

O projeto pedagógico do Bicult está comprometido com as lutas e as demandas sociais por educação no/do Recôncavo; com a política de expansão e democratização do acesso, com a permanência qualificada, e com a promoção da diversidade na educação superior; assim como, com a defesa da educação pública de qualidade, com ênfase nos aspectos humanos e sociais; e com os avanços epistemológicos no campo do currículo e da educação.

O Bicult tem como propósito a formação de cidadãos críticos, profissionais reflexivos e capazes de atuar nas áreas da cultura, das artes, da educação, das tecnologias do espetáculo e da economia criativa. Busca assegurar uma formação de valores éticos e profissionais, vinculados à idealização, elaboração e realização de projetos concernentes ao campo de trabalho, à formação da cidadania e à qualidade de vida social. O estudante egresso terá uma formação interdisciplinar e estará apto também para atuar no âmbito da política, da produção e da gestão, mediante compreensão das áreas e campos da cultura, das linguagens artísticas e das tecnologias.

O perfil almejado é do acadêmico que tenha se desenvolvido, no decorrer de sua formação, de forma integrada e equilibrada, nas dimensões: cognitiva, técnica, humana, interpessoal, psicológica, ética e social, de modo a ser um acadêmico competente do ponto de vista técnico, proativo na busca permanente de aprimoramento pessoal e aprendizado científico, humano na forma de cuidar, responsável do ponto de vista moral, consciente da dimensão ética, solidário nas relações interpessoais, engajado socialmente e participativo como cidadão. (PPC, Bicult, 2014)

Considerando que uma parcela significativa dos estudantes da UFRB advém do próprio Recôncavo baiano, e de classes sociais menos favorecidas economicamente, a experiência, até o momento, permite afirmar que o Bicult pode ser considerado como uma ação estratégica que agrega cidadania e transformação social, a partir do conhecimento,

das pedagogias ativas, da sensorialidade, da territorialidade, das identidades culturais, e da política a partir dos fenômenos advindos das artes, dos saberes/fazeres locais, da interdisciplinaridade, e da economia criativa, em um campo de produção de conhecimentos que se pauta na solidariedade, na conexão de saberes e na promoção da diversidade.

O Bicult, ainda que considerado como um fenômeno recente no campo do ensino superior, soma-se aos inúmeros protagonismos que enfrentam os desafios da formação em cultura e artes no Brasil, na Bahia e no Recôncavo.

Referências

- AVARÃO, N. R. L.; ARAÚJO, C. S. A. Importância da Interdisciplinaridade no Ensino Superior. *EDUCERE: revista da educação*, Umuarama, v. 4, n. 2, p.103-115, jul./dez., 2004.
- COULON, A. *A Condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MATURANA, H. *Emociones y lenguaje em educación y política*. 11. ed. Santiago: Dolmen, 1992.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez editora, 2003.
- NASCIMENTO, C.; DIAS, R.; BARATA, D. O ensino superior no Recôncavo Baiano: o caso UFRB. In: VLADI, N. (Org.). *Olhares Interdisciplinares*. Cruz das Almas: UFRB, não publicado.
- NASCIMENTO, C. O. C. do; JESUS, R. de C. D. de; BARATA, D. S. Projeto Pedagógico do Curso bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Bicult). UFRB, 2014. Disponível em: < https://ufrb.edu.br/cecult/images/Documentos/PPC_BICULT_VESPERTINO_em_05-12-2014.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2016.
- SOUZA SANTOS, B. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Notas

- 1 Este artigo está baseado no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Bicult) da UFRB. O documento foi produzido por uma comissão técnica formada pelos professores doutores Cláudio Orlando Costa do Nascimento, Danilo Silva Barata, Rita de Cássia Dias Pereira Alves e Juvino Alves dos Santos Filho. Em 2014, antes do início das aulas da primeira turma, o PPC foi atualizado por professores do Cecult, sob a coordenação dos professores doutores Armando Alexandre Costa de Castro e Tatiana Rodrigues Lima.

Relações Públicas com ênfase em Produção Cultural: a trajetória do curso da Universidade Federal do Pampa

*Elisa Lübeck Terra**

*Juliana Lima Moreira Rhoden***

*Valmor Rhoden****

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar apontamentos sobre o desenvolvimento da produção cultural na área de Relações Públicas, em especial sob a perspectiva da criação do curso de Relações Públicas – ênfase em Produção Cultural, da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), *campus* São Borja/RS, criado em 2010. De acordo com dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

* Relações Públicas, doutoranda em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e professora Assistente da Universidade Federal do Pampa, *campus* São Borja.

** Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria e professora da Universidade Federal do Pampa.

*** Relações Públicas, doutor em comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e professor assistente da Universidade Federal do Pampa, *campus* São Borja.

e pelo Conselho Federal de Relações Públicas (Conferp), em relação aos cursos e aos formandos de Relações Públicas no Brasil, existiam, em 2008, 34 cursos de formação na área, número que passou para 113 em 2009, 72 em 2010, 58 em 2011, 72 em 2012, 75 em 2013, culminando com 62 em 2015.¹ (PROCHNO, 2015)

É nesse contexto que surge a graduação em Relações Públicas – ênfase em Produção Cultural da Unipampa, um curso inédito no país numa área que apresenta promissoras perspectivas de mercado de trabalho.² Criado com o objetivo de reforçar a área de comunicação social do *campus* de São Borja e atender às questões sociais e culturais da região, o curso propicia conhecimento teórico e metodológico de comunicação, relacionando-os com as especificidades teóricas e práticas das relações públicas, em especial as próprias da produção cultural. Para isso, o currículo do curso oferece disciplinas que capacitam os alunos a desenvolver projetos de valorização da diversidade sociocultural e a atuar no campo cultural de modo consciente, compreendendo a cultura como uma construção coletiva.

Sabemos que a área de atuação do profissional de Relações Públicas com ênfase em Produção Cultural é muito ampla; a partir do desenvolvimento de habilidades e competências e de uma capacitação crítica, o profissional se encaminhará para a criação de projetos e produtos artístico-culturais, trabalhando com todas as etapas implicadas no processo.

O curso da Unipampa iniciou suas atividades em agosto de 2010, com 49 alunos. Em 2015, ingressaram 52 alunos no curso, que já conta com 42 egressos. Em agosto de 2014, o curso recebeu a visita de avaliação *in loco* do Ministério da Educação (MEC), tendo recebido o conceito 4. Mesmo com apenas cinco anos de existência, é importante salientarmos a trajetória inovadora do curso, tanto por integrar uma universidade federal na Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul quanto pela característica da ênfase em produção cultural, o que marca o curso como uma potencialidade e um desafio. Potencialidade considerando

o desenvolvimento da área cultural enquanto bem simbólico capaz de fomentar o desenvolvimento econômico e social, assumindo importante papel na atividade econômica do país. E desafio, no sentido de unir as competências próprias das relações públicas, associando-as a projetos e práticas no âmbito da produção cultural.

A criação da Unipampa e do curso de Relações Públicas – ênfase em Produção Cultural

A Unipampa é fruto da política de expansão das instituições federais de educação superior e foi criada com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da região da Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul. Em julho de 2005, em ato público na cidade de Bagé-RS, foi anunciada a criação da Unipampa, com a presença do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em novembro do mesmo ano, foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica entre o MEC, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) para dar seguimento à implantação da educação superior no interior do estado. Coube à UFSM implantar os *campi* localizados em São Borja, Itaquí, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel e à UFPel, os *campi* de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Capaçava do Sul e Santana do Livramento. Em janeiro de 2008, a Lei n.º 11.640 marcou a criação da Unipampa, que expressava, em seu Art. 2º, o objetivo de desenvolver o ensino superior comprometido com a inserção regional da Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, promovendo a pesquisa e a extensão nas mais diversas áreas. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 da Unipampa, “no momento de sua criação, a Unipampa já contava com 2.320 alunos, 180 servidores docentes e 167 servidores técnico-administrativos em educação”. (UNIPAMPA, 2013, p. 14)

Em 2008, foi criado o primeiro curso de pós-graduação da Unipampa: especialização em Ciência e Tecnologia – Ensino de Física e Matemática.

Em 2012, a universidade já apresentava 22 cursos de pós-graduação, sendo 8 de mestrado e 14 de especialização. Em 2013, foi criado o primeiro doutorado, na área de Bioquímica, no *campus* Uruguaiana, e também o mestrado profissional em Tecnologia Mineral, no *campus* Caçapava do Sul. Em 2014, a universidade possuía 64 cursos de graduação, com 10.183 alunos de graduação, 724 professores e 604 servidores técnico-administrativos divididos entre os 10 *campi* da instituição. Com relação à pesquisa e à extensão, o PDI expressa que:

A extensão e a pesquisa também foram foco de estruturação e ampliação na Instituição. Atualmente são 312 projetos de extensão registrados em desenvolvimento, o que mobiliza diretamente cerca de 1.500 pessoas entre docentes, discentes e técnicos. Em 2011, havia 264 projetos em andamento e cerca de 1.200 pessoas nas equipes executoras. Como resultados dessas ações e conforme levantamento realizado em fevereiro de 2013, os projetos desenvolvidos nos anos de 2011 e 2012 atingiram um público-alvo de 236.000 pessoas, indo além dos municípios onde a Universidade possui *campi*. Cerca de 30% das ações desenvolvidas pelos extensionistas são resultados de editais, da busca por parcerias e do olhar crítico sobre as necessidades da comunidade. (UNIPAMPA, 2013, p. 15)

Em São Borja, a criação da Unipampa veio preencher um espaço através de um audacioso projeto de estimular o desenvolvimento, contribuindo para a capacitação profissional, a produção de conhecimento e o fomento de uma esfera pública capaz de mediar, articular e potencializar os interesses locais e regionais. Na Unipampa, *campus* São Borja, são ofertados os seguintes cursos de graduação: Ciências Sociais – Ciência Política, Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, Relações Públicas – ênfase em Produção Cultural, Licenciatura em Ciências Humanas e Serviço Social. Também são ofertadas as seguintes especializações: especialização em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar; especialização em Imagem,

História e Memória das Missões: educação para o patrimônio; especialização em Atividades Criativas e Culturais.

O município de São Borja está localizado no oeste do Rio Grande do Sul e possui população de 61.662 habitantes, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), censo 2010, a qual está distribuída em uma área de 3.616 km² e densidade populacional de 19,22 hab/km². A população urbana é de 55.139 habitantes e a rural é de 6.523 habitantes. Ao norte, São Borja possui fronteira com as cidades de Garruchos e Santo Antônio das Missões (Brasil); ao sul, com as cidades de Maçambará e Itaqui; a leste, com as cidades de Itacurubi e Unistalda; a oeste, com a cidade argentina de Santo Tomé na divisa demarcada pelo rio Uruguai.

Os primeiros habitantes da cidade foram os indígenas, que deixaram um importante legado na cultura e na formação étnica. O município de São Borja é conhecido como o primeiro dos Sete Povos das Missões e também como a Terra dos Presidentes,³ pelo destaque na história política brasileira por ser o local de origem de dois ex-presidentes: Getúlio Vargas e João Goulart. Sua principal base econômica é o agronegócio e o município é uma das rotas comerciais do Mercosul, através do Centro Unificado de Fronteira da América do Sul.

A partir da compreensão da realidade do município de São Borja e da importância da cultura para o desenvolvimento social e econômico, observou-se que a Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul carece de atividades que fomentem a cultura regional, resgatando a sua história e a sua cultura. Ainda, para estimular o desenvolvimento regional, é necessário um esforço de inclusão social, com ação integrada de políticas voltadas à formação de capital humano e estímulo à participação e à capacidade de organização social como fator endógeno do desenvolvimento por meio da mobilização e articulação de organizações e atores locais. (SCHNEIDER; LÜBECK, 2003)

O curso de Relações Públicas – ênfase em Produção Cultural da Unipampa

O curso de Relações Públicas – ênfase em Produção Cultural foi idealizado em novembro de 2008, conforme Ata da 10ª Reunião do Conselho de Dirigentes, de 30 de outubro de 2008. O curso foi oficialmente reconhecido através da Portaria n.º 575, de 2 de outubro de 2014, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC.

Atento à expansão e à consolidação da área cultural como atividade econômica organizada e ao aumento da participação de organizações privadas, públicas e do terceiro setor na criação do bem público cultural é que o curso de Relações Públicas – ênfase em Produção Cultural estruturou sua matriz curricular, buscando formar um profissional da área da comunicação capaz de promover os processos entre as organizações e os seus públicos, com uma formação sensível à realidade da região. Sendo assim, o curso representa um diferencial, pois contribui para o cumprimento do compromisso público da universidade vinculado ao interesse coletivo, em constante diálogo com a sociedade e em contato com o mercado de trabalho, alavancando o desenvolvimento econômico, social e cultural da região. Conforme o Projeto Pedagógico do Curso (PPC):

A existência de um profissional da área da comunicação habilitado a promover os processos entre as organizações e os seus públicos através da cultura, com uma formação sensível à realidade da região, com suas demandas e características específicas, representa um importante diferencial para o impulso no desenvolvimento regional. Vale ressaltar também, que as competências do profissional de Relações Públicas – RP - estimulam toda uma cadeia de processos e relações intra e interinstitucionais propiciando maior interação da instituição/organização-cliente, ampliando as parcerias e projetos com a sociedade e com a esfera pública e privada por meio da cultura. (UNIPAMPA, 2014, p. 15)

O curso de Relações Públicas – ênfase em Produção Cultural propicia ao egresso os conhecimentos teóricos e metodológicos da comunicação, relacionando-os com as especificidades teóricas e práticas das relações públicas, em especial as próprias da produção cultural. Para isso, o currículo do curso oferece componentes que capacitam o discente a desenvolver projetos de valorização da diversidade sociocultural e a atuar no campo cultural de modo consciente, compreendendo a cultura como uma construção coletiva.

A graduação tem como objetivos específicos propiciar o envolvimento do discente em práticas de ensino, pesquisa e extensão que possibilitem: preparar o profissional para realizar atividades de pesquisa, planejamento, assessoramento e execução de projetos a fim de gerenciar o processo de comunicação organizacional; capacitar o profissional para a análise, planejamento, implementação e controle de estratégias na alocação de recursos públicos e privados para a produção e gestão de ações e bens culturais; compreender a natureza das linguagens e dos fenômenos culturais envolvidos nos sistemas contemporâneos de comunicação e, em particular, no processo de comunicação das instituições com seus públicos; entender o papel dos sistemas e processos de comunicação na contemporaneidade, bem como da evolução histórica destes e suas relações com a cultura, a política e a economia; proporcionar iniciação à pesquisa científica, contribuindo para a formação de profissionais críticos e atualizados sobre suas práticas; estimular o contato com a realidade social e profissional, com vistas a formar profissionais adequados às necessidades sociais e cientes do mercado de trabalho no qual serão inseridos.

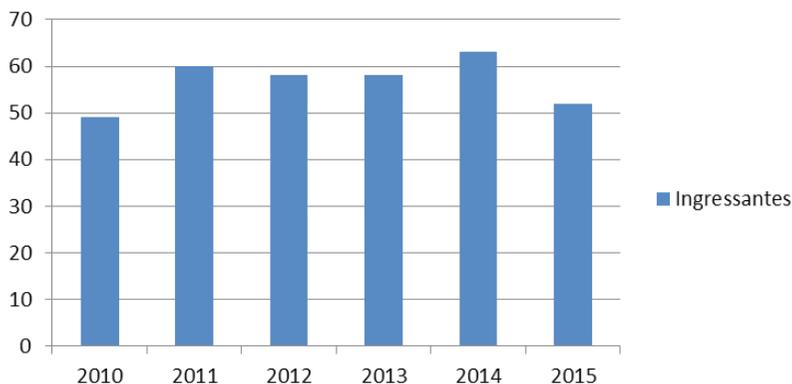
O curso entende como competências e habilidades do egresso: orientar instituições das esferas pública e privada e do terceiro setor na formulação de políticas de relações públicas voltadas à comunicação por intermédio da cultura; planejar, implementar e avaliar projetos artísticos e culturais criados como instrumentos das relações públicas para a comunicação com os públicos institucionais; desenvolver pesquisas

e auditorias de opinião e imagem; realizar diagnósticos com base em pesquisas e auditorias de opinião e imagem; elaborar planejamentos estratégicos de comunicação institucional; estabelecer programas de comunicação estratégica para a criação e manutenção do relacionamento das instituições com seus públicos de interesse; coordenar o desenvolvimento de materiais de comunicação, em diferentes meios e suportes, voltados para a realização dos objetivos estratégicos do exercício da função de relações públicas; dominar as linguagens verbais e audiovisuais para seu uso efetivo a serviço dos programas de comunicação que desenvolve; identificar a responsabilidade social da profissão, mantendo os compromissos éticos estabelecidos; assimilar criticamente conceitos que permitam a compreensão das práticas e teorias referentes às estratégias e processos de relações públicas.

No segundo semestre de 2010, a primeira turma ingressou no curso, sendo composta por 49 alunos. Nos anos seguintes, o número de alunos ingressantes só cresceu, conforme mostra a Figura 1, abaixo:

Figura 1– Gráfico dos alunos ingressantes do curso (2010 – 2015)

**Alunos ingressantes no Curso de Relações Públicas -
Ênfase em Produção Cultural**



Fonte: Secretaria Acadêmica da Unipampa.

Em 2012, houve a primeira reformulação do PPC, iniciado pelo Núcleo Docente Estruturante, sendo aprovado no Conselho Universitário em junho de 2013 e entrando em vigor no primeiro semestre de 2013. As principais alterações realizadas foram o aumento da carga horária de Assessoria de Comunicação I e II e de Produção Cultural I e II e a supressão da disciplina de Projeto Experimental. As disciplinas de Economia da Cultura e Política da Cultura foram reduzidas para 30 horas, redirecionadas para outros Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs) na matriz. No primeiro semestre de 2014, o PPC foi atualizado em razão da visita de reconhecimento do MEC, que ocorreu em agosto daquele ano.

O curso tinha a denominação de bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas – ênfase em Produção Cultural e a sua duração era de oito semestres, com carga horária total de 2.700 horas (2.040 horas de componentes curriculares obrigatórios, 360 horas de componentes curriculares complementares de graduação e 300 horas de atividades complementares de graduação).

Até 2015, o desdobramento dos conteúdos das diretrizes curriculares era feito através de três núcleos temáticos: de estruturação, de formação e complementar. O Núcleo de Estruturação era constituído por conteúdos básicos e essenciais para a formação dos profissionais da área de comunicação. O Núcleo de Formação era composto pelas disciplinas fundamentais para a formação profissional em Relações Públicas com ênfase em Produção Cultural, sendo obrigatório o projeto experimental. O Núcleo Complementar englobava conteúdos interdisciplinares da área de comunicação e das ciências humanas, sociais e aplicadas, propiciando a complementação da formação profissional através da conexão entre diferentes disciplinas e áreas de conhecimento, com conteúdos provenientes de disciplinas complementares de graduação ou atividades complementares de graduação.

De acordo com o Parecer CNE/CES n.º 85/2013, a formação superior em Relações Públicas no Brasil estava associada, desde 1969, às diversas

estruturas curriculares dos cursos de Comunicação Social e suas habilitações (tais como: Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Rádio e Televisão, Cinema e Produção Editorial/Editoração) estabelecidas pelo MEC. Portanto, a formação em Relações Públicas ocorreu inicialmente dentro da Comunicação Social em conexão com outras subáreas afins. O parecer enfatiza o caráter estratégico das relações públicas na gestão da comunicação nas organizações, considerando os aspectos sociais, culturais e políticos na relação entre as organizações e os públicos. Além disso, permite que os cursos definam linhas de formação específicas, identificando-se com as demandas sociais e as necessidades locais e regionais.

O caso do curso de Relações Públicas – ênfase em Produção Cultural, que inicialmente era uma habilitação da Comunicação Social, a partir de 2013, com a publicação da Resolução n.º 2, de 27 de setembro, adaptou sua matriz curricular e seu projeto pedagógico conforme as determinações e diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Relações Públicas. A partir da referida resolução, o estágio curricular também passou a ser obrigatório.⁴ Ainda, de acordo com o Art. 6º do parecer, os conteúdos dos cursos de graduação em Relações Públicas deveriam estar organizados em quatro eixos: Formação Geral; Comunicação; Relações Públicas; Formação Suplementar. No curso de Relações Públicas da Unipampa, o eixo de Formação Suplementar passou a contemplar os conhecimentos específicos da produção cultural.

Em 2015, o PPC do curso foi novamente reestruturado e passou a denominar-se curso de Relações Públicas – ênfase em Produção Cultural.⁵ A carga horária sugerida no novo PPC foi de 3.230 horas, as quais foram divididas em: 2.820 horas de componentes curriculares obrigatórios, 200 horas de atividade complementares de graduação e 210 horas de estágio curricular supervisionado obrigatório em Relações Públicas. A partir do novo PPC, a carga horária do curso contempla os sábados, além de uma parte ser semipresencial. O desdobramento

dos conteúdos passou a ser feito através dos quatro eixos de formação, os quais estão detalhados a seguir.

O eixo de Formação Geral contempla conteúdos de cultura geral e de formação ética e humanística, estabelecidos na base do conhecimento das humanidades e das ciências sociais aplicadas, da filosofia e da sociologia, com foco na ética e nas questões da sociedade contemporânea, estabelecendo ligações com a diversidade cultural, os direitos humanos, o desenvolvimento regional e a sustentabilidade. Engloba as disciplinas de: Leitura e Produção Textual; Estudos da Cultura; Fundamentos da Ciência Política; Psicologia Social e Organizacional; Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade; e Filosofia do Conhecimento.

O eixo de Comunicação reúne os conteúdos das ciências da comunicação em suas dimensões teóricas e aplicadas, enfatizando aquelas que contribuem para o entendimento dos processos e práticas de relações públicas. Tratam-se de conteúdos sobre os fundamentos teóricos de comunicação, linguagens, mídias e tecnologias, desdobrados nas seguintes disciplinas: Sociologia da Comunicação; Teoria da Comunicação; Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação; Comunicação Integrada; Comunicação e Política e Comunicação, Cidadania e Diversidade Sociocultural.

O eixo de Relações Públicas é constituído pelos componentes curriculares fundamentais para a formação em Relações Públicas com ênfase em Produção Cultural e tem o objetivo de alcançar um perfil profissional que contemple o projeto político-pedagógico do curso de Relações Públicas, o PDI da Unipampa e as Diretrizes Curriculares do Conselho Nacional de Educação/MEC. É composto pelas disciplinas de: Fundamentos de Relações Públicas e de Produção Cultural; Redação em RP I; Teoria e Técnica de Relações Públicas; Redação em RP II; Gestão de Eventos e Cerimonial e Protocolo; Fotografia em RP; Estratégia de Relacionamentos com os Públicos; Planejamento de RP; Pesquisa Aplicada em RP; Estratégias de Relacionamento com a Mídia; Produção Audiovisual Institucional; Produção Gráfica em RP; Ética e Legislação

em RP; Gestão de Mídias Sociais; RP e Empreendedorismo; Relações Públicas Governamental e Internacional; Projeto de Pesquisa em RP e PC; Trabalho de Conclusão de Curso.

Por fim, o eixo de Formação Suplementar contempla os conteúdos da ênfase em Produção Cultural, reconhecendo a interface entre Relações Públicas e Produção Cultural e procurando estabelecer discussões teóricas e o desenvolvimento de práticas articuladas nos dois campos de saber. Engloba as disciplinas: Economia Criativa; Política Cultural; RP na Produção Cultural; Marketing Cultural; Gestão de Espaços Culturais; Libras e Tópicos Especiais.

O curso de Relações Públicas da Unipampa contempla o ensino de Libras (Decreto Federal n.º 5.626/2005) com a oferta do componente curricular “Libras: Língua Brasileira de Sinais”, com carga horária de 60 horas. As políticas de educação ambiental (Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, e Decreto n.º 4.281, de 25 de junho de 2002) são tratadas de forma transversal e permanente no curso, em especial, no componente “Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade”. Já a temática de Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008, e Resolução CNE/CP n.º 01, de 17 de junho de 2004) consta da ementa do componente “Comunicação, cidadania e diversidade sociocultural”. (UNIPAMPA, 2014)

Com relação à flexibilização curricular, o curso considera: 300 horas de atividades complementares de graduação, que podem ser distribuídas em atividades de ensino, pesquisa e extensão e em atividades culturais, sociais, de gestão e artísticas; 150 horas de trabalho de conclusão de curso; 210 horas de estágio curricular supervisionado em Relações Públicas; pesquisa, voltada para a construção de conhecimento científico básico e aplicado, de caráter interdisciplinar; extensão, visando ao desenvolvimento da sociedade; Agência Experimental de Relações Públicas e Produção Cultural, que propicia maior integração dos discentes com o mundo do trabalho, estabelecendo a inter-relação entre

as teorias estudadas na universidade, com as práticas nas áreas de Relações Públicas e Produção Cultural. De acordo com o projeto político-pedagógico:

Sendo assim, a agência experimental tem, como missão, promover o desenvolvimento social e cultural de sua região de abrangência, relacionando teoria e prática, mediante a articulação, promoção e operacionalização de ações internas e externas à Unipampa, propiciando, assim, apoio às iniciativas das áreas de comunicação e cultura, sendo espaço de formação acadêmica. No que tange a seus valores, a agência direciona suas ações a partir de princípios éticos e críticos, com base no mundo do trabalho, para uma atuação mais qualificada de seus profissionais em empreendimentos diversificados, que proporcionem a interação entre as empresas e as instituições de ensino e pesquisa. (UNIPAMPA, 2014, p. 92-93)

A partir da contextualização da Unipampa e de seu curso de Relações Públicas – ênfase em Produção Cultural, consideramos importante observar algumas características dos profissionais de Relações Públicas e da Produção Cultural, estabelecendo aproximações, no sentido de valorizar a criação de um curso com ênfase em produção cultural, em especial em regiões que possuem potencial para o desenvolvimento através da cultura.

As Relações Públicas e a Produção Cultural

Os profissionais da comunicação concentram em sua formação superior algumas das principais aptidões e habilidades para atuar no mercado cultural. Há autores de Comunicação,⁶ Marketing e Cultura que se referem à área de Relações Públicas como a mais adequada para a atuação no mercado da Produção Cultural, pois os aspectos que envolvem o fazer das relações públicas englobam planejamento, assessoria (divulgação), execução e controle (avaliação) e são essenciais para a atividade de Produção Cultural.

Grunig (2003) destaca que a profissão de Relações Públicas está cada vez mais embasada em conhecimentos acadêmicos, fundamentando a sua prática, revelando novas perspectivas teóricas e demarcando novos caminhos na contemporaneidade.

Duarte e Rhoden (2010), por sua vez, demonstraram que, a partir de análise da Resolução Normativa n.º 43 do CONFERP,⁷ dos resultados dos Anais do primeiro Seminário Internacional de Gestão Cultural e de referencial teórico da área, é possível detectar que o profissional de relações públicas possui o perfil mais próximo para atuar na produção cultural, destacando cinco funções que considera mais importantes, as quais são: relacionamento, eventos, informação, relacionamento com a imprensa e planejamento.

Rubim (2010) ainda elenca alguns conteúdos considerados importantes a serem tratados na formação com foco em produção cultural:

1. Teoria Geral da cultura;
2. Cultura e sociedade;
3. Contemporaneidade e dinâmicas 'globais' da cultura;
4. Manifestações das culturas locais, regionais, nacionais e globais;
5. Culturas e identidades;
6. Diversidade cultural;
7. Estudos da cultura;
8. Leitura e crítica dos bens culturais;
9. Políticas culturais (inclusive legislação e direitos culturais);
10. Cultura e desenvolvimento (sustentável);
11. Gestão e administração da cultura;
12. Economia da cultura;
13. Orçamento e finanças em cultura;
14. Elaboração de projetos em cultura;
15. Produção cultural;
16. Divulgação e marketing culturais;
17. Cooperação e intercâmbio culturais;
18. Redes culturais;
19. Consumo, públicos e mercados culturais;
20. Criatividade e cultura;
21. Pesquisa em cultura;
22. Seminários de temas atuais em cultura e
23. Oficinas temáticas em cultura. (RUBIM, 2010, p. 47-48)

Em suma, uma formação global – local. O autor ressalta que deve haver uma forte sensibilidade para a diversidade cultural, um ativo compromisso com a justiça e equidade social, além de uma predisposição para a criatividade, iniciativa e inovação, uma atitude proativa e uma boa capacidade organizativa. O autor ainda destaca que os cursos de

Produção Cultural devem dar atenção aos seguintes aspectos acadêmico-pedagógicos:

1. Interação freqüente entre teorias, análises, informações, práticas e experimentos;
 2. Adequação entre os conteúdos, formatos e procedimentos pedagógicos;
 3. Modalidades de avaliação pertinentes; e
 4. Abertura para o intenso e rico intercâmbio com as circunstâncias sociais e culturais e com a contemporaneidade.
- (RUBIM, 2010, p. 48)

A partir dessa reflexão, destaca-se uma constante preocupação do curso de Relações Públicas da Unipampa, *campus* São Borja, em trabalhar a formação multidisciplinar de um profissional da área com ênfase em Produção Cultural. Tal característica é presente no eixo de Formação Geral, que procura estabelecer ligações com a diversidade cultural, os direitos humanos, o desenvolvimento regional e a sustentabilidade, e nos eixos de Comunicação, Relações Públicas e Produção Cultural. Além disso, a prática da interdisciplinaridade no ensino-aprendizagem e avaliação é efetivada no curso através do desenvolvimento conjunto de disciplinas e projetos de extensão e pesquisa.

Desde 2011, é realizada a avaliação discente do curso de Relações Públicas – ênfase em Produção Cultural através da Agência Experimental de Relações Públicas e Produção Cultural. A pesquisa tem como objetivo avaliar a opinião com os acadêmicos com relação ao curso, além de delimitar melhor o perfil dos alunos, verificar o processo de comunicação, levantar questões gerais da universidade e verificar o desempenho de docentes e da coordenação. Em 2013, ela foi aplicada com 89 acadêmicos dos quatro semestres em andamento do curso, em relação ao universo de 144 alunos matriculados, ou seja, 61,8% dos acadêmicos participaram da pesquisa. Com relação à contemplação das expectativas dos discentes em relação ao curso, 44% responderam que são boas, 26% que são suficientes, 20% que são excelentes, 9% que são insuficientes e 1,12% não souberam dizer. Com relação ao comprometimento

dos professores, 45% o avaliaram como excelente, 36% como bom, 17% como suficiente e 2% como insuficiente. No que se refere às disciplinas do curso, 56,17% disseram que são boas, 27% que são suficientes, 14,6% que são excelentes, 1,12% que são insuficientes e 1,12% não souberam responder.

Visando qualificar o relacionamento com os egressos, o curso disponibiliza, em sua página eletrônica, o “espaço do egresso”,⁸ com informações sobre eventos, concursos, pesquisa sobre o perfil do egresso, pós-graduação, entre outras. A Agência Experimental, em pesquisa realizada em julho de 2014, com os primeiros formandos do curso, também traçou o perfil do egresso. Os entrevistados atribuíram nota média de 9,3 para o curso e sugeriram mais integração da academia com o mercado. Com relação à matriz curricular, 90% disseram que ela foi suficiente para o seu desempenho profissional. Um dado interessante foi que aproximadamente 90% dos egressos demonstraram interesse em voltar à universidade para cursar: pós-graduação (50%), outro curso de graduação (25%), cursos de atualização/extensão (13%). De acordo com o relatório da pesquisa disponível no espaço do egresso:

O desenvolvimento profissional, com a formação na universidade, foi classificado entre bom e muito bom. Dentre as características mais importantes que o profissional de RPPC deve ter, as que mais se destacaram para os entrevistados, foram o domínio e a produção de textos e o compromisso social (inclui ética profissional). Também merecem destaques a lucidez de conhecimento técnico, responsabilidade técnica, capacidade criativa e capacidade de trabalho em equipe. (UNIPAMPA, c 2014)

O curso de Relações Públicas da Unipampa trabalha a cultura como uma oportunidade de integração na vida comunitária, resultante de um processo de fruição por todos, a partir da perspectiva das relações públicas.

Apontamentos finais

A necessidade de profissionalização da área cultural está fazendo com que os cursos de graduação revisem seus currículos e projetos político-pedagógicos, visando trabalhar todas as dimensões da cultura e ampliando as possibilidades de atuação profissional.

Além disso, o Plano Nacional de Educação privilegia a cultura como uma nova forma de educar, reconhecendo-a como uma política pública capaz de fomentar o acesso à cidadania, considerando as escolas e a universidade como espaços de fruição da cultura, de produção cultural e de acesso aos bens culturais.

A universidade tem um papel fundamental na resolução coletiva dos problemas sociais, auxiliando na construção do lugar do país dentro de um mundo globalizado, produzindo conhecimento interdisciplinar, interativo e contextualizado. (SANTOS, 2005) Nesse sentido, a própria criação de um currículo para formação em produção cultural mostra essa nova posição da universidade na produção de um conhecimento “pluriversitário”, de acordo com as necessidades de formação e capacitação atuais.

A motivação da criação do curso de Relações Públicas – ênfase em Produção Cultural da Unipampa está em fomentar a cultura como um meio de integração e desenvolvimento regional, preparando profissionais para atender as demandas da área, aspecto que pode contribuir com a Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul. Porém, para que isso efetivamente ocorra, é necessário que a matriz curricular do curso trabalhe a cultura de forma crítica, ressaltando sua dimensão cidadã. Conforme Chauí (2006), a cultura deve ser vista como um direito do cidadão de produzi-la pela apropriação dos meios culturais existentes ou pela invenção de novos significados culturais; pela participação nas decisões quanto ao fazer cultural; pelo usufruto dos bens da cultura, criando locais, condições e acesso para tanto; pela informação sobre os serviços culturais e sobre a possibilidade de deles participar ou usufruir; pela formação cultural e artística pública e gratuita; pela

experimentação e invenção do novo nas artes e nas humanidades; pelo acesso a espaços para reflexão, debate e crítica; pela informação e comunicação.

Dessa forma, o curso de Relações Públicas – ênfase em Produção Cultural da Unipampa abriu uma nova possibilidade de atuação para a área de Relações Públicas, desenvolvendo um profissional com um perfil híbrido, capaz de compreender as variáveis que giram em torno do artista e de sua produção artístico-cultural; o ambiente; o mercado; a distribuição, a circulação e a logística; a viabilização econômico-financeira; as estratégias de divulgação; as necessidades do público-alvo; entre outras tantas variáveis indispensáveis para o exercício da profissão.

Com relação à nomenclatura, o diploma do curso de Relações Públicas – ênfase em Produção Cultural da Unipampa é emitido como bacharel em Relações Públicas, sendo que a ênfase fica descrita no verso. De acordo com orientações da Secretaria da Educação Superior do MEC, os dados que devem constar no diploma⁹ estão fundamentados na Lei n.º 9394/96 e no Parecer CNE/CES n.º 379/2004.

Por fim, esperamos que, a partir da atuação profissional dos egressos do curso, a Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul possa valorizar a sua cultura, reafirmando a sua identidade, e estimular o seu desenvolvimento.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.396, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Lei nº 11.640, de 14 de janeiro de 2008. Institui a Federação Universidade Federal do Pampa - Unipampa e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 jan. 2008. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer nº 379, de 8 de dezembro de 2004. Autorização para estender às Instituições de Ensino Superior não vinculadas ao Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo (CEE/SP), as exigências constantes da Deliberação CEE nº 37/2003 em substituição à Portaria MEC/DAU nº 33, de 2 de agosto de 1978. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 jan. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer nº 85, de 14 de março de 2013. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Relações Públicas. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 set. 2009. Seção 1, p. 10.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 27 de setembro de 2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Relações Públicas. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 01 out. 2013. Seção 1, p. 28. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14243-rceso02-13&Itemid=30192>. Acesso em: 15 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da educação superior 2012: resumo técnico*. Brasília: INEP, 2014.

CESNIK, F. de S. *Globalização da cultura*. Barueri, SP: Manole, 2005.

CHAUÍ, M. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

COELHO, T. *O que é ação cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PROFISSIONAIS DE RELAÇÕES PÚBLICAS (Brasil). Resolução Normativa nº 37, de 24 agosto de 2002. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 28 out. 2002. Seção 1, p. 190.

CUNHA, M. H. M. da. *Gestão cultural: profissão em formação*. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2007.

DUARTE, N. B; RHODEN, V. Atividades de relações públicas e práticas de gestão cultural: consonâncias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010. Caixias do Sul. *Anais eletrônicos...* São Paulo: Intercom, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/15-1187-1.pdf>>. Acesso em: 12 de março de 2013.

GRUNIG, J. E. A função das relações públicas na organização e sua contribuição para a efetividade organizacional. Tradução de John Franklin Arce. *Revista Comunicação e Sociedade*, São Bernardo do Campo, ano 24, n. 39, p. 67-92, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA. *Censo 2010*. Rio de Janeiro, 2010.

MACHADO NETO, M. M. *Marketing para as artes: a evolução do conceito de marketing cultural e a importância desse campo de atuação para o profissional de Relações Públicas*. Marketing & Cultura, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.marketing-e-cultura.com.br/website/pratica/prato01-b.php?cod_artigo=32>. Acesso em: 17 maio 2011.

PROCHNO, P. Panorama dos cursos e formandos de RP no Brasil. *Blogrelações*, São Paulo, 7 maio 2015. Disponível em: <<http://www.blogrelacoes.com.br/2015/05/panorama-dos-cursos-e-formandos-de-rp-no-brasil/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 13.041, de 25 set. 2008. Declara a cidade de São Borja “Terra dos Presidentes”. *Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, RS, 26 set. 2008. p. 2.

RUBIM, A. A. C. Singularidades da formação em organização da cultura no Brasil. *Organacom*, São Paulo, v. 7, n. 13, 2010.

SANTOS, B. de S. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GESTÃO Cultural. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE GESTÃO CULTURAL, 1., 2008, Belo Horizonte. *Anais eletrônicos...* Belo Horizonte: DUO, 2008. Disponível em: <<http://inspirebr.com.br/uploads/>

midiateca/da268bd938991dbbddd75e38d5191efd.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2011.

SCHNEIDER, F; LÜBECK, E. (Org.). *Programa de desenvolvimento integrado e sustentável da Mesorregião Metade Sul*. Santa Maria: Pallotti, 2003.

UNIPAMPA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Perfil do egresso de Relações Públicas – Ênfase em Produção Cultural, © 2014.

UNIPAMPA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. *Projeto político pedagógico do curso de Relações Públicas – ênfase em produção cultural 2014*. São Borja, 2014.

UNIPAMPA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. *Plano de desenvolvimento institucional 2014-2018*. Bagé, 2013.

Notas

- 1 Dados disponíveis no endereço: <<http://www.blogrelacoes.com.br/2015/05/panorama-dos-cursos-e-formandos-de-rp-no-brasil/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- 2 Em 2014, foram incentivados 3.273 projetos culturais, com um montante captado de R\$ 1.320.307.460,89. Disponível em: <<http://sistemas.cultura.gov.br/salinet/Salinet/Salinet.php>>. Acesso em: 12 nov. 2015. De acordo com os dados do Pró-Cultura RS LIC, o número de projetos foi recorde no ano de 2015: até o dia 17 de setembro haviam 350 projetos inscritos, solicitando mais de R\$ 110 milhões de reais para financiamento. Até aquele mês, foram financiados 148 projetos culturais realizados em 161 diferentes municípios do estado do Rio Grande do Sul, totalizando R\$ 44.265.657,27 captados. Disponível em: <http://www.procultura.rs.gov.br/index.php?menu=noticia_viz&id=224>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- 3 A Lei Estadual n.º 13.041/2008 declarou oficialmente São Borja como “Terra dos Presidentes”.
- 4 Art. 7º: O estágio supervisionado, componente do currículo com carga horária de 200 (duzentas) horas e regulamentado pelos colegiados acadêmicos da instituição, em consonância com a Lei n.º 11.788, de 25/9/2008, deverá ser atividade obrigatória de vivência profissional, executada interna ou externamente à instituição. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14243-rces002-13&Itemid=30192>. Acesso em: 15 set. 2015.
- 5 O novo PPC do curso de Relações Públicas até a presente data ainda não foi aprovado pela Comissão Superior de Ensino da Unipampa. A previsão da referida reunião é para o início de 2016.

- 6 Reis (2009), Neto (2005), Cunha (2008).
- 7 Regula as atividades específicas de Relações Públicas no Brasil.
- 8 Disponível no endereço: <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/relacoespublicas/egres-sos/>>. Acesso em: 15 set. 2015.
- 9 De acordo com a Lei n.º 9394/96 e o Parecer CNE/CES n.º 379/2004, devem constar no diploma: No anverso: nome do estabelecimento; nome do curso; grau conferido; nome completo do diplomado; nacionalidade; número da cédula de identidade e Estado emissor; data e local de nascimento (somente o Estado); data da colação de grau; data da expedição do diploma; assinaturas das autoridades competentes (conforme Regimento); local para assinatura do diplomado. E no verso: número da portaria de reconhecimento do curso, com a data de sua publicação no DOE ou DOU; apostila: habilitações, averbações ou registro quando for o caso; nomes das autoridades, com a indicação do cargo (caso não estejam no anverso); local para o registro do diploma.

Outros títulos da Coleção Cult

CULT 1 - Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares

Gisele Marchiori Nussbaumer (Org.)

CULT 2 - Políticas culturais no Brasil

Antonio Albino Canelas Rubim e Alexandre Barbalho (Org.)

CULT 3 - Políticas culturais na Ibero-América

Antonio Albino Canelas Rubim e Rubens Bayardo (Org.)

CULT 4 - Estudos da cultura no Brasil e em Portugal

Antonio Albino Canelas Rubim e Natália Ramos (Org.)

CULT 5 - Transversalidades da cultura

Linda Rubim e Nadja Miranda (Org.)

CULT 6 - Políticas culturais no governo Lula

Antonio Albino Canelas Rubim (Org.)

CULT 7 - Políticas culturais para as cidades

Antonio Albino Canelas Rubim e Renata Rocha (Org.)

CULT 8 - Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura
Antonio Albino Canelas Rubim, Taiane Fernandes e Iuri Rubim (Org.)

CULT 9 - Stonewall 40 + o que no Brasil?
Leandro Colling (Org.)

CULT 10 - Cultura e desenvolvimento: perspectivas
políticas e econômicas
Alexandre Barbalho, Lia Calabre, Paulo Miguez e Renata Rocha (Org.)

CULT 11 - Estudos da festa
Linda Rubim e Nadja Miranda (Org.)

CULT 12 - Desleitura cinematográfica: literatura, cinema e cultura
Marinyze Prates de Oliveira e Elizabeth Ramos (Org.)

CULT 13 - Política e gestão cultural: perspectivas Brasil e França
Frederico Lustosa da Costa (Org.)

CULT 14 - Federalismo e políticas culturais no Brasil
Alexandre Barbalho, José Márcio Barros e Lia Calabre (Org.)

CULT 15 - Estudos e políticas do CUS
Leandro Colling e Djalma Thurler (Org.)

CULT 16 - Cultura dos sertões
Alberto Freire (Org.)

CULT 17 - ENECULT 10 anos

Lindinalva Silva Oliveira Rubim, Mariella Pitombo Veira e Delmira Nunes de Souza (Org.)

CULT 18 - Políticas culturais na bahia contemporânea

Antônio Albino Canelas Rubim

CULT 19 - Dimensões e desafios políticos para diversidade cultural

Paulo Miguez, José Márcio Barros, Giuliana Kauark (Org.)

CULT 20 - Políticas Públicas de cultura para as cidades: os casos de Recife e Salvador

Hortência Silva Nepomuceno dos Santos

CULT 21 - Políticas culturais no governo Dilma

Antonio Albino Canelas Rubim, Alexandre Barbalho e Lia Calabre (Org.)

CULT 22 - Diversidade Cultural: políticas, visibilidades midiáticas e redes

Giuliana Kauark, José Márcio Barros e Paulo Miguez (Org.)

CULT 23 - Panorama da gestão cultural na Ibero - América

Antonio Albino Canelas Rubim, Carlos Yáñez Canal, Rubens Bayardo (Org.)

Este livro foi composto na EDUFBA por Aléxia Corujas. O projeto gráfico deste livro foi desenvolvido no Estúdio Quimera por Iansã Negrão com o auxílio de Inara Negrão para a edufba, em Salvador. Sua impressão foi feita no setor de Reprografia da edufba. A capa e o acabamento foram feitos na Cartograf Gráfica.

A fonte de texto é DTL Documenta. As legendas foram compostas em DTL Documenta Sans, família tipográfica projetada por Frank Blokland.

O papel é Alcalino 75 g/m².

400 exemplares.





Num contexto internacional, cada vez mais as funções na área da organização da cultura ficam evidentes e explícitas, como um agente dentro do campo e da dinâmica das profissões, e, nesse sentido, os diversos programas acadêmicos têm contribuído para a profissionalização da prática dessa área, ao abandonar aos poucos o campo do empirismo e requerer uma maior sistematização de reflexões. Desse modo, este livro se propõe a reunir e apresentar as diversas propostas de formações continuadas que existem no campo da organização da cultura no Brasil.



ISBN 978-85-232-1537-8



9 788523 215378